

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**AGRICULTURA FAMILIAR E INFORMALIDADE:
O SEU PAPEL NO ABASTECIMENTO LOCAL DE
ALIMENTOS**

TESE DE DOUTORADO

Laurício Bighelini da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**AGRICULTURA FAMILIAR E INFORMALIDADE:
O SEU PAPEL NO ABASTECIMENTO LOCAL DE
ALIMENTOS**

Laurício Bighelini da Silveira

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

Orientador: Prof. Vicente Celestino Pires Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bighelini da Silveira, Laurício
Agricultura familiar e informalidade: o seu papel no abastecimento local de alimentos / Laurício Bighelini da Silveira.-2013.
202 p.; 30cm

Orientador: Vicente Celestino Pires Silveira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2013

1. Agricultura familiar 2. Informalidade 3. Autoconsumo I. Pires Silveira, Vicente Celestino II. Título.

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Laurício Bighelini da Silveira. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Sete de Setembro, n. 1231, Centro, São Vicente do Sul, RS. CEP: 97420-000.
Fone (0xx) 55 3257-1423; Cel. (0xx) 55 99954498; E-mail: lauriciosvs@gmail.com.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

**A comissão examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado**

**AGRICULTURA FAMILIAR E INFORMALIDADE: O SEU PAPEL NO
ABASTECIMENTO LOCAL DE ALIMENTOS**

elaborada por
Laurício Bighelini da Silveira

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

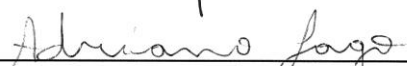
COMISSÃO EXAMINADORA:



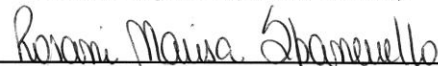
Vicente Celestino Pires Silveira, Ph.D.
(Presidente, Orientador)



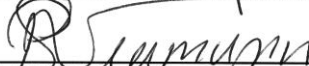
Cláudio Marques Ribeiro, Dr. (Emater/RS)



Adriano Lago, Dr. (UFSM/Cesnors)



Rosani Marisa Spanevello, Dra. (UFSM/Cesnors)



Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM/CCR)

Santa Maria, 3 de maio de 2013.

Dedico este trabalho à memória de meu pai, o agricultor João Antônio Bittencourt da Silveira, digno representante da classe dos agricultores, que, apesar das dificuldades vivenciadas, seguem produzindo-nos alimentos.

Costumo tipificar pessoas em apenas dois grupos, as de boa índole e as de má índole. Este último só destrói movido pela inveja e maldade. O primeiro só constrói e reconstrói motivado pela amizade, pelo amor e pela compreensão. Saber distingui-los para manter proximidade ou distância é nosso desafio!

(Laurício Bighelini da Silveira)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu a vida e o livre arbítrio para chegar até aqui, concebendo-me o privilégio de aportar nesta vida pelo ventre de uma mulher que amo e admiro, minha mãe, Professora Dulce Inês Lena Bighelini, que sempre me incentivou e muito colaborou para que eu chegasse aonde estou. Muito obrigado, mãe!

À minha família, em minhas filhas Taciane, Larissa e Luísa e minha esposa, Tatiana, pelo amor, incentivo e compreensão em todos os momentos vivenciados na vida e nesta caminhada.

Ao meu orientador, Professor Ph.D. Vicente Celestino Pires Silveira, sempre correndo mas sempre com tempo e disposição. Mais vez neste Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural encontrei a competência no papel de orientador. Muito obrigado, Vicente!

Aos membros da banca de qualificação, Professora Doutora Rosani Mariza Spanevello, Professor Doutor Cláudio Marques Ribeiro, Professor Doutor Marco Antônio Verardi Fialho e Professor Doutor Pedro Selvino Neumann, agradeço a cada um pelas contribuições apresentadas, muito colaboraram para o trabalho de elaboração desta tese. Aos demais professores e colaboradores, meu reconhecimento e agradecimento pelos ensinamentos.

As pessoas anônimas que me auxiliaram em momentos decisivos ficam meus eternos agradecimentos e reconhecimento pelo seu precioso tempo que a mim foi dedicado.

As instituições Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul e a Universidade Federal de Santa Maria, meu reconhecimento pela oportunidade concedida.

Aos amigos, colegas, familiares e demais conhecidos meu agradecimento pela torcida em meu favor.

Por fim, lembro-me daqueles que colocaram pedras em meu caminho, e estou aqui, agora Doutor! Superar as atribulações só valorizou ainda mais esta caminhada.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

AGRICULTURA FAMILIAR E INFORMALIDADE: O SEU PAPEL NO ABASTECIMENTO LOCAL DE ALIMENTOS

AUTOR: Laurício Bighelini da Silveira
ORIENTADOR: Vicente Celestino Pires Silveira
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 3 de maio de 2013.

Esta tese apresenta a proposição de um método de estudo e análise da informalidade presente na comercialização de produtos excedentes do autoconsumo e da produção comercial diversificada da agricultura familiar no abastecimento local. Ela foi originada pela carência de um método similar específico para se estudar esse tipo particular de fenômeno, qual seja, da presença da informalidade no abastecimento local em pequenos aglomerados urbanos. A preocupação com o êxodo rural, com conseqüente mudança na relação rural/urbano, bem como a análise da importância dessas atividades no poder dessas famílias na opção de escolha em permanecer ou não em seu local de origem e sua influência em um possível desenvolvimento local integrado rural/urbano foram os fatores norteadores deste estudo. Dessa forma, torna-se relevante comprovar sua existência e avaliar sua importância. Quanto à metodologia utilizada, foi baseada no método proposto originando os procedimentos metodológicos adotados, que consistem na seqüência de quatro etapas descritas no referido método: Etapa I – levantamento de dados secundários formais sobre a área em estudo, o Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari (CVJ), tipificando-se os municípios e escolhendo-se o município de Mata para a seqüência do trabalho (pequeno aglomerado típico da agricultura familiar); Etapa II – levantamento de dados primários, socioeconômicos, hábitos de consumo, produtores fornecedores e posicionamentos, com o uso de formulário próprio junto à amostra de domicílios; Etapa III – levantamento por minicenso junto ao comércio local com formulário próprio, de dados de identificação, produtos comercializados e seus fornecedores, e posicionamentos; e Etapa IV – realizada junto à amostra de produtores familiares relacionados nas etapas II e III, verificando-se, com uso de formulário específico, seus dados socioeconômicos, finalidades produtivas e seus posicionamentos. A análise dos dados demonstrou o predomínio da existência do consumo de produtos informais nos domicílios, seja por produção própria, por doação e pelo comércio informal de produtos excedentes do autoconsumo da agricultura familiar local, a qual ocorre de forma direta produtor/consumidor, valendo-se de uma relação marcada pela confiança entre as partes envolvidas. A presença do comércio local como intermediário informal se mostrou tênue. As atividades informais mostraram-se influentes em propiciar o poder de escolha de esses produtores familiares permanecerem ou não em seu local de origem. Conclui-se que o método proposto se mostrou eficiente e promissor para o estudo e análise da informalidade no abastecimento local originada no excedente do autoconsumo da agricultura familiar em pequenos aglomerados urbanos.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Autoconsumo. Informalidade.

ABSTRACT

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

FAMILY FARMING AND INFORMALITY: THEIR ROLE IN LOCAL FOOD SUPPLY

AUTOR: Laurício Bighelini da Silveira
ORIENTADOR: Vicente Celestino Pires Silveira
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 3 de maio de 2013

This thesis presents a proposition about a method of study and analysis regarding informality in the local supply created by the marketing of surplus consumption and commercial production of diversified family farming. It was created due to the lack of a similar specific method to study this particular type of phenomenon, namely the presence of informality in the local supply in small urban areas. The concern with the rural exodus, with the consequent change in the relationship rural/urban, as well as the analysis of the importance of these activities of these families having the option to choose or not to remain in their place of origin and its influence on a possible local development integrating rural/urban, were the guiding factors in this study. Thus, it is relevant to prove its existence and evaluate its importance. The used methodology was based on the proposed method giving its methodological procedures, which consist of the following four steps: Stage I - formal data collection of secondary data on the study area, the Regional Development Council of Valley Jaguari (CVJ), typifying the municipalities and choosing the municipality of Mata to proceed this study (a small typical cluster family farm); Stage II - primary data collection, socioeconomic, consumption habits, role of suppliers, using proper form with the sample of households; Stage III – data collection through a mini census with the local trade using a proper form of data identification, products sold and their suppliers, and their positions, and Stage IV - held by the sample family producers listed in stages II and III, collected with the use of a specific form their socioeconomic data, productive purposes and their positions. Data analyses showed the predominance of the existence of product consumption in informal households, either by its own production, by donation and the informal trade of surplus products of self-consumption of local family farming, which occurs in a direct way regarding producer/consumer, prevailing a relationship based on trust between the involved parties. The presence of local trade as an informal intermediary was proved to be tenuous. The informal activities have shown to be influential in providing the power to those family farmers to choose to remain or not in its original place. It is concluded that the proposed method is efficient and promising for the study and analysis of informality in the local supply in small urban areas, which is derived mainly through the surplus of self-consumption of the family farming.

Keywords: Family farm. Consumption. Informality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Bases racional e emocional, tipos de confiança e estados-limite	50
Figura 2.2 – Relação da população rural/urbana de 1940 a 2010, em milhões de habitantes ..	53
Figura 2.3 – População do Rio Grande do Sul de 1940 a 2010, em milhões de habitantes	54
Figura 2.4 – Relação proporcional da população rural/urbana do Rio Grande do Sul de 1940 a 2010	54
Figura 3.1 – Representação gráfica dos procedimentos de aplicação do método	102
Figura 3.2 – Mapa ilustrativo do Corede Vale do Jaguari	105
Figura 3.3 – Fluxo simplificado das relações da agricultura familiar, produção e mercado ..	106
Figura 3.4 – Resumo das etapas de coleta de dados para o método	108
Figura 4.1 – Localização do Corede Vale do Jaguari, no Rio Grande do Sul	115
Figura 4.2 – Gráfico dos valores produzidos pela matriz produtiva dos municípios do CVJ em milhões de reais e mil reais/km ²	127
Figura 4.3 – Indicadores de nível socioeconômico nos domicílios	132
Figura 4.4 – Renda total nos domicílios em reais	133
Figura 4.5 – Domicílios e suas despesas com manutenção e alimentos	134
Figura 4.6 – Representação gráfica dos valores com compras de produtos informais familiares locais	135
Figura 4.7 – Gráfico da quantidade de produtores em cada um dos níveis do número de citações individuais	138
Figura 4.8 – Posicionamentos sobre o não pagamento de impostos de produtos informais ..	146
Figura 4.9 – Estabelecimentos comerciais ligados ao comércio de alimentos e bebidas	150
Figura 4.10 – Tempo de existência dos estabelecimentos comerciais pesquisados	151
Figura 4.11 – Estabelecimentos comerciais e o número declarado de fornecedores informais	153
Figura 4.12 – População amostral segundo seu sexo	158
Figura 4.13 – Nível de escolaridade da população amostral agrícola familiar	159
Figura 4.14 – Ocupação principal dos membros das famílias da amostra de estabelecimentos agrícolas familiares	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – População urbana e rural em milhões de habitantes e seus percentuais no Brasil entre 1940 e 2010.....	52
Tabela 4.1 – Distribuição demográfica no Corede Vale do Jaguari.....	116
Tabela 4.2 – Estabelecimentos rurais familiares e não familiares dos municípios do CVJ e as áreas ocupadas em 2006.....	117
Tabela 4.3 – População rural dos municípios do CVJ por km ² (continua).....	118
Tabela 4.3 – População rural dos municípios do CVJ por km ² (conclusão).	119
Tabela 4.4 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e área territorial dos municípios	120
Tabela 4.5 – Matriz produtiva agropecuária do CVJ em mil reais (continua)	121
Tabela 4.5 – Matriz produtiva agropecuária do CVJ em mil reais (conclusão).....	122
Tabela 4.6 – Matriz produtiva em níveis percentuais das atividades por município no CVJ em 2008.....	123
Tabela 4.7 – Matriz produtiva agropecuária do CVJ em mil reais por km ²	125
Tabela 4.8 – Valores totais de renda e despesas mensais nos domicílios pesquisados em Mata, RS.....	136
Tabela 4.9 – Frequência de domicílios segundo o número de fornecedores informais.....	137
Tabela 4.10 – Frequência de produtores familiares informais segundo o número de citações nos domicílios (continua).....	137
Tabela 4.10 – Frequência de produtores familiares informais segundo o número de citações nos domicílios (conclusão).....	138
Tabela 4.11 – Distribuição de frequência da origem dos produtos investigados	139
Tabela 4.12 – Produtos com suas citações nos domicílios e o número de produtores de cada produto	140
Tabela 4.13 – Domicílios e a sua preferência por produtos informais locais.....	142
Tabela 4.14 – Frequência da 1 ^a e 2 ^a citações de aspectos considerados como importantes pelos domicílios nos produtos informais locais.....	143
Tabela 4.15 – Produtos informais locais em relação aos produtos formais	144
Tabela 4.16 – Grau de importância relativa na aquisição de produtos informais	145
Tabela 4.17 – Frequência dos produtos comercializados com procedência formal e informal por nível proporcional	152
Tabela 4.18 – Frequência dos estabelecimentos comerciais segundo a citação de produtores fornecedores (continua)	153
Tabela 4.18 – Frequência dos estabelecimentos comerciais segundo a citação de produtores fornecedores (conclusão).....	154
Tabela 4.19 – Frequência de fornecedores no comércio segundo o número de citações	154
Tabela 4.20 – Produtos informais comercializados, suas citações no comércio e o número produtores citados	155
Tabela 4.21 – Forma de aquisição dos produtos informais locais	155
Tabela 4.22 – Idade e sexo dos membros da população amostral das famílias da agricultura familiar	159
Tabela 4.23 – Tempo dedicado para atividades agrícolas pela população amostral agrícola familiar	161
Tabela 4.24 – Produtos possivelmente informais da agricultura familiar e seu propósito de produção.....	162
Tabela 4.25 – Opções de comercialização dos produtores agrícolas familiares	163
Tabela 4.26 – Atividades agrícolas comerciais nos estabelecimentos familiares	163

Tabela 4.27 – Atividades pecuárias comerciais nos estabelecimentos familiares.....	164
Tabela 4.28 – Atividades comerciais e as mudanças ocorridas nos estabelecimentos	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- C. Cipó – Capão do Cipó;
- Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe;
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - *National Counsel of Technological and Scientific Development*;
- Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
- Coptec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos;
- Corede – Conselho Regional de Desenvolvimento;
- CVJ – Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari;
- DOE – Diário Oficial do Estado;
- Ecinf – Economia Informal Urbana;
- Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação;
- Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo;
- FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul;
- Finep – Financiadora de Estudos e Projetos;
- GPS – Geoposicionamento por Satélite;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Idese – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico;
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;
- Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- INPS/Inamps – Instituto Nacional da Previdência Social/Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social;
- IFF-SVS – Instituto Federal Farroupilha - *Campus São Vicente do Sul*;
- ISPLS – Imposto Sobre Produtos Líquidos de Subsídios a preços correntes;
- JK – Juscelino Kubitschek;
- LCD – Display de Cristal Líquido;
- MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra;
- N. E. S. – Nova Esperança do Sul;
- OIT – Organização Internacional do Trabalho;
- ONU – Organização das Nações Unidas;
- Ornas – Ocupações Rurais Não Agrícolas;

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;
PEA – População Economicamente Ativa;
PFZ – Programa Fome Zero;
PIB – Produto Interno Bruto;
PIB pc. – Produto Interno Bruto *per capita*;
PME – Pesquisa Mensal de Emprego;
Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios;
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar;
Prealc – Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe;
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
Pronex – Programa de Apoio a Núcleos de Excelência;
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima;
RGPS – Regime Geral da Previdência Social;
RS – Rio Grande do Sul;
SCN – Sistema Nacional de Contas;
Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
S. F. A. – São Francisco de Assis;
Seplag – Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã;
S. V. S. – São Vicente do Sul;
TV – Televisor;
URV – Unidade Real de Valor;
VAB Agr. – Valores Agregados Brutos na Agropecuária;
VAB Ind. – Valores Agregados Brutos na Indústria;
VAB Ser. – Valores Agregados Brutos nos Serviços;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Hipóteses do estudo	23
1.2 Objetivos	24
1.2.1 Objetivo geral	24
1.2.2 Objetivos específicos	24
1.3 Estruturação da tese	24
2.1 Referenciais teóricos	26
2.1.1 Processo de formação da relação demográfica rural/urbana	26
2.1.2 O rural/urbano com base em pressupostos oficiais e teóricos distintos até o Novo Rural	29
2.1.3 A agricultura familiar e sua natureza produtiva voltada para o autoconsumo	33
2.1.4 Pressupostos teóricos e conceituais sobre informalidade	37
2.1.4.1 A busca por conceitos e definições.....	37
2.1.4.2 Teorias relacionadas à informalidade	40
2.1.4.2.1 Teoria Keynesiana	40
2.1.4.2.2 Teoria Neoliberal.....	42
2.1.4.2.3 Teoria Estruturalista	43
2.1.4.3 Como medir a informalidade	46
2.1.4.4 Pressupostos conceituais e teóricos ligados à relação de confiança nas transações informais familiares.....	47
2.2 Revisão de literatura	51
2.2.1 Caracterização da população rural e urbana	51
2.2.2 Evolução da informalidade no Brasil	56
2.2.3 Autoconsumo e seus excedentes	58
2.2.4 Segurança alimentar na perspectiva do autoconsumo	61
2.2.5 Presença da informalidade nas relações comerciais de produtos agrícolas.....	65
2.2.5.1 Breve histórico sobre a informalidade.....	65
2.2.5.2 Evolução histórica da informalidade no Brasil	69
3 METODOLOGIA	76
3.1 Método de estudo e análise do papel da agricultura familiar na informalidade no abastecimento local de alimentos e bebidas em pequenos aglomerados urbanos	76
3.1.1 Introdução.....	76
3.1.2 Bases conceituais para aplicação do método	77
3.1.2.1 Informalidade.....	77
3.1.2.2 Agricultura familiar	78
3.1.2.3 Atividades produtivas agrícolas familiares.....	79
3.1.2.4 Pequenos aglomerados urbanos.....	79
3.1.2.5 Princípio geral para sua aplicação	80
3.1.3 Definição inicial: área de trabalho.....	81
3.1.4 Etapa I – Estudo da estrutura formal da região ou local.....	81
3.1.4.1 Geografia e demografia	81
3.1.4.2 Aspectos econômicos	82
3.1.4.3 Aspectos fundiários	82
3.1.4.4 Matriz produtiva	83
3.1.4.5 Índices de desenvolvimento	84
3.1.5 Etapa II – Pesquisa nos domicílios	85
3.1.5.1 Perfil socioeconômico	86

3.1.5.2 Hábitos de consumo	86
3.1.6 Etapa III – Pesquisa nos estabelecimentos comerciais	91
3.1.6.1 Identificação do estabelecimento comercial	91
3.1.6.2 Identificação e quantificação proporcional dos produtos comercializados	92
3.1.6.3 Percepções sobre produtores e produtos informais	94
3.1.7 Etapa IV – Pesquisa nos produtores familiares informais	95
3.1.7.1 Identificação e perfil socioeconômico dos estabelecimentos	96
3.1.7.2 Produtos produzidos e sua finalidade	98
3.1.7.3 Trajetória do estabelecimento	99
3.2 Procedimentos metodológicos	101
3.2.1 Fonte dos dados	101
3.2.1.1 Dados secundários	102
3.2.1.2 Dados primários	102
3.2.2 Área de estudo	103
3.2.3 Descrição das etapas de coleta de dados propostas no método em desenvolvimento ...	105
3.2.4 Detalhamento das etapas da pesquisa	107
3.2.4.1 Etapa I	108
3.2.4.2 Etapa II	109
3.2.4.3 Etapa III	110
3.2.4.4 Etapa IV	111
3.2.5 Análise dos dados	112
4.1 Etapa I – Caracterização do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Vale do Jaguari (CVJ) e tipificação de seus municípios	114
4.1.1 Descrição socioeconômica dos municípios do Corede Vale do Jaguari	114
4.1.2 Matriz produtiva	121
4.1.3 Definição da tipologia e escolha do município para o teste	127
4.1.3.1 Tipologia	127
4.1.3.1.1 Tipo agricultura familiar	128
4.1.3.1.2 Tipo agricultura não familiar	128
4.1.3.2 Escolha do município para o teste	129
4.2 Etapa II – Caracterização dos domicílios e seus hábitos de consumo	130
4.2.1 Análise socioeconômica	131
4.2.2 Análise dos produtores fornecedores e dos produtos informais consumidos	136
4.2.3 Análise comportamental	141
4.3 Etapa III – Caracterizações do comércio local e suas relações	149
4.3.1 Análise da diversidade do comércio de Mata	149
4.3.2 Relações comerciais com fornecedores e os produtos comercializados	151
4.3.3 Posicionamento e relação com produtores fornecedores	156
4.4 Etapa IV – Caracterização dos produtores familiares de Mata, RS	157
4.4.1 Caracterização das famílias de agricultores familiares e seus estabelecimentos	158
4.4.2 A produção agrícola e seus propósitos	161
4.4.3 Trajetória e relações nos estabelecimentos familiares	164
4.4.3.1 A sucessão no estabelecimento	164
4.4.3.2 As mudanças na produção agrícola	166
4.4.3.3 Relação e regularidade com consumidores	169
4.4.3.4 Regularizar é viável?	171
4.4.3.5 Comércio informal e a permanência do produtor no rural	172

8 CONCLUSÕES	174
REFERÊNCIAS	182
ANEXOS	195

1 INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro, a partir do século XX (PRADO; EARP, 2003), foi acometido por grandes transformações advindas do intenso processo de industrialização, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, e intensificadas no período do “milagre brasileiro”, durante a ditadura militar iniciada em 1964. Na demografia, ocorreram profundas mudanças na relação rural/urbano e, no setor produtivo, a mudança foi na forma de se produzir alimentos (SANTOS, 2006).

Contemporaneamente, a população rural está basicamente classificada como integrante de dois segmentos de estabelecimentos produtivos, atualmente rotulados em agrícola familiar e agrícola não familiar. Em relação às alterações recentes na quantificação dessas categorias, observa-se que elas são pouco significativas, principalmente nos dois últimos censos agropecuários. Segundo dados do Censo Agropecuário de 1996, de um total de 4.859.864 estabelecimentos rurais, 554.501 (11,4%) são não familiares e 4.139.369 estabelecimentos são familiares, representando 85,2% do total de estabelecimentos da estrutura fundiária brasileira. Entre os familiares, destaca-se com maior número a região Nordeste, com 2.055.157 estabelecimentos, e a Sul, com 907.635 estabelecimentos. As regiões Sudeste, com 633.620 estabelecimentos, e a Norte, com 380.895 estabelecimentos, encontram-se em uma situação intermediária. A região Centro-Oeste é a que tem menor presença, com apenas 162.062 estabelecimentos agrícolas familiares (INCRA, 2000).

Após dez anos, observa-se, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, que o cenário pouco se alterou. O total é de 5.175.636 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, dos quais 809.369 (15,64%) são não familiares e 4.366.267 (84,36%) são estabelecimentos familiares.

Destaca-se ainda que a área total ocupada por estabelecimentos agropecuários é de 329.941.393 hectares, sendo que a agricultura familiar ocupa somente 80.250.453 hectares (24,3%), e o restante, 249.690.940 hectares (75,7%), é ocupado pela agricultura não familiar, segundo dados para o ano de 2006 (IBGE, 2006). O setor da agricultura familiar é responsável pela produção de uma parte significativa dos produtos da cesta básica brasileira: produz 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2006). De forma complementar, a agricultura familiar responde por cerca de um terço do total das receitas oriunda da produção agropecuária

brasileira. Em contraponto, ela é responsável por 74,5% (12,3 milhões) do pessoal ocupado em agropecuária, os outros 25,5% (4,2 milhões) eram ocupados em estabelecimentos não familiares (IBGE, 2006, 2009).

Dessa forma, a agricultura familiar torna-se importante para a manutenção de postos de trabalho, produção de alimentos, entre outros itens importantes do intrincado e complexo ambiente socioeconômico do rural brasileiro. Segundo Schneider (2003), esse jogo complexo, em que as unidades familiares de produção se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas, originando esse processo de intermediação dos indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos, é o que determinará o sucesso da sua reprodução.

Para Schneider (2003), não se pode classificar a unidade familiar de produção somente pela mão de obra estritamente familiar, nem por ser contratada e assalariada, nem por suas relações com o mercado, de forma isolada. Portanto, assume-se que as unidades de produção se adaptam à realidade para sobreviver e reproduzir-se, não se justificando a mudança em sua classificação para capitalista, simplesmente, por contratarem mão de obra externa ou por se introduzirem em circuitos mercantis, com venda de mão de obra ou de produtos.

Dessa forma, a relação entre a agricultura familiar e o seu mercado consumidor foi cercada por grandes mudanças ao longo do tempo. As transformações sociais ocorridas, principalmente por ocasião da grande evolução tecnológica no decorrer do último século, levaram à redução da produção diversificada destinada, predominantemente, ao autoconsumo e ao comércio local. Em paralelo a esses fenômenos e também como sua consequência, ocorreu um movimento migratório da população rural em direção aos grandes aglomerados urbanos, que levou à formação de bolsões de miséria, o que mostra um descompasso no crescimento vertical da população e da produção, propiciando a elevação da fome no mundo (MAZOYER; ROUDART, 2009).

Para Graziano da Silva (2001), a agricultura familiar vem sofrendo significativas modificações estruturais, sendo que, cada vez menos, a administração e a tomada de decisões nas unidades familiares de produção ocorrem de forma coletiva, pois necessidades individuais levam à priorização de projetos pessoais em detrimento do projeto familiar ou coletivo. Conforme a idade e posição na estrutura familiar e, ainda, o gênero, a capacidade e a disponibilidade, os indivíduos assumem diferentes posições no mercado de trabalho, ficando em segundo plano sua função na unidade familiar.

Essa saída do homem do rural em direção aos grandes aglomerados urbanos provavelmente se dá na busca por estratégias alternativas à sua manutenção e reprodução social. Essa situação ocorre em virtude da crescente dificuldade da família rural em manter condições sociais e um nível de renda mínima adequado à sua manutenção e reprodução no seu local de origem. Por outro lado, o meio urbano não possui a infraestrutura suficiente para absorver essa migração, fato que gera as consequências observadas no cotidiano dos grandes aglomerados urbanos (CARDOSO, 2007). Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população urbana apresentou um crescimento de 402,82% (de 32.004.817 para 160.925.792 habitantes) no período de 1960 a 2010; por outro lado, a população rural decresceu 23,49% (de 38.987.526 para 29.830.007 habitantes) no mesmo período (IBGE, 2010d).

A produção agrícola familiar, caracteristicamente diversificada e voltada para seu autoconsumo, é praticamente excluída, cedendo lugar a um tipo de agricultura extensiva, produtivista, altamente mecanizada e, por consequência, altamente excludente de mão de obra. A retomada de uma forma de agricultura com diversificação das atividades produtivas pode tornar-se a base fundamental para que se almeje um desenvolvimento sustentável (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011).

O autoconsumo é importante para as famílias da agricultura familiar como uma “antiga nova” alternativa para formação de renda indireta, pela redução de despesas com aquisição de alimentos (GRISA; SCHNEIDER, 2008). De outra forma, essa renda também pode ser direta, pela comercialização dos excedentes através de cadeias curtas de comercialização informal. Cita-se ainda a criação de atividades comerciais oriundas da receptividade na comercialização desses excedentes do autoconsumo. Schneider (2003) diferencia essa forma familiar da forma capitalista (não familiar) de produção:

Às formas familiares corresponderiam características como trabalho familiar, resistência à apropriação do excedente via mercado, propriedade de meios de produção, busca de autonomia etc.; as formas capitalistas seriam definidas por assentarem-se em trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, racionalidade dirigida à obtenção de produtividade e rentabilidade, entre outros aspectos. (SCHNEIDER, 2003, p. 24).

As atividades ligadas à produção diversificada e ao autoconsumo presentes na agricultura familiar podem propiciar a existência de uma matriz produtiva lucrativa no âmbito das atividades comerciais como forma alternativa de viabilização do desenvolvimento local que propicie a manutenção da família agrícola em seu local de origem (GRISA;

SCHNEIDER, 2008). Paralelamente, as famílias urbanas também seriam beneficiadas, pela segurança e estabilidade da população rural, reduzindo sua vulnerabilidade às pressões do sistema econômico vigente, e pelo consumo de alimentos saudáveis.

A comercialização da maioria dos produtos oriundos da pequena produção comercial e do excedente do autoconsumo da agricultura familiar ocorre usualmente de maneira informal (FONSECA; RIBEIRO; COIMBRA, 2005). Esse comércio não obedece a uma série de regras e formalidades sanitárias e de recolhimento de tributos.

No contexto atual, altamente complexo e desigual, formado pelo processo de industrialização que levou ao esvaziamento do campo e desencadeou a formação de grandes aglomerados urbanos, propiciou-se o surgimento de uma série de novas situações, entre elas o fenômeno do setor informal, tido como moderno e resultado do processo de urbanização (KREIN; PRONI, 2010). Percebeu-se, então, a existência de uma lacuna teórica que se preocupasse em estudar tal fenômeno nesses espaços atualmente menos notados, por serem menores em população e em poder econômico (VEIGA, 2006), que são os pequenos aglomerados urbanos, normalmente cercados por estabelecimentos agrícolas familiares.

Na revisão de literatura, são encontrados estudos realizados para se analisar o comportamento do mercado informal em centros urbanos (CACCIAMALI, 1983; HIRATA; MACHADO, 2010; MACHADO; OLIVEIRA; ANTIGO, 2008; SILVA, 2005; THEODORO, 2000). Particularmente, ainda são poucos os estudos na temática da informalidade local no meio rural, e não se detectou um método direcionado a pequenos aglomerados urbanos. Nesse contexto, cita-se Silveira (2005), que estudou as diversas formas de renda existentes nas famílias rurais do município de São Vicente do Sul, RS, com ênfase na geração de renda por atividades que configurassem a pluriatividade como uma alternativa para o espaço rural. Ainda assim, existem poucos estudos ou estudos parciais sobre situações similares no que se refere especificamente ao rural (IRIA, 2008). Outros estudos, por sua vez, relacionam-se à agricultura familiar (MALUF, 2009a, 2009b; MATTEI, 2007; SCHNEIDER, 1999, 2003), outros ao autoconsumo (GRISA, 2007b; GRISA et al., 2009) e outros aos excedentes do autoconsumo (FONSECA; RIBEIRO; COIMBRA, 2005).

Ao se consultar a literatura disponível, não se percebeu a existência de um método específico para se estudar a informalidade local presente em pequenos aglomerados urbanos, pois se supõe que seja uma informalidade diferente da existente em médios e grandes aglomerados. É provável que exista a participação significativa da agricultura familiar, principalmente com seu excedente do autoconsumo, que, segundo Grisa (2007b), é

fundamental em sua manutenção e reprodução socioeconômica. De outra forma, o êxodo rural relatado por vários autores como proveniente da industrialização intensa nos grandes centros urbanos (FORRESTER, 1997; GRAZIANO DA SILVA, 1996, 1997; HIRATA; MACHADO, 2008; PEREIRA; ARROCHELLAS, 2004; PRADO; EARP, 2003; REIS, 2006; SANTOS, 2006; VEIGA, 2004) também faz parte desse contexto. Dessa forma, pretende-se desenvolver e testar um método específico para estudar e analisar a informalidade presente em pequenos aglomerados urbanos, informalidade esta formada pelo comércio de alimentos e bebidas frutos do excedente do autoconsumo da agricultura familiar, bem como analisar a importância dessa atividade informal no domínio dessas famílias com relação à opção de escolha em permanecer ou não em seu local de origem e sua influência em um possível desenvolvimento local integrado rural/urbano.

São variadas, porém semelhantes, as formas de se definir método. Segundo Jolivet (1979, pg. 71), “Método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um determinado fim. É o caminho a seguir para chegar à verdade nas ciências.” Já para Cervo e Bervian (1983),

Método, em sentido geral, é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um dado fim ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade.

Assim sendo, pretende-se desenvolver um método para sanar essa lacuna teórica existente. Para tanto, torna-se relevante comprovar a existência e avaliar a importância do comércio informal do excedente do autoconsumo e da produção comercial diversificada, verificando sua importância para viabilizar a essas famílias designadas como agricultura familiar a escolha em permanecer em seu local de origem.

Esta tese buscou desenvolver um método de estudo e análise dos fenômenos locais inerentes aos pequenos aglomerados urbanos, formado pela comercialização informal dos excedentes do autoconsumo e da produção diversificada da agricultura familiar, aplicável, com eventuais adaptações, às diferentes realidades socioeconômicas.

Para a realização deste estudo, delimitou-se como local o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Vale do Jaguari, RS (CVJ), sendo este composto por nove municípios, totalizando 117.285 habitantes, representando 1,09% da população do estado do Rio Grande do Sul. Com área superficial de 11.268,0 km², obtendo-se uma densidade demográfica de 10,4 hab./km² e uma distribuição de 76,97% de residentes nas áreas urbanas e

23,03% nas áreas rurais, esse Corede localiza-se em um vale na zona limítrofe entre as metades norte e sul do estado do Rio Grande do Sul e, dessa forma, contempla características de ambas, sejam elas culturais, demográficas, de relevo, socioeconômicas, entre outras. O CVJ possui 9.964 estabelecimentos, dos quais 2.020 são não familiares e os restantes, 7.944, são familiares.

Entre seus municípios, o de Mata foi o escolhido para realização do teste, por ser o que melhor representa o contexto idealizado na criação deste novo método. Ele contempla todas as características buscadas, a saber: é um município pequeno, um dos menores do CVJ, portanto é um pequeno aglomerado urbano; pertence à tipologia da agricultura familiar, conseqüentemente existem atividades de autoconsumo; além de possuir uma demografia com relação rural/urbana semelhante. Sendo assim, pode-se afirmar que é a melhor opção de escolha, entre os municípios, segundo as características buscadas na elaboração desta tese.

1.1 Hipóteses do estudo

1.1.1 Hipótese I

É possível desenvolver um método que sirva como base para a realização de estudos e análises sobre a presença e importância da comercialização informal de produtos oriundos do excedente do autoconsumo, bem como da pequena produção diversificada comercial da agricultura familiar, e que este seja aplicável em diferentes contextos locais de pequenos aglomerados urbanos.

1.1.2 Hipótese II

A forma de produção diversificada peculiar à agricultura familiar, voltada para o autoconsumo e/ou pequena produção comercial, é importante agente no abastecimento alimentar local, auxiliando na manutenção de um desenvolvimento socioeconômico integrado rural/urbano em pequenos aglomerados urbanos via comercialização, predominantemente informal, de seus excedentes gerados.

1.1.3 Hipótese III

A comercialização informal de excedentes do autoconsumo da agricultura familiar em pequenos aglomerados urbanos é uma importante fonte complementar de renda que auxilia esses agricultores a apropriar-se do direito de escolha em permanecer ou não em seu local de origem.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral consiste em desenvolver e testar um método de estudo e análise do comércio informal local e verificar sua aplicabilidade em pequenos aglomerados urbanos, informalidade caracterizada pela presença da produção comercial diversificada e dos excedentes do autoconsumo da agricultura familiar, determinando sua relação com a manutenção do desenvolvimento local integrado e da relação demográfica.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos consistem em:

- descrever o método proposto e analisar sua aplicabilidade, bem como identificar eventuais falhas e potencialidades;
- identificar, mapear e analisar a estrutura demográfica, produtiva e econômica formal do Corede Vale do Jaguari e tipificar seus municípios;
- identificar e analisar a presença da produção diversificada familiar e excedente do autoconsumo na estrutura de abastecimento formal e informal local em nível de domicílios e comércio;
- caracterizar a produção agrícola familiar e seus distintos propósitos, bem como os produtores familiares identificados como atuantes na informalidade.

1.3 Estruturação da tese

Esta tese está estruturada em cinco capítulos. Após a introdução (capítulo I), o capítulo II apresenta, sucintamente, a base teórica, constituída do referencial teórico com as várias

teorias e conceitos específicos pertinentes aos assuntos relacionados à tese, tais como o rural e o Novo Rural, agricultura familiar, autoconsumo, informalidade e confiança, Teoria Keynesiana, Teoria Neoliberal, Teoria Estruturalista, Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado ou Dual, abordagem teórica da subordinação, Teoria dos Custos de Transação e Nova Sociologia Econômica, bem como constituída da revisão de literatura recente trabalhada sobre esses assuntos. No capítulo III, está a metodologia, que, inicialmente, expõe a descrição do método proposto e testado nesta tese e, após, apresenta os procedimentos adotados, como as fontes de dados, sua coleta e as etapas do método proposto. O capítulo IV discute os resultados da utilização do método. Por fim, o capítulo V apresenta as conclusões desta tese.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 Referenciais teóricos

Este subcapítulo objetiva apresentar e discutir a base teórica que fundamenta este estudo, conforme sequência demonstrada a seguir: processo histórico de formação da atual relação rural/urbana segundo um enfoque demográfico, conforme dados oficiais e autores atuantes na referida temática; análise contemporânea da configuração rural/urbana com base em pressupostos teóricos diversos e do Novo Rural, segundo autores ligados a essa linha teórica, como José Graziano da Silva, Mauro Eduardo Del Grossi, Sérgio Schneider, entre outros; visão teórica da agricultura familiar e de sua natureza produtiva voltada para o autoconsumo, com base na teoria disponível sobre o assunto; e, por fim, a informalidade e a natureza informal da comercialização da produção familiar e os enfoques teóricos sobre a temática, momento em que se procuram uma definição e/ou conceito, sua evolução, as teorias e as formas de se medir a informalidade.

2.1.1 Processo de formação da relação demográfica rural/urbana

Marcílio (1973) relata a grande dificuldade enfrentada por historiadores na obtenção de uma base de dados confiável sobre a população brasileira desde a descoberta do Brasil até 1872, data em que se realizou o primeiro censo demográfico completo. A autora distinguiu três grandes períodos históricos para esses dados: 1) período pré-estatístico, que inicia na descoberta e vai até a metade do século XVIII (não existem dados oficiais e não existia nenhum tipo de censo ou registros); 2) período protoestatístico, que inicia na metade do século XVIII e vai até o primeiro censo, em 1872, fase caracterizada pela existência de alguns registros isolados, levantamentos locais, registros de igrejas, entre outros, todos com valor e qualidade desiguais; e 3) era estatística iniciada em 1872, com o primeiro recenseamento geral brasileiro. A partir dessa data, periodicamente foram realizados por órgãos encarregados (atualmente, o IBGE) e somente em 1916 se iniciou o registro vital com a instituição do código civil.

De forma abreviada, segundo Marcílio (1973), a população desse período era predominantemente rural, sendo esta de 15 mil em 1550, 184 mil em 1660, 7.677.800 em 1854 e 10.112.061 em 1872, quando da realização do primeiro censo brasileiro. Segundo a

autora, este último número é o mais seguro em relação aos demais, os quais se referem a levantamentos parciais e estimativas aproximadas.

Somente a partir de 1938, de forma oficial, começa-se a distinguir o rural do urbano, com o Decreto-Lei nº 311/1938, em que, segundo Veiga (2001), designou-se oficialmente o que é considerado como cidade e, por conseguinte, o que é urbano como sendo a área contemplada por essas cidades, sendo o espaço não contemplado neste considerado como rural. Essa lei deliberou que todas as sedes de municípios existentes na época passariam a ser consideradas como cidades, o que, segundo o autor, transformou em cidades vários povoados que não teriam estrutura para tal condição. Segundo Biazzo (2008), o debate acadêmico sobre o que é rural e urbano teve início no começo do século XX e nos anos 90 é que no Brasil se acirrou essa discussão, seja ele acadêmico, seja institucional ou em organizações de pesquisa governamentais e não governamentais.

No Brasil, segundo Prado e Earp (2003), essas mudanças demográficas ocorridas no século XX, com a urbanização, deram-se, simultaneamente, com o processo de industrialização e crescimento econômico. Entretanto, depois de longo período de crescimento econômico desde o pós-guerra (1945), no período entre 1963 e 1967, essa ascensão cai pela metade. Nesse período, o governo militar toma iniciativas de mudanças na economia, com grandes investimentos no setor siderúrgico, petroquímico, de corredores de transportes, construção naval, energia elétrica (inclusive nuclear), sistema de comunicações e mineração: “A principal marca do Milagre foi, obviamente, o caráter inesperado das elevadas taxas de crescimento.” (PRADO; EARP, 2003, p. 14). Em paralelo a esse dito “Milagre”, ocorre o aumento da dívida externa brasileira, que cresce de 3,8 bilhões em 1961 para 43,5 bilhões de dólares em 1978 (1.144,44% em 17 anos).

Paralelamente ao Milagre, ocorre a Revolução Verde, que Santos (2006) descreve como uma sequência de mudanças na forma de se fazer agricultura, que se inicia com o avanço tecnológico após a Segunda Guerra Mundial. Todavia, o *status* e o nome de Revolução Verde surgem somente nas décadas de 1960 e 1970, quando é implantado em países subdesenvolvidos, como o Brasil e a Índia.

A Revolução Verde se caracteriza pelo uso intensivo da terra, com sementes híbridas, adubo, agrotóxicos, redução de custo de manejo, novas técnicas de plantio, irrigação e colheita, sujeita a um gerenciamento empresarial da produção. Como consequência, nos anos 90, o Brasil se torna recordista de produção em soja, milho, algodão, entre outros. Não obstante, esses dados resistem às críticas à Revolução Verde, que possuem três vertentes.

Uma delas se refere à dependência de empresas e mercados, a erosão genética, os endividamentos e, principalmente, a expulsão dos agricultores do campo como fatores mais negativos. A segunda aponta como problemas a estagnação das variedades, o ciclo vicioso no uso de fertilizantes e o esgotamento do solo, os quais sugerem a necessidade de uma segunda Revolução Verde, com inovações. A terceira corrente se refere ao aspecto das perdas ambientais, pois, segundo os defensores dessa corrente, esse modelo contraria os princípios do desenvolvimento sustentável, com perda de biodiversidade, uso excessivo de combustíveis fósseis, erosão e poluição (SANTOS, 2006).

Dessa forma, conforme Santos (2006), o século XX, principalmente sua segunda metade, foi cenário de grande desenvolvimento, sobretudo nos aspectos econômico, científico e tecnológico, e o formato desse desenvolvimento ocasionou grandes mudanças demográficas, que, até a atualidade, repercutem na distribuição populacional entre o meio rural e o urbano.

A externalização do processo produtivo, promovido pela mercantilização da agricultura, torna prioridade a “lógica dos mercados”, com ênfase na produção e na produtividade. Dessa forma, fica em segundo plano o desenvolvimento de atividades de autoconsumo e, por consequência, a questão da sociabilidade e identidade do agricultor familiar, o que traz vulnerabilidade à sua reprodução social. Segundo Ellis (1998, 2000), essa vulnerabilidade se traduz pelo elevado nível de sujeição a situações de risco e instabilidades sociais e econômicas, promovendo a insegurança alimentar e o comprometimento da reprodução social, com o consequente êxodo rural.

Segundo Reis (2006), o século XX realmente foi cenário de grandes mudanças. O autor relata que, em suas primeiras décadas, a sociedade ainda era amplamente rural, com a maioria da população brasileira nessa condição, mesmo que se reduzindo continuamente. Durante o expressivo crescimento populacional verificado no Brasil entre 1940 e 1980, mudou o cenário oportunizado pela distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas, ocorrendo sua inversão. Essa mudança desencadeou o esvaziamento das áreas rurais e o crescimento desordenado de grandes aglomerados urbanos (cidades e metrópoles), reflexos evidentes que sinalizam um novo tempo, com um rural diferente e um urbano também diferente.

Nesse contexto, Veiga (2004) afirma que “a ruralidade não é deficiência, e também não é sinônimo de declínio; tanto quanto urbanidade e aglomeração não garantem automaticamente um próspero desenvolvimento”. Nessa mesma obra, o autor traz o debate sobre a relação urbano/rural, referindo-se ao que acontece nos países capitalistas ditos

desenvolvidos, dividindo-os em três grupos distintos¹. Veiga também analisa o caso brasileiro, contestando a quantidade exagerada de cidades, bem como a forma político-administrativa com que estas são criadas, sem que haja um critério racional para sua criação. Segundo o autor, o Brasil é campeão mundial em quantidade de cidades.

Para o autor, não existe certeza para se afirmar quais critérios estabelecidos são os melhores para caracterizar o que é considerado como rural e urbano. Veiga (2004) faz várias considerações a respeito desse assunto, explanando sobre a ideia de rural, urbano, ruralidade, bem como as tendências de migração rural/urbano, quando faz a seguinte referência: “também parece errado opor uma tendência de ‘ressurreição rural’ à velha tese da ‘desertificação rural’”. Para o autor, é uma nova realidade gerada pelas mudanças ocorridas que está presente na contemporaneidade e que deve ser mais bem estudada para ser mais bem compreendida.

2.1.2 O rural/urbano com base em pressupostos oficiais e teóricos distintos até o Novo Rural

São variadas as formas de interpretação e os significados atribuídos às expressões “rural” e “urbano”. O entendimento de suas múltiplas dimensões (política, econômica, cultural, ambiental ou simplesmente social) é fundamental, pois são encaradas como basilares para o planejamento territorial em suas diversas escalas. A obsessão pela busca de critérios delineadores do corte “rural/urbano” em pesquisas técnicas e em estudos pragmáticos é básica para um método diferenciador de espaços (BIAZZO, 2008).

Segundo Bertrand et al. (1973), existem, de forma geral, duas abordagens básicas na busca de definições do que seja rural e urbano: a dicotômica e a de *continuum*. A primeira recai sobre as diferenças que estabelecem dois espaços distintos, em que o campo se opõe à cidade. A segunda preconiza a aproximação ou o entrelaçamento entre rural e urbano, com um absorvendo características do outro.

Segundo Graziano da Silva (1996), quem primeiro se referiu a essa dicotomia rural/urbano foram Marx e Weber, referindo-se à divisão instaurada na Europa (Inglaterra)

¹ “Há três tipos de países desenvolvidos sob o prisma da diferenciação espacial entre áreas urbanas e rurais. Primeiro, um pequeno grupo fortemente urbanizado, que reúne Holanda, Bélgica, Reino Unido e Alemanha, no qual as regiões essencialmente urbanas ocupam mais de 30% do território e as regiões essencialmente rurais menos de 20%, sendo que as intermediárias variam entre 30% e 50%. (1) No extremo oposto há um grupo maior, formado por quatro países do ‘Novo Mundo’ – Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia – mas do qual também fazem parte três nações muito antigas: Irlanda, Suécia e Noruega. Nesse grupo as regiões essencialmente rurais cobrem mais de 70% do território e as relativamente rurais têm porções inferiores a 20%. Finalmente, no caminho do meio encontram-se França, Japão, Áustria e Suíça, países nos quais entre 50% e 70% do território pertence a regiões essencialmente rurais e cerca de 30% a regiões relativamente rurais.” (VEIGA, 2004).

ainda no século XVII, onde a antiga classe dominante rural era vista como ultrapassada e sinônimo de atraso. De outra forma, a nova classe burguesa formada pelos industriais localizados no urbano era vista como sinônimo do novo, do progresso capitalista que começava a despontar.

Segundo Veiga (2001), no Brasil, uma definição oficial e dicotômica do que é considerado como cidade (urbano) ainda se reporta ao Decreto-Lei nº 311/1938, promulgado ainda na Era Vargas. Foi esse decreto que, da noite para o dia, transformou em cidades, independentemente de suas características funcionais ou estruturais, todas as sedes municipais existentes na época. Segundo o autor, até a atualidade, municípios com menos de 20 mil habitantes não precisam sequer de um plano diretor. Nessa ocasião, ínfimas vilas sem qualquer estrutura passaram à condição de cidades, cujo fato, até a atualidade, não foi completamente corrigido, pois ainda se observam sequelas. Mudanças significativas ocorreram somente em 1991, quando o IBGE começou a distinguir três categorias de áreas legalmente definidas como urbanas e quatro tipos de aglomerados rurais, a saber: urbanas: áreas urbanizadas, não urbanizadas (conforme o grau de intensidade da ocupação humana) e áreas urbanas isoladas (definidas por lei municipal); e rurais: aglomerados rurais do tipo extensão urbana (áreas fora do perímetro urbano legal), povoado (que disponha de um mínimo de serviços), núcleo (vinculado a um único proprietário do solo) e outros aglomerados (não cumprem os requisitos anteriores) (IBGE, 2001 apud VEIGA, 2001).

Para o censo 2010, segundo o IBGE (2013b), considera-se como área urbana a área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila quando ela for assim definida pela legislação municipal. A área rural, por sua vez, é definida como aquela área do município que for externa a esse perímetro urbano. Mais precisamente, seguem as seguintes definições:

Aglomerado rural - Agrupamento de população considerado a partir de um conjunto de edificações adjacentes (50 metros ou menos de distância entre si) e com características de permanência, situado em área legalmente definida como rural.

Aglomerado subnormal (favelas e similares) - Conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais.

Áreas urbanizadas de cidade ou vila - Áreas legalmente definidas como urbanas e caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana.

Áreas não urbanizadas de cidade ou vila - Áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural.

Áreas urbanas isoladas - Áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.

Povoado - Aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, não vinculado a um único proprietário do solo. Caracterizado pela existência de serviços para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas. (IBGE, 2013a).

Segundo Veiga (2006), as características que distinguem o espaço rural e o urbano estão ligadas ao grau de manifestação da pressão antrópica sobre os ecossistemas, sendo que, no urbano, o ecossistema é ultra-artificializado e, no rural, é intocado. Por outro lado, em áreas em que há agricultura intensiva, pode ocorrer o contrário. Por isso, o autor derrubou um dos argumentos comumente usados na classificação de áreas rurais: “A agricultura não pode servir como critério de identificação do rural.”

Diferentes países também possuem diferentes critérios para classificar o rural e o urbano. Pessoas que moram em áreas consideradas rurais podem ter comportamento urbano e vice-versa. O autor considera que a pressão antrópica deve ser critério diferenciador de rural e urbano, mas não deve ser o único. Quanto ao futuro do rural, o autor não concorda com o fim da ruralidade ou com o renascimento do antigo rural, para ele existem mudanças naturais, como em outros tempos existiram, e o rural permanecerá com um novo formato. Veiga alerta, ainda, para a incerteza sobre o entendimento de rural e urbano quanto à detenção de maior importância, atribuída atualmente ao urbano pelo maior poderio econômico e tecnológico; entretanto, com o eventual fim dos combustíveis fósseis, tudo pode mudar (VEIGA, 2006).

Segundo Biazzo (2008), a relação rural/urbano começou a ser estudada desde o início do século XX, em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos. Inicialmente, era concebida como sendo polar e oposta, em que uma se opunha à outra, sendo os países encarados como espaços diferentes, principalmente com enfoque de pressão populacional. Já pelos anos de 1930, começou-se a perceber diferenças de pensamento, em que cada vez mais existiam, ou surgiam, semelhanças incorporadas pelo rural do urbano, foi quando se começou a falar em um “*continuum* rural-urbano”. Para Biazzo (2008), Graziano da Silva (1999), ao inserir nessa corrente a ideia de “espaço rurbano”, comprova a hipótese já existente, também em relação ao Brasil.

Nesse contexto, surge no Brasil a discussão sobre esse Novo Rural, em que se estuda sua dificuldade conceitual e de delimitação de critérios definidores. Graziano da Silva (1997) descreveu essa dificuldade da seguinte maneira:

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só

pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Citando Marx e Weber, Graziano da Silva (1997) delimita o surgimento da dicotomia rural/urbano. Em princípio, o rural era visto como velho, como “atraso”, e o urbano como o novo, o “progresso”, sendo o rural representado pelos proprietários rurais atrelados à produção agrícola e o urbano às fábricas capitalistas inovadoras e geradoras de trabalho. Dessa forma, a origem não seria um limite territorial, mas sim uma disputa entre classes.

Graziano da Silva (2001) mostra que o rural não se contrapõe ao urbano enquanto símbolo da modernidade. O rural brasileiro ainda sofre as consequências de sua formação histórica relacionadas à colonização (grandes propriedades com trabalho escravo), sendo que ainda persistem muitas sequelas, como o atraso e a violência. Todavia, o autor destaca a esperança viva na:

[...] emergência de um novo rural, composto tanto pelo ‘*agribusiness*’ quanto por novos sujeitos sociais: alguns ‘*neo-rurais*’, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de *escargot*, plantas e animais exóticos etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão; loteamentos clandestinos que abrigam muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não agrícolas; e ainda milhões de ‘*sem-sem*’, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não têm emprego, não têm casa, não têm saúde, não têm educação e nem mesmo pertencem a uma organização como o MST para poderem expressar suas reivindicações. (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Lindner, Alves e Ferreira (2009) se referem à dificuldade de se conceituar rural e urbano. Os autores afirmam que a concepção tradicional de rural como “atraso” e urbano como “progresso” não pode mais ser passivamente aceita. Dessa forma, foram grandes as transformações em ambos os meios, conferindo-lhes novas características e criando várias situações intermediárias, as quais foram denominadas por Graziano da Silva (2001) como um “Novo Rural”, caracterizado e estudado pelo Projeto Rurbano². O autor contesta o rural como sinônimo de atraso e ilustra várias categorias de ocupações rurais, sendo muitas novas, a

² É um projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp, que conta com financiamento da Fapesp e do Pronex/CNPq-Finep. Coordenado por Graziano da Silva (2004), compõe-se basicamente de três subconjuntos: 1 - uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intrinsecamente vinculada às agroindústrias, ou seja, o chamado *agribusiness* brasileiro; 2 - um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e 3 - um conjunto de “novas” atividades agrícolas e não agrícolas no campo brasileiro, localizadas em nichos específicos de mercados.

exemplo de nichos de mercado agrícola, condomínios rurais, turismo rural, empregos domésticos, aposentados, entre outras.

O rural é diferente do que consistia no passado, entretanto as políticas públicas rurais permanecem nos moldes semelhantes. Essas políticas procuram somente reduzir o isolamento dessas populações rurais com investimentos nos sistemas de transporte e de comunicação, na melhoria das suas condições de vida pela habitação e saúde, e de qualificação pelo ensino básico e técnico. Essas necessidades são fundamentais e devem ser supridas. No entanto, o fato é que as zonas rurais têm novas necessidades típicas de uma sociedade pós-industrial, como a de estabelecer um zoneamento definindo áreas de indústria e de moradia, áreas de preservação ambiental etc. (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Um traço em comum entre o Velho e o Novo Rural é a heterogeneidade, uma vez que em ambos existe uma infinidade de situações a se observar. Mesmo no Novo Rural, onde existem condomínios rurais mais abastados, o tratamento de esgoto é deficiente ou não existente, os empregos não agrícolas muitas vezes não propiciam um nível de renda que melhore suas condições de vida e, principalmente, muitas vezes há falta de acesso a terra, o que impede que esses habitantes do Novo Rural consorciem sua manutenção com as atividades agrícolas de subsistência (autoconsumo) (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Graziano da Silva (2001), ao estudar o Novo Rural em comparação à outra corrente teórica, estabelece formulações que analisam a dialética rural-urbano e, dessa forma, destaca a importância social da agricultura familiar. Compreender o que é rural é basilar para entender a pequena produção familiar desse segmento social e vital para se entender o rural. Segundo ele, não será fácil uma explicação universalmente aceita para essa nova realidade do contexto rural/urbano. Caso assim fosse, a complexidade da atual reestruturação produtiva já estaria resolvida.

2.1.3 A agricultura familiar e sua natureza produtiva voltada para o autoconsumo

O Dossiê Estatístico elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (1996) define a Agricultura Familiar a partir de três características principais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem

sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Segundo Schneider (2010), certamente, tanto a agricultura familiar como os agricultores que atualmente são assim nomeados sempre existiram, portanto não se trata de uma novidade. Este talvez seja o primeiro e mais importante fator a se destacar quando se trata da direção dos estudos e discussões em torno dessa agricultura familiar e dela como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira.

Schneider (2006), ao estudar as teorias que procuram explicar a agricultura familiar, atribui o maior legado no assunto a Marx, ressaltando as contribuições de Lênin e Kautsky, principalmente no que se refere à concepção de agricultura familiar diante da realidade capitalista que se vive atualmente. Ressalta o papel importante, segundo os autores por ele estudados, dessa agricultura de essência familiar na estrutura capitalista concebida. Nela, esse segmento encontra, ao longo do tempo, variadas situações de convívio, onde por vezes prevalece, outras vezes sucumbe, mas sempre retoma seu espaço. Para Schneider, a reprodução social, econômica, cultural e simbólica, invariavelmente, está na dependência de uma série intrincada de fatores e situações com que essas famílias se relacionam no ambiente em que estão inseridas. Para o autor, simplificar a definição de critérios para definir ou classificar o que é e o que não é agricultura familiar torna-se temerário, pois, isoladamente, nenhum dos critérios usualmente utilizados para classificar um estabelecimento como familiar deve servir para eliminá-lo dessa condição, seja o trabalho familiar, seja a administração do estabelecimento, seja a propriedade dos meios de produção, seja qualquer outro que se venha a utilizar. Para Schneider, a agricultura familiar se muda conforme a situação contemporânea, transformando-se e adaptando-se à realidade para sobreviver e se reproduzir.

Diante da presença desse importante segmento produtivo e social que é a agricultura familiar e de toda essa transformação do rural e do urbano e da própria agricultura familiar, pode-se fazer referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, em seu artigo 25. Ela estabelece, entre outros direitos sociais, também o direito à alimentação como um dos direitos humanos fundamentais, apesar de não apontar os mecanismos necessários para que este se torne efetivo, sendo mais uma adaptação entre as citadas por Schneider (2006), para as quais a agricultura familiar deve estar sempre atenta na busca da sua sobrevivência.

Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, os

serviços sociais indispensáveis e direitos à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros, casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle [...]. (ONU, 1948).

Nesse mesmo viés teórico, Graziano da Silva (1997) busca nos clássicos marxistas o que seria considerado como camponeses, com vistas a mostrar a relação com o contexto do agricultor familiar do Novo Rural. Assim, aquilo que, na visão deles, era um processo de proletarização na realidade foi uma combinação de atividades não agrícolas fora do seu estabelecimento, que na época constituía-se na novidade, no diferente. Os clássicos consideravam o trabalho fora da unidade produtiva por membros da família camponesa como outro indicador de proletarização e, conseqüentemente, de empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social, tendo em vista que esses camponeses não eram especializados, pois combinavam atividades não agrícolas artesanais no estabelecimento com a participação coletiva dos membros da família (construções, fabricação de doces, conservas, tecidos rústicos, móveis e utensílios etc.). No contexto atual, esse trabalho fora não é mais considerado como atraso ou empobrecimento, mas sim sinônimo de progresso e de adaptação à realidade capitalista contemporânea.

Schneider (2006) refere-se à diferença do colono gaúcho (ou o caipira paulista) em relação ao agricultor familiar e se estes estão na mesma categoria ou não. O autor explica que existe um processo de metamorfose: o colono e o agricultor familiar em essência são o mesmo, pois ainda guardam características comuns, como os laços familiares, a forma de sucessão e as atividades de autoconsumo, todavia são categorias diferentes, sendo que o agricultor familiar já é um segmento mais adaptado ao mercado. Dessa forma, Schneider (2006) vê o atual agricultor familiar como um produto do processo evolutivo e de adaptação ao meio. Uma parcela significativa dos antigos colonos se transformou nos agricultores familiares de hoje, fazendo uso, para isso, de várias características tradicionais dos colonos adaptadas a novas realidades. As atividades de autoconsumo, como segurança alimentar e geração de renda pelo excedente e por novas atividades comerciais geradas, são algumas dessas adaptações.

O trabalho de Silva Neto e Figueiredo (2009), referindo-se a pequenos municípios agrícolas (compatíveis com os pequenos aglomerados urbanos nesta pesquisa), aponta que:

[...] uma distribuição de renda mais equânime associada a uma diversificação da produção provocariam um aumento significativo da demanda de bens e serviços destinados ao consumo interno, com efeitos benéficos sobre o desenvolvimento econômico local, enquanto que o aumento da produção agrícola destinada às

exportações teria um impacto reduzido sobre a economia local. (SILVA NETO; FIGUEIREDO, 2009).

Schneider (2010) considera que um desafio para a agricultura familiar consiste, em um contexto de “economia da qualidade”, em capacitar-se para poder se inserir nos mercados locais e programas governamentais (ex.: merenda escolar). Na economia da qualidade, os agricultores familiares precisariam desenvolver habilidades para construir os novos mercados, o que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais. Essa capacidade da agricultura familiar em atender às demandas flexíveis de mercados mais exigentes requer inovação e aprendizagem coletiva. Isso pode ocorrer por meio de redes sociais (de amizade, vizinhança, compadrio), gerando formas de inovação por aprendizagem coletiva. Estas são as potencialidades e também os limites. O baixo grau de escolaridade dos agricultores é uma barreira, além da limitada capacidade de entrada dos mercados locais dos excedentes produzidos ou dos limites de escala dos pequenos agricultores.

Segundo Wolf (1976), a produção camponesa (familiar) está dividida em três propósitos ou fundos, a saber: um de manutenção, destinado ao autoconsumo familiar com reserva de sementes para a próxima safra, alimentação animal e reparo no estabelecimento (dimensão material); outro cerimonial, para reprodução social e cultural do grupo (dimensão simbólica); e outro de aluguel, relativo aos excedentes produzidos (dimensão das relações).

Conforme Pontes (2005), para Chayanov o trabalho do camponês (agricultor familiar) tem como objetivo a satisfação de suas necessidades. Dessa forma, o núcleo de sua teoria é o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração de seu trabalho. A determinação do ponto no qual o camponês deixa de trabalhar é o ponto da satisfação das necessidades de autoconsumo que, para ele, são definidas como marginais. Seu principal objetivo é a subsistência e não o lucro. Chayanov interpretou, teoricamente, um achado empírico na história agrária russa, em que, a cada baixa de preços, adotava-se um aumento da produção, como um tipo de resposta tipicamente não capitalista, mas sim camponesa.

Segundo Pontes (2005), para Marx o camponês (agricultor familiar) não maximiza o lucro nem a renda. Segundo o autor, a lei do valor não se aplica à forma de produção camponesa; para o camponês, enquanto ele obtiver sua subsistência, ele seguirá produzindo. Para Marx, a economia camponesa é mercantil, sendo que ele somente vende (excedente) para comprar o que lhe falta.

2.1.4 Pressupostos teóricos e conceituais sobre informalidade

Tendo-se em vista ser este um dos principais aspectos analisados nesta tese, faz-se necessário o melhor entendimento do que se entende por informalidade.

2.1.4.1 A busca por conceitos e definições

Ao se buscar a origem do informal ou da informalidade, perceber-se que *a priori* o informal era o normal. Conforme Theodoro (2002), o pequeno comércio de rua, os mascates e o “faz-tudo” estavam já presentes nas ruas de Nova Iorque ou Paris na virada do século XX. Essa força de trabalho já exercia essas atividades econômicas informais, portanto a informalidade há muito já era uma realidade. Segundo o autor, apenas o conceito de setor informal é que aparece somente nos anos 70.

Dessa forma, o setor informal é percebido como um fenômeno eminentemente moderno e resultado do recente processo de urbanização, em que as terminologias “formal” e “informal” nascem em substituição aos termos “setor tradicional” e “setor moderno”. A definição primária de “setor informal urbano” se origina no estudo sobre o Quênia, de 1972. Sem um corpo teórico claro sobre o que compunha a informalidade, foi entendida como uma maneira de fazer coisas. Formou-se um setor que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens e prestação de serviços ou com pequeno comércio (SALAS, 2003).

Para Mirus e Smith (1997), a economia informal ou subterrânea é a “atividade econômica que, em geral, pode ser tributada fosse relatado às autoridades fiscais”. Smith (1994) definiu a economia informal como a “produção de bens e serviços baseados no mercado, legal e ilegal, que escapa da detecção das estimativas oficiais do Produto Interno Bruto”.

Schneider e Enste (2000) consideram a informalidade como sendo “toda atividade que geralmente seria tributada se fosse reportada às autoridades tributárias”. De Soto (1989), por sua vez, a considera como sendo “um conjunto de atividades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e à regulação”.

De outra forma, Forrester (1997) aponta que a indústria não mais oferece o número de vagas de trabalho como outrora. Para a autora, já houve o tempo em que a mão de obra era indispensável. Entretanto, devido aos avanços tecnológicos e à gestão que cada vez mais

busca a eficiência, reduziu-se o contingente de mão de obra necessária para que essas empresas atingissem seus objetivos. Dessa forma, a oferta de postos de trabalho formais reduziu, proporcionalmente, a escala de produção, pela simples razão de que essas empresas não mais têm necessidade. Esse fato gera excedentes de mão de obra e, conseqüentemente, informalidade.

Segundo Ribeiro (2000), esse tipo de atividade informal pode ser dividido em dois segmentos: o das atividades legais, constituídas de atividades socialmente aceitas, tais como sonegação de impostos, alugueis, trabalho sem registro, troca de serviço, escambo, etc.; e o das ilegais, que são as atividades ilícitas não socialmente aceitas, tais como frutos de roubo, contrabando, fraudes, drogas, corrupção, entre outras relacionadas a atos ilícitos.

Para Cacciamali (1983), o setor informal é entendido como aquele que não se organiza nos moldes tipicamente capitalistas. Estes compreendem, em geral, trabalhadores autônomos e pequenas unidades de produção ou de prestação de serviços, com origem no próprio processo de diferenciação das estruturas produtivas resultantes da dinâmica de acumulação capitalista.

Conforme Pereira e Arrochellas (2004), o processo de formação do mercado de trabalho no Brasil dividiu-se em duas fases. A primeira fase ocorreu a partir da abolição da escravatura, em 1888, e se estendeu até 1930, com o início do trabalho livre, período caracterizado pela mão de obra oriunda da imigração e dos escravos libertos, com a predominância da agricultura de subsistência. A segunda fase ocorreu a partir de 1930, caracterizada pelas grandes transformações econômicas e sociais no Brasil com a industrialização iniciada no governo Getúlio Vargas. Segundo os autores, propiciou a inversão na relação rural/urbana: em 1940, um terço da população era urbana e dois terços rurais; já em 1980, inverte-se esse quadro. Para os autores, o conjunto de acontecimentos gerou excedente de mão de obra, inicialmente originando e posteriormente expandindo a informalidade.

Para Hirata e Machado (2008), em especial, essa expansão da informalidade se deu com a inversão demográfica rural/urbano. A entrada na informalidade pode ser também por opção, surgindo como uma estratégia que pode ser denominada de “ciclo de vida”, em que existem trabalhadores mais velhos em busca de uma renda maior, bem como mais jovens em busca de experiência; existe também a busca por maiores salários, abrindo mão de direitos sociais advindos dos contratos formais de trabalho (HIRATA; MACHADO, 2008).

Ribeiro (2000) delimita dois enfoques de análise para a existência da informalidade: um econômico, ligado aos vários fatores que regulam a economia; e outro interdisciplinar, que

envolve, basicamente, indicadores sociológicos e psicológicos, tais como índice de moralidade e índice de aceitação e percepção do sistema tributário, entre outros. Sendo assim, o autor cita como as principais causas que levam à informalidade: crescimento dos tributos (impostos, taxas, contribuições sociais etc.); elevação na pressão pela regulação, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho; aposentadoria precoce; inflação; desemprego; elevação do descrédito nas instituições públicas; desvalorização do índice de moralidade; elevação da corrupção; e liberdade de ingresso na informalidade.³

Segundo Silva e Barbosa (2001), a informalidade possui muitas outras expressões para designá-la, entre elas “setor informal”, “trabalho informal”, “setor não organizado”, “atividade não estruturada”, “economia subterrânea”, “desemprego disfarçado”, “subemprego” e “trabalho clandestino”.

A expressão “trabalho informal” teve sua origem no ano de 1972, em um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Emprego. Nos relatórios de Gana e Quênia, na África, a respeito das condições de trabalho, constatou-se um grande número de trabalhadores praticando atividades econômicas avaliadas como à margem da lei e sem amparo ou regulação legal (SILVA; BARBOSA, 2001). Segundo os autores, a OIT considera que “o trabalho informal é interpretado no âmbito de relações sociais onde vigoram os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais por parte dos trabalhadores”.

Pereira (2004) também se refere a esse trabalho da OIT como sendo o pioneiro no estudo do setor informal. Em seu estudo realizado nos anos 70, através do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (Prealc), ainda considerava como condições quase independentes o trabalho formal e informal. O autor atribui ao trabalho formal as seguintes características: defronta-se com barreiras à entrada; depende de recursos externos; a propriedade do empreendimento é impessoal; opera em larga escala; utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada; a mão de obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal; atua em mercados protegidos através de tarifas, cotas etc. Considera informal aquele trabalho com características contrárias às relacionadas ou atribuídas ao trabalho formal. Posteriormente, o autor cita vários autores para elaborar uma nova concepção do que seria para ele o setor informal. Dessa forma, descreve o trabalho informal como sendo um fenômeno ligado aos setores mais pobres da população, utilizando como unidade econômica de análise o indivíduo em detrimento das

³ Ver Schneider e Enste (2000), O’Higgins (1985), Frey (1997), Friedman et al. (2000) e Bajada (1999).

empresas e dos domicílios, considerando como parte desse segmento os mais desprotegidos, tanto pelo governo como por sindicatos de classe.

Para Pereira (2004), o informal passa de uma condição marginal, como uma simples sobra de mão de obra do setor capitalista, para ser tratado como uma reserva de trabalhadores para o setor formal ou como atividades produtivas que, de alguma forma, vêm a favorecer o setor formal. Para o autor, o entendimento não passa por um simples dualismo formal/informal, mas sim é um processo intrínseco do modo de produção capitalista, em que existe a presença das atividades marginais⁴ e/ou informais como reflexos das disfunções na incorporação de mão de obra nesse modo de produção.

2.1.4.2 Teorias relacionadas à informalidade

Theodoro (2002) argumenta que, há três décadas, estuda-se o setor informal, relegando-se ao Estado um papel secundário. Segundo o autor, existem no mínimo três importantes vertentes teóricas sob as quais se podem estudar ou discutir a informalidade, principalmente no que tange ao papel do Estado na existência e evolução do setor informal, a saber, a keynesiana, a neoliberal e a estruturalista. Todas podem contribuir para o estudo da informalidade e cada qual atribui ao Estado um determinado e distinto papel nesse assunto. O papel dessas três escolas na relação governo/setor informal é explicitado a seguir.

2.1.4.2.1 Teoria Keynesiana

A Teoria Keynesiana foi a teoria desenvolvida pelo economista inglês John Maynard Keynes, que é considerado por muitos como o pai da moderna macroeconomia. Também foi o responsável por levantar uma série de questões sobre a reforma do capitalismo após a Grande Depressão, sendo uma das principais a defesa do papel regulatório do Estado, minimizando instabilidades do mercado. Este se tornou um dos principais pilares da Teoria Keynesiana, possibilitado pela identificação do investimento produtivo como um fenômeno monetário, associado à poupança, o que abria espaço para a entrada do Estado como forma de gerar demanda e, assim, garantir o pleno emprego (BARRETO, 2007).

⁴ Aqui entendidas como aquelas que estão à margem de qualquer tipo de regulação, não sendo abrangidas por nenhum tipo de legislação, bem como englobando aquele contingente de pessoas que não se submeteu a nenhum processo de assalariamento ou outra ocupação efetiva. Para Dedecca e Baltar (1997), essa situação foi agravada pelo fluxo populacional campo-cidade.

Segundo Theodoro (2002), em termos de Brasil e América Latina, a escola keynesiana está ligada originalmente à Organização Internacional do Trabalho e ao Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe (OIT/Prealc), em que o Estado intervencionista e desenvolvimentista do pós-guerra teria, na manifestação do próprio conceito de informal, um novo campo de ação e de execução de políticas públicas. O Estado era considerado gestor da economia (fiscal e monetária) e planejador no médio e longo prazo, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Em países subdesenvolvidos, nos anos 50, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), das Nações Unidas, torna-se a referência keynesiana para tratar desse subdesenvolvimento. O caminho da industrialização e concentração da população foi escolhido para suprir a falta de desenvolvimento. Assim, para os cepalinos, o setor informal é concedido de tal forma:

O setor informal compreende um conjunto de atividades (formas de produção) cujas características principais são: (i) o reduzido tamanho do empreendimento; (ii) a facilidade de entrada de novos concorrentes; (iii) a inexistência de regulamentação; (iv) a utilização de tecnologias intensivas em mão de obra; (v) a propriedade familiar, entre outras. (OIT, 1972, p. 6).

Conforme explica Theodoro (2000, 2002), a vertente teórica keynesiana assume enfoques diferentes ao longo do tempo para trabalhar o setor informal: o primeiro é o técnico, o segundo é o político como instrumento de combate à pobreza e o terceiro é o subsidiário com a gestão da pobreza.

No enfoque técnico, o setor informal era visto como um fenômeno passageiro, em vias de desaparecimento, pensava-se que iria desaparecer naturalmente com o desenvolvimento. Posteriormente, no enfoque político, aparece na segunda metade dos anos 80, com ênfase no combate à pobreza. Neste enfoque, o setor informal passa a ser visto como algo característico de países em desenvolvimento e um instrumento útil para gerar postos de trabalho para a mão de obra excedente, e o fortalecimento do informal, através de programas sociais, passa a ser uma bandeira governamental e instrumento de resgate de uma dívida social. Por fim, o enfoque subsidiário aborda a gestão da pobreza. Essa nova conotação se desvincula da sua erradicação ou da redistribuição para pagar dívida social, passando a ser vista como um fenômeno natural em países como o Brasil, procurando-se sanar somente eventuais sequelas e consequências através da atuação de conselhos, fóruns e outros com participação da sociedade civil. O autor sintetiza a vertente keynesiana como eminentemente intervencionista, em que o

governo percebe o setor informal não como um fenômeno de uma realidade multifacetada, mas sim como um novo campo de ação do Estado para ações políticas como as descritas.

2.1.4.2.2 Teoria Neoliberal

Nascida logo após a Segunda Guerra Mundial, a Teoria Neoliberal foi uma reação teórica ao modelo de Estado centralizador. Conforme os autores clássicos, o mercado é a única instituição capaz de conduzir os problemas sociais, sejam econômicos, sejam políticos. Sua base teórica é mostrar o mercado como mecanismo insuperável para estruturar e coordenar as decisões de produção e investimentos sociais. No Brasil, o Consenso de Washington também se fez prevalecer, o qual pode ser resumido em dois pontos básicos: redução do tamanho do Estado e abertura da economia, iniciada por Fernando Collor e seguida por Fernando Henrique Cardoso, em que se manteve “a mesma agenda: acabar com a inflação, privatizar, reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho” (TEIXEIRA, 1996, p. 18).

Basicamente, o neoliberalismo replica dois conceitos-limite, sendo um positivo, o de mercado perfeito ou de concorrência perfeita, e outro negativo, o conceito de “caos”, que serve para demonstrar a destruição do mercado, partindo do mercado como a realidade empírica central (TEIXEIRA, 1996).

Para Theodoro (2002), na vertente neoliberal, o Estado, burocratizado e cartorial, constituir-se-ia na fonte primeira e inexorável da informalidade, considerada como uma disfunção desse mercado, o que, segundo os neoliberais, é autorregulável. O autor baseia sua análise na obra de Hernando De Soto, em que se preconiza o Estado mínimo, ou uma visão antiEstado, sem amarras, deixando o mercado livre para se autorregular. Para Theodoro (2002), o Estado intervencionista é o maior responsável pelo setor informal, que representa a essência do empreendedorismo capitalista, como já ocorreu em países desenvolvidos no passado. A ideia de De Soto é que o Estado mercantilista e intervencionista obrigue os verdadeiros empreendedores a se manter no setor informal, pois o formal é ocupado por poucos privilegiados com produtividade duvidosa, que mantêm, assim, uma série de privilégios. De Soto defende uma revolução com o fim desse tipo de intervenção do Estado, o que seria o ideal para que a América Latina possibilitasse que o setor informal ocupasse seu espaço na sociedade e na economia.

2.1.4.2.3 Teoria Estruturalista

Chiavenato (1983) descreve a teoria estruturalista como surgida da necessidade de que haja uma interação entre o ambiente e as organizações. Nela se mantêm vestígios da burocracia e traços das relações humanas, em que o ambiente (mercado) ganha espaço na estratégia organizacional, na busca de seus objetivos. As organizações e seu ambiente procuram se organizar através de estratégias organizacionais, que são formas eficazes para fazer as trocas com objetivos comunitários, cuja relação deve ser harmoniosa, sem conflito. Existem duas estratégias: a competição e a cooperação. A competição se caracteriza pela disputa entre duas organizações pares com uma terceira, por exemplo, duas empresas por consumidores. Quando existe a compatibilidade entre os interesses, em uma delas absorver elementos ou recursos da outra, não existe competição, neste caso há cooptação. Quando os interesses são os mesmos, elas podem se unir para alcançá-los e, neste caso, existirá uma coalizão. Coalizão e cooptação são exemplos de cooperação.

A Teoria Estruturalista é administrativa e baseada no movimento estruturalista, fortemente influenciado pela sociologia organizacional. Estrutura é o conjunto de elementos relativamente estáveis que se relacionam no tempo e no espaço para formar uma totalidade. Em administração, a estrutura corresponde à maneira como as organizações estão organizadas e estruturadas. Quanto à organização formal e informal, a Teoria Clássica se concentrava na organização formal e a Teoria das Relações Humanas, somente na organização informal. Os estruturalistas tentam estudar o relacionamento entre ambas as organizações: a formal e a informal, em uma abordagem múltipla (CHIAVENATO, 1983).

A teoria também modera as relações formais e informais dentro e fora da organização. Os estruturalistas não alteram os conceitos da organização formal e informal (formal tudo o que estiver expresso no organograma, como hierarquia, regras, regulamentos, controle de qualidade, e informal as relações sociais). Dessa forma, a Teoria Estruturalista tenta encontrar o equilíbrio entre os elementos racionais e não racionais do comportamento humano, que constitui o ponto principal da vida, da sociedade e do pensamento moderno (CHIAVENATO, 1983).

Finalmente, segundo Theodoro (2002), essa vertente de cunho estruturalista percebe o informal como resultante de uma dada relação entre Estado e sociedade, existente, sobretudo, nos países em desenvolvimento. Ressalta-se que, em todos os casos, esse papel está longe de ser secundário ou coadjuvante. Ela procura recuperar a dimensão social e a política associada

à informalidade, pois é algo maior que uma simples relação entre Estado e sociedade. Busca-se a análise do arcabouço jurídico/legal e a existência de fatores extralegais responsáveis pela aceitação da informalidade. Sua interpretação é bastante complexa, pois esse segmento faz parte de algo que não está contemplado na legislação. Entretanto, é aceito por uma parcela significativa da sociedade e tem a participação de uma parcela desta mesma sociedade; ela é socialmente aceita, pois respeita, parcialmente, as leis.

Pode também ser entendida como uma situação em que informalidade, Estado, sociedade e demais instituições desencadeiam a reprodução social em um ambiente cercado pela desigualdade (pobreza, miséria e indigência). O papel desse Estado em países em desenvolvimento não é de cúmplice, mas sim somente de mais uma estrutura deficitária, pois é atuante para uns, parcialmente atuante para outros e completamente ausente em alguns. A informalidade é entendida como um fenômeno que atinge a sociedade como um todo, direta ou indiretamente, não sendo peculiar a um determinado segmento. Portanto, existe uma incompletude do Estado, principalmente no caso latino-americano, em que ele não está empenhado em enquadrar, jurídica e legalmente, essas formas precárias de sobrevivência social, como o subemprego e a informalidade (CHIAVENATO, 1983). O autor conclui sua análise resumindo os três enfoques:

O Estado intervencionista, principal tributário da ideia de setor informal – na vertente keynesiana; o Estado mercantilista – onde sua presença consubstanciaria, por outro lado, o próprio espaço para a proliferação do informal; e o Estado emissor de leis parcialmente cumpridas – copartícipe, portanto, da informalidade e suas consequências. Essas parecem ser as três principais visões do Estado, na percepção das diferentes abordagens sobre o sistema informal. (CHIAVENATO, 1983).

Para Hirata e Machado (2008), duas correntes teóricas analisam o período mais recente de crescimento da informalidade (1950-1990). Uma delas defende a regulamentação trabalhista e os movimentos trabalhistas que levaram a distorções relativas nos custos do trabalho e do capital. Nesse viés, as firmas optaram por investimentos em tecnologia capital-intensiva, promovendo excedentes de mão de obra e informalidade. Origina-se a teoria do mercado de trabalho segmentado ou dual, que defende a existência de dois setores relativamente homogêneos, o “moderno”, mais produtivo e regulamentado, e o “tradicional”, menos produtivo e menos organizado, tendo este segundo menos barreiras de entrada.

A outra corrente teórica é a abordagem da subordinação, que traz o investimento em capital das firmas com vistas ao mercado externo como não formador de postos de trabalho

suficientes para atender à demanda local e da migração do rural. Nesse contexto, forma-se um contingente de firmas capitalistas ditas formais, que possuem o objetivo claro de lucratividade e eficiência econômica. Em regime de subordinação, forma-se outro conjunto de firmas responsáveis por atividades vistas como menos lucrativas, que, portanto, não são atraentes como as anteriores. A informalidade se localiza nesse segundo grupo não atraente para as firmas capitalistas⁵.

Existe o esforço para desvincular a informalidade da pobreza, entendendo-se que a primeira não implica a segunda, surgindo a abordagem da subordinação. Ela consiste em analisar a esfera produtiva em geral, tendo em vista que a atividade capitalista não preenche todo o espaço econômico existente, deixando espaços para a existência do setor informal de forma subordinada (CACCIAMALI, 1983).

Segundo Muls (1999), essa teoria foi desenvolvida com o objetivo de explicar a segmentação e a desigualdade no mercado de trabalho. Foi elaborada nos Estados Unidos com vistas à pobreza e ao desemprego nos guetos urbanos e marginalizados e, posteriormente, aplicada ao conjunto das sociedades industrializadas modernas. Nessa teoria,

[...] o ponto de partida comum das teorias da segmentação é a constatação de uma cisão do mercado de trabalho em dois segmentos: um segmento protegido (mercado interno ou primário) e outro desprotegido (mercado externo ou secundário). Duas condições devem ser satisfeitas: *i*) o funcionamento de cada segmento, e portanto suas leis e regras, devem ser diferentes; *ii*) a existência de uma forte barreira à mobilidade entre os segmentos. (MULS, 1999, p. 8).

Pode-se complementar ainda que o segmento primário se caracteriza por salários altos, estabilidade e alta produtividade e o secundário por baixos salários, desemprego, rotatividade de mão de obra e baixo nível tecnológico (LIMA, 1980).

Essa teoria da segmentação contrapõe a teoria do capital humano, em que se supõe que a distribuição das habilidades cognitivas seja unimodal e contínua, não existindo a possibilidade de o mercado de trabalho ser descontínuo, segmentado ou dual. Na teoria do capital humano, defende-se a ideia de que o acréscimo de qualificação (conhecimento técnico ou formal) está diretamente relacionado com o valor dos salários, ou seja, diferentes qualidades de trabalho bastam para explicar diferentes salários, independente do setor em que se trabalhe (MULS, 1999; LIMA, 1980).

⁵ Ver Cacciamali (1983).

Existem pelo menos duas abordagens teóricas para explicar o dualismo no mercado de trabalho. A neoclássica explica a incapacidade dos mercados em fazer coincidir os preços com seus verdadeiros valores. Essa barreira salarial, muitas vezes legislativa, evita que o mercado ajuste oferta e demanda de mão de obra, originando um setor desprotegido que não encontrará emprego à taxa salarial vigente. A outra é a marxista, que explica o dualismo na segmentação setor formal/setor informal como uma função da acumulação capitalista, pois fazem parte do circuito do capital, ocupando os espaços deixados vagos pelo setor formal, porém, com menores salários. Essa abordagem salienta a conexão entre os setores formal e informal a partir da heterogeneidade na estrutura de produção e acumulação capitalista (MULS, 1999).

2.1.4.3 Como medir a informalidade

A informalidade é uma variável que, normalmente, não pode ser visualizada ou medida diretamente e suas características dificultam essa mensuração. Sabe-se que são diversos os fatores que levam à sua existência, além de ser um fenômeno muitas vezes tratado como ilegal, fato que dificulta ainda mais essa tarefa. Conforme Theodoro (2002), sua complexidade e heterogeneidade por si só já se configuravam como dois dos principais entraves operacionais e metodológicos para se estudar o setor informal.

Mirus e Smith (1997) exemplificam várias formas alternativas de se medir a informalidade. Contudo, relatam que nenhuma é confiável o suficiente. Todas se relacionam a comparações entre o Produto Interno Bruto (PIB) do país (Canadá, neste caso) e outros eventos, como depósitos em dinheiro, necessidade de guardar dinheiro para operações informais, relação do total de transações econômicas em relação às transações finais (PIB). Percebe-se que é historicamente estável a diferença entre a estimativa do PIB e o PIB real, além das transações realizadas em forma de troca, não envolvendo dinheiro, que também influenciam no PIB final.

Segundo Tedds (2005), existe um consenso internacionalmente reconhecido sobre alguns dos fatores que determinam o tamanho da economia informal ou subterrânea, como o autor se refere. Entre eles, a carga tributária aparece como o mais citado impulsionador dessa modalidade econômica; a regulamentação pesada, que também leva muitas pessoas a fugir desse denso fardo através da informalidade; a fiscalização, que atua em sentido contrário, reduzindo a informalidade mediante o aumento do risco em dela participar; a característica da

força de trabalho também é importante, em que trabalhadores independentes têm maior facilidade em sonegar seus impostos em relação a trabalhadores assalariados; a confiança no destino que o governo dá a seus tributos também determina a entrada ou não na informalidade; por fim, a moralidade, em que cada indivíduo desenvolve uma percepção própria do seu nível de cumprimento das leis.

Segundo Ribeiro (2000), os métodos utilizados para se medir a economia informal são classificados em diretos e indiretos. Os métodos diretos abrangem duas modalidades: o amostral, baseado normalmente na aplicação de questionários, com os quais se pode ter uma visão geral da economia informal estudada; seu sucesso depende da elaboração adequada do questionário e da sinceridade dos entrevistados; e o da auditoria tributária, baseado na comparação entre renda declarada e renda medida; por ser direcionado a setores específicos de alvos de fiscalização, dificilmente reflete uma realidade geral da economia informal.

Os métodos indiretos são baseados na análise de indicadores macroeconômicos, os quais oscilam através do tempo, deixando transparecer indícios sobre o comportamento da economia informal. São eles: a discrepância entre as despesas nacionais e as estatísticas da renda; a discrepância entre a taxa de participação da força de trabalho real e a sua medida oficial; a aproximação devido às transações; o modelo de demanda de moeda; o modelo usando como aproximação o consumo de eletricidade; e o modelo utilizando múltiplas causas e múltiplos indicadores.

Para Ribeiro (2000), o método que mais se aproximaria de uma medida confiável da informalidade seria o modelo utilizando múltiplas causas e indicadores. Todavia, o autor mesmo revela que seria uma aproximação baseada em cálculos estatísticos, e não a realidade pontual e/ou exata sobre a informalidade.

Dessa forma, Ribeiro (2000) confirma o posicionamento levantado anteriormente de que é praticamente impossível se obter uma medida precisa da informalidade. Contudo, não se devem depreciar as várias tentativas em estimar seu tamanho ou proporcionalidade em relação à economia e às atividades formais.

2.1.4.4 Pressupostos conceituais e teóricos ligados à relação de confiança nas transações informais familiares

Segundo o Consultório Etimológico (2012), a palavra “confiança” se origina do latim *confidentia*, “confiança”, de *confidere*, “acreditar plenamente, com firmeza”, formada por

“com”, intensificando, mais “fidere”, “acreditar, crer”, que deriva de *fides*, “fé”. Já quanto ao seu significado, segundo o Dicionário Aurélio (2013), confiança significa “esperança firme em alguém, em alguma coisa: ter confiança no futuro. Sentimento de segurança, de certeza, tranquilidade, sossego daquele que confia na probidade de alguém.”

Souza (2001), ao estudar a Nova Economia Institucional, relata a Teoria dos Custos de Transação utilizando-se da obra de Williamson ao tratar da organização do mercado e de suas relações, apresentando os contratos como mecanismos reguladores. Assim, esses mecanismos seriam responsáveis pela sua organização, garantindo ou limitando ações em que comportamentos oportunistas e a má-fé dos agentes venham a causar maiores problemas nas relações sociais. Entretanto, Granovetter (1985) afirma que a confiança é um mecanismo muito mais eficiente do que os demais. Adotada pela Nova Sociologia Econômica, o autor relata que ela pode ser considerada como a melhor solução ao comportamento oportunista, podendo representar um excelente mecanismo de organização das relações sociais e do mercado. Dessa forma, a ela é considerada como um substituto ou complemento aos mecanismos de coordenação propostos pela Nova Economia das Instituições.

Granovetter (1985) afirma que, no campo teórico, o conceito de confiança nas relações sociais surgiu ao lado do desenvolvimento do conceito de redes sociais, através de temas vinculados a capital social e território e sobre a ideia de enraizamento. Os estudos realizados têm vinculado a confiança como critério de análise das redes sociais, devido a essa interação interpessoal ou interorganizacional, característica das redes sociais, que são constituídas de pessoas que se relacionam e criam laços entre si.

Uzzi (1997) relata a formação de uma rede de confiança nas relações, em que os vínculos de troca e de resolução de problemas em conjunto são fortalecidos pela troca sistemática de informações. Dessa forma, a rede de confiança é estruturada com base nas relações sociais entre atores e instituições que são uma referência anterior. Ao reportar-se ao conceito de *embeddedness* proposto por Granovetter, o autor sugere que três características coordenam o comportamento dos agentes nas relações: confiança; troca de informações e resolução conjunta de problemas.

Na Nova Sociologia Econômica, a confiança é característica e condutora das relações sociais, controlando comportamentos oportunistas na relação, garantindo, assim, um mecanismo de regulação do mercado; o papel das relações sociais na confiança e no desencorajar da má-fé torna preferenciais as transações com indivíduos de boa reputação. Segundo Seligson e Rennó (2000), em geral, as aplicações do conceito de confiança

interpessoal não são generalizadas, sendo restritas apenas à família extensa, não chegando a indivíduos mais afastados. Para os autores, esse fato é prejudicial, pois impossibilita a participação na vida política, inviabilizando a busca de eventuais vantagens, gerando o sentimento de impotência política individual. Torna-se, assim, o berço para uma cultura voltada para políticas autoritárias a respeito da produção de bens sociais.

Para Lewis e Weigert (1985), a relevância em se estudar a confiança é importante por muitos motivos, pois é um conceito presente em vários momentos da vida dos indivíduos, seja de forma simultânea, seja complementar, influenciando sua vida e sua formação, afetando sua trajetória e a dos que com eles interagem. Para os autores, a confiança pode ser usada como um instrumento de redução de complexidade nas relações sociais. Entretanto, os autores ainda afirmam que essa confiança, uma vez instaurada, deve ser mantida, o que não é uma tarefa fácil. A falta de solução de continuidade pode vir a gerar a desconfiança, que também reduz a complexidade, mas gera uma série de ações baseadas no controle e monitoramento e pode, assim, ativar defesas institucionais. Dessa forma, existe o risco de rompimento nas relações transcorridas pela confiança.

Lewis e Weigert (1985) distinguem três dimensões para a confiança, a saber:

- dimensão cognitiva: baseada em um processo cognitivo responsável por distinguir as pessoas e as instituições em três categorias: as confiáveis, as não confiáveis e as desconhecidas. Os autores destacam que o julgamento cognitivo tem como critérios “boas razões” (pessoais e moldadas pelo meio onde ele vive para julgar e classificar quem é e quem não é confiável);

- dimensão emocional: é complementar à cognitiva e consiste em um laço emocional entre aqueles que participam da relação de confiança. Aparece em determinadas situações em que os investimentos emocionais são realizados e se assemelha a sentimentos como amor ou amizade. Apesar de estar presente em todos os tipos de confiança, é mais intensa na interpessoal e sua quebra pode ter consequências mais graves e amplas do que somente o rompimento da relação específica do assunto focado. Na dimensão emocional, existe a formação de um “elo emocional”, que pode ser constituído de sentimentos, empatia, instintos e intuições, e sua quebra pode gerar sofrimento emocional para todos os participantes da relação, inclusive o “traidor”, ou seja, o indivíduo que provoca o rompimento (LEWIS; WEIGERT, 1985).

- dimensão comportamental: baseada na observação de um indivíduo sobre o comportamento do outro e na posterior análise de como o indivíduo confia no observador.

Essa dimensão é complementar às dimensões cognitiva e emocional, espera-se que os outros envolvidos atuem de forma competente e responsável. Como o próprio nome revela, essa dimensão se baseia na observação do comportamento, das palavras, atitudes ou quaisquer outras formas em que se manifeste esse comportamento em que o observado parece confiar no observador (LEWIS; WEIGERT, 1985).

Lewis e Weigert (1985) ainda contribuem com a elaboração de um quadro (Figura 2.1) em que procuram distinguir os diferentes graus de racionalidade e de emoção em diferentes tipos de confiança. Os autores reiteram que esse quadro é apenas uma tentativa em ilustrar essas características, as quais não são rígidas, mas sim flexíveis quanto à sua interpretação.

		Emoção		
		Alta	Média	Quase ausente
R a c i o n a l i d a d e	Alta	Confiança Ideológica	Confiança Cognitiva	Previsão Racional
	Média	Confiança Emocional	Confiança Rotineira	Provável Antecipação
	Quase ausente	Fé	Destino	Incerteza Pânico

Figura 2.1 – Bases racional e emocional, tipos de confiança e estados-limite
Fonte: Lewis e Weigert (1985).

Para Luhmann (1979), a base das relações de confiança em pequenas sociedades, em sua maioria, apoia-se na confiança interpessoal, enquanto o crescimento da sociedade implica a mudança desse predomínio das relações para uma base da confiança no sistema, com confiança no poder público, no sistema legal, na burocracia etc. Nesse contexto, Medina Filho (2010) afirma que confiança é um dos principais indicadores da atual economia globalizada. Em seu estudo, acompanhou vários indicadores de confiança em termos de Brasil e de mundo, em que os consumidores são analisados através de levantamentos estatísticos quanto à sua confiança em diferentes aspectos. Os resultados da pesquisa geraram o Índice de Confiança do Consumidor, que se tornou um importante instrumento para dar suporte às decisões sobre investimentos em todo o mundo. Por influência desse índice, as tendências futuras e os investimentos em bolsas de valores são determinados.

Realizada esta breve revisão da teoria disponível sobre os aspectos teóricos pertinentes ao desenvolvimento desta tese, percebe-se que diferentes concepções foram abordadas neste mesmo texto, principalmente em relação ao que se entende por rural e urbano. Em outros aspectos, percebeu-se a inexistência de uma teoria única que pudesse ser adotada para se desenvolver o assunto em sua plenitude, como é o caso da informalidade, visto ser uma temática relativamente recente e, dessa forma, ainda não possuir um marco teórico amplamente aceito para o assunto.

Na sequência, proceder-se-á à revisão da literatura disponível, explanando-se sobre trabalhos atuais que versam sobre as temáticas abordadas ou que a elas estejam ligados ou relacionados.

2.2 Revisão de literatura

Neste subcapítulo, foram buscados na literatura disponível trabalhos que tenham sido realizados valendo-se dos pressupostos teóricos e conceituais sobre os assuntos-objeto de estudo desta tese.

2.2.1 Caracterização da população rural e urbana

Este estudo fez uso de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos censos demográficos brasileiros para distinguir a população rural e a urbana. Ao se observar quantitativamente a população brasileira, verificam-se significativas mudanças no decorrer da história do Brasil e percebe-se que essa população vem aumentando significativamente com o passar dos anos. Anos após o descobrimento, em 1550, segundo Marcílio (1973), a população desse período era em torno de 15 mil habitantes, sendo predominantemente rural. Decorridos 460 anos, o último censo demográfico (IBGE, 2010a) aponta uma população de 190.732.694 habitantes, sendo basicamente urbana.

Conforme a análise dos dados da tabela 2.1, pode-se comprovar o fato de que a migração do rural para o urbano foi intensa. Em 1940, existia uma população de 41,2 milhões de habitantes, sendo que 68,7% eram rurais e apenas 31,3% urbanos. A partir desse período, observa-se a contínua e intensa redução proporcional da população rural em relação à urbana, culminando no censo de 1970, com a inversão nessa relação. Constatou-se, nesse ano, uma população urbana maior que a rural, sendo que, do total de 94,2 milhões de habitantes, 55,3%

eram população urbana e 44,7% rural. A partir desse período, mantém-se a tendência apresentada, em que a população rural reduz-se a cada novo censo, enquanto a urbana aumenta. No censo de 2010, constatou-se uma população total de 190,6 milhões de habitantes, sendo somente 15,6% rural e 84,4% urbana.

Em 1940, a população rural era de 28,3 milhões de habitantes, crescendo até 1970, quando chegou a um patamar de 94,2 milhões de habitantes. A partir dessa data, a população rural decresce, até atingir, em 2010, praticamente a mesma população rural de 1940, com 29,8 milhões de habitantes, com somente 1,5 milhão (5%) a mais que setenta anos antes. Nesse período, observou-se um crescimento real da população total de 149,4 milhões de habitantes (362,6%), sendo que a população urbana aumentou em 147,9 milhões de habitantes (1.146,5%).

Tabela 2.1 – População urbana e rural em milhões de habitantes e seus percentuais no Brasil entre 1940 e 2010

	1940	%	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Urbana	12,9	31,3	18,8	36,8	31,3	44,7	52,1	55,3	80,4	67,6	111	75,6	138	81,3	160,8	84,4
Rural	28,3	68,7	32,3	63,2	38,8	55,3	42,1	44,7	38,6	32,4	35,8	24,4	31,8	18,7	29,8	15,6
Total	41,2		51,1		70,1		94,2		119		146,8		169,8		190,6	

Fonte: IBGE (Características da população; Censo 2010).

Na figura 2.2, visualiza-se que a redução da população rural foi somente proporcional até o ano de 1970, quando ainda se observou o crescimento real da população, cuja situação mudou a partir do censo seguinte, em que esta passa a diminuir também de forma absoluta. Em relação à população urbana, observou-se o crescimento praticamente constante desde 1940. A tabela 2.1 também demonstra esse fato, em que se tinham 12,9 milhões de habitantes (31,3% do total) em 1940 e uma população urbana de 160,8 milhões de habitantes (84,4% do total) em 2010.

Segundo Camarano e Abramovay (1999), ao estudar a migração rural/urbana por gênero e grupos no período entre 1950 e 1995:

[...] desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Os anos 90 não arrefeceram em muito esta tendência: se as taxas de evasão do meio rural observadas entre 1990 e 1995 persistirem pelo restante da década, quase 30% dos brasileiros que então viviam no campo em 1990 terão mudado seu local de residência na virada do milênio. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Conforme os dados municipais dos dois últimos Censos Demográficos brasileiros do IBGE (2010b), no ano de 2000, 56 municípios possuíam 100% de sua população vivendo em situação urbana e 523 apresentavam mais de 90% da população nessa situação. Por outro lado, 38 tinham mais de 90% vivendo em situação rural, e o único município do país a ter 100% de sua população em situação rural era Nova Ramada, RS. Já em 2010, esses números modificam-se, ocorrendo a ampliação para 67 entre os municípios que possuíam 100% de sua população vivendo em situação urbana e para 775 com mais de 90% nessa situação. Por outro lado, reduzem-se os municípios em situação predominantemente rural, sendo que apenas nove possuem mais de 90% de sua população em situação rural e nenhum 100% rural.

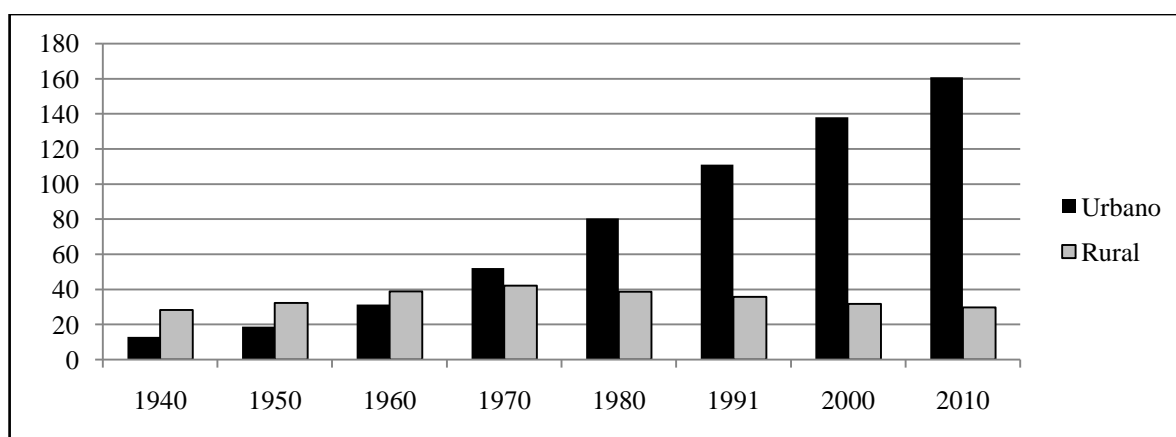


Figura 2.2 – Relação da população rural/urbana de 1940 a 2010, em milhões de habitantes
Fonte: IBGE (2011, Censo Demográfico 2010).

Especificamente, no estado do Rio Grande do Sul, os dados da figura 2.3 revelam que a população aumentou de forma semelhante ao caso brasileiro, porém com valores menores. Com 3.320.689 habitantes em 1940, cresce para 10.695.532 em 2010, o que representa um crescimento de 322,09% da população do estado, enquanto a população brasileira cresceu, no período, 462,62% (Tabela 2.1).

Com relação à distribuição dessa população entre o rural e o urbano, os dados da figura 2.4 demonstram que, no Rio Grande do Sul, também se inverteu a relação no mesmo período que no Brasil, entre os censos de 1960 e 1970. Em 1940, a população era 68,8% rural, reduzindo esse índice para apenas 14,9% em 2010, índices semelhantes aos nacionais, que foram, respectivamente, de 68,7% e 15,6%.

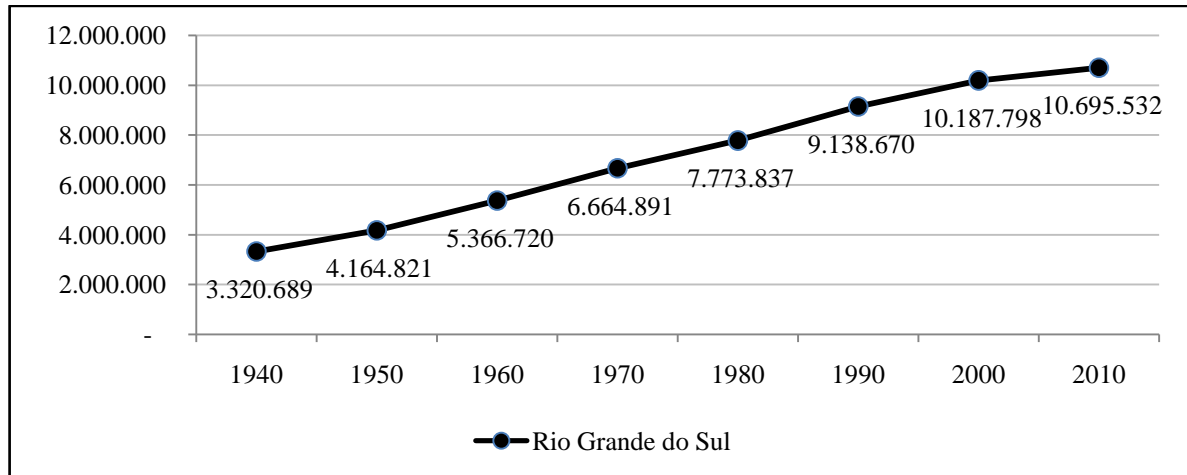


Figura 2.3 – População do Rio Grande do Sul de 1940 a 2010, em milhões de habitantes
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

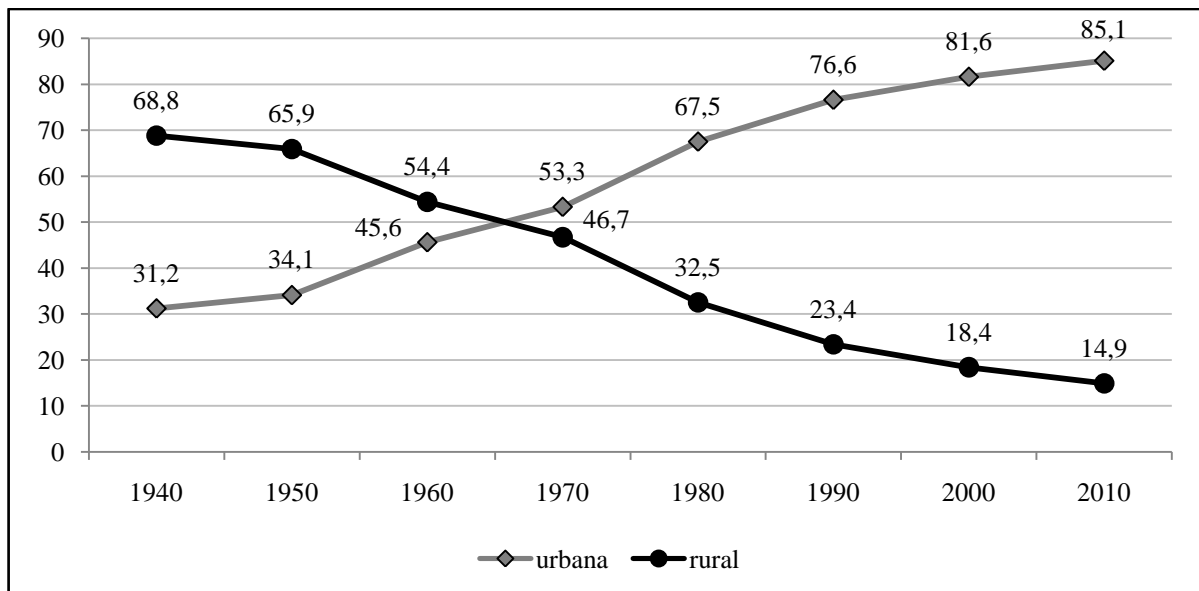


Figura 2.4 – Relação proporcional da população rural/urbana do Rio Grande do Sul de 1940 a 2010
Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Conforme dados do Censo Demográfico 2010 contidos na tabela 4.1, o Corede Vale do Jaguari possui uma taxa de urbanização de 76,97%, abaixo da média do Rio Grande do Sul, que é de 85,1% (Figura 2.4).

Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2010), no Rio Grande do Sul e no Brasil, as mulheres são maioria. No estado, em 1940, para cada 100 mulheres, existiam 100,4 homens. Em 2010, esse número caiu para 94,8%. Em grandes centros, como Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria, a proporcionalidade dos contingentes do feminino é ainda maior. Em pequenos municípios, onde a população rural é maioria, há predominância masculina.

Segundo Camarano e Abramovay (1999), fazem parte desse processo de êxodo rural/urbano, essa masculinização do meio rural e também o seu envelhecimento, conforme relatam:

É, portanto crescente a masculinização do meio rural brasileiro: a razão de sexos cresceu de 1,04 em 1950 para 1,09 em 1996. No meio urbano, o que se observa é o predomínio crescente da população feminina. A razão de sexos foi de 0,91 e 0,94 em 1950 e 1996, respectivamente, no meio urbano. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Conforme Camarano e Abramovay (1999), são cada vez mais jovens os que têm deixado o campo. O estudo demonstrou que, na década de 1950, o ponto máximo da migração ocorreu no grupo etário de trinta a 39 anos, reduzindo-se nos anos 90, quando se deslocou para o grupo de 20 a 24 anos.

Graziano da Silva (2001) questiona a inexorabilidade do êxodo rural ao apontar que, em 1996, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a contagem da população rural chegou ao limiar mínimo, com 31,6 milhões de pessoas, existindo uma recuperação no ano de 1999, quando passou a contar com 32,6 milhões (1 milhão a mais). O autor atribui esse crescimento à menor influência da dinâmica agrícola, não mais como única variável importante nesse contexto, indicando como responsáveis por essa mudança o trabalho não agrícola, a massa de desempregados, os aposentados e os inativos que mantêm residência rural. Entretanto, o autor argumenta somente em números absolutos e somente relativos ao rural, não se referindo à população urbana ou a mudanças na proporcionalidade entre estas.

O pesquisador também destaca que, por um lado, o número de famílias agrícolas vem se reduzindo e, por outro lado, o número das famílias pluriativas vem se mantendo estagnado. Ele atribui a manutenção, ou até mesmo certo crescimento da população rural, ao aumento das famílias não agrícolas e das que se mantêm com transferências sociais (Bolsa Família, aposentadorias e pensões).

O estabelecimento familiar rural está diferente, fato que não o desqualifica da condição familiar. Apenas sua administração não é mais familiar coletiva, tornou-se em parte familiar, pois não é mais dividida entre todos os membros da família, que ou saíram para trabalhar em outra atividade ou moram no estabelecimento e trabalham fora, ficando os pais e/ou um dos filhos com a administração. Nesse contexto, o próprio estabelecimento familiar muda sua finalidade, que, originalmente, era moradia e manutenção do núcleo familiar,

passando a ser visto como uma referência familiar, onde seus membros se reúnem em ocasiões festivas, ou uma segurança para momentos de desemprego ou ainda como um local de moradia dos pais que já estão velhos e aposentados (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Abramovay (1999) defende o melhor aproveitamento do espaço rural com interiorização do processo de crescimento econômico, para que se aproveite melhor a mão de obra ociosa, levando para o rural a dinâmica e a diversificação das cidades. “O desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica territorial, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo.” Assim, o desenvolvimento será pela maior integração e ocupação desses recursos. Ainda, para Graziano da Silva (2001), o desenvolvimento local deve ser encarado como algo coletivo, com a organização de todos os segmentos locais, deve fugir àquela organização em moldes unilaterais para realmente acontecer. Nesse desenvolvimento, não existe espaço para as dicotomias rural/urbano ou agrícola/não agrícola; deve existir sim um contínuo, para que, efetivamente, esse desenvolvimento aconteça e seja sustentável.

2.2.2 Evolução da informalidade no Brasil

Arbache (2003), ao analisar os dados do IBGE sobre a População Economicamente Ativa (PEA) das décadas de 1980 e 1990, verificou que a informalidade é parcialmente responsável pelo déficit previdenciário. Constatou que os trabalhadores com carteira assinada reduziram-se de 52% em 1980 para apenas 40% em 1990. Já a média de desemprego foi de 5% para 6,2% no mesmo período. Os dados revelam que a informalidade e o desemprego caminham juntos, funcionando como um “amortecedor” em épocas de crise. Segundo o autor, a principal base de dados oficiais sobre a informalidade é a Economia Informal Urbana (Ecinf) do IBGE. No ano de 1997, ela apresentou 9,5 milhões de empreendimentos informais, com 12,2 milhões de pessoas com empregos informais. O Ecinf detectou, no referido ano, que os principais motivos para a opção pelo emprego informal são a necessidade de renda e a dificuldade de conseguir emprego formal.

Ramos e Ferreira (2005), ao analisarem dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, de 1991 a 2003, observaram que existe uma clara dicotomia entre o ocorrido nas regiões metropolitanas com o elevado grau de crescimento da informalidade e a sua redução no restante do país, resultando na igualdade do grau de informalidade em plano nacional no período. Assim, o percentual de

contribuintes para a previdência não diminuiu. O principal fator apontado para o aumento da informalidade metropolitana foi o expressivo aumento da informalidade dentro da indústria, apontando para a disseminação da “cultura da informalidade” no meio metropolitano.

Segundo dados do IBGE (2012), entre 2001 e 2011, constatou-se um crescimento da proporção de ocupados em trabalhos formais (de 45,3% para 56,0%), embora 44,2 milhões de pessoas permaneçam na informalidade, em 2011. O rendimento médio no trabalho principal teve um aumento real de 16,5% no período, sendo que, com maiores ganhos reais, ficaram as mulheres, que tiveram 22,3%, e os trabalhadores informais, com 21,2%. A proporção de pessoas ocupadas em trabalhos formais cresceu de 45,3% para 56,0%. Entre os segmentos, a informalidade está presente para 45,2% das mulheres, para 71,7% da população idosa e para 46,5% da população jovem de 16 a 24 anos. Destacaram-se pelo aumento proporcional do trabalho formal registrado no período os jovens, com elevação de 40,8% para 53,5%, e as mulheres, com crescimento de 43,2% para 54,8%. Em 2011, a média de escolaridade de trabalhadores formais foi de 9,2 anos para os homens e de 10,7 anos para as mulheres e, de trabalhadores informais, em média, de 6,1 e 7,3 anos, respectivamente.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2005) analisa os dados da pesquisa Economia Informal Urbana, cujo estudo foi realizado pelo IBGE com a colaboração do Sebrae no intervalo de 1997 a 2003. Os resultados indicam que houve um crescimento nesse período de 9,1% no número de empresas informais, sendo que o número de pessoas ocupadas nas empresas passou de 12.870.421 para 13.860.868 (+7,7%). Notou-se que os trabalhos de Ramos e Ferreira (2005) e Sebrae (2005) aludem à exclusão de trabalhadores rurais e suas atividades de autoconsumo. Conforme justificado nessas publicações, existe a dificuldade de acesso aos dados para a efetivação de pesquisa nesse setor da economia. A receita total do setor cai 12,2% no período, indicando a saturação desse mercado que vinha crescendo constantemente nos últimos anos, que passa de R\$ 20.000.000,00 para R\$ 17.600.000,00; com isso, reduz sua influência no PIB, que passa de 8% para 6%. A Ecinf estimou a existência de 13,86 milhões de pessoas ocupadas nos negócios informais e, segundo a hipótese considerada pelo Sebrae de que, para cada empreendedor informal, existam em média duas pessoas dependentes, o Brasil apresentava, em 2003, cerca de 40 milhões de pessoas dependentes da renda informal.

2.2.3 Autoconsumo e seus excedentes

Tendo-se em vista que a agricultura familiar possui sua essência ligada às atividades de autoconsumo, objetiva-se, neste subtópico, relatar alguns dos trabalhos que vêm sendo realizados e enfoques que se referem a essas atividades. Destaca-se que o foco da análise é a comercialização de seus excedentes, o que, em sua maioria, ocorre de maneira informal.

São múltiplas as utilidades das produções de autoconsumo. Grisa (2007b) demonstra que o autoconsumo torna ameno o efeito das oscilações de renda presente na agricultura comercial, na qual, ocasionalmente, existem falhas nas principais fontes de renda, agrícolas ou não, produzindo insegurança. Essa situação leva o autoconsumo a tornar-se um importante instrumento de proteção e estabilidade para a agricultura familiar.

Conforme Silveira (2005), com o surgimento de novos postos de trabalho no meio rural, não sendo estes trabalhos agrícolas, é cada vez mais comum se observar pessoas integrantes da população rural, mas que não têm como atividade principal a produção agropecuária, tornando-se esta uma atividade de autoconsumo.

Nesse viés, ressalta-se Graziano da Silva (2001), que se refere ao fato de, nos anos 60 e 70, um expressivo número de trabalhadores rurais ter saído do campo para as periferias dos grandes aglomerados urbanos. Já nos anos 90, com a “urbanização do campo”, devido ao crescimento das Ocupações Rurais Não Agrícolas (Ornas), propiciou-se um pequeno crescimento da população rural brasileira, no período de 1992 a 1999, de cerca de 0,2%. Todavia, essa mudança se mostrou tênue, talvez notada de maneira mais significativa em regiões de entorno aos grandes aglomerados urbanos. Observou-se uma redução em cerca de 4 milhões no número de habitantes da área rural na última década do século XX.

Essa tênue reversão da tendência de grande esvaziamento do campo também foi relatada por Del Grossi e Graziano da Silva (2000), que a explicam também pelo aumento dos empregos não agrícolas (expansão de 3,5% a.a. nos anos 90) e, ainda, pelo aumento dos desempregados (+ 10,8% a.a.), aposentados e pensionistas (+ 5,7% a.a.), tornando o meio rural não somente local de trabalho, mas também local de refúgio e residência. Com isso, pode-se sugerir que o êxodo rural reduziu seu ritmo de crescimento, permanecendo, no entanto, ainda elevado o êxodo agrícola. Deve-se considerar que muitas pessoas também residem no meio rural e mantêm suas atividades profissionais no meio urbano.

Silva Neto e Figueiredo (2009) alegam que uma maior diversificação da produção local contribuiria significativamente para o desenvolvimento local em pequenos municípios,

através de uma dinâmica em que se criariam novos postos de trabalho não agrícolas, o que incrementaria a renda pelo aumento do consumo interno, evitando ou minimizando a redução da população. Nesse contexto, as atividades ligadas ao autoconsumo podem se tornar, novamente, importante componente da renda dessas novas modalidades de famílias rurais, com a nova função de propiciar residência do meio rural, como, por exemplo, para pessoas com baixo poder aquisitivo, que não conseguem se estabelecer nos onerosos imóveis urbanos, servindo também como um refúgio com tranquilidade, segurança, lazer ou, muitas vezes, um retorno às origens, com uma maior integração com a natureza, além dos aposentados rurais ou urbanos.

Segundo Laurenti (2000), deve-se ter um reajuste na atuação dos setores ocupados com o desenvolvimento rural, por vários motivos, como declínio das ocupações agrícolas e aumento das Ornas e terceirização de trabalhos agrícolas no subsetor de produção de *commodities*. Esse ajuste passa pela produção agrícola em rede, não esquecendo que ainda existem estabelecimentos familiares que dependem, exclusivamente, da agropecuária.

Sendo assim, uma nova atividade para membros de famílias rurais pode ser a ocupação na terceirização do trabalho, principalmente para aqueles que não são proprietários. Para os pequenos proprietários, pode, além de ser um posto de trabalho, ser também uma alternativa para viabilizar a adequação tecnológica a um custo acessível. Na realidade, esse procedimento custaria bem menos que a manutenção de renda de grandes agricultores produtores de *commodities*, os quais já são altamente modernizados, contexto do qual não faz parte a maioria das famílias rurais. Dessa forma, afirma-se que as políticas de desenvolvimento rural não podem ser direcionadas somente para produtores ditos “viáveis”, pois se deve levar em consideração a existência do fator social.

Pelo que consta, a manutenção da renda dessa parcela da sociedade da agricultura familiar, normalmente oriunda de pequenos estabelecimentos e pequenas escalas de produção, firmar-se-ia, grandemente, no autoconsumo e, conseqüentemente, na diversificação agrícola como elementos essenciais à formação de renda em suas unidades de produção (SILVEIRA, 2005). Destaca-se, assim, a inserção de atividade agrícola de autoconsumo como alternativa de renda a esse conjunto formado pela atividade não agrícola e atividade agrícola comercial, alternando a importância entre estas na composição final da renda familiar. A essência familiar apresenta um sentido especial, nas unidades de produção familiares, onde a tomada de certas decisões é facilitada, o que não acontece com o empresário, em um estabelecimento

não familiar, devido à falta desse elo de relacionamento. Nesse sentido, Schneider (1999, p. 117-118) argumenta que:

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das unidades familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com a natureza e o ambiente em que estão inseridas. Nele os indivíduos levam em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos.

O crescimento do número de aposentadorias, principalmente devido às mudanças na legislação previdenciária, com o advento da constituição de 1988 e suas leis complementares, com benefícios criados e outros ampliados, assume papel de grande importância na renda das famílias do meio rural, bem como na redução do estado de miséria oriundo da pobreza absoluta de inúmeras delas. Foi reduzida a idade de aposentadoria para sessenta anos para homens e 55 para mulheres, com piso de um salário de referência, e também universalizado o benefício para homens e mulheres. Segundo Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000), tem-se uma diferença de número de aposentadorias, de 1988 para 1996, de até três vezes para as mulheres e de, aproximadamente, 2,5 vezes para os homens. Nesse contexto, como já citado, o autoconsumo surge como uma segunda fonte ou como complemento de renda, a ser considerada nesse universo de famílias rurais.

Observou-se ser comum ou habitual, na população rural investigada por Silveira (2005), possuir muito tempo ocioso, que pode ser aproveitado para a realização de atividades de autoconsumo, promovendo, além da melhoria da condição de vida, por oportunizar uma alimentação mais saudável, o acréscimo de renda ou a redução de despesas, sendo também importante para elevar a autoestima do agricultor familiar.

Silveira (2005) conclui que a atividade agrícola comercial está se tornando secundária em casos de famílias pluriativas ou, muitas vezes, quase não existindo. Assim, o retorno do autoconsumo como atividade agrícola poderia promover uma retomada da condição de agricultor a essas famílias, resgatar sua identidade, que lhes foi tirada pela mercantilização da agricultura, bem como fornecer uma maior segurança para momentos de oscilação das fontes agrícolas e não agrícolas de renda.

Segundo Grisa (2007b), o autoconsumo pode funcionar como promotor da sociabilidade e fortalecedor da identidade do agricultor familiar sob duas perspectivas. A primeira destaca a interação entre os diferentes grupos em que ocorrem as trocas de produtos, de experiências e, principalmente, de comprometimento mútuo e, consigo, a cobrança e

exigência natural de reciprocidade. Na segunda, por sua vez, o agricultor, através do autoconsumo, retoma ou mantém a identidade de agricultor, ou seja, ele se sente na obrigação de produzir para seu consumo, considerando, muitas vezes, como vergonhoso ter de comprar produtos que poderiam ser produzidos por ele. A inexistência da produção para consumo da família é, muitas vezes, discriminada pelos demais e torna-se uma obrigação. Assim, tem-se a produção de autoconsumo estudada no referido trabalho como sendo nomeada pelo contingente de agricultores familiares como produção “pro gasto”.

2.2.4 Segurança alimentar na perspectiva do autoconsumo

Segundo Dombek, Tereso e Bergamasco (2003), a segurança alimentar é um tema transversal, que abarca diversos contextos, tanto para as ciências sociais quanto para as biológicas e físicas. Nesse contexto, o autoconsumo torna-se um elemento importante para a manutenção dessa segurança.

Quanto aos programas de governo que atuam nessa área, pode-se destacar o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), idealizado no bojo de iniciativas do Programa Fome Zero (PFZ), iniciativa do Governo Federal que visa ao combate da pobreza no Brasil. O combate à pobreza e, mais especificamente, à fome, mesmo que seja um problema antigo no país, somente a partir dos anos 90 é que ganhou notoriedade, com ações lideradas pelo sociólogo Herbert de Souza⁶ (Betinho), o que apenas a partir do governo Lula, em 2002, passa a se tornar programa de governo. O programa foi concebido em dois níveis, um emergencial e outro estrutural, neste último o PAA, com duplo propósito, de combate à fome e fortalecimento da agricultura familiar (MATTEI, 2007).

O PAA foi instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, juntamente com o Programa Bolsa Família, desburocratizando a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar pela dispensa de licitação (Lei nº 8.666/1993). Além de fortalecer a agricultura familiar, ele garante a segurança alimentar de vários segmentos⁷.

⁶ Herbert José de Souza (1935-1997), mais conhecido como Betinho, foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro. Seu trabalho mais importante foi o projeto da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Mobilizou várias campanhas para arrecadar mantimentos em favor dos pobres e excluídos (BIOGRAFIAS, 2011).

⁷ O PAA, em suas diversas modalidades, visa a garantir o direito básico à alimentação para as pessoas que vivem socialmente em situação de insegurança alimentar e nutricional, destinando os produtos adquiridos para diferentes segmentos sociais (alimentação escolar nos municípios; alimentação em creches, abrigos, albergues, asilos e hospitais públicos; formação de bancos de alimentos; utilização em restaurantes populares e em cozinhas comunitárias) (MATTEI, 2007).

A “merenda escolar”, oficializada ainda no governo Vargas, em 1955, atualmente sob a denominação Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (Lei nº 11.947, de 16 junho de 2009), é o mais antigo programa alimentar brasileiro. A partir dessa lei, passou a ter mais uma função social de apoio à agricultura familiar, destinando, em seu Art. 14, no mínimo 30% dos recursos para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. Inicialmente dependente de doações, possui orçamento próprio. Em 2008, tornou-se o maior programa do gênero no mundo (35 milhões de refeições), aumentando ainda mais em 2009, com cerca de 47 milhões de refeições e um orçamento de cerca de 2,5 bilhões (MALUF, 2009a).

Portanto, são em torno de 750 milhões, entre recursos federais e locais, para compras de produtos oriundos da agricultura familiar de forma direta do agricultor e através de grupos formais ou informais por este formados. Existe uma série de regras a serem obedecidas. Entre elas, dispensa de licitação, preço médio regional, preço maior que o preço mínimo, máximo anual em reais de 9 mil para agricultores individuais e de 100 mil para grupos informais e observação da sazonalidade da produção e das peculiaridades regionais de alimentação (MALUF, 2009b).

Anjos, Del Grossi e Caldas (2010), ao analisar dados da Pnad (IBGE, 2006) no que se refere à análise da insegurança alimentar, constataram que 13,0% e 6,9% da população urbana brasileira estava classificada como moderada e grave, respectivamente, em 2004. No âmbito rural, os mesmos índices atingiam 19,5% e 11,1%, respectivamente. Os autores buscaram demonstrar que o espaço rural em transformação há de prover não somente renda e ocupação para as famílias rurais, mas também condições para a reprodução social dos indivíduos, com as necessidades alimentares atendidas pelas práticas de autoconsumo, seja de forma parcial, seja total.

Para Anjos e Burlandy (2010), o campo de conhecimento de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem se desenvolvendo no Brasil de forma muito ampla, englobando vários segmentos, não somente o acadêmico. Os autores identificam três diferentes temáticas de pesquisa: “(1) segurança do alimento no que se refere à qualidade sanitária; (2) alimentação saudável e estado nutricional de diferentes segmentos populacionais; e (3) direito humano à alimentação adequada e análise de macropolíticas.” Nesta última, vislumbra-se a presença das atividades de autoconsumo e seus excedentes como objeto de estudo do SAN.

Segundo Paulillo e Almeida (2005), as grandes cadeias produtivas mundiais de alimentos, com uma produção média diária estimada de três quilos de alimentos *per capita*,

poderiam eliminar a fome no mundo. No entanto, não surtem tal efeito. Os autores sugerem que somente uma construção social de baixo para cima, através da promoção de inclusão social e de redes locais de produção e comercialização, aliada a uma série de fatores geradores de renda e desenvolvimento, é que poderia amenizar ou eliminar a fome. Os autores concluem que o caminho mais adequado para a mais justa e democrática distribuição alimentar não é o incentivo a agroindústrias nacionais ou globais, mas sim políticas públicas direcionadas para organizações locais.

A segurança alimentar de um país continental como o Brasil passa, seguramente, pelo atendimento de diversas peculiaridades regionais e sua diversidade de hábitos de consumo através do fornecimento de alimentos de qualidade. Pode-se reforçar a ideia de que o autoconsumo é um assunto transversal, conforme os seguintes argumentos: possui grande potencial de abrangência em uma estratégia de fortalecimento da autonomia do agricultor familiar, contribui para a segurança alimentar, internaliza recursos e tarefas, permite economizar recursos financeiros e potencializar recursos ociosos, constitui uma fonte de renda alternativa direta ou indireta, promove a sociabilidade e retomada da identidade do agricultor. Dessa forma, o autoconsumo torna-se um tema relevante para a manutenção e o fortalecimento da agricultura familiar (GRISA, 2007a).

Grisa (2007a) relata, em suas considerações finais, a comprovação de que as atividades de autoconsumo não são uma mera lembrança, mas sim estão presentes no momento atual, talvez não com a predominância de outrora. Todavia, ainda possuem um papel fundamental na manutenção das famílias rurais sob vários aspectos, como, por exemplo: na segurança alimentar, com consequências na formação de renda, pela “economização”, com maior aproveitamento da mão de obra e redução de despesas com aquisição de alimentos; minimiza a vulnerabilidade; as adversidades econômicas e ambientais propiciam a maior aproximação e o conseqüente estreitamento dos laços sociais; e, principalmente, confere ao agricultor a preservação de sua identidade, enquanto produtor de alimentos, elevando, dessa forma, sua autoestima. A autora cita a possível influência dessas atividades no desenvolvimento rural. No entanto, não contempla o desenvolvimento integrado rural/urbano de pequenos aglomerados urbanos, no que se refere à importância da comercialização informal do excedente do autoconsumo através de cadeias curtas de comercialização como uma ligação entre o rural e o urbano, propiciando esse desenvolvimento integrado.

A produção familiar esteve presente de forma predominante no contexto da produção de alimentos. Todavia, no decorrer do século passado, com o processo de industrialização e a

migração de mão de obra para a cidade, ela perdeu espaço para a agricultura não familiar (empresarial), mesmo assim o autor se refere à importância atual dessa forma de produção de alimentos:

Considera-se a agricultura de base familiar como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis. (MALUF, 2004, p. 310).

Em tempos em que a padronização dos produtos é quase uma regra, a agricultura familiar permanece com sua produção, caracteristicamente sem um padrão definido. Assim, ela pode justamente nesse quesito encontrar o seu diferencial em relação ao alimento padronizado, como forma de se inserir no mercado, principalmente em se tratando de mercados locais, favorecendo os agricultores familiares de médio e pequeno porte. Maluf (2004) reitera que esse acesso ao mercado na busca de sua construção passa pela união com outros segmentos econômicos, como o de transporte, comércio e finanças, além, é claro, da união entre os próprios agricultores. O autor se refere à agricultura familiar comercial, mas pode-se estender o seu relato ao excedente do autoconsumo.

Maluf (2004) se refere a cadeias integradas como de abrangência nacional e internacional, com acesso a empresas de maior porte, dificilmente acessadas pela agricultura familiar. Denominou-as como circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos que, segundo ele, formam-se no entorno de pequenos e médios núcleos (aglomerados) urbanos, constituídos também por outros segmentos complementares ligados ao segmento. A formação é ligada à forma de ocupação do território, ao tipo de produção predominante, à cultura dos agricultores etc., e está suscetível à ação das cadeias integradas, sendo necessário, muitas vezes, o apoio institucional.

Os bens típicos dos circuitos regionais são as carnes diferenciadas (como a galinha caipira), derivados de carne (embutidos), farinhas (mandioca, milho, trigo colonial, etc.), queijos típicos e requeijões, frutas (frescas ou em polpa), hortaliças, pescados frescos, conservas e doces em geral, condimentos, etc. Esses produtos são, na maioria das vezes, expressões de diversidade por uma ou mais das seguintes razões: são de cultivo tradicional de uma região, refletem hábitos de consumo peculiares, guardam relação com uma dada base de recursos naturais, preservam as características da produção artesanal. O horizonte dos agentes envolvidos nos referidos circuitos são os mercados local e regional, apesar de serem cada vez mais frequentes as iniciativas voltadas para destinar a mercados distantes os produtos diferenciados oriundos da agricultura familiar (artesanais, com identificação de origem ou orgânicos). (MALUF, 2004, p. 310).

Como relatado, esses são tipicamente produtos familiares de autoconsumo, os quais, frequentemente, tornam-se comerciais. Esse fenômeno ocorre devido à pressão sofrida pelo agricultor familiar na busca de competitividade com segmentos de produção comercial existentes, que, possuindo escalas de produção diferenciadas, conseguem obter um custo de produção menor, a consequente vantagem na margem de comercialização e lucros maiores. Segundo Maluf (2004), projetos de agregação de valor, seja individual, seja integrada, podem vir a evitar essa tendência de especialização da agricultura familiar.

Souza, Almeida e Souza (2009), referindo-se ao mercado de frutas, legumes e verduras (FLV), constatam que a expansão mundial das grandes cadeias de supermercados na década de 90 afetou esse segmento, exigindo a profissionalização e especialização dos produtores, fato que prejudicou o segmento familiar envolvido. No entanto, os autores citam vários estudiosos do assunto para referenciar que o segmento de redes de pequeno varejo, no âmbito regional e local, persiste crescendo no período compreendido entre 1994 e 2000.

Na pesquisa realizada por Anjos, Caldas e Hirai (2008), foi analisada a importância do autoconsumo na segurança alimentar, sendo constatada sua importância nessa finalidade em 238 municípios no estado do Rio Grande do Sul. Contudo, percebeu-se a dificuldade em quantificar esses dados:

A grande maioria dos produtores desconhece a quantidade de frutas e hortaliças, assim como os produtos oriundos da chamada 'indústria doméstica familiar' (embutidos, conservas, compotas, etc.) cuja produção se destina essencialmente ao autoconsumo familiar. Igualmente complexos são os critérios a serem adotados na atribuição do preço a estes artigos. O fato é que, ao não serem dirigidos à venda, invariavelmente os agricultores têm a tendência de infravalorar o papel que assumem enquanto fonte indireta de renda. (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2008).

2.2.5 Presença da informalidade nas relações comerciais de produtos agrícolas

2.2.5.1 Breve histórico sobre a informalidade

Estudos sobre o assunto informalidade ou seu regresso datam, em sua maioria, das últimas três décadas do século passado até o momento atual. De forma geral, eles pairam sobre a relação formal/informal, seu crescimento e/ou sua redução, seus diferentes formatos de organização, sobre diferentes denominações e conceitos do que é esse fenômeno da informalidade, entre outros.

Segundo Pereira e Arrochellas (2004), com o advento do trabalho livre, através da abolição da escravidão, seguido pela política de imigração, nasce o mercado informal no Brasil em um ambiente de exclusão. A mão do Estado criou as condições para a existência de um excedente estrutural de trabalhadores em que se criou o que se chama hoje de “mercado informal”.

Singer (2000) analisa a origem do trabalho informal, situando seu surgimento na Revolução Industrial. Posteriormente, comenta algumas passagens da obra *O capital*, de Marx, em que classifica essa mão de obra não contemplada pela formalização, a dos “relativamente excedentes”, em três categorias, a saber: líquida, que se refere à massa de trabalhadores que é demitida e admitida por empresas, mantendo uma reserva móvel de mão de obra para que, quando uma empresa necessita aumentar rapidamente sua produção, ela esteja à disposição; latente, referindo-se aos trabalhadores rurais, os agricultores que, na constante iminência de serem expulsos do meio rural (campo), somente esperam uma oportunidade para se dirigir ao urbano e à indústria; e estagnada, que se refere aos trabalhadores informais, que formam um imenso exército de trabalhadores sempre à disposição e redes de exploração capitalista do trabalho, com nível de vida abaixo do de trabalhadores formais, com menores salários e mais horas de trabalho.

No século XX, quando ocorreram as grandes mudanças sociais, principalmente nas três últimas décadas do milênio passado, desencadearam-se as discussões sobre o setor informal. Foram elas que levaram à formação desse novo contexto, apresentando uma realidade completamente diferente do que se vivenciara anteriormente, quando a informalidade tinha intensidade menor e não chamava muita atenção. Segundo Furtado (2004), a discussão inicia, efetivamente, em 1950, mas toma maior dimensão apenas nos anos 70. O autor se refere à informalidade como um assunto com muitas questões em aberto quando alude ao setor informal como “um conceito em busca de uma teoria” ou ainda, de forma mais básica, “economia informal e setor informal são conceitos em busca de uma definição”, referindo-se a um conceito e uma teoria que expliquem adequadamente a informalidade.

Na contemporaneidade, a normatização ou formalização das relações humanas representa um fenômeno que surgiu para auxiliar na manutenção das relações e do convívio social e, principalmente, econômico, em uma realidade mundial predominantemente capitalista. Ao se acompanhar a história da humanidade, percebe-se que as primeiras relações comerciais surgiram depois de séculos de existência da raça humana. Os primeiros registros

se deram por ocasião das primitivas atividades de escambo, em outras palavras, praticamente ao que se referiu Blau em sua teoria das trocas desenvolvida apenas no século XX (RAMOS, 2002).

Para Cartes (2006), a humanidade conheceu quatro regimes diferenciados de relações de trabalho ou de relações de produção: a comunidade primitiva, a escravidão, o feudalismo e o capitalismo, também existindo a experiência do regime comunista, em que a primeira etapa é o socialismo. O autor descreve a história das relações de trabalho como ocorrendo, originalmente, em uma comunidade primitiva brotada da evolução do homem dito *a priori* “animal”, a qual começa a se diferenciar das demais espécies pela forma como busca os meios para sua sobrevivência, fugindo da simples adaptação ao meio, como nas demais espécies. A partir disso, busca-se a transformação do meio, para adequá-lo às suas necessidades. Esse processo ocorre primeiro em grupos denominados tribos, evolui e, posteriormente, transforma-se em algo semelhante ao que seria atualmente denominado de família. Nesse ínterim é que se iniciou e evoluiu para a produção de alimentos, superando-se a simples coleta ou caça, bem como foram desenvolvidos os primeiros instrumentos e técnicas para tal produção. Pode-se destacar, nesse período, a formação de grupos de convivência e o começo da produção de alimentos e de instrumentos de trabalho.

Em uma fase posterior, surge o regime de escravidão como uma nova forma de manter e ampliar o ritmo da produção criada na fase anterior. Nessa fase, os instrumentos de trabalho são aperfeiçoados continuamente e também é agregada a força de trabalho animal, que começa a ser mais intensamente utilizada. Surgem as grandes obras, navios, canais de irrigação etc. Nesse contexto, os socialmente livres e com tempo “ocioso” desenvolvem as artes e as ciências. Todavia, esse regime não se sustenta, devido ao descontentamento dos trabalhadores escravos, pois estes eram desorganizados. Contudo, a sua união aos povos bárbaros promoveu, paulatinamente, a queda desse regime de trabalho. Fatos positivos, como as grandes obras e o desenvolvimento das artes e da ciência, caracterizam essa etapa – em contraponto a uma das maiores barbáries da humanidade, a escravidão – e são suas principais características (CARTES, 2006).

Surge o feudalismo, regime composto, basicamente, pelos senhores feudais e pelos servos, em que os senhores feudais eram os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores eram os servos. Estes eram pessoas “semilivres” ou “semiescravos”, pois dependiam de seus senhores para praticamente tudo. Com o passar do tempo, esses servos, juntamente, com os pobres das cidades, aliaram-se a uma nova classe social que surgia na

época, a burguesia, promovendo, assim, as revoluções burguesas. Nesse contexto, surgem os primeiros indícios do capitalismo como o novo regime econômico e trabalhista. Afirma-se que essa etapa feudal apresentou como principal evento o início da transição para o atual modelo econômico capitalista (CARTES, 2006).

Originou-se, assim, o capitalismo, que seguiu seu caminho, sendo deflagrada sua existência, principalmente, pelo advento da Revolução Francesa⁸ e da Revolução Industrial⁹, esta última iniciada na Inglaterra. Dessa forma, surgem duas classes predominantes e antagônicas, a burguesia e o proletariado. É justamente nesse período que as diferenças sociais observadas na atualidade começam a ser acentuadas, em que os ricos passam a ser mais ricos e os pobres, a ser mais pobres; essas diferenças, que já existiam anteriormente, intensificam-se. Todavia, é como resultado dos vários embates ocorridos entre essas classes sociais que os trabalhadores começam a conquistar seus primeiros direitos formais. O fator negativo desse período foi a intensificação das diferenças sociais, e o positivo foi a oportunidade da busca por direitos através da democratização do acesso aos meios de produção e de ascensão social (CARTES, 2006).

De outra forma, e em paralelo ao regime capitalista vigente, o regime socialista ou comunista foi uma experiência deflagrada em 1917, com a Revolução Russa. Em essência, ele é semelhante à comunidade primitiva em que os meios de produção são propriedades sociais, diferindo na capacidade superior dessas forças produtivas, fator este inerente à sua época. O regime triunfou somente em países subdesenvolvidos da Europa Oriental, não encontrando meios para evoluir nos países onde a industrialização estava mais consolidada, como os da Europa Ocidental. Aos poucos, ele foi e vem sendo dizimado pelo assédio dos atrativos do regime capitalista, que, aparentemente, possui um maior poder de adaptação a novas realidades emergentes (CARTES, 2006).

Sendo assim, percebe-se que a formalização da produção e do trabalho começou, efetivamente, somente com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII e consolidou-se com o advento do capitalismo, quando se propiciaram as conquistas sociais fruto de reivindicações cobradas através das lutas de suas classes de trabalhadores (CARTES, 2006).

⁸ A Queda da Bastilha, ocorrida em 14 de julho de 1789, marca o início do processo revolucionário, pois a prisão política era o símbolo da monarquia francesa.

⁹ Conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas.

2.2.5.2 Evolução histórica da informalidade no Brasil

Hirata e Machado (2008) destacam que as profundas mudanças na relação rural/urbano, ocorridas no Brasil, principalmente, dos anos 50 a 80, em virtude do desenvolvimento industrial, protagonizam o debate em torno do informal a partir de sua expansão e não de seu surgimento.

As várias crises do final do século XX e início do século XXI provocaram grandes transformações econômicas, políticas e sociais na realidade das famílias brasileiras. Os vários planos econômicos impostos nesses anos, com a finalidade, principalmente, de combater a inflação e promover a estabilidade econômica, propiciaram mudanças na estrutura da força de trabalho, com elevação dos índices de desemprego. Nesse viés, as atividades informais tomaram maior destaque na composição final do mercado de trabalho.

Brito (2004) caracteriza e descreve a realidade tácita da implantação dos planos de estabilização¹⁰ através de elementos conjunturais e estruturais, que, embora sejam interdependentes, muitas vezes tornam-se conflitantes. Os elementos estruturais relacionam-se com a concentração de renda e riqueza e acentuam as desigualdades regionais, em que se visualiza o pouco aproveitamento das potencialidades e a baixa tecnologia utilizada. São observados indicadores negativos relacionados à saúde, ao saneamento, à educação e à economia, refletindo em grave discrepância em relação ao elevado crescimento populacional e baixo nível de crescimento no número de empregos. Os elementos conjunturais compreendem, basicamente, desenvolver uma adequada política de distribuição de renda, que seria mais eficientemente viabilizada com a estabilização de preços e com o equilíbrio monetário, cambial, fiscal e tributário.

Silva e Barbosa (2001), ao analisar os relatórios do Prealc da OIT, constataram a elevação dos empregos informais: 30,8% do emprego não agrícola no território latino-americano é composto por trabalhadores informais e, para cada cem novas ocupações criadas, oitenta eram informais entre 1986 e 1996. No caso brasileiro, o Prealc informa que, em 1980, o percentual dos trabalhadores na informalidade atingia 24% da PEA, aumentando para 29% em 1990 (SILVA; BARBOSA, 2001).

Iria (2008) utiliza o termo “válvula de escape” para se referir ao caminho da informalidade buscado pelas famílias brasileiras diante das mudanças socioeconômicas, como uma alternativa de viabilizar e preservar a sua existência e reprodução. Nesse viés, o período

¹⁰ Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Planos Collor I e II e Plano Real (SANTOS; SANTOS, 2011).

que é compreendido desde os preparativos de implantação do Plano Real, com a implantação da Unidade Real de Valor (URV), pela indexação dos salários em março de 1994, e com a implantação da nova moeda em julho do mesmo ano e até dezembro de 2002, teve uma variação no rendimento médio geral negativo de 0,8% em todo o período e positivo de 8,4% (FLIGENSPAN, 2005). No cálculo, são considerados somente os trabalhadores com carteira assinada, sendo que essas variações foram, no Plano Real, de 2,1% e desde a URV negativa em 9,4%. De outra forma, entre os trabalhadores sem carteira (informais), observaram-se variações positivas de 30,8% e 20,4% e, entre os por conta própria, de 14,5% e 14,6%, respectivamente. Estes números representam mais uma explicação para o crescimento da informalidade no Brasil, mesmo em tempos de um plano econômico considerado como de sucesso.

Segundo Pereira (2004), o informal não é uma distorção a ser corrigida como se pensava nos anos 70. Pelo contrário, é um setor intrínseco ao funcionamento da economia de mercado do Brasil. Dessa forma, para o autor, contrariando a lógica da dualidade e da abordagem técnica, fica comprovado pelo crescimento da informalidade nas três últimas décadas do século XX que esta se tornou uma importante alternativa de ocupação, inclusive para segmentos antes formais, caracterizando-se, assim, uma “informalização do formal”.

Ramos (2002), com base na PME para o período de 1991 a 2001, refere-se ao crescimento da informalidade como um fenômeno predominantemente metropolitano para os anos 90, cujo processo ocorre por uma reestruturação da indústria em virtude, principalmente, de mudanças no câmbio. Passos, Ansiliero e Paiva (2004), ao analisar um período semelhante (1992-2003), com base em dados da Pnad, demonstram que essa informatização relatada por Ramos (2002) de fato é um fenômeno preponderantemente metropolitano, comprovado também pelos dados da Pnad para essas regiões. Todavia, ao se analisar o Brasil como um todo, segundo os dados da Pnad, observa-se, nesse período e, especialmente, nos últimos três anos, a elevação do número de trabalhadores com carteira assinada em relação ao total dos ocupados.

Machado, Oliveira e Antigo (2008), estudando os rendimentos do informal e do formal urbanos nos anos de 1992, 1998 e 2004 com base em dados da Pnad, concluem que existe uma maior rentabilidade no setor informal no caso do segmento conta própria, devido a características “subjetivas”. Para Mochel, Nascimento e Lima (2009), o processo de industrialização nos padrões fordistas dentro da política de substituição de importações, componente do Plano de Metas do governo JK, não contemplou plenamente a universalização

de direitos sociais básicos (incluindo-se entre estes o acesso a uma educação gratuita e de qualidade), como também não realizou uma reforma agrária necessária para conter a concentração da propriedade rural advinda dessa industrialização, fatores que promoveram a migração populacional para os centros urbanos. Ressalta-se, nesse contexto, que os processos acelerados de industrialização, historicamente, promovem o esvaziamento do campo e, conseqüentemente, a formação de grandes propriedades. O incentivo à agricultura familiar, mesmo com suas várias atividades informais, entre elas as de autoconsumo e venda de seus excedentes, poderia atenuar significativamente grande parte dos problemas sociais advindos da formação de grandes centros urbanos.

Mochel, Nascimento e Lima (2009) afirmam que a relação entre os segmentos formal e informal é determinada pelo ritmo de acumulação capitalista, o qual é responsável pela própria conformação do mercado de trabalho. Nesse sentido, contraria os neoliberais, que defendem as chamadas políticas de mercado de trabalho, de maneira especial, aquelas direcionadas para a sua flexibilização como suficientes para ampliar os postos de trabalho formais.

Para Dedecca (1998), a partir da política de substituição de importações ocorrida no governo Jânio, o Brasil experimentou dois tipos de informalidade. A primeira adveio dessa política em que o crescente setor industrial voltado para um consumo interno não conseguiu suprir a necessidade de postos de trabalho. Nesse contexto, a relação era de uma interatividade entre o formal e o informal. A segunda forma era mantida pela primeira, através do pagamento por vários tipos de serviços prestados, e a ligação se fundamentava na renda elevada obtida no setor formal, que financiava os gastos com serviços e produtos gerados no segundo. A partir dos anos 90, com a abertura econômica (economia neoliberal), ocorre a inversão no objetivo de produção, o mercado interno passa a coadjuvante, acirra-se a competição. Com isso, experimenta-se uma elevação na produção que não acarreta em uma proporcional elevação nos postos de trabalho. Eleva-se a produtividade e são flexibilizadas as regras de contratação e, mesmo assim, ocorre a retração do setor formal e o aumento do informal. Nesse momento, a relação do informal com o formal passa a ser também de prestação de serviços, entre outras já tradicionais.

Para Sachs (2001), no período pós-guerra, de 1940 a 1980, o Brasil cresceu com um ritmo exagerado de 7% a.a., dobrando o seu PIB a cada dez anos. Todavia, apesar do grande crescimento experimentado pelo Brasil nesse período, ele continua, no ano de 2001, sendo

considerado como subdesenvolvido devido às características desse crescimento, as quais promoveram grandes desigualdades.

Atualmente, apesar de o Brasil possuir a mais extensa fronteira agrícola do mundo, conseguiu três feitos negativos:

- promover uma agricultura moderna de grãos nas frentes pioneiras do Oeste, a qual prescinde quase inteiramente de mão de obra;
- realizar uma colonização socialmente capenga e ambientalmente predatória na Amazônia;
- empurrar milhões de refugiados do campo para as favelas, aumentando o exército de boias-frias e deixando centenas de milhares de famílias sem terra e sem perspectiva de urbanização efetiva, que passa pelo acesso à moradia decente (SACHS, 2001).

Segundo Sachs (2001), existia um movimento contrário a esse processo de crescimento ocorrido nas últimas décadas do século XX, notadamente observado pela ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e outros sindicatos, além da existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A informalidade tem suas consequências sobre o regime previdenciário brasileiro, uma vez que a maioria dos trabalhadores desse setor não contribui para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

No que se refere à economia informal, existe a necessidade de o Estado enfrentar problemas de distintas naturezas, como, por exemplo, as atividades desempenhadas como uma estratégia de complementação da renda ou de sobrevivência. Esse tipo de atividade deve ser priorizado em políticas públicas para conceder ao cidadão dignidade e proteção social, condenando a discriminação e reduzindo a vulnerabilidade. Por outro lado, existem situações cunhadas para burlar a estrutura legal, dificultando o acesso à previdência social e aos direitos trabalhistas (KREIN; PRONI, 2010).

Delgado (2007) divide o intervalo compreendido entre 1950 e 2005 em dois períodos distintos: a evolução na relação entre desenvolvimento econômico e a formalização de contratos de trabalho junto à previdência social.

O período compreendido entre 1950 e 1980 é caracterizado por grande crescimento econômico no pós-guerra, em que a grande industrialização propiciou o crescimento da formalização do trabalho e da adesão ao sistema previdenciário. Essa fase apresentou a maior proporção de contribuintes, com cerca de 55% da PEA, sendo 52% no Instituto Nacional da

Previdência Social/Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INPS/Inamps). Nesse período, o PIB médio foi de 7,4% a.a.

No período que se estende de 1981 a 2005, por sua vez, ocorreu a reversão do crescimento observado no período anterior, em que a taxa média de incremento do PIB foi de apenas 1,18% a.a. Nos anos 80 e 90, ocorreu uma forte tendência à desfiliação previdenciária e da PEA vinculada à previdência, com menos de 55% em 1980 e de 53% em 1991, atingindo a faixa dos 42% entre 1999 e 2000.

Todavia, a partir de 1999, ocorreu uma retomada do crescimento econômico, em que se observou a elevação proporcional de contribuintes na PEA, passando de 41,66% em 1999 para 45,24% em 2005. Nesse período, o crescimento médio do PIB passou para 2,31% a.a. Citam-se três fatores prováveis para essa mudança a partir de 1999, a saber: a Lei do Simples¹¹ (Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996), que veio a facilitar a formalização de muitos pequenos empreendimentos (microempresas), a elevação da participação no PIB do saldo do comércio exterior e a redução da despesa da seguridade social.

Lima (2011) analisou os reflexos das alterações pelas quais passou o mercado de trabalho, sobretudo na influência da informalidade nas relações trabalhistas entre contribuintes e beneficiários do sistema previdenciário no curto e no longo prazo. O autor argumenta que houve o aumento na proporção de trabalhadores informais, paralelamente ao processo da longevidade, com envelhecimento populacional, os quais, em conjunto, resultam no aumento da pressão atribuída ao Regime Geral da Previdência Social entre 1981 e 2009. Esse aumento afetou os contingentes de contribuintes e beneficiários do RGPS, trazendo preocupação sobre sua sustentabilidade.

Conforme Passos, Ansiliero e Paiva (2004), o crescimento econômico pode não ser acompanhado por proporcional crescimento no mercado de trabalho com carteira assinada, considerada a base da previdência social. Nesse sentido, observa-se estreita afinidade com duas teses predominantes na década de 90 no Brasil. A primeira se refere aos crescentes ganhos de produtividade em virtude de novas tecnologias, proporcionando uma nova era econômica, em que o crescimento do produto reflete um impacto menor no número de postos de trabalho (FIGUEIREDO; LAMOUNIER, 2002). A segunda defende que, ao longo dos anos 90, estaria ocorrendo o crescimento relativamente constante de postos de trabalho ditos informais (os sem carteira assinada e os por conta própria), denotando uma crise de

¹¹ Simples: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

formalização do emprego, e o conseqüente avanço da informalidade no mercado de trabalho brasileiro (FLIGENSPAN, 2005).

Mirus e Smith (1997) relacionam a falta de confiança no governo, a elevação do desemprego, a elevação dos trabalhadores por conta própria e de pequenas empresas e o crescimento de imigrações como estando entre as causas principais para a elevação dessa forma de comportamento dos agentes econômicos envolvidos na produção e comercialização. Segundo Ribeiro (2000) em contraponto à atração que a economia informal exerce sobre os trabalhadores do setor formal pelas vantagens oferecidas, grande parte da renda auferida na informalidade é imediatamente direcionada ao setor formal.

Ribeiro (2000) aprofundou seu estudo sobre o enfoque econômico como causa da informalidade, observando: a) a carga tributária como uma quase unanimidade, considerando que maiores taxas de impostos indiretos e imposto sobre a renda desencadeiam uma tendência de elevação de vendas e trabalho no setor informal – isoladamente, esse fator pode não ser efetivo no aumento do setor informal; b) a intensidade de regulação – melhor aplicação associada à sua menor densidade poderia contribuir para a redução da informalidade, apesar disso geralmente os governos optam pelo contrário, o que leva também ao aumento da corrupção; c) as transferências sociais também contribuem, uma vez que geralmente o direito a esses benefícios requer que os rendimentos auferidos na formalidade sejam baixos, o que incentiva os beneficiados a complementar essas transferências com atividades informais; d) o mercado de trabalho age de forma inversamente proporcional em relação às horas trabalhadas no setor formal em relação ao informal; e e) a disponibilidade de serviços no setor público, sem deixar de reconhecer que todos estes são fruto do pagamento de tributos pelo setor formal – quando estes são majorados, excessivamente regulamentados e burocratizados, pode ocasionar a fuga do setor formal, o que ocorre, geralmente, em países em desenvolvimento onde os níveis de corrupção e suborno são elevados.

Friedman et al. (2000), ao estudar uma amostra de 69 países, concluem que os impostos mais elevados de forma isolada não causam, necessariamente, a elevação dos índices de informalidade, mas sim parecem estar associados ao crescimento econômico. Ao contrário disso, o excesso de regulamentação é que tem por consequência o aumento da corrupção que desencadearia a elevação dos índices de informalidade.

Uma possibilidade de analisar e estimar a informalidade é através do Sistema Nacional de Contas (SNC), que foi reformulado em 2000. O SNC define família “como um pequeno grupo de indivíduos que partilham o mesmo domicílio e reúnem parte, ou a totalidade, do seu

rendimento e patrimônio, consumindo coletivamente certos tipos de bens e serviços, principalmente de habitação e alimentação”. Essa definição engloba as atividades de autoconsumo. A partir desses dados, ao analisar o intervalo de 2000 a 2006, os autores constataram que, em 2006, o setor informal era responsável por 27,2% dos postos de trabalho do país e teve uma contribuição de 9,9% na geração do valor adicionado. O emprego informal, por sua vez, alcançou 57,6% das ocupações totais (HALLAK; NAMIR; KOZOVITS, 2009). Mais especificamente, Hallak, Namir e Kozovits (2009) dividem os setores produtivos em três: o formal, o informal e outras unidades familiares. Os autores revelaram, nos resultados, que tanto o setor informal (12,7% para 9,9%) como o familiar (14,5% para 11,6%) apresentaram uma redução no valor adicionado na economia no período estudado, entretanto o setor formal (72,8% para 78,4%) apresentou crescimento. Os autores atribuem o crescimento do setor formal ao estímulo dado às pequenas empresas no período, como facilidade de acesso ao crédito e redução de impostos. Em relação ao total de ocupações no período, os dados mostraram um aumento de 78,9 milhões para 93,2 milhões, sendo que 42,4% são empregos formais, 22,5% são sem carteira e 35,1% são autônomos ao final do período estudado, em 2006.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, inicialmente é apresentado um esboço do método proposto nesta tese, sendo que este apresenta características de um método misto¹, contemplando tanto aspectos quantitativos como qualitativos. Posteriormente, descreve os procedimentos metodológicos utilizados nesta tese, que aplica e testa o método proposto, iniciando-se pelo detalhamento da fonte dos dados, seguido pela área de estudo; logo após, mencionam-se os procedimentos adotados para a coleta de dados no desenvolvimento do método. Por fim, descreve-se como foi realizada a análise dos dados.

3.1 Método de estudo e análise do papel da agricultura familiar na informalidade no abastecimento local de alimentos e bebidas em pequenos aglomerados urbanos

Este subcapítulo objetiva descrever o método criado para ser aplicado, preferencialmente, em pequenos aglomerados urbanos com a finalidade de servir de base para o estudo e análise da informalidade presente nesses locais. Essa informalidade está ligada à agricultura familiar e é formada pela comercialização não formalizada de produtos de origem agrícola, sejam eles provenientes do excedente de sua produção para autoconsumo, sejam de sua produção comercial diversificada.

Dessa forma, este método pretende servir não apenas como um guia para apoiar futuros estudos acadêmicos e/ou técnicos, mas também como subsídio na elaboração de projetos desenvolvidos na busca da melhoria da condição socioeconômica de pequenos aglomerados urbanos e, principalmente, da agricultura familiar. Com as devidas adequações e adaptações, utilizando-se dos recursos da estatística, este método também poderá, eventualmente, vir a ser utilizado em aglomerados urbanos maiores.

3.1.1 Introdução

Com origem grega, em *metá* (reflexão, raciocínio, verdade) + *hódos* (caminho, direção) = *methodos*, a palavra “método” significa, literalmente, “um certo caminho que

¹ “Os chamados estudos quanti-qualitativos, mistos ou multimetodológicos se constituem na articulação de ambos os tipos de dados, que partem de fundamentos e características distintas. Embora os teóricos, especialmente os preocupados em produzir sobre pesquisa qualitativa, admitam a sua complementaridade ao interconectá-los, não admitem a flexibilização de características que possibilitem a constituição efetiva de uma unidade.” (PRATES, 2012).

permite chegar a um fim” (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2013). Dessa forma, um método nada mais é do que um caminho para se chegar a algum lugar. Neste caso específico, corresponde a uma série de passos a serem seguidos para se chegar a algumas respostas sobre a situação em que se encontram as relações socioeconômicas, se estas existirem, entre consumidores e produtores rurais informais localizados em pequenos aglomerados urbanos.

Existindo a possibilidade da elaboração e execução de projetos ligados a essa realidade, em primeiro lugar, ressalta-se que é necessário conhecê-la. O primeiro passo é saber se ela existe, conhecer seu contexto, saber quem é beneficiado por ela e quem é prejudicado, visualizar sua provável amplitude, bem como conhecer sua história local. Assim, pode-se pensar em fazer alguma espécie de interferência, pois esta deve atender às necessidades e às aspirações dos atores envolvidos, os quais, por sua vez, devem ter o conhecimento desse trabalho e participar na sua elaboração. Por conseguinte, projetos que tenham a possibilidade de interferir na realidade estudada devem ser exaustivamente pesquisados, para que essa interferência venha ao encontro das aspirações dos atores (toda a comunidade local e regional que possa ser beneficiada ou sofrer consequências dessa iniciativa). Entretanto, o propósito inicial deste método é conhecer a realidade informal local ligada às relações com agricultura familiar.

3.1.2 Bases conceituais para aplicação do método

Torna-se fundamental o entendimento de alguns conceitos, para que se possa viabilizar a aplicabilidade do método proposto em realidades que sejam adequadas ao seu propósito e para que, posteriormente, os resultados encontrados sejam passíveis de comparação.

Assim sendo, entende-se por:

3.1.2.1 Informalidade

Existem inúmeras tentativas e formas diferentes de se conceituar e/ou definir informal e informalidade. Entre elas, cita-se De Soto (1989), que entende informalidade como sendo “um conjunto de atividades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e à regulação”.

Esse conceito de De Soto (1989) apresenta, de forma absolutamente sintética, o que este trabalho tomou como sendo a informalidade e, conseqüentemente, um produto informal.

Cabe ainda diferenciar o segmento informal do segmento ilegal. Segundo Ribeiro (2000), o legal é constituído de atividades socialmente aceitas, tais como sonegação de impostos, aluguéis, trabalho sem registro, troca de serviço, escambo etc. O ilegal, por sua vez, é constituído das atividades ilícitas não socialmente aceitas, tais como frutos de roubo, contrabando, fraudes, drogas, corrupção, entre outras relacionadas a atos ilícitos.

Torna-se visível e passível de se afirmar que a comercialização informal de produtos excedentes do autoconsumo e da produção comercial diversificada da agricultura familiar se enquadram no segmento da informalidade “legal” ou socialmente aceita. Dessa forma, fica evidente que, para a finalidade de aplicação deste método, é considerada como informal toda atividade cujos produtos não atendam a toda regulação e tributação do Estado e que sejam atividades socialmente aceitas.

3.1.2.2 Agricultura familiar

A maioria das formas para se conceituar agricultura familiar encontradas na literatura recente baseia-se na mão de obra utilizada, na direção dos trabalhos e no tamanho do estabelecimento. Nesse sentido, Guanziroli e Cardim (INCRA, 2000) definem a agricultura familiar como sendo aquelas unidades de produção agrícola em que se atendem às seguintes condições: a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e sua família, a mão de obra familiar é superior à contratada e a área do estabelecimento está dentro do limite estabelecido para cada região do país.

A Lei Federal nº 11.326/2006 determina que sejam considerados como estabelecimentos familiares somente aqueles que atenderem, simultaneamente, aos seguintes critérios: área de, no máximo, quatro módulos fiscais, que utilize, predominantemente, mão de obra da própria família, tenha a maior parte da renda familiar originada do seu estabelecimento e dirija seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006). O módulo fiscal em Mata é de 22 hectares; sendo assim, o limite máximo é de 88 hectares para um estabelecimento ser considerado como familiar e ter acesso a créditos, como, por exemplo, o Pronaf.

Fica uma consideração quanto à área do estabelecimento, à qual cabe certo grau de flexibilidade, tendo-se em vista que este não é o critério principal para se definir se um estabelecimento é ou não familiar. São muitas as situações que podem ser consideradas, como, por exemplo, pode existir mais de um núcleo familiar no estabelecimento ou pode ser

que o limite tenha sido ultrapassado de forma insignificante, ou ainda outras situações semelhantes. Dessa forma, têm-se diversos fatores para se eliminar o estabelecimento da classificação como familiar.

3.1.2.3 Atividades produtivas agrícolas familiares

São consideradas como atividades produtivas agrícolas familiares todas as atividades agrícolas ou pecuárias realizadas no âmbito da agricultura familiar, cuja característica principal é a utilização da mão de obra familiar. De forma geral, a maior parte delas é voltada para o autoconsumo e uma parte menor para comercialização e, normalmente, são diversificadas.

As atividades agrícolas familiares para autoconsumo são aquelas atividades que têm por finalidade fornecer alimentos para o consumo familiar. Eventualmente, podem ser gerados excedentes que são comercializados de maneira informal, visto que são em pequena quantidade. As atividades agrícolas familiares comerciais, por sua vez, fazem parte de outro rol de atividades com finalidade específica para comercialização, em que uma pequena parte pode ser também consumida pelo núcleo familiar.

Quanto ao autoconsumo, Gazolla e Schneider (2007) relatam a opinião de dois autores clássicos (Chayanov e Eric Wolf) sobre esse assunto:

o autoconsumo é uma característica que pode ser descrita como genuína às formas sociais familiares, pois este é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades, tanto nas já não mais existentes como nas contemporâneas.

3.1.2.4 Pequenos aglomerados urbanos

O conceito de pequenos aglomerados urbanos utilizado neste estudo ainda é muito subjetivo, visto que o que é pequeno para uma situação pode ser grande em outra. Assim, são várias as situações e propósitos em que se pode determinar que um aglomerado urbano seja grande, médio ou pequeno. Conforme Matos (2000), aglomeração urbana ou aglomerado urbano “reporta-se a um conjunto de pessoas ou atividades que se concentram em espaços físicos relativamente pequenos, daí a sua aceção mais eminentemente urbana, não rural” e já foi incorporado pelo IBGE em seus levantamentos censitários referindo-se também a núcleos localizados fora da sede municipal (cidade).

No caso específico desta pesquisa, procurou-se identificar as características do local de aplicação do método, ou seja, em locais cujas dimensões territoriais e habitantes sejam, de certa forma, conhecidos. Por exemplo, no caso utilizado para teste do método, dentro do CVJ, apenas o município de Santiago não contempla essa característica. Entretanto, caso se considere como região de estudo a Depressão Central do Rio Grande do Sul, o município de Santiago seria mais apropriado para a aplicação do método em relação ao município de Santa Maria.

Dessa forma, observa-se que o conceito de pequeno aglomerado urbano é extremamente relativo, de modo que o próprio pesquisador precisa avaliar as diferentes variáveis envolvidas antes de tomar a decisão de aplicar o método, uma vez que ele é a sugestão de um caminho para se chegar a algumas respostas, podendo ser adaptado a diferentes situações, que podem ampliar seu potencial e aplicabilidade.

3.1.2.5 Princípio geral para sua aplicação

O método está baseado em uma sequência lógica de etapas em que se parte do formal para o informal. O pesquisador deve iniciar pelo estudo da região que se pretende analisar ou, quando for o caso, apenas o município ou localidade. Assim, sugere-se iniciar com levantamento de dados formais do local de estudo, os quais, geralmente, são informações secundárias obtidas junto a *websites* e/ou outras fontes oficiais. No segundo momento, parte-se para obtenção de informações primárias sobre a informalidade, começando pelo cálculo da amostra de domicílios, seguido pelo cálculo da amostra ou censo do comércio local e, por fim, a realização de entrevistas junto aos produtores rurais familiares.

Tendo-se em vista que este método é sequencial, sugere-se que ele siga, obrigatoriamente, a sequência recomendada, uma vez que as etapas são interdependentes (as informações obtidas em uma etapa servem de base para a etapa seguinte). No decorrer das etapas, devem ser consultados informantes qualificados presentes no local de estudo, para dirimir eventuais dúvidas e facilitar o entendimento das informações obtidas.

Por conseguinte, deve-se atentar para cada informação obtida, pois ela retrata a realidade sob perspectivas diferentes e peculiares. Ressalta-se que cada um dos segmentos envolvidos está, de certa forma, interligado formando um conjunto socioeconômico de informações que, através de suas interações, oferece uma visualização única a cada realidade.

3.1.3 Definição inicial: área de trabalho

Nessa fase, é conveniente lembrar os objetivos propostos para criação e desenvolvimento deste método. Para tanto, procura-se delimitar a área em que será realizado o estudo, caso for uma grande região, uma pequena região, um município, um distrito ou uma vila. Uma vez que o objeto de estudo esteja pré-definido, sugere-se que ele deva ser uma área urbanizada (pequeno aglomerado urbano) e os estabelecimentos agrícolas familiares a ela vinculados.

Caso a opção for por uma área de estudo maior, deve-se eleger os critérios de escolha de um dos pequenos aglomerados urbanos presentes. No caso do teste utilizado para desenvolver este método, os critérios utilizados basearam-se nas características demográficas relativas entre o rural e o urbano e nas características da matriz produtiva típica da agricultura familiar.

Quanto à opção escolhida, ela poderia ser por dois municípios com características opostas ou também poderia ser aplicado o método em todos os municípios. Essas são decisões ligadas, fundamentalmente, ao propósito da pesquisa, ao tempo disponível e aos recursos financeiros e de pessoal disponíveis. No exemplo desta pesquisa, no CVJ a seleção do município de Mata se deu em virtude do tempo e dos recursos limitados, bem como do seu propósito, que consistia apenas em testar o método em desenvolvimento, escolhendo-se somente esse município.

3.1.4 Etapa I – Estudo da estrutura formal da região ou local

Na sua primeira etapa de aplicação, propõe-se fazer um amplo levantamento de dados formais do local ou região a ser estudada. Na sequência, descreve-se um roteiro para o levantamento dessas informações. Em relação às fontes ideais para sua coleta, a orientação é que sejam confiáveis de preferência fontes oficiais, disponíveis em meios eletrônicos (*websites*) ou convencionais.

3.1.4.1 Geografia e demografia

Quando se tratar de uma região maior, torna-se interessante se fazer uma descrição geral do território, com dados como a área total, área agricultável, reservas ambientais,

peculiaridades geográficas, relação dos municípios que fazem parte, descrição dos motivos da identidade coletiva dos municípios da região em estudo (motivo pelo qual eles estão relacionados), bem como mapas e outros recursos que venham a descrever a região.

Os dados sobre demografia devem ser buscados da forma mais detalhada possível, principalmente quanto à distribuição em níveis rural e urbano, e se possível com a sua evolução histórica. Destaca-se que um dos propósitos da aplicação do método é buscar a explicação do porquê de sua formação. Esses dados devem ser individualizados, ou seja, todos os municípios devem ser representados separadamente para viabilizar a sua análise individual e para que, assim, eles possam ser agrupados por semelhanças e ou diferenças apresentadas.

3.1.4.2 Aspectos econômicos

Deve ser buscada a quantidade necessária de dados, de modo que estes possam demonstrar a situação econômica segundo dados oficiais; mais precisamente, objetiva-se fazer um retrato da economia formal do local em estudo. Dessa forma, eles servem de base para que se possa proceder com a análise econômica inicial da situação formal da região e dos diferentes municípios que a compõem.

Alguns dados importantes que devem ser relacionados em nível de região e de municípios são o número de empresas registradas, o pessoal ocupado, os Valores Agregados Brutos na Agropecuária (VAB Agr.), na Indústria (VAB Ind.) e nos Serviços (VAB Ser.), o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB pc). Eventualmente, conforme a necessidade e o interesse específico da pesquisa, podem ser buscados outros dados que sejam necessários para complementar o banco de dados para análise. Dados sobre o estado e o país são importantes para que se possa tê-los como referência.

3.1.4.3 Aspectos fundiários

Devem ser apresentados nessa fase os valores e demais informações referentes à situação econômica dos municípios e destes em conjunto. Esses dados são muito importantes e fundamentais para se avaliar as diferenças regionais.

A estrutura fundiária deve ser relatada com a maior riqueza possível de detalhes. Sugere-se o levantamento das seguintes variáveis: o número de estabelecimentos familiares e

não familiares; a área dos estabelecimentos, por categoria, e a área média apresentada em cada uma delas; a área total ocupada por cada categoria; a distribuição do tamanho dos estabelecimentos nos diferentes municípios, e assim por diante. Com esses dados formatados, pode-se classificar, de forma mais adequada, os municípios quanto à sua probabilidade ou tendência para agricultura familiar ou não familiar. Dados sobre a situação do estado e do país são muito úteis para que se possa realizar a comparação, uma vez que servem de parâmetro nas análises de resultados.

3.1.4.4 Matriz produtiva

O levantamento detalhado da matriz produtiva dos municípios, da região, do estado e do país é um procedimento fundamental que, necessariamente, deve ser executado. A matriz produtiva pode ser didaticamente dividida em seus setores produtivos, como, por exemplo, setor agrícola e setor pecuário. Os setores também podem ser subdivididos em seus segmentos, como agricultura anual e perene, e a pecuária com o segmento populacional. Nesses dados, são relatados os números de cabeças ou unidades animais em cada categoria e também o segmento de desfrute, em que algumas categorias mantêm a produção ao longo da vida sem necessidade de abate.

Muitos dados podem não estar atualizados conforme o período de análise e foco da pesquisa, casos em que se sugere estimá-los com base no rebanho atual em base proporcional às populações e abates (desfrute) em anos passados. Através da matriz produtiva, também se pode determinar a vocação de produção do local da pesquisa. Através dela, determinam-se os complementos e/ou retiradas de produtos a serem questionados durante as entrevistas nos três segmentos estudados.

No momento em que se inicia a análise prévia desses dados, pela simples visualização de tabelas e gráficos, já são percebidas diferenças entre atividades normalmente comerciais e atividades que, na maioria das vezes, não possuem finalidade comercial. Além disso, as análises permitem identificar outras características necessárias para melhor se entender a estrutura produtiva dos diferentes municípios estudados.

Dessa forma, existem vários formatos de se demonstrar uma matriz produtiva, de forma que todos são válidos e passíveis de ser utilizados. Em relação à aplicação do método, deve ser decidida qual ou quais as melhores formas para cada situação. Algumas alternativas de formatos são por área ocupada por atividade, por volume de produção anual, por número

de cabeças ou unidades animais, por unidades produtivas, por faixa de valor do produzido, por faixa de valor do comercializado, por faixa de valor da atividade, por nível percentual em relação à produção total no município, por valores monetários por quilômetro quadrado, entre outros.

Assim, podem ser produzidas matrizes separadas por setor, por espécie e por segmento, bem como podem aparecer todas juntas. Sugere-se que o pesquisador utilize mais informações do que o necessário, pois, caso as informações não sejam suficientes, a análise fica comprometida.

Na medida do possível, devem ser evitadas tabelas muito grandes, contendo muitas informações, tendo-se em vista que elas se tornam difíceis e cansativas para interpretar, podendo, dessa forma, o trabalho ser exaustivo e inútil. Caso todas as informações da tabela “enorme” sejam fundamentais, sugere-se dividi-la em tabelas menores.

Outra iniciativa importante para que se tenha a real proporção do uso dos recursos disponíveis, como, por exemplo, a terra, é o cruzamento de medidas de uso desses recursos através de gráficos, como é o caso do valor monetário total com o valor monetário por quilômetro quadrado (medidas relativas e absolutas). Assim, ao se realizar análises comparativas das curvas, pode-se obter a dimensão real da intensidade de uso dos recursos, em cada município estudado, e, por consequência, sua vocação para atividades intensivas ou extensivas.

3.1.4.5 Índices de desenvolvimento

Deve-se utilizar todos os necessários e disponíveis índices de desenvolvimento, que, em muitos casos, podem demonstrar mais do que o necessário. Mesmo que alguns dos indicadores que o compõem não sejam necessários ou adequados à pesquisa, eles podem ser utilizados. Tem-se que todos os índices de desenvolvimento disponíveis utilizam, na sua elaboração, um conjunto diferente de indicadores, dessa forma se pode obter um excelente índice “X” para um determinado município e um péssimo índice “Y” para o mesmo município, ao passo que, para outro município, os dois são bons, e assim por diante.

Quando os índices disponíveis se mostrarem inadequados, a forma mais correta é basear-se não em índices, mas sim em suas partes, ou seja, os indicadores que os compõem. Assim, com base nos indicadores, que são instrumentos mais específicos, o pesquisador pode abordar o assunto que lhe interessa e, assim, avaliar melhor a situação do local pesquisado.

Ressalta-se que não se objetiva depreciar a utilidade de índices, tendo-se em vista que são úteis para aquilo que se propõe, como é o caso peculiar a cada um deles. Entretanto, de certa forma, eles são genéricos e, em casos mais pontuais, a sua eficiência é menor; nestes casos, a utilização do indicador é mais eficiente.

Por conseguinte, existem muitos índices passíveis de utilização; entre os mais conhecidos, estão o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini e, ainda, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Todos os três são elaborados por instituições conhecidas e se propõem a medir o desenvolvimento com diferentes enfoques. O IDH e o Idese possuem enfoques semelhantes, ambos direcionados ao desenvolvimento socioeconômico, e também são mais genéricos. Em relação ao Índice de Gini, pode ser considerado mais específico, pois é direcionado à economia, mais especificamente à distribuição de renda.

3.1.5 Etapa II – Pesquisa nos domicílios

Nessa etapa, dá-se início à coleta de dados primários e a responsabilidade do pesquisador aumenta, uma vez que, até então, utilizaram-se somente dados secundários consolidados por instituições. Destaca-se que a confiabilidade dos dados obtidos fica sob a responsabilidade da competência e da habilidade do pesquisador em coletá-los, processá-los e sistematizá-los de forma adequada. Espera-se, assim, que a partir deles se possa obter informações seguras que reflitam a realidade observada, ou pelo menos a parte dela que está sob investigação.

O pesquisador, nessa etapa, começa a conhecer melhor a realidade do aglomerado urbano em estudo. Nela, ocorre a aproximação com a realidade local, uma vez que são pessoas que respondem e muitas vezes questionam ou desconfiam. Dessa forma, o pesquisador não se depara somente com informações, números e tabelas.

Essa metodologia foi desenvolvida baseada no uso de formulários mistos, ou seja, com perguntas fechadas e abertas. Foi objetivo durante o desenvolvimento desses formulários, assim como do método como um todo, primar pela máxima sintetização dos instrumentos utilizados. A experiência demonstra que pessoas não apreciam ficar muito tempo respondendo a perguntas e, à medida que o tempo passa, as respostas ficam superficiais, distanciando-se da realidade.

Esse primeiro formulário direcionado aos domicílios da área urbana possui alguns eixos norteadores, a saber: levantamento do perfil socioeconômico, hábitos de consumo e percepções sobre produtos e produtores informais.

3.1.5.1 Perfil socioeconômico

No levantamento socioeconômico, procura-se, em apenas cinco questões, obter o perfil dos domicílios pesquisados. Sendo assim, não se torna objetivo deste método conhecer com profundidade os domicílios, pois essas questões oferecem uma base satisfatória para as necessidades deste estudo.

Inicialmente, questiona-se a propriedade da moradia, observa-se o seu estado geral de conservação e indaga-se sobre a existência dos bens que conferem bem-estar ao domicílio. Dessa forma, obtém-se um conjunto de dados com os quais já se pode traçar o perfil socioeconômico preliminar dos domicílios, tendo em vista que eles oferecem informações sobre o poder aquisitivo e sobre as condições gerais em que vive cada família pesquisada.

Ainda sobre a condição socioeconômica com enfoque no rural, questiona-se o entrevistado sobre se viveu a maior parte de sua vida no urbano ou no rural. A resposta oferece informação para detectar o possível êxodo do rural para o urbano.

Por fim, faz-se um levantamento sintético sobre a vida de cada morador, questionando-se o sexo, a idade, se está estudando, o grau de escolaridade, a profissão e a renda. Após a tabulação, esses dados completam uma tabela simples e de fácil entendimento. Essa tabela contém o restante dos dados necessários para se visualizar o perfil socioeconômico de cada família entrevistada e, em seu conjunto, o perfil dos domicílios do aglomerado em estudo.

Dentro desse perfil, obtém-se o nível cultural, profissional, a renda individual e total, bem como a distribuição de gênero e faixas etárias. Assim, esses dados completam uma visão socioeconômica satisfatória desses domicílios.

3.1.5.2 Hábitos de consumo

Após o levantamento do perfil socioeconômico, passa-se a explorar os hábitos de consumo dos entrevistados. Durante a elaboração do formulário, procura-se pela

interatividade entre suas respostas, ou seja, foram elaboradas perguntas de tal forma que uma resposta de questionamento seja indiretamente confirmada por respostas seguintes.

Em relação aos hábitos de consumo, questiona-se, inicialmente, qual é o valor utilizado para as compras do mês, entendidas como aquelas que incluem, além da compra maior, normalmente chamada de “rancho”, outras que venham a complementá-la. Nesse momento, é possível verificar se as informações sobre renda são condizentes com os gastos mensais.

De forma praticamente simultânea, indaga-se sobre quanto daquele valor se direciona para a compra de alimentos. Assim, com essa informação, já se está bem próximo do valor gasto com produtos informais (variável-chave). À medida do possível, deve-se deixar bem claro ao entrevistado que esse valor relativo à aquisição dos alimentos deve ser uma parte do total gasto com as compras do mês.

De forma rápida, chega-se à pergunta que entra, definitivamente, no tema central do estudo, ou seja, o propósito da aplicação deste método. Pergunta-se se parte das compras realizadas, principalmente de alimentos e bebidas, é realizada no mercado informal originado na agricultura familiar local. Quando a resposta é positiva, existe uma sequência de questionamentos a se fazer; quando a resposta é negativa, somente se procura saber os motivos para essa resposta.

Caso a resposta seja negativa, são realizados somente dois questionamentos. O primeiro é do porquê dessa opção em não realizar compras nesse tipo de comércio. Quanto ao segundo, indaga-se sobre o que seria necessário para que essa família passasse a adquirir uma parte de seus itens de consumo dessa origem informal. Dessa maneira, obtêm-se as informações necessárias para analisar essa escolha.

Quanto aos que responderam positivamente, são vários os questionamentos a serem realizados. O primeiro passo é realizar um levantamento dos produtos consumidos, utilizando-se uma listagem elaborada com base nos produtos passíveis de produção e comercialização informal pela agricultura familiar local. Essa lista deve englobar, além dos que já estão presentes no formulário-modelo, também outros típicos de cada região a ser investigada. Sugere-se que deve haver alguns espaços vazios, para que os entrevistados possam relatar outros produtos consumidos, que, possivelmente, possam estar ausentes na lista preconcebida.

Existe a opção de o produto não ser consumido no domicílio e mais quatro opções de origem desses produtos quando eles são consumidos, a saber: informal, quando o produto é adquirido na informalidade; ganha, quando o produto é recebido como um presente ou

doação; próprio, quando ele é produzido no domicílio ou em estabelecimento rural administrado pela família entrevistada; e formal, quando o produto é adquirido junto ao mercado formal; além de não consome, quando o produto não faz parte dos hábitos de consumo do domicílio. Dessa forma, ficam contempladas todas as possíveis formas de essas famílias acessarem esses produtos. Embora a lista seja longa, o seu preenchimento é extremamente fácil e simples, de modo que, com apenas um número por produto, descreve-se a informação necessária.

Com esses dados, pode-se analisar as diferentes origens desses produtos, bem como estabelecer as proporções com que são acessadas suas fontes e, principalmente, saber quanto do comércio informal de produtos originados da agricultura familiar está presente nos hábitos de consumo desses domicílios urbanos. Assim, com base nessas informações, pode-se analisar também o papel de cada produto no contexto desse comércio informal.

Caso existam produtos adquiridos na informalidade, o próximo passo é saber as fontes desses produtos, as quais podem ser diretas de seu produtor ou de outras, que, neste estudo, são consideradas como intermediárias. Existe uma série de possíveis intermediários, constituída daqueles estabelecimentos comerciais que, normalmente, se dispõem a esse tipo de intermediação, como, por exemplo, mercados, armazéns, fruteiras, feiras livres, açougues, lojas especializadas e outros que venham a ser relacionados.

O passo seguinte é procurar saber quais as origens específicas, ou seja, o nome dos estabelecimentos comerciais intermediários e os nomes dos produtores rurais familiares dos quais são adquiridos produtos diretamente. Destaca-se que deve ser questionado o local onde esse produtor possui seu estabelecimento e os produtos que são adquiridos de cada produtor citado. É muito importante, para a sequência da pesquisa, que essas informações sejam obtidas e registradas corretamente e de forma organizada.

No momento da tabulação desses dados, é fundamental que sejam consultados informantes qualificados presentes no município, e sugere-se que seja mais de um. Esse procedimento se faz necessário devido às variadas formas com que os produtores são citados, como pelo apelido, pelo sobrenome, pelo meio de transporte que utiliza, entre outras formas possíveis. Podem ser relacionadas, também, pessoas da mesma família como sendo um produtor em cada citação. Essas situações ocorreram durante o teste do método e somente através dos informantes qualificados é que podem ser corrigidas.

Esses informantes qualificados normalmente são encontrados nas secretarias de educação, no sindicato dos trabalhadores rurais, no sindicato rural, no escritório local da

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), na prefeitura, entre outros locais. Da mesma forma, podem ser também pessoas da comunidade, normalmente mais idosas, que conhecem praticamente todos habitantes do município.

O próximo passo é coletar a informação do valor utilizado na aquisição de produtos informais locais. Nesse momento, deve-se explicar ao entrevistado que esse valor corresponde a uma parte daquele que já foi respondido com sendo o valor das despesas mensais utilizadas para aquisição de alimentos e bebidas. Portanto, cria-se uma forma de verificação entre as respostas da renda do estabelecimento, podendo as eventuais discrepâncias presentes nas respostas ser contestadas.

Com essa informação, tem-se um novo parâmetro para avaliar a intensidade da presença da informalidade no rol de produtos oriundos da agricultura familiar. Com base nesses dados, várias análises podem ser efetuadas, como, por exemplo, os diferentes níveis de valores utilizados para essa finalidade, a relação com os outros valores utilizados para aquisição de produtos similares, a proporção em relação ao total utilizado nas compras mensais etc.

Outra situação importante a ser investigada e analisada é a fidelidade desses consumidores com os produtores informais do município, tendo-se em vista que esses produtos também podem ser adquiridos de produtores familiares de outros municípios. Questiona-se a preferência para os produtores familiares do município e torna-se importante, também, averiguar os motivos para a resposta proferida. Com base nessas respostas, pode-se avaliar o nível com que esses consumidores valorizam o seu município e o que nele existe.

Três questionamentos procuram avaliar a opinião desses consumidores em relação aos produtos informais quanto aos aspectos físicos, monetários e perceptivos. Esse procedimento auxilia na montagem de uma fotografia que reflete a imagem com que esses consumidores veem esses produtos. Primeiro, oferece-se um rol de seis itens. Ressalta-se que é importante que os entrevistados possam visualizar a relação de palavras, para que o pesquisador não influencie suas opiniões conforme a sequência proferida de forma verbal. Assim, o entrevistador deve levar uma folha com as palavras escritas, a saber: segurança, qualidade, preço, saúde, confiança e nada, e deve perguntar ao entrevistado qual desses aspectos vêm à sua mente quando pensa em produtos informais. Nessa fase da entrevista, a pessoa entrevistada já vai saber claramente a que tipo de produtos se está fazendo referência. Com esses dados, pode-se analisar, objetivamente, a percepção dos entrevistados sobre os produtos informais.

Na sequência, se solicita que o entrevistado compare os produtos informais aos formais, quanto aos seguintes quesitos: saúde, segurança, aparência e duração, determinando qual é melhor ou se são equivalentes. Com essas respostas, propicia-se a análise comparativa da opinião dos consumidores sobre as diferentes origens dos produtos questionados. Em seguida, escritos em uma folha as palavras preço, qualidade e origem/procedência, solicita-se que a pessoa enumere de 1 a 3, segundo o grau de importância de cada um dos itens expostos. Esse procedimento evita que a pessoa responda que todos são importantes, uma vez que ela terá, obrigatoriamente, que hierarquizar o grau de importância, fornecendo um material robusto para análise de suas prioridades quanto aos quesitos propostos.

Apesar de ser um assunto inconveniente, mas necessário, é preciso questionar o pagamento de impostos e a regularização de atividades. Assim, questiona-se o conhecimento dos entrevistados a respeito do pagamento de impostos por parte desses produtores de produtos informais e, posteriormente, oferecem-se diferentes formas de justificar as respostas. Dessa forma, consegue-se, além de identificar a postura desses consumidores diante da situação de forma objetiva, também analisar, mesmo que com alternativas fechadas, a sua justificativa para a posição assumida.

Um dos principais entraves para a livre comercialização de produtos informais é a insegurança quanto aos aspectos sanitários. Sendo assim, questionam-se os consumidores sobre eventuais problemas de saúde ocasionados pelo consumo desses produtos e, em caso positivo, pede-se que descrevam o ocorrido. Dessa forma, pode-se analisar, mais uma vez, o aspecto saúde, bem como o aspecto confiança, uma vez que essas variáveis fazem parte do histórico vivenciado na relação comercial estabelecida ao longo dos anos, a qual opera como se fosse uma fiscalização informal.

Por fim, faz-se a seguinte afirmação “O comércio informal de produtos da agricultura familiar auxilia no desenvolvimento socioeconômico do município e ajuda a evitar a saída destas famílias do campo!” Esta afirmação reflete a motivação original deste trabalho de elaboração e aplicação do método. Na sequência, fazem-se dois questionamentos. No primeiro, solicita-se a opinião do entrevistado a respeito da afirmação. A análise dessas informações propicia o complemento sobre todas as respostas respondidas até o momento e pode-se dizer que reflete sua verdadeira opinião sobre o assunto informalidade. Finalmente, questiona-se, novamente, sua opinião sobre se realmente essas atividades propiciam ou fazem parte do desenvolvimento local. Nesse último questionamento, analisa-se a resposta em

relação às demais, uma vez que, de forma indireta, já se questionou várias vezes essa temática específica.

3.1.6 Etapa III – Pesquisa nos estabelecimentos comerciais

Prosseguindo-se com a coleta de dados primários, o foco passa a ser o comércio urbano local. Nessa etapa, existe mais de uma possibilidade para que se dê sequência ao estudo: uma delas é a possibilidade de se entrevistar somente os comerciantes citados nas entrevistas nos domicílios – os quais, naturalmente, deverão ser intermediários dos produtos informais oriundos da agricultura familiar local; outra possibilidade é a determinação de uma amostra que seja estatisticamente significativa para aplicação dos formulários – limitada pelo conhecimento sobre o número efetivo de estabelecimentos que possam realizar esse tipo de intermediação; por fim, realiza-se de um censo no comércio local. Acredita-se que esta última opção seja a mais adequada. No entanto, a opção deve ser escolhida somente quando atendidas algumas condições, tais como um número relativamente possível de ser visitado, tendo-se em vista os recursos humanos, logísticos e financeiros para sua realização.

Após a escolha do procedimento ideal para a situação, o próximo passo é a aplicação das entrevistas com o uso do formulário pré-elaborado. Da mesma forma como a fase anterior, essa etapa também é fundamental no processo geral de aplicação e eficiência do método em aplicação. Os dados obtidos nessa etapa, além da importância para os resultados finais, também são essenciais para a operacionalidade da etapa seguinte junto aos produtores agrícolas familiares do município. A partir desses dados, também são obtidos os produtores que fazem parte do rol que participa dessa forma de comércio.

O questionário a ser aplicado aos comerciantes é bem mais compacto, visto que esses formulários normalmente são aplicados em horário de trabalho; caso fossem mais extensos, poderiam se tornar um transtorno. O formulário está dividido em três eixos: identificação do estabelecimento comercial, identificação e quantificação proporcional dos produtos comercializados e percepções sobre produtores e produtos informais.

3.1.6.1 Identificação do estabelecimento comercial

A identificação do estabelecimento comercial é uma fase extremamente rápida, pois o nome fantasia, geralmente, está em uma placa ou escrito na fachada, podendo ser somente

anotado, sem a necessidade de se perguntar ao comerciante. Marca-se no próprio formulário se o estabelecimento é rural ou urbano. Essa pergunta torna-se relevante principalmente em municípios pequenos onde é comum a existência de comércio no rural e se se fizer a opção por estender a pesquisa ao meio rural.

Eventualmente, podem existir alguns estabelecimentos que não possuam formalização. Sugere-se ser bastante cauteloso na forma de abordagem, tendo-se em vista que o entrevistado que atua na informalidade não se sente seguro em dar essa resposta. Entretanto, mesmo sendo possível ter-se algum caso nessas condições, observa-se que a fiscalização é cada vez mais eficiente, em se tratando de um comércio local, fato que dificulta a atuação informal.

Existe uma série de possibilidades quanto ao tipo de estabelecimento. Algumas são oferecidas no formulário-base, mas, de forma semelhante a outras questões, há a possibilidade de se marcar “outra” e citá-la quando for o caso. Essas informações servem para a análise de quais os tipos de intermediários preferenciais desse tipo de comércio.

Por fim, nessa fase, deve-se questionar o tempo de existência do estabelecimento. Na resposta, podem surgir algumas dúvidas, como, por exemplo, se o comerciante adquiriu de outro, se considera o tempo em sua propriedade; se trabalhava em outro município ou no meio rural e mudou-se para o urbano, considera-se o tempo em que está nesse local; se apenas trocou o endereço no meio urbano, considera-se todo o tempo. Essas informações servem para analisar a estabilidade e o nível de renovação dos diferentes tipos de estabelecimento envolvidos ou não com esse tipo de comércio.

3.1.6.2 Identificação e quantificação proporcional dos produtos comercializados

Essa fase da etapa III é caracterizada pela apresentação da lista de produtos possíveis de serem produzidos pela agricultura familiar local que, normalmente, são comercializados informalmente. Essa lista é a mesma apresentada os domicílios, com o acréscimo de produtos que não faziam parte da anterior e que foram citados como adquiridos, ganhos ou produzidos nos domicílios.

Quando o pesquisador for preencher o formulário, apenas uma lacuna deve ser completada, a exemplo do formulário dos domicílios, entretanto a forma de preenchimento é diferente. Neste caso, se o comerciante não vende o produto, coloca-se apenas um traço na célula em branco; caso ele o comercialize, preenche-se um número que se estende de 0 a 10, sendo que 0 corresponde à resposta de que o produto é 100% formal, ou seja, seus

fornecedores são formalizados e nada tem origem na agricultura familiar informal; e 10 corresponde aos casos em que o produto é 100% informal. Mais especificamente, quando um produto for comercializado e existir algum percentual com fornecimento pela agricultura familiar informal, utiliza-se a numeração de 1 a 10, sendo que o número 1 indica que 10% dos produtos são da agricultura familiar informal, e assim consecutivamente, até o 10, que representa 100% com essa origem informal.

Durante o preenchimento dessa tabela, que se constitui na principal etapa junto aos comerciantes, deve-se proceder com muita paciência, respeitar eventuais interrupções para este atender a seus consumidores, bem como outras atividades que este esteja desenvolvendo em horário de trabalho. Possivelmente, encontra-se algum comerciante que se recuse a admitir que existam fornecedores informais, temendo eventuais ligações com a fiscalização realizada pelo poder público. Nesses momentos, deve-se explicar claramente o teor exclusivamente científico, ou outro que seja o caso, do estudo que está sendo realizado. Caso a explicação não seja aceita, pode-se tentar outros recursos, como falar da entidade em que o pesquisador trabalha, argumentar que o estabelecimento foi citado nos domicílios etc. Em casos extremos, aceita-se seu posicionamento e avança-se, normalmente realizando todos os demais questionamentos, exatamente como os demais comerciantes que admitiram intermediar esses produtos informais.

Durante o preenchimento dessa tabela, ainda podem surgir outras situações inusitadas, como, por exemplo, o comerciante pode ser o produtor de um ou mais produtos ou ele próprio comercializa produtos produzidos por algum parente. Nesses casos, sugere-se fazer uma observação explicando cada episódio.

Os dados fornecidos por essa tabela servem para analisar o conjunto de produtos comercializados no comércio local e, principalmente, qual a proporção da participação dos produtos agrícolas familiares informais nesse nível varejista de intermediação. A partir dela também se obtêm informações sobre a proporção de estabelecimentos que realizam esse tipo de intermediação (quando a opção do pesquisador for a realização do censo). Em qualquer das hipóteses escolhidas, a análise dessas informações é fundamental para se entender como funciona o comércio informal de alimentos e bebidas informais da agricultura familiar local.

Pode-se estabelecer vários tipos de análises sobre essa base de dados, inclusive estabelecer relações com a lista de fornecedores para os domicílios, determinando sobreposições, bem como delinear os fornecedores que são exclusivos de domicílios e do comércio. A frequência com que aparecem os produtos e seus produtores gera outra forma de

análise importante para se determinar a natureza comercial ou de autoconsumo dessas produções. Destaca-se que esses são apenas alguns exemplos de possíveis formas de análise e várias outras podem ser realizadas, dependendo dos recursos utilizados e da necessidade do estudo.

3.1.6.3 Percepções sobre produtores e produtos informais

Nessa última fase dessa etapa com os comerciantes, são efetuados seis questionamentos aos possíveis intermediários, procurando-se abstrair suas percepções sobre os produtores familiares e seus produtos informais. Através das respostas, é possível traçar o perfil desses fornecedores informais na opinião dos comerciantes. O primeiro questionamento está constituído por respostas fechadas limitadas a sim e não sobre a compra permanente de produtos de fornecedores informais. A análise é muito simples e tem-se a informação sobre a proporção de comerciantes que mantêm esse hábito ao longo do tempo.

Os próximos dois questionamentos estão interligados: pergunta-se o número de fornecedores informais que o comerciante possui e, na sequência, solicita-se que o respondente relacione todos que ele lembra. Essa situação é semelhante à dos domicílios, sendo que os dados coletados devem ser organizados de forma que facilitem sua posterior utilização. Torna-se importante que se relacionem, claramente, o nome do produtor (ou outra forma de identificação, como apelido, parentesco, veículo utilizado etc.), os produtos que o comerciante adquire desse produtor e o local em que esse fornecedor tem seu estabelecimento ou qualquer outro dado que venha a facilitar sua localização.

Após a tabulação dos dados, deve-se imprimir uma relação dos fornecedores citados e novamente recorrer aos informantes qualificados, à semelhança dos fornecedores para os domicílios. O objetivo desse procedimento está em esses informantes esclarecerem eventuais dúvidas e/ou apontarem equívocos cometidos, como membros de uma mesma família cotada como fornecedores diferentes, repetição de fornecedores citados de forma diferente, entre outros. Sugere-se também, quando o tempo for um fator limitador, realizar de uma única vez esse trabalho, reunindo as citações dos dois segmentos (domicílios e comerciantes) em uma lista única. Esta última sugestão deve ser utilizada somente como uma opção secundária, pois é interessante o contato com pessoas da comunidade, devido ao fato de se poder obter novas informações não acessíveis com o público entrevistado. Caso se opte pelas duas revisões,

nesta segunda oportunidade podem ser esclarecidas pendências da lista de fornecedores para os domicílios.

Em relação à análise desses dados, pode-se traçar comparações entre o número de fornecedores declarados e o número de fornecedores lembrados para citar e, dessa forma, pode-se deduzir o número de fornecedores efetivos e o de eventuais. Nessa etapa, também se determina o total de fornecedores presentes no município, cuja listagem pode ser completada através das informações obtidas junto aos informantes qualificados, que devem ser tratadas em separado, para não poluir os dados originais obtidos junto aos domicílios e ao comércio. A utilidade dessas informações será discutida na etapa seguinte, quando se torna necessário determinar a amostra de produtores e localizar esses estabelecimentos distribuídos pela zona rural.

É necessário cautela com o questionamento sobre qual a forma com que esses comerciantes realizam o pagamento pelos produtos informais – entre as opções, troca, compra ou ambas –, para que se obtenha uma resposta verdadeira. Os dados gerados e a sua interpretação podem promover uma análise interessante sobre o poder desses fornecedores em utilizar, da forma que mais lhes beneficie, os recursos monetários obtidos na transação, no caso de venda, ou ficar atrelado ao comerciante, no caso de troca.

Duas outras questões abertas, ambas a respeito dos produtos informais, encerram a entrevista junto aos comerciantes. A primeira questiona a opinião deles em relação a esses produtos e a segunda, a opinião de seus consumidores em relação a esses produtos.

O banco de dados gerado pode ser analisado em conjunto ou de forma separada. Todavia, a forma de análise é semelhante, uma vez que, em ambos os casos, as opiniões devem ser agrupadas por similaridade e por diferença. Dentro desses grupos, também podem existir divisões com opiniões ou justificativas diferentes para opiniões similares. Toda essa diversidade deve ser analisada e comentada, conforme apresentarem novidades ou repetições significativas.

3.1.7 Etapa IV – Pesquisa nos produtores familiares informais

Essa é a última etapa da coleta de dados, que é realizada nos estabelecimentos agrícolas familiares citados como fornecedores de produtos informais nos domicílios e/ou nos estabelecimentos comerciais, ambos entrevistados, respectivamente, nas etapas II e III da

aplicação do método. Desse grupo, deve ser retirada uma amostra aleatória ou dirigida de produtores que devem ser entrevistados.

Todas as etapas deste método são importantes, entretanto deve-se ressaltar que, nessa etapa, entrevista-se o segmento que motiva a aplicação dessa metodologia, que são os agricultores familiares. Esses produtores são, normalmente, produtores diversificados, seja para autoconsumo com comercialização de excedentes, seja comercial com autoconsumo, em ambos os casos com a utilização da comercialização informal local.

Nesse segmento, também se faz uso de um formulário elaborado com questões abertas e fechadas. Para melhor sistematizar a coleta desses dados, os questionamentos estão divididos em três eixos principais, a saber: identificação e perfil socioeconômico dos estabelecimentos, produtos produzidos e sua finalidade, e trajetória do estabelecimento.

3.1.7.1 Identificação e perfil socioeconômico dos estabelecimentos

Nessa fase (eixo), deve-se coletar dados referentes ao estabelecimento, sendo contemplados a localização do imóvel, dados socioeconômicos dos moradores, área do imóvel, rendas e assistência técnica. Em um primeiro momento, anterior à identificação propriamente dita, dois itens são dispensáveis de questionamento, a saber: o nome da localidade e a respectiva localização por geoposicionamento por satélite (GPS).

Inicia-se essa fase pela identificação dos moradores de forma um pouco diferenciada dos moradores dos domicílios, por se estar entrevistando produtores rurais e suas famílias. Uma série de dados individuais das pessoas que compõem a estrutura familiar deve ser coletada, entre eles: nome, sexo, idade, nível de escolaridade formal, ocupação, tempo dedicado a atividades agrícolas e renda fora do estabelecimento, quando for o caso. Sugere-se seguir, passo a passo, a ordem dos questionamentos. Desse modo, quanto ao sexo, deve-se analisar a proporção encontrada nos dois sexos, comparando-se os dados da pesquisa com os dados oficiais ou de outros trabalhos disponíveis, com o intuito de averiguar se os resultados obtidos ratificam os parâmetros existentes.

Sugere-se fazer a distribuição de frequência por faixa etária. A análise dessa distribuição pode ser profícua para se constatar eventuais discrepâncias quanto a essa distribuição, uma vez que o meio rural encontra-se em processo de esvaziamento. Dessa forma, essa análise pode fornecer subsídios para se detectar se esse processo está presente no universo estudado ou quais outras constatações se pode retirar como peculiares.

O grau de escolaridade formal pode gerar muitas deduções, como, por exemplo, comparar com o da área urbana coletado nos domicílios ou com a ocorrência no município, região ou estado como um todo. Esses resultados podem gerar constatações que venham a auxiliar na interpretação do porquê do quadro encontrado e de sua formação.

Diferentes modalidades são encontradas quando se foca na ocupação, principalmente em municípios pequenos (como é o propósito deste método), em função da reduzida distância a ser percorrida para trabalhar na zona urbana. Dessa forma, também é importante perguntar sobre outras rendas não relacionadas à prática da agricultura.

Outro tipo de renda que deve ser analisada com atenção é a originada de aposentadorias e de pensões, pois estas podem representar uma parcela significativa dos rendimentos totais desses estabelecimentos, em virtude de sua área territorial reduzida. Sendo assim, sua produção, por mais que seja oriunda de atividades intensivas, pode não ser suficiente para superar a das aposentadorias.

Ainda no quadro das pessoas que habitam os estabelecimentos familiares, tem-se relacionado o tempo dispensado para o exercício de atividades agrícolas. Esses dados são muito úteis para o conhecimento de uma série de realidades por eles vivenciadas. Assim, quando se compara esse tempo com as ocupações declaradas, pode-se gerar uma série de deduções e conclusões sobre esse contexto. Sugere-se, ainda, prosseguir com análises e comparações com dados oficiais disponíveis. Em relação aos benefícios sociais que podem estar presentes nesses estabelecimentos, aponta-se a presença do Bolsa Família, principalmente em municípios mais pobres.

Essas análises auxiliam na busca pela definição do perfil socioeconômico desses estabelecimentos do município em estudo. Destaca-se que outros dados poderiam ser buscados, entretanto, para o propósito deste estudo, estes se tornam suficientes.

Três outros questionamentos complementam a fase de identificação dos estabelecimentos. Um deles se refere à área de terra. Nesse quesito, a análise primária deve ser pela sua distribuição de frequência por faixa de tamanho, cujas faixas devem ser adequadas à realidade encontrada em cada município. Conforme já descrito anteriormente, o tamanho convencionado no Brasil para estabelecimentos da agricultura familiar é de, no máximo, quatro módulos rurais, porém, nessa variável, deve-se estudar a situação de cada estabelecimento, em especial os que ultrapassam com pequena margem esse limite.

A distância da sede do município é peculiar à área total do município pesquisado. Assim, espera-se que municípios com extensões de áreas maiores também possuam maiores

distâncias. A partir dos dados gerados, pode-se relacionar as distâncias com os tipos de atividades presentes nos estabelecimentos (provavelmente, os produtos produzidos em estabelecimentos com distâncias similares sejam também semelhantes). Na futura elaboração de projeto de extensão e desenvolvimento local, a variável distância pode ter uma importância maior, por influenciar diretamente em decisões relacionadas à viabilização técnica desses projetos.

Por fim, investigar a presença de assistência técnica é importante para se traçar o perfil de cada estabelecimento individualmente, bem como do conjunto de estabelecimentos que representa o município. Essas respostas mostram a tendência e abertura desses produtores à aceitação de novas tecnologias e participação em projetos que venham a ser implantados. É importante verificar a disponibilidade da assistência técnica nos municípios, pois sua ausência tornaria incipiente julgar a falta de disposição dos agricultores em serem assistidos.

3.1.7.2 Produtos produzidos e sua finalidade

Nesse eixo, examinam-se mais detalhadamente os produtos que, normalmente, destinam-se ao autoconsumo com seu local de comercialização e os produtos normalmente comerciais.

No primeiro caso, é usada a mesma tabela contendo a relação de produtos utilizada nas fases anteriores, com eventuais acréscimos que tenham sido citados no decorrer do estudo, ficando disponível para o acréscimo de produtos também nessa fase. A forma de preenchimento dessa tabela é peculiar aos produtores, com cinco possibilidades, a saber: autoconsumo, quando a atividade produtiva se destinar, exclusivamente, a esse propósito – a existência de excedentes é rara, sendo incomum sua comercialização; comercial – não existe consumo, as atividades possuem essa finalidade específica; autoconsumo com comercialização – consideradas com dupla finalidade, em que a prioridade é o autoconsumo, sendo habitual a existência de comercialização de excedentes; comercial com autoconsumo – possui duplo propósito com prioridade comercial, também existindo o autoconsumo de uma parte da produção; e não produz – quando o produtor não produzir o produto.

A análise desses dados principia com a frequência de cada finalidade de produção. Sugere-se que os percentuais de frequência sejam divididos em duas colunas, uma com todos e outra excluindo os produtos não produzidos. Dessa forma, viabiliza-se a análise do efetivamente produzido.

A determinação de frequências e suas proporcionalidades tornam-se importantes para uma análise comparativa da matriz produtiva de cada entrevistado. Nesta análise, pode-se constatar a tendência geral para a agricultura familiar ou não dos estabelecimentos estudados.

Faz parte deste caso investigar onde esses produtores costumam comercializar seus produtos. Essa questão pode ser comparada com as informações obtidas nas etapas anteriores e, assim, confirmar ou não os possíveis canais de comercialização utilizados no município. Esse instrumento pode ser decisivo para mapear o caminho percorrido pela produção agrícola familiar.

Existem dois outros tipos peculiares de atividades a serem investigadas: as atividades produtivas menos características da agricultura familiar, por se tratarem de atividades normalmente extensivas (típicas de estabelecimentos não familiares); e outras típicas da agricultura familiar, mas que não se enquadram na modalidade das destinadas ao autoconsumo. No formulário-modelo, existe uma série de produtos peculiares da região onde o método foi desenvolvido e testado. São três as colunas a se preencher que devem ser utilizadas conforme as particularidades de cada atividade, a saber: unidade utilizada, área e produção anual.

Esses dados são menos prioritários para a finalidade deste método, entretanto é importante saber a frequência com que essas atividades aparecem nesses estabelecimentos. A análise deve ser realizada em paralelo com a questão que virá na sequência com relação às mudanças nas atividades dos estabelecimentos.

3.1.7.3 Trajetória do estabelecimento

Nesse último eixo dessa etapa final do método, procura-se traçar a trajetória passada e as perspectivas futuras dos estabelecimentos investigados. Com seis questionamentos abertos, procura-se sintetizar o que interessa para os propósitos de criação e aplicação deste método.

Inicialmente, pergunta-se sobre mudanças ocorridas no objetivo das linhas de produção existentes. O foco é a transformação de atividade de autoconsumo em atividade comercial, se existiram e quais foram. A análise desses dados gera informações importantes para o objetivo do estudo. Nesse momento, o pesquisador deve estar atento às informações já obtidas, referentes às atividades típicas de autoconsumo que foram declaradas como comercial ou similar. Depois de ouvir a resposta, o entrevistador pode questionar se estas já

iniciaram com propósito comercial. Esse procedimento simples pode mudar o quadro da resposta.

Com relação à análise, é necessário classificar e agrupar as respostas, uma vez que esses grupos devem ser avaliados em separado e em conjunto. A interpretação de cada um deve ser ilustrada pelas falas dos produtores. Pode-se obter um material interessante para os propósitos deste trabalho.

O futuro do estabelecimento é tratado no segundo questionamento sobre a sucessão através dos filhos. Essas informações delineiam a possibilidade de permanência dessas famílias no seu local de origem. Os procedimentos de análise são semelhantes aos da questão anterior.

Ao se questionarem as mudanças ocorridas e os planos para as atividades produtivas, buscam-se informações do passado e do futuro do estabelecimento. Os dados devem demonstrar a evolução acontecida e as perspectivas para o futuro do estabelecimento. Através da análise desses dados, obtêm-se informações sobre a história produtiva de cada um. Coincidências determinam a história produtiva do município. Deve-se montar uma tabela ou gráfico com a relação de atividades citadas com os seguintes acontecimentos: diminuiu, aumentou, parou e iniciou. Esse instrumento é de grande valia para melhor conceber o conjunto dos acontecimentos.

Aspectos relativos a relacionamento e regularidade com consumidores são questões pessoais, sendo que as respostas devem ser agrupadas durante sua análise. Os grupos formados eventualmente podem ser segmentados em subgrupos, com o intuito de melhor descrever as situações similares. Na interpretação dessas declarações, deve-se utilizar como ilustração as palavras proferidas pelos depoentes, pois são fundamentais para compreender cada explicação.

O próximo questionamento se refere a mudanças de condição informal para formal, suas implicações e custos para mudança. Nessa pergunta, verifica-se a disposição do agricultor familiar em se regularizar. Destaca-se que é importante que o entrevistador tenha cautela em explicar bem a questão e enfatizar que se trata apenas de uma pesquisa. Os depoimentos devem ser sistematizados em seções, interpretados e explicados com o uso literal dos depoimentos.

A última questão, “Qual a importância deste comércio informal de produtos agrícolas para sua manutenção e permanência no estabelecimento rural?”, encerra os questionamentos buscando a opinião dos próprios agricultores familiares sobre o assunto principal.

A análise, à semelhança de outras, baseia-se em sistematizar os dados conforme as diferentes opiniões expressadas por esses agricultores familiares. Dessa forma, possibilita a interpretação de acordo com essas respostas, bem como percepções do próprio pesquisador. Sugere-se utilizar as transcrições de suas falas para melhor compreensão das respostas e aplicação deste método.

3.2 Procedimentos metodológicos

3.2.1 Fonte dos dados

Conforme a necessidade, buscaram-se informações que foram geradas a partir dos dados disponíveis e outros levantados junto ao local de pesquisa. Na figura 3.1, estão demonstrados os procedimentos gerais adotados para a realização da coleta de dados. Pode-se dizer que, nesta figura, também está representado, sinteticamente, o método desenvolvido e testado nesta tese.

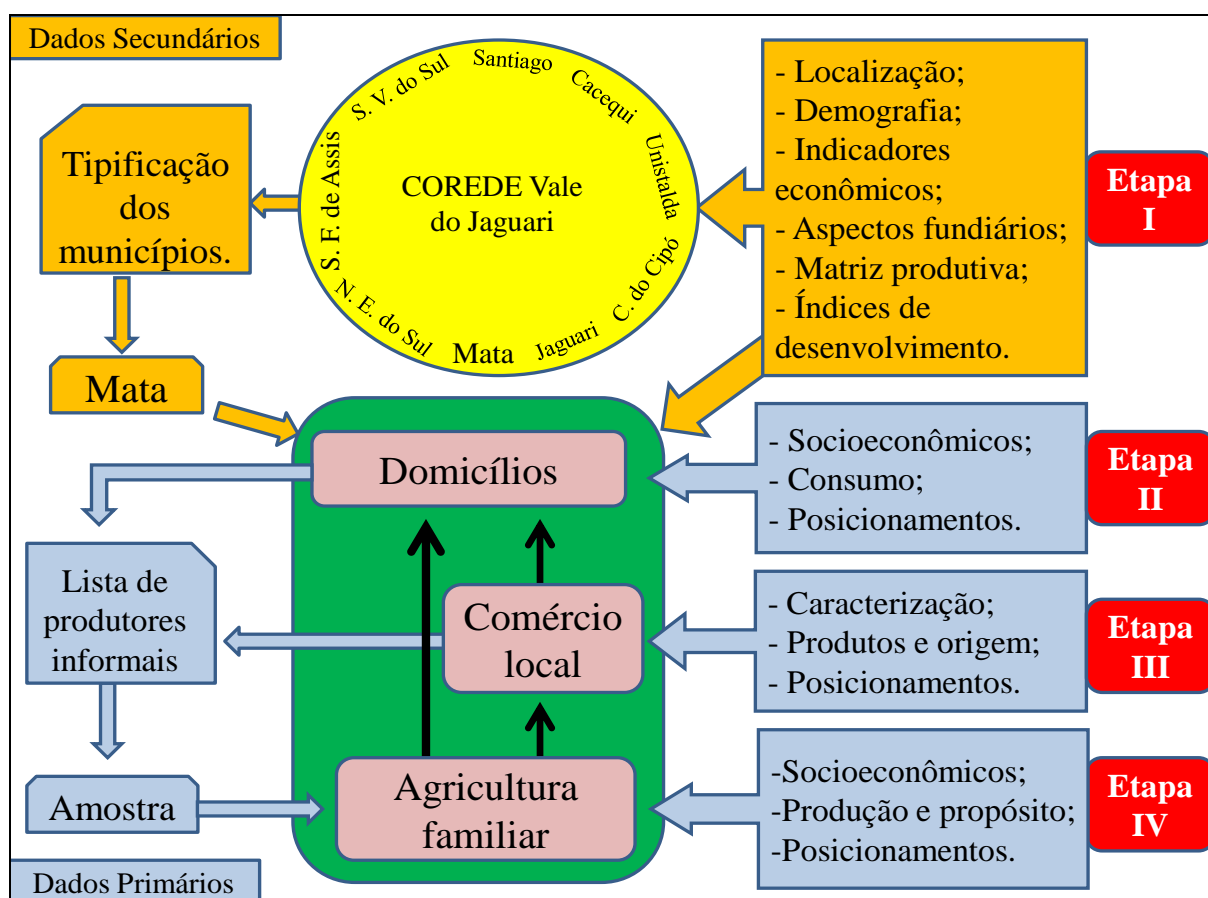


Figura 3.1 – Representação gráfica dos procedimentos de aplicação do método

Fonte: elaborada pelo autor.

Sendo assim, foram selecionadas as seguintes fontes de coleta de dados:

3.2.1.1 Dados secundários

Para o levantamento de dados secundários, foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica. Segundo a definição de Gil (2002, p. 42), esta tem como objetivo primordial “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nesse procedimento descritivo, foram constatadas estratégias para analisar e descrever o comportamento, incluindo a identificação de fatores que pudessem estar relacionados a um fenômeno em particular.

Com base em dados demográficos, econômicos, sociais e produtivos e informações relevantes disponíveis na literatura, em censos demográficos, censos agropecuários, registros de entidades atuantes nos municípios (Emater, Sindicato Rural, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Secretaria Municipal de Educação etc.), objetivou-se fazer a tipificação dos municípios do CVJ, como também a caracterização do município específico selecionado para a pesquisa. Os municípios foram tipificados de acordo com a presença da agricultura familiar, caracterizada pelo número desses estabelecimentos e pela área total ocupada; pela sua matriz produtiva, através do nível de diversificação de sua produção na cadeia de abastecimento local; bem como por suas características demográficas relacionadas, especificamente, à relação de sua densidade populacional no rural e no urbano.

3.2.1.2 Dados primários

Iniciou-se, em um segundo momento, com a pesquisa realizada junto aos domicílios do município de Mata, município selecionado na Etapa I, onde foi determinada uma amostra estatisticamente significativa (descrita na Etapa II). No terceiro momento, foi pesquisada a rede comercial de abastecimento do município selecionado. A intenção inicial era percorrer somente os estabelecimentos citados nos domicílios urbanos entrevistados na etapa anterior, entretanto, em virtude do número reduzido de estabelecimentos comerciais, realizou-se um censo simplificado ou minicenso, sendo entrevistados representantes dos estabelecimentos, os quais são possíveis intermediários entre o consumidor e o produtor familiar. Nessa oportunidade, foi obtido também o acréscimo de nomes à lista de produtores com as características buscadas, para serem entrevistados na Etapa IV. Os produtores relacionados

nas duas fases de entrevistas (domicílios e estabelecimentos comerciais), como sendo fornecedores de produtos para o mercado informal local, foram alvo da Etapa IV.

Em relação aos dados qualitativos complementares, procurou-se, junto aos consumidores, comerciantes intermediários e produtores familiares entrevistados, dar-lhes a oportunidade de relatar suas experiências, opiniões e posicionamentos. No decorrer do trabalho, logo após as Etapas II e III finalizadas, tornou-se necessário para se viabilizar o início da Etapa IV a entrevista com informantes qualificados dentro dos segmentos relevantes, para melhor retratar a realidade em estudo, dirimindo as dúvidas existentes, principalmente quanto à identificação e localização dos produtores familiares selecionados para entrevistas.

Para a coleta de dados desta pesquisa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas para os informantes qualificados e entrevistas estruturadas, caracterizadas pela utilização de formulários com questões fechadas e abertas nos domicílios, no comércio local e aos produtores familiares. O projeto, juntamente com os formulários, foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria, conforme processo CAAE: 04866412.7.0000.5346.

O formulário é descrito por Gil (2009) como um instrumento semelhante ao questionário, porém não é autoadministrado, sendo utilizado em entrevistas estruturadas por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados. O formulário é mais adequado a levantamentos de cunho social, ele possui custo mais baixo, dispensa maiores treinamentos do entrevistador, além de possibilitar o tratamento estatístico dos dados, pois possui respostas padronizadas. As questões aplicadas caracterizam-se por serem fechadas e/ou abertas, sendo estas as que expressam espontaneamente, sem limitações e com linguagem própria, detectando-se melhor a atitude e as opiniões do pesquisado, e as de forma fechada as que se constituem em questões com alternativas elaboradas e estruturadas previamente sem deliberação de opiniões (FACHIN, 2006).

3.2.2 Área de estudo

A área de estudo para a realização da pesquisa foi o CVJ, localizado na Depressão Central do estado do Rio Grande do Sul (Figura 3.2).

Esse Corede teve sua criação através do desmembramento de nove municípios do Corede Centro, sendo criado pelo Decreto nº 45.436, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 10 de janeiro de 2008, sendo composto pelos seguintes municípios: Cacequi, Capão

do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Tendo-se em vista as análises comparativas entre os municípios do CVJ com relação a seus dados demográficos, econômicos, sociais e produtivos, selecionou-se o município de Mata para a coleta de dados primários. Maiores detalhes sobre a escolha desse município estão descritos na Etapa I do referido método.

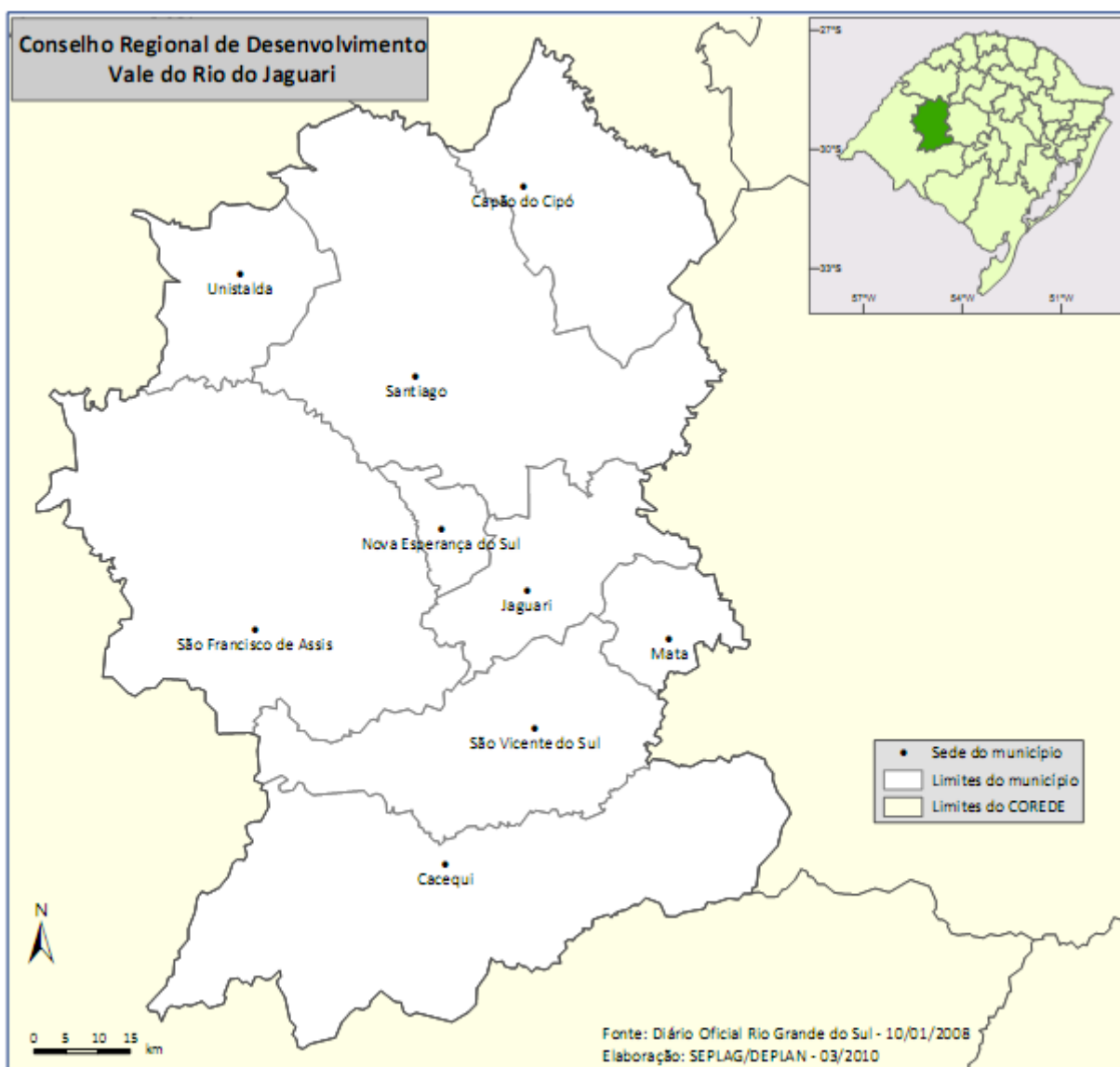


Figura 3.2 – Mapa ilustrativo do Corede Vale do Jaguari
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2011).

3.2.3 Descrição das etapas de coleta de dados propostas no método em desenvolvimento

O procedimento metodológico foi pautado na busca do desenvolvimento de um método de estudo sobre a análise da informalidade local presente em pequenos aglomerados urbanos. Essa informalidade se faz presente em especial na agricultura familiar, em suas relações, no que tange à comercialização de seus produtos agrícolas e de excedentes do seu autoconsumo, tanto de alimentos como de bebidas.

A figura 3.3 ilustra alguns dos aspectos relevantes que foram considerados sobre o funcionamento dessa estrutura mercadológica formada pelas relações entre a agricultura familiar e o mercado local em pequenos aglomerados urbanos. Assim, na sua base, encontra-se representado o mercado consumidor dividido em duas partes, o presente em grandes e médios aglomerados urbanos e outro em pequenos aglomerados urbanos. Na sua parte superior, encontra-se o segmento da agricultura familiar com suas distintas finalidades de produção (agrícolas e/ou pecuárias) para autoconsumo e para comercialização. Logo abaixo, está representado o excedente do autoconsumo.

Também na figura 3.3 observam-se as trocas ou relações existentes entre a agricultura familiar e os distintos tipos de mercado. Está representada a aquisição de “recursos de produção” que não existem no âmbito familiar, denominados, genericamente, de capital, tais como insumos (adubo, sementes, agrotóxicos, medicamentos etc.), máquinas, ferramentas, informação, dinheiro etc. Geralmente, a estrutura familiar já possui os recursos terra e mão de obra (principal característica desse tipo de estrutura produtiva).

A produção diversificada oriunda da agricultura familiar encontra-se dividida em comercial e de autoconsumo. Dessa forma, a produção comercial é comercializada tanto em grandes e médios como nos pequenos aglomerados urbanos, podendo essas relações ser de base formal e/ou informal.

Existe um montante da produção destinada a grandes e médios aglomerados que pode retornar para os pequenos aglomerados urbanos, representando a parte que, normalmente, é direcionada às centrais de abastecimento localizadas em grandes aglomerados urbanos e, posteriormente, é redistribuída para os pequenos aglomerados urbanos. Essa produção pode ser a mesma oriunda da agricultura familiar, local ou não, como também pode ser da agricultura empresarial.

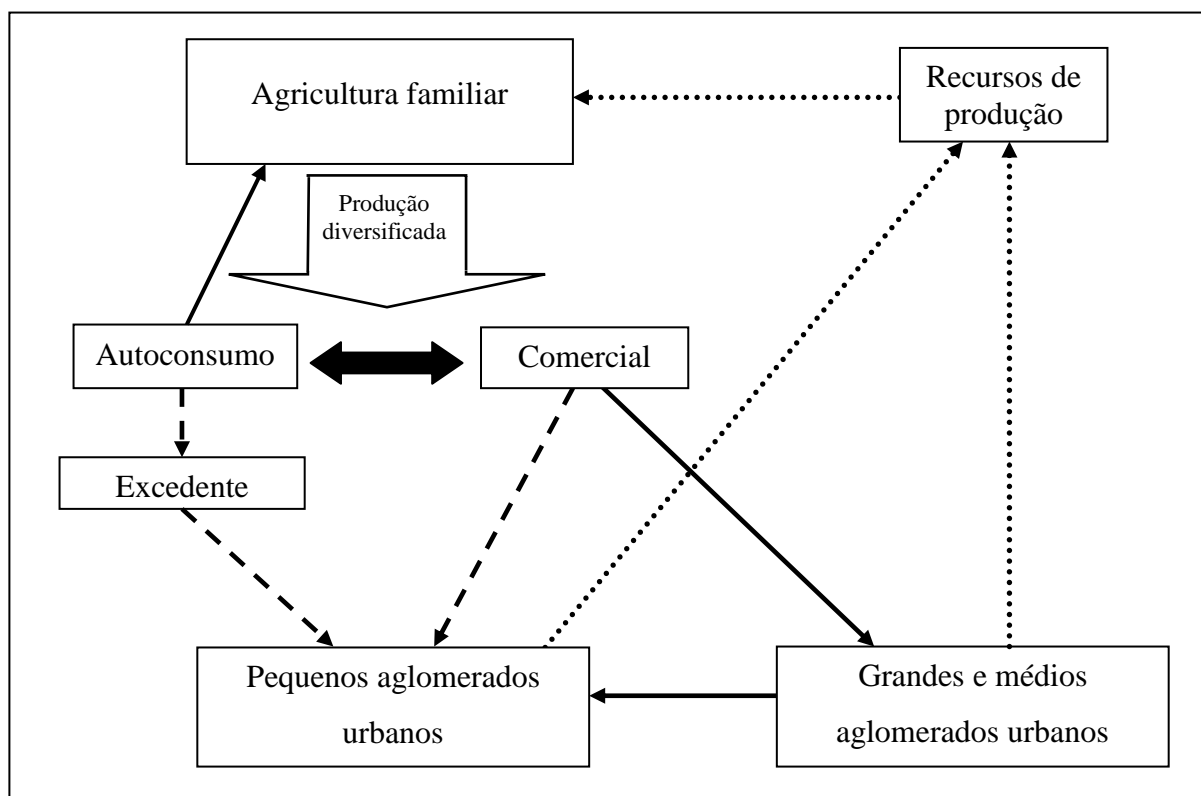


Figura 3.3 – Fluxo simplificado das relações da agricultura familiar, produção e mercado
Fonte: elaborada pelo autor.

A produção determinada como de autoconsumo se direciona, especificamente, ao consumo dos agricultores familiares; já o seu excedente se direciona ao comércio local em pequenos aglomerados urbanos, caracterizando-se como um canal não convencional ou não formalizado de comercialização e, portanto, predominantemente informal. Dentro desse canal de comercialização, os produtores familiares podem ter acesso de forma direta aos consumidores ou através da figura de um intermediário.

Conforme a figura 3.3, com base na existência de um sistema econômico simplificado, observa-se, de forma bastante simplificada, como ocorrem as trocas entre as partes envolvidas nesse sistema econômico primário que interessam a este estudo. Nela estão presentes, como partes integrantes, as famílias produtoras (agricultura familiar) e os consumidores (pequenos, e médios e grandes aglomerados urbanos), e as firmas fornecedoras de recursos de produção que estão implícitas nos grandes e médios aglomerados urbanos (mercado), aparecendo também nos pequenos.

3.2.4 Detalhamento das etapas da pesquisa

O comércio informal, nesse contexto em estudo, é representado pela comercialização dos excedentes de produção e também pela produção comercial diversificada, bem como pela interação com o consumidor final e a presença de eventuais intermediários envolvidos nessas operações.

Para a elaboração do método proposto para estudo dessas relações locais e, predominantemente, informais no âmbito de pequenos aglomerados urbanos, foram preconizadas e, posteriormente, desenvolvidas algumas etapas, que serão descritas a seguir. O quadro representado na figura 3.4 apresenta um resumo de cada etapa, tamanho da amostra e principais variáveis.

	Total da população	Total da amostra	Variáveis
Etapa I	9 municípios	1 município	- Dados geográficos; - Dados demográficos; - Dados fundiários; - Dados econômicos; - Matriz produtiva; - Índices de desenvolvimento.
Etapa II	Aproximadamente 400 domicílios	88 domicílios	- Dados socioeconômicos; - Produtos consumidos e sua origem; - Percepções sobre produtos e produtores familiares informais.
Etapa III	Aproximadamente 26 estabelecimentos comerciais	26 estabelecimentos comerciais	- Dados de identificação; - Produtos comercializados; - Percepções de comerciantes e seus clientes sobre produtos e produtores informais.
Etapa IV	179 produtores familiares	33 produtores familiares	- Dados de identificação do estabelecimento; - Dados socioeconômicos; - Dados de produção; - Percepções sobre o estabelecimento e clientes.

Figura 3.4 – Resumo das etapas de coleta de dados para o método

Fonte: elaborada pelo autor.

3.2.4.1 Etapa I

Na Etapa I, foram estudados e tipificados os municípios do CVJ. Com base nessa análise, escolheu-se apenas o município de Mata, uma vez que ele se mostrou o mais adequado a representar a diversidade presente em consonância com os propósitos desta tese, quais sejam, a presença da agricultura familiar e uma distribuição rural/urbana com maior homogenia.

Nesse primeiro momento, efetuou-se um breve estudo e a descrição dos municípios pertencentes ao CVJ, com base em dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2011) e IBGE (2006, 2008, 2010a,b,d), realizando-se, então, uma análise mais específica dos nove municípios que pertencem ao CVJ, com o intuito de verificar e estudar as relações formais de comercialização nesses municípios do CVJ.

Dessa forma, a análise do conjunto de dados propiciou a obtenção de informações voltadas para aspectos demográficos, econômicos, sociais e produtivos. Os dados foram devidamente sistematizados, tabulados e interpretados, para que então, efetivamente, se transformassem nas informações buscadas sobre o CVJ. Posteriormente, foi possível tipificar esses municípios, momento em que se determinou que o município de Mata era o mais adequado para a realização da pesquisa.

Foram realizados procedimentos visando a mapear a demografia do CVJ e de seus nove municípios, oportunizando a visualização da forma de ocupação do território, tanto na distribuição demográfica como quanto a aspectos fundiários gerais relativos ao número e à área ocupada pelos estabelecimentos destinados à produção (IBGE, 2010b). De forma similar, buscaram-se dados sobre o desempenho econômico de cada um dos municípios e do CVJ.

Quanto aos dados sobre a produção agropecuária do CVJ e de seus municípios, optou-se pela busca em referenciais relativos ao ano de 2008, ano de criação do CVJ. Esses municípios foram divididos segundo suas características em dois grupos, considerando-se os seguintes critérios: distribuição fundiária, demografia e matriz produtiva. Assim, um grupo caracteriza-se pela produção predominantemente empresarial com características produtivas extensivas, maior área ocupada por estabelecimentos não familiares e distribuição demográfica predominantemente urbana, e outro, com característica produtiva de atividades típicas da agricultura familiar (com maior diversificação e maior demanda por mão de obra), com maior área ocupada pela agricultura familiar e com demografia com maior homogenia ou predomínio rural.

3.2.4.2 Etapa II

Nessa segunda etapa, escolhido o município de Mata, teve início o processo de conhecimento do pequeno aglomerado urbano, realizando-se o estudo piloto com o intuito de criar o método proposto. Dessa forma, iniciou-se o levantamento de dados primários diretamente junto aos domicílios.

Assim, procedeu-se com a elaboração e aplicação de formulário específico para coleta de dados junto aos domicílios urbanos do município, denominados de domicílios consumidores. O formulário estava dividido em três eixos, a saber:

- dados socioeconômicos;
- hábitos de consumo alimentar e de outros produtos agrícolas ou derivados consumidos, discriminando-se a origem de sua aquisição, pelo mercado formal ou informal;
- percepções sobre esse tipo de comércio informal, seus produtos e produtores.

O formulário pré-teste foi aplicado no período de 23 a 27 de julho de 2012, junto a 18 domicílios. Com base nesses resultados preliminares, pode-se fazer os devidos ajustes e determinar o tamanho da amostra. A variável-base escolhida para o cálculo da amostra de domicílios foi o número de produtores informados nos domicílios (média = 2 e desvio padrão = 0,521). O cálculo do tamanho da amostra é dado, conforme Barbetta (2011), através da seguinte fórmula:

$$n = \frac{(t_{\delta, \frac{\alpha}{2}})^2 \times s^2 \times N}{e_0^2 (N - 1) + (t_{\delta, \frac{\alpha}{2}})^2 \times s^2}$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

$t_{\delta, \frac{\alpha}{2}}$ = valor crítico;

N = tamanho da população;

s = desvio padrão da média (variável: número de produtores citados em cada domicílio e comércio);

e_0^2 = erro amostral ao quadrado.

Dessa forma, assumindo-se uma população de quatrocentos domicílios e um erro amostral de 10%, o tamanho da amostra é dado por:

$$n = \frac{4,169764 \times 0,271441 \times 400}{0,01 \times 399 + 4,169764 \times 0,271441} = \frac{452,738}{5,121845} = 88,39353$$

Ou seja, 88 domicílios.

Após a aplicação do formulário pré-teste, foram realizadas as alterações necessárias para que o mesmo se tornasse mais funcional para a coleta dos dados (Anexo A). A coleta primária de dados compreendeu o período de 13 de agosto a 3 de setembro de 2012, cuja escolha dos domicílios se deu de forma intencional, conforme a disponibilidade e presença dos moradores nos domicílios. Segundo Richardson (1999, p. 161), nesse tipo de amostra, “os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador”. Martins (2002) comenta que, utilizando-se de um determinado critério, escolhe-se intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra. A intenção foi de contemplar todas as vias públicas de Mata, atingindo-se, assim, o centro e os bairros do pequeno aglomerado urbano, dessa forma procurando contemplar a maior parte da diversidade socioeconômica presente. Foram abordados informantes de domicílios em intervalos de quatro a cinco domicílios e chegando ao primeiro em que existisse a disponibilidade de informante a ser entrevistado. Dessa forma, como existem em torno de quatrocentos domicílios em Mata, foi possível percorrer a integralidade do núcleo urbano.

3.2.4.3 Etapa III

Essa etapa foi realizada junto aos responsáveis pelos estabelecimentos comerciais. Apesar de, inicialmente, ter-se a intenção de percorrer somente os locais citados na etapa anterior, como sendo eventuais intermediários entre o produtor familiar e os consumidores, optou-se pela realização de um pequeno censo simplificado ou minicenso junto aos 26 estabelecimentos comerciais encontrados. A escolha desses estabelecimentos se deu em função de serem aptos a se tornarem intermediários desse tipo de produto oriundo do comércio informal de produtos da agricultura familiar.

No entanto, antes da decisão pela realização do censo, realizou-se o pré-teste desse formulário junto a dois estabelecimentos comerciais, no dia 23 de setembro de 2012. Esse procedimento foi fundamental para as adequações e as mudanças necessárias, tendo-se em vista que as pessoas entrevistadas estão geralmente em horário de serviço. Dessa forma, obteve-se a versão final do formulário (Anexo B) que objetivava levantar os aspectos gerais sobre a relação comercial com os produtores familiares e dos consumidores finais em relação aos produtos oriundos da agricultura familiar. O formulário estava dividido em três eixos, a saber:

- dados de identificação do estabelecimento;
- produtos vendidos no estabelecimento e proporção de origem local informal;
- fornecedores informais e percepções sobre essa origem.

3.2.4.4 Etapa IV

Elaborado com base no formulário utilizado por Silveira (2005), aplicou-se nessa etapa um terceiro formulário (Anexo C), em que, previamente, realizaram-se as devidas adaptações de acordo com os objetivos desta pesquisa. Especificamente, esse formulário foi aplicado a 33 produtores familiares, que foram relacionados pelas etapas anteriores como sendo comerciantes informais de produtos excedentes de sua produção para autoconsumo e/ou produção específica para o comércio informal.

A determinação dessa amostra se deu entre os 179 produtores rurais listados como fornecedores informais de produtos derivados da produção agrícola familiar, sendo selecionados, aleatoriamente, 24 fornecedores elencados como dos domicílios e 16 como do comércio, totalizando quarenta fornecedores. Destes, efetivamente 34 entrevistas ocorreram, tendo-se em vista que cinco selecionados coincidiram (pois eram comuns aos domicílios e ao comércio) e um se recusou a responder. Ainda, entre esses 34 entrevistados, em uma das entrevistas se verificou tratar-se de domicílio urbano sem vínculo com o rural, onde a entrevistada produzia compotas para consumo e comercializava ocasionalmente o excedente.

O objetivo consistiu em investigar os produtos comercializados de maneira formal e informal, seu grau de processamento e sua importância econômica para manutenção e reprodução social. O formulário compreendeu perguntas abertas e fechadas. As perguntas abertas tinham o intuito de buscar as percepções sobre a forma com que realizam a produção e comercialização de seus produtos.

O formulário utilizado nessa etapa também estava dividido em três eixos, a saber:

- dados de identificação do estabelecimento e do grupo familiar;
- produtos produzidos no estabelecimento e o seu propósito;
- mudanças ocorridas na produção e percepções gerais sobre esse tipo de produção.

3.2.5 Análise dos dados

Os resultados das entrevistas foram tabulados e transcritos e, posteriormente, analisados de forma quali e quantitativa. O processamento e a análise dos dados se deram através do software “Excel®”.

Foram, então, realizadas as distribuições de frequência e seus percentuais. Para a determinação da posição central e da dispersão do conjunto de valores para análise dos dados referentes aos domicílios, comércio e presença de fornecedores informais (obtidos na amostra de domicílios e no minicenso do comércio), optou-se, quando da determinação da amostra de produtores familiares, pela determinação das medianas e a utilização da divisão em quartis, uma vez que a utilização da média e do desvio padrão, segundo Barbetta (2011), é prejudicada quando os dados a serem analisados apresentam valores discrepantes.

A mediana corresponde ao valor central de um conjunto, pois é o valor que divide este entre os 50% maiores e os 50% menores. A mediana é mais utilizada quando os dados apresentam-se assimétricos, e, quando houver simetria, a média é mais apropriada. Para determinação da mediana e dos quartis, deve-se ordenar o conjunto de valores, momento em que se obtêm os valores extremos inferiores e superiores. Com o conjunto ordenado, obteve-se a mediana pela soma do número total de valores mais 1 dividido por 2.

O quartil inferior corresponde aos 25% dos menores valores, e o superior, aos 25% dos maiores valores; já os restantes 50% de valores intermediários são divididos pela mediana, determinando os dois quartis intermediários. O cálculo do valor final de cada quartil é realizado aplicando-se as seguintes fórmulas:

$$Q_1 = (25/100) \times n$$

$$Q_2 = (50/100) \times n$$

$$Q_3 = (75/100) \times n$$

$$Q_4 = n$$

Onde:

n = número de valores do conjunto;

Q_1 = limite superior do quartil 1;

Q_2 = limite superior do quartil 2 ou valor da mediana;

Q_3 = limite superior do quartil 3;

Q_4 = extremo superior.

O valor extremo superior (maior valor do conjunto) corresponde ao limite superior do quartil 4, e o valor extremo inferior corresponde ao início do quartil 1 (menor valor do conjunto). Em algumas situações, também se utilizou a média, uma vez que os dados em análise permitem o uso desse recurso.

Quanto aos dados descritivos em sua análise após sua transcrição, estes foram lidos e agrupados por semelhança entre seus posicionamentos e sentenças proferidas nos domicílios, no comércio e nos produtores, procedimento este que possibilitou sua melhor interpretação.

4 TESTE DO MÉTODO PROPOSTO

4.1 Etapa I – Caracterização do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Vale do Jaguari (CVJ) e tipificação de seus municípios

Este subcapítulo discute dados socioeconômicos, produtivos e demográficos dos municípios integrantes do Corede Vale do Jaguari (CVJ), necessários para a tipificação de desses municípios. Dessa forma, fez-se uma breve descrição do CVJ, abordando elementos como sua criação e localização e alguns aspectos formais de cada um de seus municípios. Um estudo mais amplo sobre o CVJ, contendo maiores detalhes sobre os aspectos citados como possíveis de serem levantados para utilização neste método, está disponível em Silveira e Silveira (2012).

4.1.1 Descrição socioeconômica dos municípios do Corede Vale do Jaguari

No Brasil, o estado do Rio Grande do Sul, buscando um formato diferenciado para trabalhar aspectos ligados ao seu desenvolvimento, optou por uma nova alternativa de regionalização dos municípios. Com essa finalidade, foram instituídos os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, que foram criados, oficialmente, pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e se constituem em um fórum de discussão e promoção do desenvolvimento. Organizados inicialmente em número de 21, passaram, em 2008, a totalizar 28, sendo que o CVJ faz parte dos dois últimos criados, juntamente com o Corede Celeiro.

Com sua proposta de tratar o desenvolvimento de forma regionalizada, os Coredes têm vários objetivos ligados a esse propósito. Pode-se destacar, entre eles, o estímulo à permanência do homem em sua região de origem, entre outros ligados ao desenvolvimento sustentável das regiões englobadas (FEE, 2011). Eles estão distribuídos em nove Regiões Funcionais de Planejamento. Essas divisões se deram tendo-se por critérios níveis de homogeneidades econômicas, ambientais e sociais e as polarizações ligadas, de modo geral, à infraestrutura de empregos, transporte, rede urbana, saúde e educação superior. O CVJ está localizado na Região Funcional 8, juntamente com os Coredes Centro, Alto Jacuí e Jacuí Centro (FEE, 2011).

Localizado na Depressão Central do estado do Rio Grande do Sul (Figuras 3.2 e 4.1), o CVJ foi criado através do desmembramento de nove municípios do Corede Centro, ato formalizado pelo Decreto nº 45.436, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 10 de

janeiro de 2008. Os municípios que compõem esse Corede são Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010a), os municípios que integram o CVJ totalizaram 117.285 habitantes, representando 1,09% da população do estado do Rio Grande do Sul, com área territorial de 11.268 km², apresentando a densidade demográfica de 10,4 hab./km².

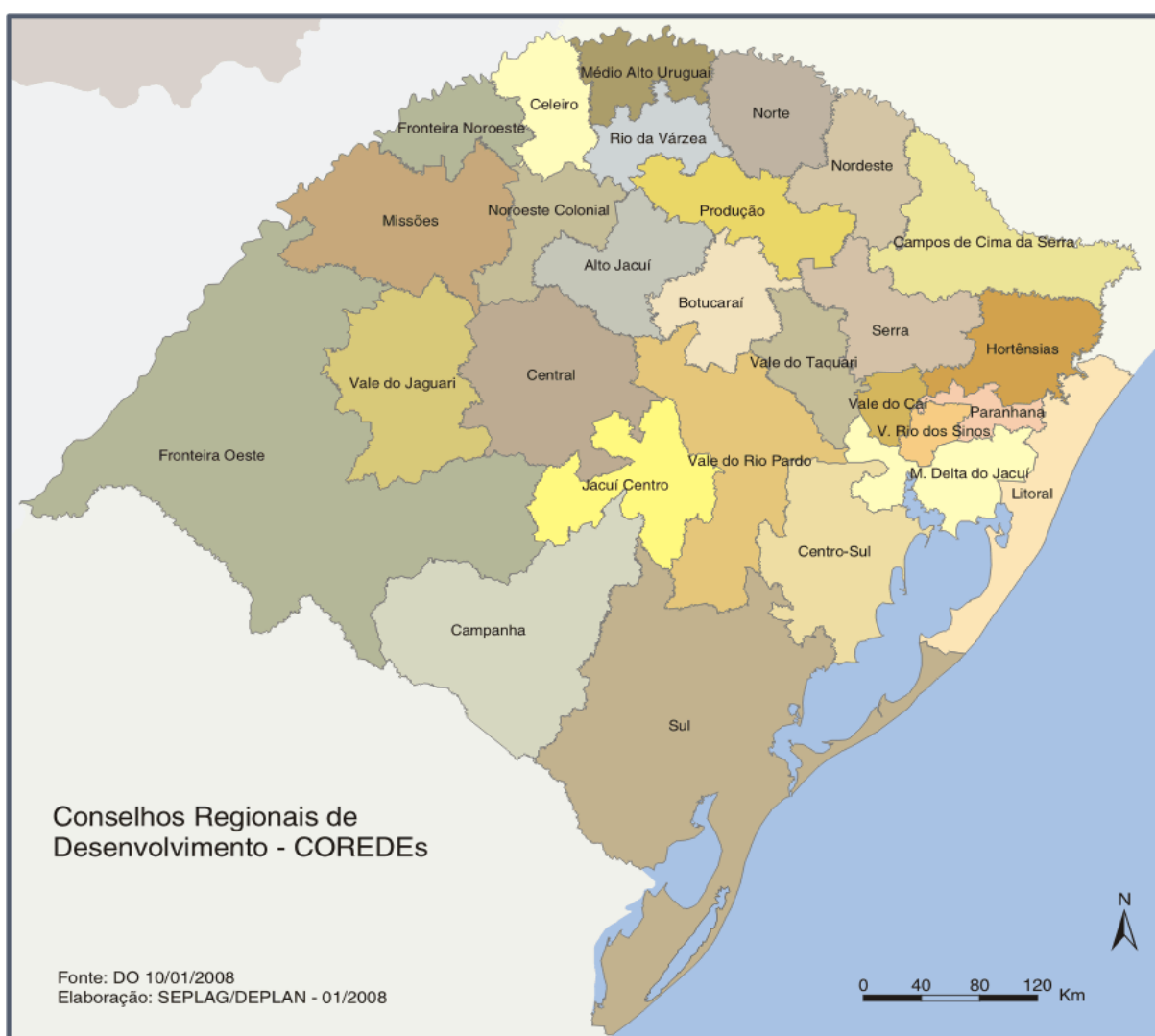


Figura 4.1 – Localização do Corede Vale do Jaguari, no Rio Grande do Sul

Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG, 2008).

Através dos dados da tabela 4.1, pode-se visualizar distintos níveis da relação rural/urbana, identificando-se diferentes categorias de urbanização. Assim, podem-se agrupar esses municípios segundo suas similaridades demográficas proporcionais rural/urbana, em que o grupo de municípios mais urbanizados inclui Santiago (8,8/91,2%), seguido de Cacequi

(12,6/87,4%) e Nova Esperança do Sul (23/77%). Entre outros fatores, podem-se apontar como prováveis causas desse maior nível de urbanização, respectivamente, a presença de quartéis do Exército Brasileiro, da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e da indústria coureiro-calçadista.

Tabela 4.1 – Distribuição demográfica no Corede Vale do Jaguari

Município	População	Rural	%	Urbana	%
Cacequi	13.685	1.721	12,6	11.964	87,4
Capão do Cipó	3.107	2.588	83,3	519	16,7
Jaguari	11.478	4.947	43,1	6.531	56,9
Mata	5.111	2.493	48,8	2.618	51,2
Nova Esperança do Sul	4.671	1.072	23,0	3.599	77,0
Santiago	49.082	4.336	8,8	44.746	91,2
São Francisco de Assis	19.258	5.759	29,9	13.499	70,1
São Vicente do Sul	8.440	2.559	30,3	5.881	69,7
Unistalda	2.453	1.540	62,8	913	37,2
Total	117.285	27.015	23,0	90.270	77,0
Total sem Santiago	68.203	22.679	33,3	45.524	66,7

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Nessa relação, no grupo com grau intermediário de urbanização, estão os municípios de São Francisco de Assis (29,9/70,1%) e São Vicente do Sul (30,3/69,7%). Nesse grupo, somente São Vicente do Sul possui um fator intrínseco relevante com possibilidade de elevar o nível de urbanização, o Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul (IFF-SVS), com mais de cinquenta anos de existência. Quanto ao município de São Francisco de Assis, citam-se como eventuais causas desse nível de urbanização a lavoura e a pecuária de corte como sendo as principais atividades econômicas, ambas no molde extensivo e, portanto, com baixa exigência de mão de obra.

Um terceiro grupo, caracterizado por possuir maior igualdade (homogenia) na relação demográfica proporcional rural/urbana, é composto por Jaguari (43,1/56,9%) e Mata (48,8/51,2%). Ambos são caracterizados pela maior presença da agricultura familiar (Tabela 4.2), formada através de um processo histórico de colonização pelas migrações italiana e alemã.

Por fim, há um quarto grupo, com predomínio de população rural, no qual estão presentes os dois municípios mais jovens do Corede, Unistalda (62,8/37,2%) e Capão do Cipó (83,3/16,7%). Especificamente sobre o município de Capão do Cipó, com maior proporcionalidade de população rural do CVJ, dois fatores podem ser relevantes: a

emancipação ocorrida em 1996 (com as características de um distrito) e a presença de quatro assentamentos da reforma agrária. No que se refere ao município de Unistalda, onde se observa a segunda maior população rural, ele também se emancipou recentemente (1997) (IBGE Cidades@, 2011).

Em relação à estrutura fundiária do CVJ, observa-se que 79,7% do total de estabelecimentos são representados por estabelecimentos familiares e 20,3% por não familiares (empresariais). Todavia, apenas 22,3% da área total ocupada com agricultura é de estabelecimentos considerados familiares. Esse resultado indica que os estabelecimentos familiares são caracterizados como sendo de menor porte (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 – Estabelecimentos rurais familiares e não familiares dos municípios do CVJ e as áreas ocupadas em 2006

Município	Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Cacequi	243	44,6	8.249	4,4	302	55,4	180.806	95,6
Capão do Cipó	543	79,5	14.752	16,5	140	20,5	74.632	83,5
Jaguari	1.429	90,5	30.616	60,0	150	9,5	20.415	40,0
Mata	748	89,5	14.448	60,8	88	10,5	9.307	39,2
Nova Esperança do Sul	379	86,7	10.211	63,2	58	13,3	5.941	36,8
Santiago	1.346	77,5	44.085	21,7	390	22,5	158.868	78,3
São Francisco de Assis	2.140	85,0	62.184	30,7	378	15,0	140.585	69,3
São Vicente do Sul	725	64,0	11.373	10,7	407	36,0	94.684	89,3
Unistalda	391	78,5	12.529	23,9	107	21,5	39.867	76,1
Total	7.944	79,7	208.445	22,3	2.020	20,3	725.105	77,7

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006).

Os dados revelam que, nos municípios, há o predomínio dos estabelecimentos familiares com variação entre 64% e 90,5% do total. O município de Cacequi é exceção, pois os estabelecimentos patronais são maioria, com 55,4%. Quanto à área destinada à agropecuária ocupada pelos estabelecimentos familiares, apenas Jaguari, Mata e Nova Esperança do Sul apresentam a proporção maior destinada a esse tipo de estabelecimentos, com 60%, 60,8% e 63,2%, respectivamente. Entre os demais nessa especificidade, São Francisco de Assis apresenta o maior índice, com 30,7%, enquanto Cacequi destaca-se novamente com o menor índice, de apenas 4,4%.

No que se refere à relação proporcional entre número de estabelecimentos familiares e área ocupada, verificam-se algumas semelhanças entre os municípios de Cacequi (44,4/4,4%) e São Vicente do Sul (64,0/10,7%). Ambos os municípios apresentam o menor índice desse

tipo de estabelecimento e da área ocupada pelo mesmo. Destaca-se ainda que, em ambos, a base econômica agrícola centra-se em duas atividades extensivas, o arroz e os bovinos de corte (Tabela 4.6).

Outro grupo com valores proporcionais intermediários é formado por São Francisco de Assis (85/30,7%), Capão do Cipó (79,5/16,5%), Unistalda (78,5/23,9%) e Santiago (77,5/21,7%). Esse grupo é mais heterogêneo em relação ao anterior, uma vez que se têm presentes Santiago, considerada a cidade polo do CVJ, e São Francisco de Assis, que possui uma economia eminentemente ligada à agropecuária extensiva, além de Unistalda e Capão do Cipó, que são os mais jovens municípios desse Corede e possuem a economia baseada na tríade “soja-arroz-bovinos” (Tabela 4.6).

Os outros três municípios, Jaguari (90,5/60%), Mata (89,5/60,8%) e Nova Esperança do Sul (86,7/63,2%), formam outro grupo com índices mais elevados na agricultura familiar e, principalmente, na área ocupada por esse tipo de estabelecimento. Entre eles, destaca-se Nova Esperança do Sul com a peculiaridade da industrialização, caracterizado pela presença da indústria coureiro-calçadista. Os outros dois têm sua base na agricultura familiar diversificada fundamentada em um processo histórico de ocupação da terra em forma de colônias pela migração italiana e alemã.

Os dados da tabela 4.3 demonstram que os três municípios com maiores índices de população por km² são Mata (7,99), Jaguari (7,35) e Nova Esperança do Sul (5,6). Outro grupo, em situação intermediária, é formado por Unistalda (2,56), Capão do Cipó (2,53), São Francisco de Assis (2,3) e São Vicente do Sul (2,18); e, com menor índice de ocupação do espaço rural, estão Santiago (1,8) e Cacequi (0,73). Sendo assim, pode-se supor que os três municípios que apresentam essas características de maior ocupação do espaço rural, aliado aos demais dados estudados, podem ser classificados como típicos da agricultura familiar.

Tabela 4.3 – População rural dos municípios do CVJ por km²

(continua)			
Município	População rural	Área (km ²)	População rural/km ²
Cacequi	1.721	2.370,02	0,73
Capão do Cipó	2.588	1.022,18	2,53
Jaguari	4.947	673,46	7,35
Mata	2.493	312,12	7,99
Nova Esperança do Sul	1.072	191,39	5,60
Santiago	4.336	2.413,08	1,80

(conclusão)

Município	População rural	Área (km ²)	População rural/km ²
São Francisco de Assis	5.759	2.508,45	2,30
São Vicente do Sul	2.559	1.174,94	2,18
Unistalda	1.540	602,39	2,56
CVJ	27.015	11.268,00	2,40

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 2010).

Conforme dados da tabela 4.4, verifica-se que 44,3% do total dos estabelecimentos do CVJ possui área de até 20 ha. Ao se considerar a área de até 50 ha, o índice se eleva para 69,6% (próximo ao índice de estabelecimentos familiares do Corede [79,7%]). Os resultados ainda mostram que 15,2% dos estabelecimentos situam-se no intervalo entre 100 e 1.000 ha e apenas 3,7% acima de 1.000 ha.

Conforme dados da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Coptec), são quatro os assentamentos presentes em Capão do Cipó, responsáveis por 137 entre os 207 estabelecimentos entre 10 e 20 ha e outros 67 entre os 155 estabelecimentos entre 20 e 50 ha. Na hipótese da não existência de tais assentamentos, ocorreria significativa mudança de cenário, aumentando a presença proporcional de estabelecimentos com área superior a 50 ha. Essa observação denota a influência da reforma agrária sobre a estrutura fundiária das regiões onde ela é implantada.

Cacequi destaca-se pela maior proporção de estabelecimentos de grande porte, onde 53% do total dos estabelecimentos possuem mais de 100 ha. Entre os demais municípios de maiores índices, citam-se Capão do Cipó com 23%, Unistalda com 22%, Santiago e São Vicente do Sul, ambos com 19%, e São Francisco de Assis com 17% acima de 100 ha.

Sendo assim, oito dos nove municípios possuem um índice de mais de 50% dos estabelecimentos abaixo de 100 ha, com destaque para Mata (96%), Jaguari (94%) e Nova Esperança do Sul (92%). Em relação à presença estabelecimentos com menos de 50 ha, destaca-se somente o município de Cacequi (34%), pelo seu número reduzido de estabelecimentos com essa característica. Os demais municípios estão com índices acima de 65%, sendo os mais expressivos Jaguari (84%) e Mata (81%).

Tabela 4.4 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e área territorial dos municípios

Área (ha)	Cacequi	%	C. Cipó	%	Jaguari	%	Mata	%	N. E. S.	%	Santiago	%	S. F. A.	%	S. V. S.	%	Unistalda	%	CVJ	%
< 1	18	3	2	0	45	3	21	3	1	0	14	1	28	1	102	9	0	0	231	2,3
1 a < 5	27	5	59	9	194	12	127	15	34	8	148	9	275	11	206	18	70	14	1.140	11,4
5 a < 10	31	6	44	6	226	14	116	14	42	10	211	12	298	12	120	11	69	14	1.157	11,6
10 a < 20	46	8	207	30	360	23	196	23	96	22	317	18	450	18	160	14	63	13	1.895	19,0
20 a < 50	62	11	155	23	503	32	213	25	158	36	463	27	696	28	146	13	128	26	2.524	25,3
50 a < 100	64	12	58	8	159	10	80	10	69	16	242	14	303	12	96	8	54	11	1.125	11,3
100 a < 200	74	14	49	7	55	3	22	3	26	6	135	8	187	7	80	7	51	10	679	6,8
200 a < 500	104	19	52	8	30	2	14	2	7	2	114	7	154	6	86	8	37	7	598	6,0
500 a < 1.000	64	12	31	5	6	0	0	0	0	0	45	3	53	2	26	2	11	2	236	2,4
1.000 a < 2.500	40	7	20	3	0	0	1	0	0	0	33	2	24	1	25	2	10	2	153	1,5
≥ 2.500	9	2	2	0	0	0	0	0	0	0	8	0	2	0	1	0	1	0	23	0,2
Sem área	6	1	4	1	1	0	46	6	4	1	6	0	48	2	84	7	4	1	203	2,0
Total	545	100	683	100	1.579	100	836	100	437	100	1.736	100	2.518	100	1.132	100	498	100	10.764	107,9
Município	2.370	21	1.022	9	673	6	312	3	191	2	2.413	21	2.508	22	1.175	10	602	5	11.268	100,0

Legenda: C. Cipó = Capão do Cipó; N. E. S. = Nova Esperança do Sul; S. F. A. = São Francisco de Assis; S. V. S. = São Vicente do Sul; CVJ = Corede Vale do Jaguari.

Fonte: IBGE (Cartografia 2013b) e IBGE (Censo Agropecuário 2006).

4.1.2 Matriz produtiva

O CVJ foi criado recentemente, em 2008; dessa forma, descreve-se sua matriz produtiva com base em dados oficiais do ano de sua criação. Esses dados foram obtidos junto ao *website* do IBGE, com o intuito de delinear a matriz produtiva e caracterizar a produção agropecuária.

Conforme demonstrado na tabela 4.5, em relação à matriz produtiva agropecuária do CVJ, evidencia-se o predomínio das atividades agrícolas anuais, sendo a soja e o arroz as únicas atividades com valores de produção acima de R\$ 100.000.000,00 e ambas presentes em todos os municípios.

Em uma faixa de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00, encontram-se seis atividades, destacando-se a bovinocultura de corte, com R\$ 89.179.000,00. Entre as demais, o fumo aparece com R\$ 25.622.000,00 e o trigo com R\$ 22.238.000,00, ambos acima de R\$ 20.000.000,00. Abaixo desses valores, estão o leite, com R\$ 17.122.000,00, o milho, com R\$ 16.826.000,00, e a mandioca, com R\$ 13.591.000,00. Nesse intervalo, somente o fumo (oito municípios) e o trigo (sete municípios) não estão presentes em todos os municípios.

Tabela 4.5 – Matriz produtiva agropecuária do CVJ em mil reais

(continua)

	Cacequi	C. Cipó	Jaguari	Mata	N. E. S.	Santiago	S. F. A.	S. V. S.	Unistalda	CVJ
Soja	7.352	72.653	3.798	1.120	5.592	19.377	14.472	7.798	4.961	137.123
Arroz	55.696	52	8.407	4.658	994	145	13.851	30.902	355	115.060
Bovinos	14.384	8.115	3.628	1.716	2.052	24.469	17.615	10.490	6.711	89.179
Fumo	34		12.501	4.684	828	2.970	4.271	86	248	25.622
Trigo	4.887	10.200	97		40	4.778	1.213		1.023	22.238
Leite	2.636	1.457	1.284	512	1.334	5.816	2.464	1.176	445	17.122
Milho	32	1.988	1.618	2.151	1.607	1.899	5.311	1.612	208	16.826
Mandioca	950	1.300	1.098	391	689	2.234	5.878	386	665	13.591
Cana-de-açúcar		198	2.322	183	198	497	1.839	830	208	6.275
Melancia	2.486		374	46	10	24	2.360	536	43	5.879
Batata-doce	216		105	64	66	484	977	570	39	2.521
Laranja	8	158	447	355	117	560	247	167	125	2.184
Ovos galinha	184	84	336	214	59	458	485	127	42	1.989
Mel de abelha	66	110	305	49	92	791	91	38	68	1.611
Ovinos	154	104	14	12	12	824	202	94	112	1.528
Lã	179	70	22	16	13	620	284	121	106	1.433
Uva	80		1.014	84	58	96				1.432
Feijão		22	119	550	11	40	391		17	1.150
Suínos	25	46	199	140	56	413	102	58	21	1.060

(conclusão)

	Cacequi	C. Cipó	Jaguari	Mata	N. E. S.	Santiago	S. F. A.	S. V. S.	Unistalda	CVJ
Pêssego	41	38	147		48	218	190	218	67	967
Tangerina	65		129	30	32	80	158	48	23	565
Tomate	216					79				295
Sorgo					6	28	151	93		278
Aveia			216							216
Galináceos	1	1	40	20	9	44	7	48	5	174
Melão	80				1	3	11	31	3	129
Linho		105								105
Girassol		87								87
Alho					39	29				68
Figo					19	29			5	53
Pera						40				40
Amendoim					13	16			8	37
Cebola					6	23				29
Banana						16				16
Caqui					7	9				16
Limão			12			4				16
Mamona		12			2					14
Batata inglesa						6				6
Total	90.271	96.799	38.232	16.996	14.011	67.119	72.571	55.428	15.507	466.934

Legenda: C. Cipó = Capão do Cipó; N. E. S. = Nova Esperança do Sul; S. F. A. = São Francisco de Assis; S. V. S. = São Vicente do Sul; CVJ = Corede Vale do Jaguari.

Fonte: IBGE Cidades@ (2011) e IBGE (Censo Agropecuário 2006).

Entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 10.000.000,00, estão presentes 11 atividades. Apenas a cana-de-açúcar e a melancia estão acima de R\$ 5.000.000,00. Com presença mais modesta, abaixo desse valor estão a batata-doce (R\$ 2.521.000,00), a laranja (R\$ 2.184.000,00), os ovos de galinha (R\$ 1.989.000,00), o mel de abelha (R\$ 1.611.000,00), os ovinos abate (R\$ 1.528.000,00), os ovinos lã (R\$ 1.433.000,00), a uva (R\$ 1.432.000,00), o feijão (R\$ 1.150.000,00) e os suínos (R\$ 1.060.000,00). Nesse intervalo, somente laranja, ovos de galinha, mel de abelha, ovinos para lã e carne e suínos estão presentes em todos os nove municípios.

Na faixa de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00, são oito atividades produtivas, sendo o único destaque o pêssego. As demais apresentam pouco destaque, entre elas a tangerina, o tomate, o sorgo, a aveia, galináceos para abate, o melão e o linho. Essas atividades encontram-se distribuídas irregularmente nos diferentes municípios do CVJ.

Na faixa abaixo de R\$ 100.000,00, encontram-se outras 11 atividades, completando, assim, a matriz produtiva formal do CVJ. São elas: girassol, alho, figo, pera, amendoim,

cebola, caqui, limão, banana, mamona e batata-inglesa. Essas atividades fazem parte dessa tabela (matriz) para registro, mas economicamente são pouco significantes.

Ao se conhecer os valores apurados por atividade e por município, torna-se possível estabelecer proporcionalidades desses valores em cada um dos municípios. Dessa forma, percebe-se o quanto cada atividade é importante em cada município em relação às demais nele presentes. A tabela 4.6 proporciona esse exercício, possibilitando, assim, averiguar melhor a importância de cada uma das atividades desenvolvidas em cada um dos municípios.

Os dados demonstram que somente em três municípios aparece uma atividade com mais de 50% do total do valor da produção registrado. Citam-se o caso da soja em Capão do Cipó e do arroz em Cacequi e São Vicente do Sul, evidenciando monoculturas locais e, conseqüentemente, a presença de agricultura não familiar.

Tabela 4.6 – Matriz produtiva em níveis percentuais das atividades por município no CVJ em 2008

Mais de	Cacequi	C. Cipó	Jaguari	Mata	N. E. S.	Santiago	S. F. A.	S. V. S.	Unistalda	CVJ
50%	Arroz	Soja						Arroz		
	Bovinos	Trigo	Fumo	Fumo	Soja	Bovinos	Bovinos	Bovinos	Bovinos	Soja
10%			Arroz	Arroz	Bovinos	Soja	Soja	Soja	Soja	Arroz
				Milho	Milho		Arroz			Bovinos
				Bovinos						
	Soja	Bovinos	Soja	Soja	Leite	Leite	Mandioca	Milho	Trigo	Fumo
	Trigo	Milho	Bovinos	Feijão	Arroz	Trigo	Milho	Leite	Mandioca	Trigo
	Leite	Leite	Cana-de-açúcar	Leite	Fumo	Fumo	Fumo	Cana-de-açúcar	Leite	Leite
	Melancia	Mandioca	Milho	Mandioca	Mandioca	Mandioca	Leite	Batata-doce	Arroz	Milho
1%	Mandioca		Leite	Laranja	Cana-de-açúcar	Milho	Melancia		Fumo	Mandioca
			Mandioca	Ovos galinha		Ovinos	Cana-de-açúcar		Milho	Cana-de-açúcar
			Uva	Cana-de-açúcar		Mel abelha	Trigo		Cana-de-açúcar	Melancia
			Laranja				Batata-doce			

Legenda: C. Cipó = Capão do Cipó; N. E. S. = Nova Esperança do Sul; S. F. A. = São Francisco de Assis; S. V. S. = São Vicente do Sul; CVJ = Corede Vale do Jaguari.

Fonte: IBGE Cidades@ (2011).

Conforme os dados da tabela 4.6, pode-se constatar que a base econômica agropecuária da maioria dos municípios do CVJ está abalizada no trinômio “soja-arroz-bovinos”. Essas atividades estão presentes no topo da lista na maioria dos municípios e no CVJ são as três únicas com comercialização acima de 10%. Observa-se ainda que, em quatro dos nove municípios, as atividades soja (Cacequi, Jaguari e Mata) e bovino (Capão do Cipó)

são as mais elevadas entre as abaixo de 10% do total. Destacam-se ainda as culturas do fumo em Jaguari e Mata e do trigo em Capão do Cipó.

Procedendo-se a uma revisão individual dos municípios, percebe-se que Cacequi, São Francisco de Assis e São Vicente do Sul têm suas maiores comercializações coincidindo com as do CVJ. Em Unistalda, Nova Esperança do Sul e Santiago, bovino e soja são as atividades principais. Em Capão do Cipó, o destaque é para a soja.

Em Jaguari e Mata, as maiores comercializações são originadas do fumo e do arroz, sendo que em Mata o milho e bovino estão acima de 10% e em Jaguari as mais elevadas são a soja e bovino. Entre as atividades abaixo de 10% e acima de 1% no CVJ, o leite está presente em todos os municípios, e a mandioca está abaixo desse nível somente em São Vicente do Sul. O fumo não está presente nos municípios de Capão do Cipó e Cacequi.

Entre as atividades com menor expressão (Tabela 4.6), o trigo está ausente em Mata e São Vicente do Sul e em Jaguari e Nova Esperança do Sul está abaixo do nível do CVJ; finalmente, em Capão do Cipó está acima, e nos outros quatro coincide com o CVJ. Em relação ao milho, em Mata e Nova Esperança do Sul está acima e em Cacequi está abaixo do nível do CVJ. Os demais seis municípios coincidem com o nível do CVJ. A cana-de-açúcar está abaixo em Santiago e Capão do Cipó, em Cacequi está ausente e nos demais coincide com o nível do CVJ. Por fim, a melancia está ausente em Capão do Cipó, coincide com o nível do CVJ em Cacequi e São Francisco de Assis e está abaixo nos demais municípios.

Quanto às demais atividades com nível de valor de produção anual abaixo de 1%, existem mais 28 atividades no CVJ, mas, devido à pouca expressão econômica, optou-se por excluí-las da tabela 4.6. Entretanto, pode-se citar algumas que possuem importância individual em nível de município, a saber: a uva em Jaguari, o feijão em Mata, a batata-doce em São Vicente do Sul e São Francisco de Assis, a laranja em Jaguari e Mata, os ovos de galinha em Mata, e os ovinos e o mel de abelha em Santiago.

Torna-se interessante transformar os valores em mil reais por km², ou seja, avaliar o valor apurado por unidade de área, com o intuito de mostrar o aproveitamento da área de cada município. A tabela 4.7 mostra a relação das diferentes atividades nesse formato, referente ao CVJ e em seus municípios, facilitando a compreensão da importância de cada uma dessas atividades, bem como do conjunto das atividades agropecuárias no CVJ.

Segundo os dados presentes na tabela 4.7, o CVJ produz, em sua matriz agropecuária, R\$ 41.433,00/km². Entre os municípios, Cacequi, São Francisco de Assis, Santiago e Unistalda encontram-se abaixo desse valor médio do CVJ, com, respectivamente, R\$

38.089,00, R\$ 28.913,00, R\$ 27.814,00 e R\$ 25.743,00; os demais municípios estão acima desse valor. O maior valor está em Capão do Cipó, com R\$ 94.698,00/km², onde somente a cultura da soja corresponde a R\$ 71.077,00/km², seguido pelo município de Nova Esperança do Sul, com o segundo maior valor entre os municípios do CVJ, com R\$ 73.203,00.

Tabela 4.7 – Matriz produtiva agropecuária do CVJ em mil reais por km²

(continua)

	Cacequi	C. Cipó	Jaguari	Mata	N. E. S.	Santiago	S. F. A.	S. V. S.	Unistalda	CVJ
Soja	3,10	71,08	5,64	3,59	29,22	8,03	5,77	6,64	8,24	12,17
Arroz	23,50	0,05	12,48	14,92	5,19	0,06	5,52	26,30	0,59	10,21
Bovinos	6,07	7,94	5,39	5,50	10,72	10,14	7,02	8,93	11,14	7,91
Fumo	0,01	-	18,56	15,01	4,33	1,23	1,70	0,07	0,41	2,27
Trigo	2,06	9,98	0,14	-	0,21	1,98	0,48	-	1,70	1,97
Leite	1,11	1,43	1,91	1,64	6,97	2,41	0,98	1,00	0,74	1,52
Milho	0,18	1,94	2,40	6,89	8,40	0,79	2,12	1,37	0,35	1,49
Mandio- ca	0,40	1,27	1,63	1,25	3,60	0,93	2,34	0,33	1,10	1,21
Cana-de- açúcar	-	0,19	3,45	0,59	1,03	0,21	0,73	0,71	0,35	0,56
Melan- cia	1,05	-	0,56	0,15	0,05	0,01	0,94	0,46	0,07	0,52
Batata- doce	0,09	-	0,16	0,21	0,34	0,20	0,39	0,49	0,06	0,22
Laranja	0,00	0,15	0,66	1,14	0,61	0,23	0,10	0,14	0,21	0,19
Mel de abelha	0,03	0,11	0,45	0,16	0,48	0,33	0,04	0,03	0,11	0,14
Ovinos	0,07	0,10	0,02	0,04	0,06	0,34	0,08	0,08	0,19	0,14
Lã	0,08	0,07	0,03	0,05	0,07	0,26	0,11	0,10	0,18	0,13
Uva	0,08	-	1,51	0,27	0,30	0,04	-	-	-	0,13
Feijão	-	0,02	0,18	1,76	0,06	0,02	0,16	-	0,03	0,10
Suínos	0,01	0,05	0,30	0,45	0,29	0,17	0,04	0,05	0,04	0,09
Pêssego	0,02	0,04	0,22	-	0,25	0,09	0,08	0,19	0,11	0,09
Tangeri- na	0,03	-	0,19	0,10	0,17	0,03	0,06	0,04	0,04	0,05
Tomate	0,09	-	-	-	-	0,03	-	-	-	0,03
Sorgo	-	-	-	-	0,03	0,01	0,06	0,08	-	0,02
Aveia	-	-	0,32	-	-	-	-	-	-	0,02
Galiná- ceos	0,00	0,00	0,06	0,06	0,05	0,02	0,00	0,04	0,01	0,02
Melão	0,03	-	-	-	0,01	0,00	0,00	0,03	0,00	0,01
Linho	-	0,10	-	-	-	-	-	-	-	0,01
Girassol	-	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,01
Alho	-	-	-	-	0,20	0,01	-	-	-	0,01
Figo	-	-	-	-	0,10	0,01	-	-	0,01	0,00
Pera	-	-	-	-	-	0,02	-	-	-	0,00
Amen- doim	-	-	-	-	0,07	0,01	-	-	0,01	0,00
Cebola	-	-	-	-	0,03	0,01	-	-	-	0,00
Banana	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-	0,00

	(conclusão)									
	Cacequi	C. Cipó	Jaguari	Mata	N. E. S.	Santiago	S. F. A.	S. V. S.	Unistalda	CVJ
Caqui	-	-	-	-	0,04	0,00	-	-	-	0,00
Limão	-	-	0,02	-	-	0,00	-	-	-	0,00
Mamona	-	0,01	-	-	0,01	-	-	-	-	0,00
Batata inglesa	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00
Total	38,09	94,70	56,77	54,45	73,20	27,81	28,93	47,18	25,74	41,44

Legenda: C. Cipó = Capão do Cipó; N. E. S. = Nova Esperança do Sul; S. F. A. = São Francisco de Assis; S. V. S. = São Vicente do Sul; CVJ = Corede Vale do Jaguari.

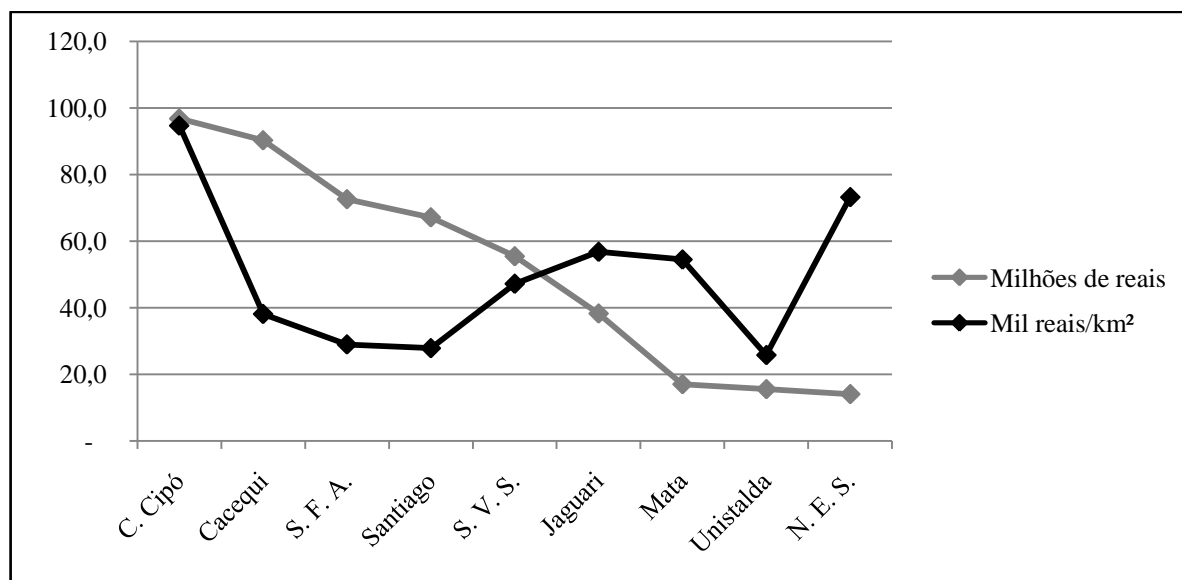
Fonte: IBGE Cidades@ (2011) e IBGE (Censo Agropecuário 2006).

Além dos municípios já citados, também estão em um patamar acima do registrado para o CVJ os municípios de Jaguari, de Mata e de São Vicente do Sul, respectivamente com R\$ 56.769,00, R\$ 54.452,00 e R\$ 47.176,00 por km². De outra forma, de acordo com a figura 4.2, ao cruzarem-se os dados referentes ao total produzido em milhões e em mil reais por km² em cada um dos municípios estudados, percebem-se algumas diferenças de posicionamento na escala utilizada.

Os dados contidos na figura 4.2 revelam nítidas diferenças de produtividade por unidade de área em relação à produção total de cada município. Na maioria dos municípios, os valores em reais/km² não acompanham a ordem decrescente do total em reais produzido por município, como convenientemente foi colocado nesse gráfico. Essa desconexão mostra que, apesar de grandes receitas em determinados municípios (Cacequi), estes não representam produtividade, da mesma forma que valores totais baixos não representam baixas produtividades (Nova Esperança do Sul).

Entre os demais municípios, Capão do Cipó permaneceu com praticamente o mesmo posicionamento na relação apresentada, donde se afirma que a sua alta produção é equivalente à sua produtividade por área. Em São Vicente do Sul e Unistalda, os distintos valores produzem pontos que se aproximam, com características semelhantes a Capão do Cipó, porém com produção e produtividade bem menores.

Os municípios de São Francisco de Assis, Santiago e Cacequi apresentam posição inferior na escala de reais/km² em relação aos milhões produzidos no município, sendo que a diferença marcante demonstra uma baixa produtividade, embora a produção seja alta. Nos outros três municípios, o posicionamento é oposto, tendo-se em vista que os valores em mil reais/km² são superiores aos dos milhões por município. Em Jaguari, Mata e Nova Esperança do Sul, a produtividade por unidade de área é bem maior que a produção total.



Legenda: C. Cipó = Capão do Cipó; N. E. S. = Nova Esperança do Sul; S. F. A. = São Francisco de Assis; S. V. S. = São Vicente do Sul; CVJ = Corede Vale do Jaguari.

Figura 4.2 – Gráfico dos valores produzidos pela matriz produtiva dos municípios do CVJ em milhões de reais e mil reais/km²

Fonte: IBGE Cidades@ (2011) e IBGE (Censo Agropecuário 2006).

Ao se proceder à análise da constituição da matriz produtiva dos municípios, entre a grande diversidade apresentada, percebem-se algumas semelhanças, como é o caso de: São Vicente do Sul e Cacequi, onde as três principais atividades são, respectivamente, arroz, bovinos e soja; em Santiago, Unistalda e São Francisco de Assis, os bovinos e a soja são as principais atividades, sendo que, em São Francisco de Assis, o arroz aparece em terceiro lugar com certo destaque; em Capão do Cipó, a principal atividade é a soja, com grande destaque em relação às demais, seguida do trigo e dos bovinos; Nova Esperança do Sul tem como maior atividade a soja, seguida por bovinos, milho, leite e arroz; e, nos municípios de Jaguari e de Mata, a principal atividade é o fumo, seguido do arroz, e também têm destaque os bovinos, a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a mandioca.

4.1.3 Definição da tipologia e escolha do município para o teste

4.1.3.1 Tipologia

Esse procedimento tornou-se imprescindível para a sequência da pesquisa. Fez-se, então, a tipificação dos municípios segundo os critérios estabelecidos. Essa tipificação foi fundamental para que se possibilitasse a escolha do município mais adequado à realização do teste.

Com os critérios conhecidos, a saber, distribuição demográfica rural/urbano, características fundiárias (número e área total ocupada por estabelecimentos agrícolas) e formato da matriz produtiva, foi possível congregiar os municípios em dois grupos tipológicos, um denominado de agricultura familiar e outro de não familiar.

4.1.3.1.1 Tipo agricultura familiar

O tipo familiar ficou constituído pelos municípios de Mata, Jaguari e Nova Esperança do Sul. A análise dos dados formais coletados demonstrou que esses municípios apresentaram uma distribuição demográfica rural/urbana mais homogênea, ou seja, a população rural e a urbana possuem quantidades semelhantes de habitantes, à exceção de Nova Esperança do Sul, onde a indústria coureiro-calçadista proporcionou a elevação da população urbana. Além disso, todos os três apresentaram, destacadamente, uma maior densidade demográfica no seu meio rural.

Quanto às características fundiárias, os três municípios apresentam maior número de estabelecimentos tidos como familiares e a área total ocupada por esses estabelecimentos também é maior que a dos demais estabelecimentos (IBGE, 2006).

No critério matriz produtiva, ambos os municípios apresentaram diversificação na produção agrícola, que Silva Neto e Figueiredo (2009) referem como uma característica dessa forma de agricultura. Além disso, não existem atividades dominantes, ou seja, que representem uma monocultura que leve à dependência econômica dela; somente em Jaguari a cultura do fumo tem uma importância maior, entretanto, além de ser tipicamente familiar (REDIN, 2010), ela não atinge níveis proporcionais elevados, como as atividades produtivas características do outro grupo tipológico. Complementarmente, esses municípios ainda apresentaram uma maior produtividade em reais por unidade de área em relação à produção total apresentada, caracterizando o uso mais intensivo da terra.

4.1.3.1.2 Tipo agricultura não familiar

Foram classificados nesse grupo os municípios de Santiago, São Francisco de Assis, Unistalda, Capão do Cipó, Cacequi e São Vicente do Sul. Os dados demográficos demonstraram que esses municípios possuem maior concentração de habitantes na zona urbana em relação à rural; as exceções são Unistalda e Capão do Cipó, que se emanciparam

recentemente, possuindo ainda características de distrito. Entretanto, todos eles apresentaram uma baixa densidade demográfica em seu meio rural, caracterizando a predominância de atividades extensivas, características desse tipo de estabelecimentos.

Em sua estrutura fundiária, quase todos apresentam maior proporção do número de estabelecimentos como sendo familiares. A exceção é Cacequi, único município do CVJ com maior número de estabelecimentos não familiares, porém essa classificação se aplica a esses municípios por possuírem uma área total ocupada por estabelecimentos não familiares significativamente maior que a ocupada pelos familiares (IBGE, 2006).

Quanto à matriz produtiva, nela existe certo grau de diversificação, à semelhança da familiar, mas nesses municípios existe a dominância de três atividades que formam uma tríade típica do CVJ, formada pelas atividades “soja-arroz-bovinos”, que representam monoculturas, das quais existe a dependência econômica na maioria dos municípios. Em todos os municípios existe uma maior produção total em relação à produção por km², caracterizando a existência de atividades produtivas extensivas, sendo exceção somente Capão do Cipó e Unistalda, onde esses indicadores são semelhantes.

4.1.3.2 Escolha do município para o teste

Ao final dessa primeira etapa, foi possível realizar a escolha do município mais adequado para a efetivação do teste do método proposto e em desenvolvimento nesta tese. Conforme elencado na metodologia, os principais critérios utilizados para essa escolha foram a relação demográfica rural/urbana, a presença da agricultura familiar no município e a matriz produtiva.

Quanto à relação rural/urbano, foi escolhido aquele município que apresentou um maior equilíbrio entre a quantidade de habitantes, sendo que os dois municípios que mostraram-se apropriados foram Mata e Jaguari. A opção por escolher um município com essa característica ocorreu justamente por se estar procurando encontrar particularidades que tenham levado à manutenção dessa relação que, até o intervalo censitário de 1960 a 1970, ainda prevalecia tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul (IBGE, 2010a). Ainda quanto à relação rural/urbano, o município de Mata foi o que apresentou maior densidade demográfica no seu meio rural entre todos os do CVJ.

Quanto à preferência por um município típico da agricultura familiar, três opções se mostraram favoráveis, Mata, Jaguari e Nova Esperança do Sul. Justifica-se a opção por esse

critério por se estar trabalhando nesta tese, essencialmente, com esse tipo de estabelecimento produtivo, com suas características de produção diversificada com ênfase no autoconsumo. Nenhum deles apresentou a presença significativa de monoculturas que os colocassem na dependência econômica das mesmas.

Ainda, é objeto desta tese trabalhar com abastecimento local de pequenos aglomerados urbanos. Somente o município de Santiago não se mostrou adequado para realização da pesquisa, todos os demais contemplaram essa característica, podendo ter sido escolhidos para a realização do teste.

Entre todos os municípios, dois se mostraram mais adequados segundo a maior parte dos critérios, são eles Mata e Jaguari. Optou-se por Mata, principalmente, por ser o menor deles, portanto é o que melhor se enquadra como pequeno aglomerado urbano, e, secundariamente, por ser um município menos privilegiado como escolha para realização de estudos acadêmicos em relação a Jaguari, onde, sabe-se, existem inúmeros estudos realizados.

Escolhido o município para a realização do teste, nos subcapítulos seguintes são apresentadas as descrições e caracterizações dos agentes locais do município de Mata. Primeiro, faz-se a caracterização dos domicílios, seguida pela análise do comércio local. Por fim, discutem-se os dados referentes aos produtores.

Dessa forma, pretendeu-se identificar e analisar a presença da produção diversificada familiar e do excedente do autoconsumo na estrutura de abastecimento formal e informal local nos domicílios e no comércio, bem como caracterizar os diferentes tipos de produtores identificados como atuantes na informalidade, analisando a importância desse tipo de comércio na sua manutenção. Identificou-se, assim, a importância da produção comercial diversificada e do excedente do autoconsumo das famílias rurais no abastecimento e na manutenção do desenvolvimento local.

4.2 Etapa II – Caracterização dos domicílios e seus hábitos de consumo

Nesta etapa, discute-se sobre e caracterizam-se os domicílios urbanos do município de Mata, com base na amostra de domicílios entrevistados. Objetiva-se, da mesma forma, caracterizar e identificar seus hábitos de consumo.

Esse procedimento se faz necessário como forma de teste experimental da segunda etapa do método em desenvolvimento, a qual servirá de base e suporte às demais, apresentadas e discutidas na sua sequência. Nessa fase, iniciou-se a identificação dos

produtores familiares responsáveis pelo abastecimento informal local de alimentos e bebidas, entre os quais foi determinada a amostra entrevistada na quarta etapa de teste do método.

4.2.1 Análise socioeconômica

Os resultados socioeconômicos da segunda etapa do método proposto serão discutidos neste subcapítulo. Para a obtenção dos dados, realizou-se um levantamento amostral junto a 88 domicílios urbanos do município de Mata, através da aplicação de um formulário específico (Anexo A).

Os dados revelam que o sistema de posse dos imóveis residenciais configura-se da seguinte forma: a grande maioria das residências é própria, com 78 (88,6%) domicílios, sendo que 9 (10,2%) são alugados e apenas 1 (1,1%) é cedido. Esses números demonstram certo grau de poder aquisitivo da população, tendo-se em vista que a grande maioria tornou-se, de alguma forma, proprietária de suas residências (Figura 4.3).

A figura 4.3 também mostra o estado de conservação dos imóveis, com três condições disponíveis escolhidas pela análise visual do pesquisador. Os resultados indicam que a maioria, 46 (52,3%), está em bom estado de conservação, 32 (36,4%) estão em médio estado de conservação e somente 10 (11,4%) estão em condições mais precárias, ou seja, em estado ruim de conservação.

Em relação à condição de bem-estar desses domicílios, a figura 4.3 demonstra os resultados apurados, conforme opções sequenciais, partindo-se de uma condição ruim e, a cada nova condição, acrescentando-se e/ou substituindo-se itens de bem-estar, até se chegar a uma condição alta. Os resultados indicam que somente um domicílio (1,1%) está em condição ruim (contando somente com rádio e fogão); em condição básica, já possuindo TV e refrigerador, são 16 (18,2%); em condição média (acrescentando-se freezer, forno elétrico, forno de micro-ondas, telefone/celular), estão 32 (37,5%); e, em condição boa (incluindo-se computador, TV LCD), estão 11 (12,5%). Em condição melhor, em que os itens de bem-estar já tomam um padrão de conotação cultural, chamado de condição alta, com o acréscimo de itens como internet, revista, jornal, estão 27 (30,7%) domicílios. De forma geral, constatou-se que grande parte dos domicílios, ou seja, 38 (43,2%), encontra-se em boa e alta condição socioeconômica no que se refere ao bem-estar.

Por isso, ao se analisar em conjunto esses três indicadores socioeconômicos (posse do imóvel, conservação e bem-estar), observa-se que os domicílios na zona urbana de Mata possuem um padrão acima do médio para os critérios utilizados na elaboração desta tese.

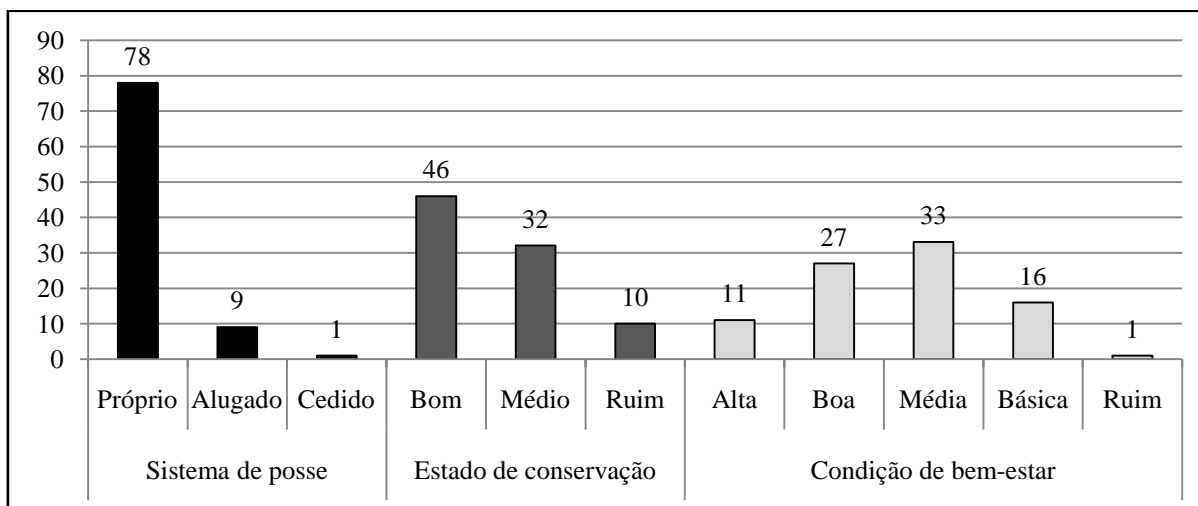


Figura 4.3 – Indicadores de nível socioeconômico nos domicílios

Fonte: elaborada pelo autor.

Entre as pessoas responsáveis por responder aos questionamentos nos diferentes domicílios investigados, quando questionadas sobre onde viveram a maior parte de sua vida (se no rural ou no urbano), 35 (39,8%) afirmam que viveram toda a sua vida na cidade, e outras 53 (60,2%) responderam que viveram grande parte no meio rural. Esse resultado revela um fluxo eminente de pessoas do meio rural para o urbano, mesmo em um município como Mata, que ainda guarda um equilíbrio proporcional entre a população rural e a urbana, conforme relatados de vários autores (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ELLIS, 1998, 2000; GRAZIANO DA SILVA, 1997, 2001; MARCÍLIO, 1973; REIS, 2006; SANTOS, 2006; VEIGA, 2004).

A renda total dos domicílios pode ser observada na figura 4.4. Os dados mostram que há maior concentração de renda no intervalo de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00, em que estão presentes 43 (48,9%) domicílios. Em termos de equivalência em salários-mínimos, tomando-se o ano-base de 2012 (R\$ 622,00), a renda se encontra no intervalo de, no mínimo, 1,6 e, no máximo, 3,2 salários-mínimos, o que representa, para um município de pequeno porte como Mata, rendimentos bons (BRASIL, 2011).

Entre os demais domicílios, 35 (39,8%) apresentam renda superior a R\$ 2.000,00. Esse resultado indica que existe uma fatia significativa dessa população com rendimentos muito bons para o porte do município. Domicílios com rendas menores (intervalo de até R\$

999,00) encontram-se somente 10 (11,4%). Entre os domicílios de rendas maiores, destaca-se apenas um, que supera os R\$ 10.000,00, com valor equivalente a 24,8 salários-mínimos. A renda média dos domicílios entrevistados é de R\$ 2.466,58, e a mediana é R\$ 1.705,00. Esses valores equivalem, respectivamente, a 4 e 2,7 salários-mínimos, valores excelentes para um município do porte de Mata, onde o custo de vida é bem menor que em municípios de maior porte; onde, também, para uma média de 2,9 habitantes por domicílio, obtém-se uma renda *per capita* de 1,38 salários-mínimos (R\$ 858,36) ao se considerar a média de quatro salários-mínimos.

Segundo dados de Cruz (2012) sobre a nova definição do governo brasileiro quanto à classe média, que considera a renda *per capita* familiar o principal critério, essa classificação da classe média brasileira enquadra as famílias de Mata na classe média alta (com renda superior a R\$ 641,00 e inferior a R\$ 1.019,00).

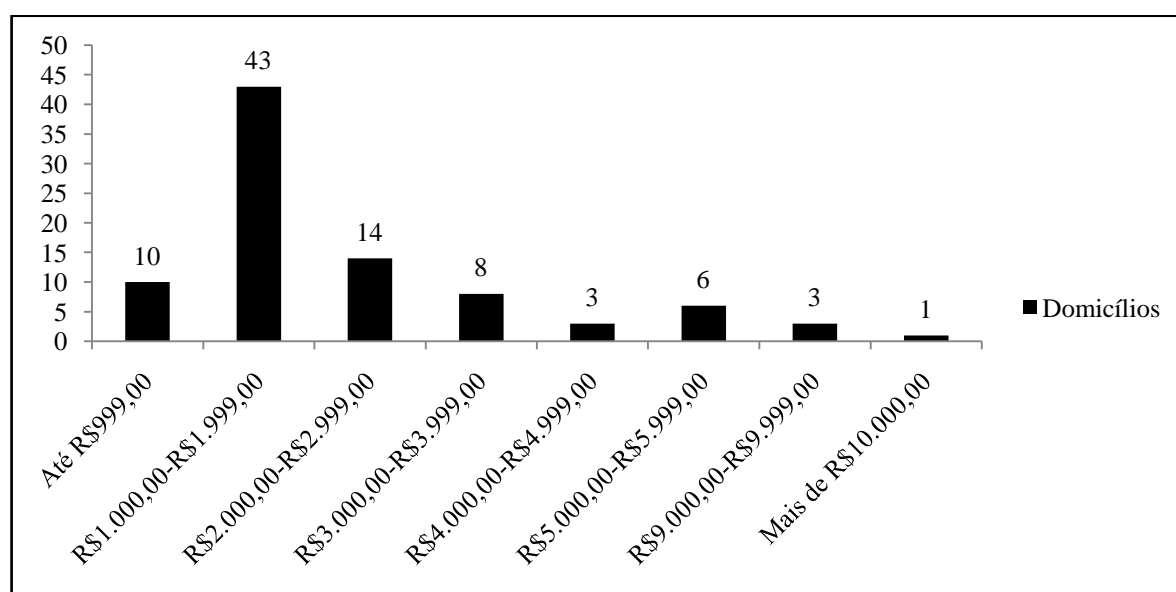


Figura 4.4 – Renda total nos domicílios em reais

Fonte: elaborada pelo autor.

As despesas com a aquisição de produtos necessários para a manutenção mensal dos domicílios são mostradas na figura 4.5, em intervalos de R\$ 200,00. No cálculo das despesas, não estão incluídas outras despesas mensais, tais como energia elétrica, água e saneamento, telefonia, assinatura de jornais, revistas, internet e TV por assinatura, entre outras semelhantes. Dessa forma, fazem parte das despesas de manutenção a alimentação, bebidas, itens de higiene pessoal, limpeza e outros similares.

A maior concentração de domicílios está nos intervalos entre R\$ 201,00 e R\$ 600,00, com a presença de 60 (68,2%) domicílios. Apenas cinco (5,7%) estão no intervalo de menores gastos, com valores inferiores a R\$ 200,00. Os demais domicílios estão localizados nos intervalos superiores a R\$ 601,00.

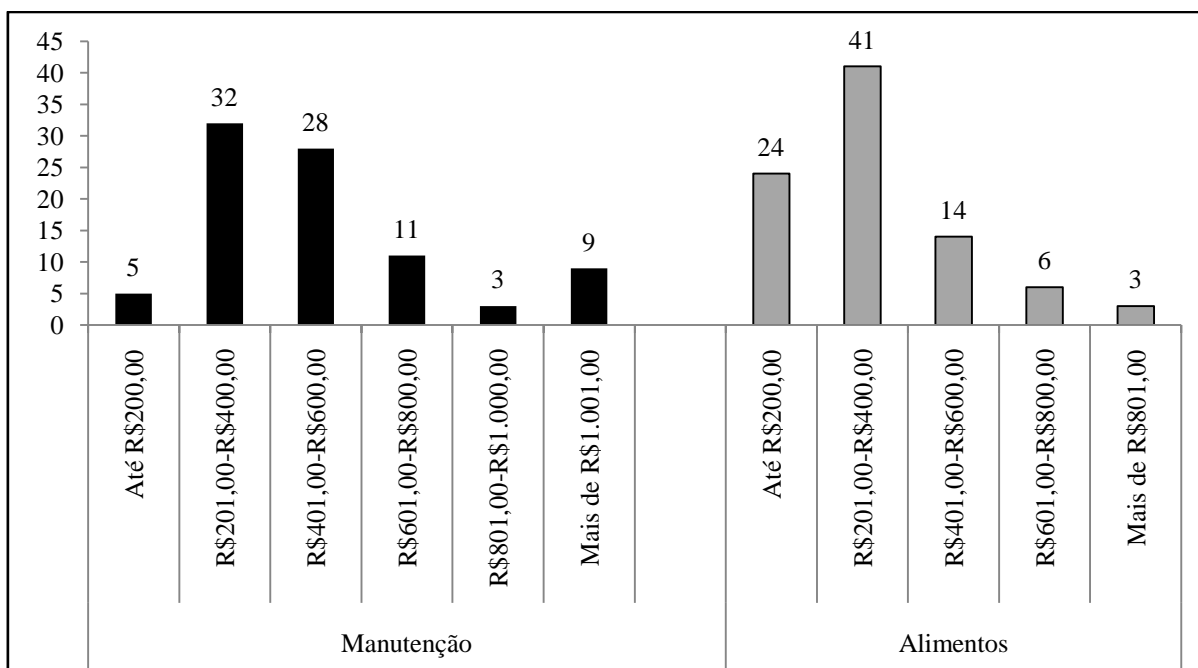


Figura 4.5 – Domicílios e suas despesas com manutenção e alimentos

Fonte: elaborada pelo autor.

Nas despesas com alimentos, por sua vez, o intervalo com maior número de domicílios é o segundo, entre R\$ 201,00 e R\$ 400,00, com 41 (46,6%) dos domicílios. No nível até R\$ 200,00, estão 24 (27,3%) domicílios e, nos três intervalos com maiores despesas, estão 23 (26,1%) domicílios. É provável que esses resultados tenham como fatores desencadeadores as atividades de autoconsumo presentes em grande parte desses domicílios.

Existem ainda as despesas com produtos informais locais oriundos da agricultura familiar, denominados de “produtos coloniais” pela população local. Esses produtos também foram considerados como parte integrante das despesas com alimentos, mesmo que neles se incluam bebidas. A figura 4.6 mostra as despesas com esse tipo de produto por domicílio em intervalos de R\$ 25,00.

A maior concentração dessas despesas está no intervalo entre R\$ 26,00 e R\$ 50,00, em que foram observadas em 35 (39,8%) dos domicílios. Entre os demais, apenas 13 (14%) estão abaixo e 39 (44%) estão acima desse intervalo.

Os dados indicam que 74 (84,1%) dos domicílios possuem despesas mensais acima de R\$ 25,00 com os produtos informais em estudo. Destaca-se ainda que apenas um (1,1%) domicílio afirmou não comprar absolutamente nada do mercado informal local formado pela agricultura familiar. O entrevistado afirmou não possuir disponibilidade de tempo para realizar suas compras em mais de um local: “*Não tenho tempo. Compro tudo no mercado!*” (D2).

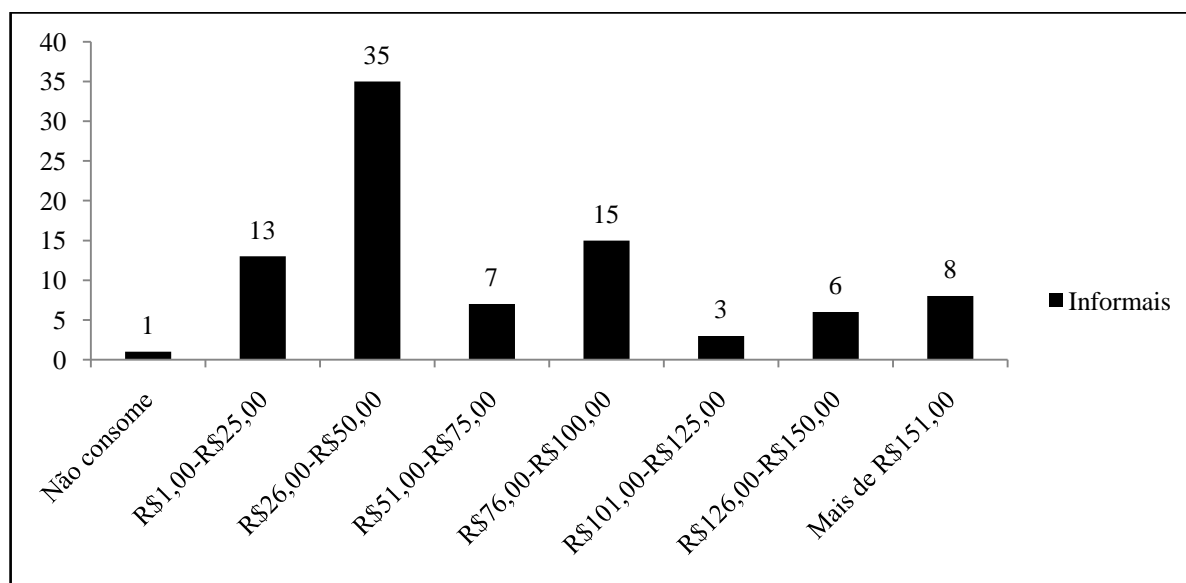


Figura 4.6 – Representação gráfica dos valores com compras de produtos informais familiares locais

Fonte: elaborada pelo autor.

A tabela 4.8 apresenta os valores monetários totais relativos à renda (R\$ 217.059,00) dos domicílios, também a parcela dessa renda que foi declarada pelos entrevistados como destinada à manutenção mensal (R\$ 47.835,00), a parcela da manutenção destinada à aquisição de alimentos (R\$ 31.600,00) e, por fim, a parcela da aquisição de alimentos destinada à aquisição de alimentos e bebidas fornecidos informalmente pela agricultura familiar local (R\$ 6.760,00), todos os valores relativos a uma frequência mensal. Os valores restantes são aplicados em outras despesas e investimento não contemplados neste estudo.

A análise dos dados revela que, da renda total dos domicílios, apenas 3,1% são despesa financeira com produtos informais, não estando incluídos produtos recebidos em doação ou produzidos pelos domicílios. Ao se referir somente ao valor total das despesas com manutenção mensal desses domicílios, a proporção se eleva para 14,1% desse total. Por fim, das despesas totais somente com alimentos e bebidas, os valores destinados ao mercado informal local representam 21,4% desse total.

Pode-se perceber que, mesmo sem estarem presentes os valores de doações e produção para autoconsumo, ainda assim os percentuais destinados à aquisição de produtos informais da agricultura familiar local são muito significativos.

Segundo dados do IBGE (2010c) com relação ao peso da alimentação no orçamento familiar brasileiro, houve queda significativa nesse índice, pois, em 1974/75, o gasto era de 33,9%, reduzindo para 19,8% em 2008/09. No caso de Mata, 14,6% da renda total declarada é gasta com alimentos, portanto abaixo do índice nacional, revelando-se um possível indicativo da existência das atividades de autoconsumo também nos domicílios.

Tabela 4.8 – Valores totais de renda e despesas mensais nos domicílios pesquisados em Mata, RS

	Renda total	Manutenção	Alimentos e bebidas	Alimentos e bebidas informais
R\$	217.059,00	47.835,00	31.600,00	6.760,00
%	100	22,0	14,6	3,1
%		100	66,1	14,1
%			100	21,4

Fonte: elaborada pelo autor.

4.2.2 Análise dos produtores fornecedores e dos produtos informais consumidos

Um dos objetivos dessa etapa foi verificar a presença ou não da informalidade em relação aos produtos oriundos da agricultura familiar local nos hábitos de consumo da população. Do universo amostral, 98,9% (87) dos domicílios se declararam serem consumidores de produtos agrícolas familiares locais informais e, conforme a tabela 4.9, apenas nove (10,2%) domicílios não declararam, especificamente, o nome de algum fornecedor informal da agricultura familiar presente no município, entre estes está o domicílio que não consome esses produtos.

Os resultados indicam trinta (34%) domicílios que declararam possuir entre dois e três fornecedores informais. Os domicílios que declararam possuir quatro, cinco e seis fornecedores totalizam 32 (36,4%). Assim, tem-se que 62 (70,4%) dos domicílios possuem entre dois e seis fornecedores. Domicílios com um número maior de fornecedores (7 a 16) totalizam 12 (13,6%).

Tabela 4.9 – Frequência de domicílios segundo o número de fornecedores informais

Nº de fornecedores	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
0	9	10,2	10,2
1	5	5,7	15,9
2	15	17,0	33,0
3	15	17,0	50,0
4	11	12,5	62,5
5	11	12,5	75,0
6	10	11,4	86,4
7	5	5,7	92,0
8	1	1,1	93,2
9	2	2,3	95,5
10	2	2,3	97,7
12	1	1,1	98,9
16	1	1,1	100,0
Total	88	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor.

A tabela 4.10 expõe a frequência com que os diferentes produtores foram citados nos domicílios. Os resultados indicam que a expressiva maioria foi citada somente em uma ocasião, com 106 (69,7%) produtores; em segundo lugar, aparecem os com duas citações, com 21 (13,8%) produtores. Somando-se essas frequências, alcançam-se 127 (83,3%) produtores. Esses números demonstram que a grande maioria dos produtores não tem uma frequência expressiva na comercialização de seus produtos. Dessa forma, esse resultado pode representar um indício que caracteriza a inexistência da produção com finalidade comercial, uma vez que esses produtos provavelmente sejam oriundos do excedente do autoconsumo.

Observa-se ainda que, na medida em que há um aumento do número de citações, há uma redução brusca da frequência de produtores. Esses números sugerem que esses poucos produtores possuem algumas de suas atividades produtivas voltadas para comercialização.

Tabela 4.10 – Frequência de produtores familiares informais segundo o número de citações nos domicílios

Citações por produtor	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
1	106	69,7	69,7
2	21	13,8	83,6
3	7	4,6	88,2
4	4	2,6	90,8

(continua)

(conclusão)			
Citações por produtor	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
5	2	1,3	92,1
6	3	2,0	94,1
9	1	0,7	94,7
11	1	0,7	95,4
12	2	1,3	96,7
13	1	0,7	97,4
15	1	0,7	98,0
16	1	0,7	98,7
23	1	0,7	99,3
25	1	0,7	100,0
Total	152	100	

Fonte: elaborada pelo autor.

A figura 4.7 ilustra, de maneira mais detalhada, as observações expostas na tabela 4.10 e mostra também a distribuição da quantidade de produtores presente em cada um dos níveis individuais de número de citações nos domicílios. Os resultados evidenciam ainda mais essa assimetria, uma vez que os dados ratificam o processo inverso, caracterizado pela redução da contagem de produtores à medida que aumenta o número de citações individuais.

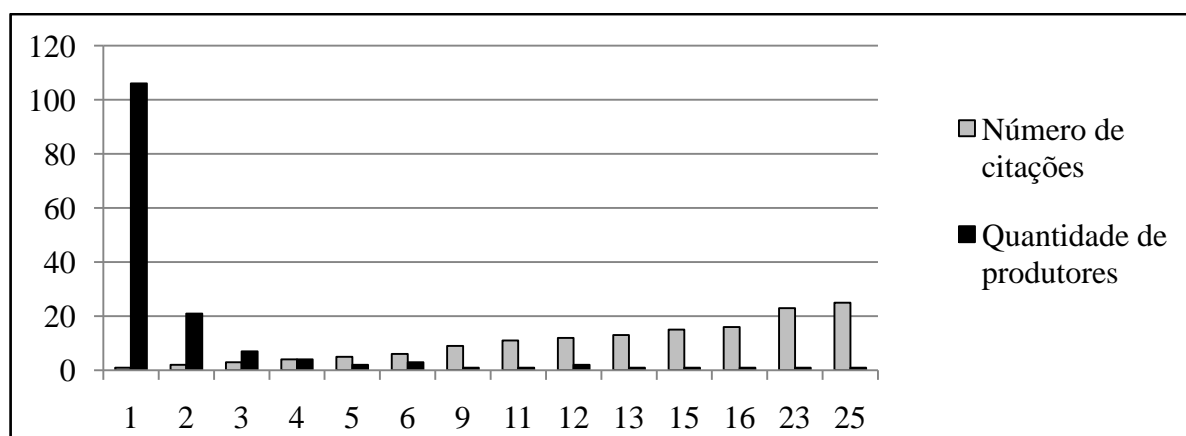


Figura 4.7 – Gráfico da quantidade de produtores em cada um dos níveis do número de citações individuais

Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto à origem dos produtos consumidos, foram disponibilizadas quatro possibilidades de resposta, a saber, informal, ganha (doação), próprio e formal, além de não consome (conforme Anexo A, questão 11), de cada um dos produtos elencados como

possivelmente de origem na agricultura familiar por comércio informal e eventualmente consumido nos domicílios pesquisados.

Questionando-se individualmente sobre a origem de cada um dos 61 produtos elencados na referida lista contida no formulário aplicado aos domicílios (Anexo A) e somando-se todos os questionamentos nos 88 domicílios, totalizam 5.368 produtos questionados. Registre-se que na realidade são somente 61 produtos e que cada um destes foi questionado 88 vezes. Os dados obtidos revelaram que os entrevistados declararam não consumir 1.661 (30,9%) e consumir 3.707 (69,1%) desses produtos questionados. Entre os produtos consumidos, declararam que 829 (22,4%) são produtos de origem informal local, também denominados de “da colônia”, cujo resultado representa uma parcela significativa do consumo dos domicílios (Tabela 4.11).

Tabela 4.11 – Distribuição de frequência da origem dos produtos investigados

Origem	Frequência	Percentual	Percentual acumulado	Percentual sem não consome
Informal	829	15,4	15,4	22,4
Ganha (doação)	478	8,9	24,3	12,9
Próprio	1.026	19,1	43,5	27,7
Formal	1.374	25,6	69,1	37,1
Não consome	1.661	30,9	100,0	-
Total	5.368	100,0	-	100,0

Fonte: elaborada pelo autor.

Os dados mostram que 1.504 (40,6%) dos produtos são consumidos na situação intermediária, entre o formal e o informal, ou seja, são frutos de doação ou produção própria. Essa informação indica que, apesar de a sede do município de Mata ser um pequeno aglomerado urbano, guarda ainda muitas características do meio rural em sua zona urbana. Pode-se constatar a presença significativa de produtos que não são comprados nem do informal nem do formal, mas recebidos como presentes de parentes, amigos ou vizinhos, e outros produzidos nos domicílios dos entrevistados ou em pequenas propriedades situadas no interior do município. Destaca-se que tais produtos não são comercializados e, por isso, não é emitido qualquer tipo de nota fiscal, como também não é realizado nenhum tipo de registro. Percebeu-se que eles não possuem qualquer tipo de formalização, não existe nenhuma troca formal ou escambo. Assim, ambos podem ser considerados também como informais. Dessa forma, a informalidade torna-se responsável por 2.333 (62,9%) desses produtos consumidos no município de Mata. Portanto, a maioria dos produtos típicos da região onde se insere esse município e passíveis de produção pela agricultura informal familiar local é informal.

Em relação ao mercado formal, tem-se que 1.374 (37,1%) produtos consumidos são oriundos desse tipo de mercado. Eventualmente, pode ocorrer duplicidade de origem, quando alguns dos domicílios adquirem produtos informais e também no mercado formal, geralmente em períodos de entressafra.

A tabela 4.12 considera somente as citações diretas, ou seja, aquelas em que o entrevistado lembrava o nome do produtor e o produto adquirido. Nessa tabela, estão relacionados os produtos que são quantificados pelo número de vezes citados e os produtores fornecedores.

Tabela 4.12 – Produtos com suas citações nos domicílios e o número de produtores de cada produto

Produto	Domicílios	Produtores	Produto	Domicílios	Produtores
Leite	46	9	Torresmo	5	3
Queijo	36	28	Suco	5	2
Mel	36	24	Melão	4	3
Verduras	33	9	Peixe	4	5
Ovos	28	32	Salame	3	3
Banha	23	20	Q. porco	3	3
Morango	17	3	Rapadura	3	2
Feijão	14	12	Melancia	3	2
Galinha	14	10	Pão	3	2
Cachaça	13	2	Pêssego	2	3
Suíno	13	7	T. verde	2	2
Vinho	12	8	Ac. Mascavo	1	2
Mandioca	12	11	Schimia	1	1
Ovelha	12	12	Massa	1	1
Melado	12	6	Doce de leite	1	1
Morceia	7	3	Pepino	1	1
Tomate	6	2	Compotas	1	1
Carne	6	7	Nata	1	1
Linguiça	6	4	Cuca	1	1
Laranja	5	5	Cebola	1	1

Legenda: Q. porco = Queijo de porco; T. verde = Tempero verde.

Fonte: elaborada pelo autor.

Existem algumas discrepâncias em relação aos produtos no que tange ao número de seus produtores citados e às citações desses produtos nos domicílios. Inicialmente, percebeu-se que alguns produtos apresentam um número maior de citações do que de produtores citados. Mesmo assim, este resultado foi considerado adequado, tendo-se em vista que o mesmo produtor pode comercializar para vários consumidores, especialmente em algumas

atividades que requerem uma maior especialização, como é o caso do leite (46/9), verduras (33/9), morangos (17/3) e cachaça (13/2). No caso específico desses produtos, é possível que haja profissionalização, situação em que os produtores evoluíram no processo de uma produção de autoconsumo com venda de excedentes para a produção comercial, mesmo que, em alguns casos, ainda informal ou parcialmente formalizada.

Entre os demais produtos, quatro encontram-se em situação oposta, pois possuem um número maior de produtores do que de citações, como é o caso de ovos (28/30), carne bovina (6/7), pêssego (2/3) e açúcar mascavo (1/2). Entretanto, nem todos são exemplos adequados de excedente do autoconsumo, embora todos possam estar nessa condição. A comercialização de ovos, pela quantidade de citações e de produtores, pode ser caracterizada como o melhor exemplo dessa situação, seguida pela venda de carne bovina.

Em relação aos demais produtos, ainda podem ser considerados outros exemplos de comercialização do excedente do autoconsumo com número elevado de consumidores e fornecedores, a saber, queijo (36/28), mel (36/24), banha (23/20), feijão (14/12), galinha (14/10), vinho (12/8), mandioca (12/11) e ovelha (12/12).

Em situação intermediária, nesta relação citação/produtor, estão a carne suína (13/7), melado (12/6), morcela (7/3) e tomate (6/2). Nesses casos, existem alguns que tendem para a profissionalização, como é o caso dos suínos e do tomate, e outros que tendem para o excedente de autoconsumo, como é o caso do melado e da morcela. Essas tendências serão justificadas de forma mais apropriada na discussão dos resultados dos produtores.

Para os demais produtos, é provável que também representem sobras do autoconsumo, pois não se tem nenhum destaque no que se refere à quantidade de citações e de produtores de cada um deles. A maioria destes apresenta equivalência em relação ao número de citações e de produtores.

4.2.3 Análise comportamental

Em relação à forma com que os consumidores se comportam quanto à sua receptividade a esses produtos e seus produtores, constatou-se que a maioria dá preferência à aquisição de produtos de produtores locais. A tabela 4.13 mostra a frequência com que os entrevistados nos domicílios afirmam adquirir produtos produzidos e comercializados pelos produtores familiares de Mata, denominados de “colonos”. Ainda, estão relacionadas as frequências dos domicílios que não adquirem esse tipo de produto e dos que os adquirem.

Dentro da categoria dos que adquirem, têm-se ainda os que preferem os produtores locais (Sim), os que não preferem (Não) e os que consideram outros fatores que não apenas o fator local.

A ampla maioria dos domicílios, 75 (85,2%), afirmou ter preferência por produtos informais oriundos de produtores familiares locais. Entre os demais, nove (10,2%) afirmaram não dar preferência aos produtos informais locais.

Foram variados os motivos alegados pelos depoentes para justificar seu posicionamento, no caso dos que dão preferência aos produtos informais locais. Os resultados mostram que somente 42 deles declararam os motivos para essa preferência: sete deles ligados à qualidade, “*É melhor, é mais puro.*” (D38); sete ligados à renda, “*Ganha aqui, gasta aqui!*” (D9), “*Dá renda pra cá!*” (D5); e 12 vinculados à confiança, “*Conhece o produto e a pessoa!*” (D20), “*É mais natural e tu sabe de quem compra!*” (D70). Outros 16 afirmaram ser essencialmente pelo fator local: “*É da cidade, tendo aqui, a gente não sai pra compra fora.*” (D50), “*Tem que dar força pros daqui!*” (D64). Esses depoimentos, de forma geral, revelam o perfil inicial desses domicílios, ligado firmemente à aquisição de produtos informais locais, existindo demonstração da valorização em especial do fator local e da confiança mútua, eliminando-se a necessidade da formalização e da fiscalização, afinal existe confiança.

Tabela 4.13 – Domicílios e a sua preferência por produtos informais locais

Preferência	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Não compra	1	1,1	1,1
Sim	75	85,2	86,4
Não	9	10,2	96,6
Depende	3	3,4	100,0
Total	88	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor.

A tabela 4.14 mostra quais aspectos são considerados mais importantes em relação aos produtos informais locais, com as seguintes possibilidades: Segurança, Qualidade, Preço, Saúde, Confiança e Nada. Os resultados mostram que, na primeira citação, o aspecto mais importante é a qualidade para 44 (50%) dos entrevistados. Em segundo lugar, está a segurança, com 14 (15,9%) citações, seguida pela saúde, com 13 (14,8%), preço com nove (10,2%) e, por fim, confiança com cinco (5,7%). Em relação à segunda citação sobre os aspectos mais importantes, citam-se a saúde e a confiança, respectivamente, para 23 (26,1%) e 16 (18,2%) entrevistados.

Dessa forma, observa-se que esses consumidores são cada vez mais exigentes, principalmente quanto à qualidade dos produtos comprados. Possivelmente, isso indica que os consumidores permanecem comprando do mercado informal local porque encontram qualidade, bem como os demais aspectos citados. Caso contrário, eles estariam optando por realizar as compras somente no mercado formal, onde há principalmente fiscalização e padronização dos produtos. Segundo Lewis e Weigert (1985), a confiança apresenta três dimensões, o caso observado aparenta duas delas: a dimensão cognitiva, que distingue as pessoas e as instituições em três categorias – as confiáveis, as não confiáveis e as desconhecidas –, por vezes atingindo a dimensão emocional, complementar à cognitiva em determinadas situações em que os investimentos emocionais são realizados. Apesar de estar presente em todos os tipos de confiança, é mais intensa na interpessoal e sua quebra pode ter consequências mais graves.

Tabela 4.14 – Frequência da 1ª e 2ª citações de aspectos considerados como importantes pelos domicílios nos produtos informais locais

	Frequência 1º citado	Percentual	Percentual acumulado	Frequência 2º citado	Percentual	Percentual acumulado
Em branco	1	1,1	1,1	39	44,3	44,3
Segurança	14	15,9	17,0	0	0,0	44,3
Qualidade	44	50,0	67,0	4	4,5	48,9
Preço	9	10,2	77,3	6	6,8	55,7
Saúde	13	14,8	92,0	23	26,1	81,8
Confiança	5	5,7	97,7	16	18,2	100,0
Nada	2	2,3	100,0	0	0,0	100,0
Total	88			88		

Fonte: elaborada pelo autor.

A tabela 4.15 se refere à comparação entre os produtos formais e os informais. Os produtos são avaliados comparativamente pelos entrevistados, e se buscou comparar os produtos informais da agricultura familiar local com os produtos similares formais em relação à opinião dos consumidores sobre os seguintes aspectos: ser saudável, ser seguro, ter boa aparência e ser durável.

Os resultados mostram que, para 72 (82,8%) dos entrevistados, os produtos informais são considerados como mais saudáveis. Apenas sete (8%) consideram os produtos informais como sendo menos saudáveis, enquanto outros oito (9,2%) atribuem uma condição equivalente para os produtos de procedências distintas. Esses dados corroboram os resultados apresentados na tabela 4.14, em que se verificou que a qualidade é um dos principais aspectos

que esses consumidores levam em consideração no momento de realizar suas compras. Dessa forma, evidencia-se que existe a percepção de uma relação estreita entre um produto com qualidade e um produto saudável.

No critério segurança, os produtos informais também obtiveram a preferência da maioria dos consumidores (53 [60,9%]), os quais consideram os produtos informais mais seguros. Entre os demais, as opiniões se dividiram, com 17 (19,5%) dos entrevistados para cada posicionamento. No entanto, esses valores são aparentemente contraditórios, tendo-se em vista que produtos formais deveriam ser considerados como mais seguros devido à fiscalização em comparação aos informais. Esse resultado demonstra que esses consumidores possuem uma forma de fiscalização informal, denominada “boca a boca”, em que a base é a confiança adquirida no cotidiano.

A aparência é o único critério em que o produto formal é preferido (47 [54%]) em detrimento aos informais. Dessa forma, a aparência de produtos formais padronizados e uniformizados é um aspecto relevante para o consumidor. Por outro lado, 23 (26,4%) domicílios consideraram como de melhor aparência os informais e apenas 17 (19,5%) consideraram como equivalente a aparência dos produtos de ambas as origens.

A maior durabilidade dos produtos informais da agricultura familiar foi o critério avaliado para 41 (47,1%) dos entrevistados. Por outro lado, 24 (27,6%) apontam que os produtos de origem formal são os produtos que apresentam maior durabilidade. Os dados mostram que a maioria ainda considera os produtos informais como os de maior durabilidade.

Considerando-se os quatro critérios expostos na tabela 4.15, observa-se que os produtos informais são mais bem classificados pelos consumidores em três deles. Segundo esses critérios, evidencia-se a preferência dos consumidores domiciliares desse município pelos produtos de origem informal em relação aos produtos formais.

Tabela 4.15 – Produtos informais locais em relação aos produtos formais

Avaliação	Frequência e percentual da avaliação por critério							
	Saúde	%	Segurança	%	Aparência	%	Duração	%
Mais (melhor)	72	82,8	53	60,9	23	26,4	41	47,1
Menos (menor)	7	8,0	17	19,5	47	54,0	24	27,6
Equivalente	8	9,2	17	19,5	17	19,5	20	23,0
Total	87	100	87	100	87	100	87	100

Fonte: elaborada pelo autor.

Com o objetivo de avaliar as prioridades dos consumidores domiciliares, questionou-se a importância relativa do preço, qualidade e procedência como prioridade no momento de adquirir produtos informais para consumo doméstico (Tabela 4.16).

A procedência (saber de quem está comprando) foi considerada como o critério mais importante por 35 (40,2%) entrevistados no momento da escolha de compra dos produtos informais da agricultura familiar local. Na ordem de prioridade, o critério qualidade obteve uma importância maior que o preço, sendo o mais importante para trinta (34,5%) dos domicílios. O preço aparece com menor importância relativa em apenas 22 (25,5%) domicílios.

A análise comparativa dos resultados sobre os critérios avaliados revela que o critério preferencial dos domicílios de Mata é a procedência. Por outro lado, observa-se que o preço é o critério menos importante para esses domicílios.

Tabela 4.16 – Grau de importância relativa na aquisição de produtos informais

Prioridade	Frequência e percentual por critério					
	Preço	%	Qualidade	%	Procedência	%
1º lugar	22	25,3	30	34,5	35	40,2
2º lugar	18	20,7	42	48,3	27	31,0
3º lugar	47	54,0	15	17,2	25	28,7
Total	87	100	87	100	87	100

Fonte: elaborada pelo autor.

Os resultados das opiniões e percepções dos entrevistados, nos diferentes domicílios, quanto ao conhecimento sobre falta de formalização no que tange a esses produtos informais recolherem ou não impostos, à semelhança dos formalizados, mostram que apenas 32 (36,4%) domicílios possuem esse conhecimento. Por outro lado, a maioria (56 [63,6%]) dos entrevistados afirma não saber.

Nessa direção, ao questionar os responsáveis pelos domicílios sobre esses produtos que não pagam impostos, expuseram-se duas opções com respostas positivas e duas negativas, a saber, (1) Sim, eles devem ser formalizados; (2) Sim, mas os benefícios sociais são maiores; (3) Não, já existe muita gente pagando impostos; (4) Não, não faz diferença para mim (Anexo A, questão 20).

Os dados da figura 4.8 indicam que a maioria dos entrevistados (32 [36,4%]) optou pela resposta (2). Os entrevistados acreditam ser prejudicial a falta de pagamento de impostos, mas veem que os benefícios sociais são considerados como um paliativo a este não pagamento.

Outros quarenta (45,4%) responderam que não, dos quais vinte (22,7%) afirmam que há muitas pessoas pagando impostos e, portanto, são contra a cobrança aos agricultores familiares nessa condição. Para os outros vinte (22,7%) entrevistados, não faz diferença alguma. Por outro lado, a minoria, somente os restantes 16 (18,2%), acredita que isso seja prejudicial e que eles deveriam ser formalizados e pagar impostos como os do comércio formal.

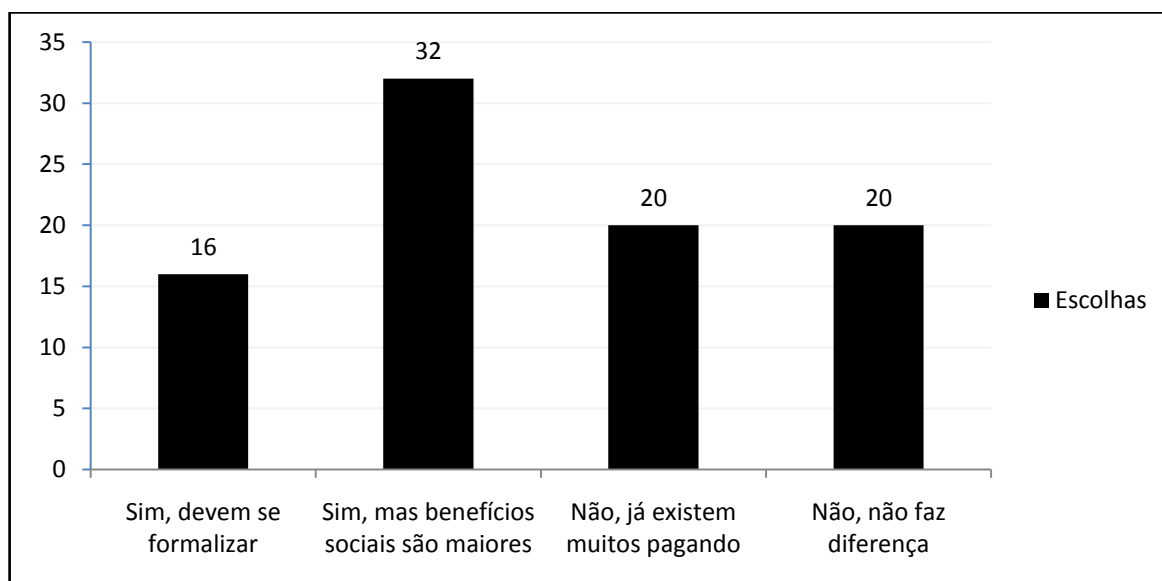


Figura 4.8 – Posicionamentos sobre o não pagamento de impostos de produtos informais
Fonte: elaborada pelo autor.

Avaliaram-se também eventuais problemas relacionados à saúde causados pelo consumo de produtos informais adquiridos junto a agricultores familiares locais. Os dados mostram que se teve somente um depoimento quanto a essa possibilidade. O depoente alegou que, possivelmente, sua filha tenha contraído febre aftosa em virtude do consumo de leite adquirido junto a produtor local informal, fato que não foi comprovado. Atualmente, ele não compra mais esse produto informal, mas segue consumindo outros dos quais ele não se considera prejudicado.

Os entrevistados foram questionados sobre sua opinião e/ou posicionamento a respeito da afirmativa: “O comércio informal de produtos da agricultura familiar auxilia no desenvolvimento socioeconômico do município e ajuda a evitar a saída destas famílias do campo!”.

Entre os 88 domicílios, 84 (95,5%) concordaram com a afirmação, sendo que apenas dois não opinaram e outros dois disseram não saber responder. Entre os favoráveis, 38

simplesmente concordaram com a afirmação, sem proferir complemento ou comentário sobre o assunto. Outros 36 depoentes, logo após concordarem, emitiram sua opinião, sendo que quatro deles com um enfoque voltado para a produção e qualidade desses produtos, como, por exemplo, “*É certo, eu concordo! Tudo que é de colônia é melhor, tudo é de tempo certo sem amadurecimento forçado.*” (D4). Outros nove domicílios opinaram em relação à formação de renda do agricultor e/ou do município, como, por exemplo, “*Sim, ajuda as pessoas a se manter e gastar mais dinheiro no município.*” (D1), “*Sim, ajuda mesmo, é um dinheiro a mais no final do mês. Eu admiro muito eles virem vender, tem que dar força.*” (D65), “*Acho que sim, o que eles vendem aqui ajuda eles a se sustentarem lá fora.*” (D34). As respostas sintetizam o pensamento gerado da afirmativa, as quais identificam o potencial e a importância para a estrutura econômica do município desse tipo de atividade.

As opiniões com maior número de domicílios enquadrados são voltadas para o social, principalmente no que se refere à criação de condições para que esses agricultores possam permanecer no local de origem e na preocupação com os filhos que estão migrando para a cidade. Algumas respostas ilustram esse pensamento, como, por exemplo,

Concordo, não existe emprego na cidade, é uma forma de eles ficarem onde estão! (D27).

Tá certo, eu quero voltar pro rural e fazer isto, penso assim, né, lá tem tudo para produzi e vivê. Eles vêm pra cá e ficam mendigando, nem um pé de salsa plantam, nem sei por que saem de lá. Nós éramos em três, só minha irmã está pra fora, na minha mãe só tá o casal, quero voltar pra lá. Nas colheitas se reuniam 10-12 pessoas, agora não tem ninguém! (D64).

Sim, exatamente, bem certinho, se tu começa a ferrá muito esta gente não dá. Esse teu trabalho é muito bonito, o fumo tá tomando conta, assim como está não dá, as fumageiras garantem, né. Se entrasse uma Ceasa que garantisse a compra, a coisa mudava. (D77).

Sim, porque a gente só vê esta gurizada saindo, no tempo do meu pai tinha bem mais gente lá, isto pode ajudar eles a ficar. (D70).

As respostas demonstram que essas pessoas reconhecem a importância desse tipo de produção e as dificuldades enfrentadas para sua manutenção, principalmente no que se refere à permanência dos jovens em seu local de origem para dar continuidade a essa forma de agricultura, que parece ser autossustentável. Nesse sentido, cita-se o depoimento do único domicílio em que, segundo o depoente, não existe o consumo de produtos informais locais: “*Sim, pode ser uma alternativa para este objetivo, pois o interior está esvaziando.*” (D2). Dessa forma, pode-se afirmar que a quase totalidade dos depoimentos obtidos nos domicílios

concorda com a afirmação feita, o que evidencia a relevância de se analisar os comportamentos dos mercados informais.

Complementando-se a questão anterior, perguntou-se sobre a importância dessas atividades para o desenvolvimento de Mata. Respostas positivas totalizaram 68 (77,2%), das quais 35 (39,8%) afirmam concordar sem apresentar qualquer justificativa para fundamentar sua resposta. As outras 33 (37,5%) justificaram sua resposta de variadas formas, a saber, 12 (13,4%) delas se assemelham por falar na interação entre o rural e o urbano com a valorização da produção oriunda do município de Mata, como: “*Sim, é uma renda mais, aí gasta mais também!*” (D60), “*Sim integra o rural e o urbano!*” (D12), “*Sim, e se tu dá prioridade para os da Mata vai se desenvolver.*” (D52) e “*Tem que ajudar eles, se não tem aquele produto ali, ele tem que vim de fora.*” (D72). Outras dez (11,4%) consideram a valorização dessa produção uma forma de vínculo ao seu lugar e sua cidade, conforme segue: “*Sim, se eles não vendem alguma coisa eles vão ter que sair, se eles vêm pra cá, vão ter que ir embora pra cidade grande. Os colonos é que tocam a cidade.*” (D66), “*Sim, assim eles vão permanecer produzindo no interior.*” (D27) e “*Pode, e é por eles, se tem o produto aqui, tu não sai pra fora pra buscar.*” (D19). Pelas afirmações, observa-se que os moradores da área urbana admitem que esses produtores rurais denominados de colonos tenham sua produção vinculada à forma de vida do município em que vivem e são interdependentes.

Outro grupo é mais direto e objetivo e admite que o município de Mata seja dependente dos colonos e dos aposentados, de acordo com respostas como estas: “*Ajuda sim, se não fosse o colono, Mata nem existia mais!*” (D50) e “*Ajuda sim, a Mata depende dos colonos e dos aposentados.*” (D45).

Entre as respostas negativas ao questionamento, dois (2,25%) entrevistados se referem à inexistência de recolhimento de impostos por esse tipo de atividade. Das duas outras respostas, uma foi simplesmente “*Não!*” (D11) e a outra se justificou por acreditar que somente uma produção maior (tipo *commodities*) poderia promover o desenvolvimento do município.

Por fim, um último grupo que concorda e justifica sua posição é mais crítico quanto às condições em que ele visualiza a situação atual, respondendo: “*Ajudaria, mas na Mata não se ajudam!*” (D17), “*Com certeza é menos uma família a pedir ajuda pro governo. É um setor que deve ser incentivado, pois tem espaço!*” (D23) e “*Mas contribui bastante sim, e se organizassem poderia render mais e se tivessem um endereço fixo, tipo uma cooperativa, isso ajudaria. Dizem que dá certo!*” (D38). As respostas criticam o município, o governo e os

próprios produtores rurais familiares por sua desorganização. Percebe-se que esses entrevistados sugerem a criação de uma cooperativa como forma de trabalhar de forma unida, e, assim, coletivamente promover o desenvolvimento local.

Dessa forma, observa-se que a maioria expressiva se manifestou favorável à opinião de que essas atividades informais dos agricultores familiares locais possuem um papel importante, maior ou menor, no desenvolvimento local. Entre os entrevistados, 68 (77,3%) respostas foram favoráveis e apenas quatro (4,5%) contrárias, e as demais foram neutras. Assim, observa-se que uma ampla maioria acredita que esse setor socioeconômico também é responsável pelo desenvolvimento do município de Mata.

4.3 Etapa III – Caracterizações do comércio local e suas relações

Nesta terceira etapa do método proposto, existiam três opções, a primeira citada na metodologia de entrevistar somente os comerciantes citados nos domicílios como fornecedores, a segunda de se fazer um levantamento amostral e a terceira de se realizar um censo. Tendo-se em vista o tamanho do município e o seu reduzido número de estabelecimentos comerciais, foi realizado o levantamento através de um censo simplificado na área urbana do município.

4.3.1 Análise da diversidade do comércio de Mata

Visitaram-se 26 casas comerciais ligadas à comercialização de alimentos e bebidas, todas com possibilidade de participação como intermediárias entre o produtor familiar informal local e o consumidor final. A esse grupo de casas comerciais, procedeu-se com a aplicação de formulário específico para essa etapa (Anexo B). Conforme a figura 4.9, encontraram-se cinco tipos diferentes de estabelecimentos comerciais ligados ao ramo de comercialização de alimentos e bebidas.

Percebe-se que a maioria dos estabelecimentos são armazéns (nove [34,6%]), seguidos pelos mercados (oito [34,6%]). Esses estabelecimentos são responsáveis pela comercialização de uma ampla variedade de itens de consumo doméstico, como os alimentos e as bebidas. Cabe ressaltar que alguns dos armazéns foram assim classificados por ser este seu papel principal, além do funcionamento como bares.

Foi cinco (19,2%) o número de estabelecimentos que operavam, efetivamente, como bares. Nesses estabelecimentos, muitos têm como seu principal produto a comercialização de bebidas, com destaque para a cachaça. Padarias e lancherias apareceram em menor quantidade, constatando-se a presença de duas (7,7%) de cada. Dessa forma, pode-se observar que existe a predominância de estabelecimento que tem como prioridade a comercialização de alimentos, como é o caso dos mercados e armazéns, em relação aos especializados em bebidas.

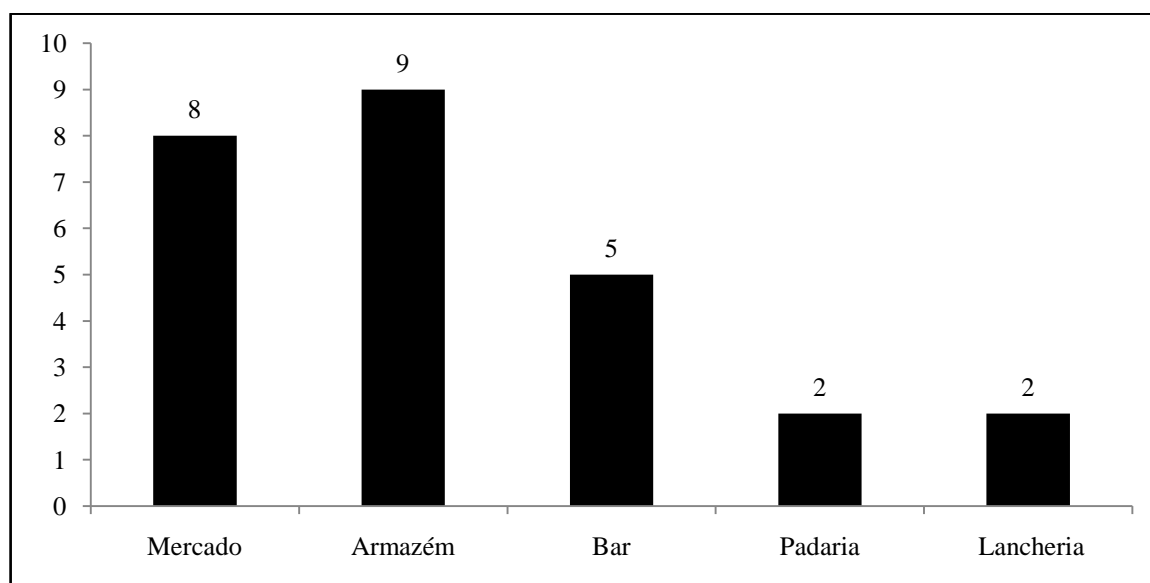


Figura 4.9 – Estabelecimentos comerciais ligados ao comércio de alimentos e bebidas
Fonte: elaborada pelo autor.

Quanto ao tempo de existência desses estabelecimentos, a figura 4.10 mostra a quantidade de estabelecimentos e o respectivo período de atuação em anos. Pelos dados, observa-se que nove (34,6%) estabelecimentos possuem trinta anos ou mais, um deles chegando a sessenta anos de existência. Outros quatro (15,4%) estabelecimentos possuem um ano ou menos. Entre os demais, sete (26,9%) possuem entre mais de um ano e menos de dez anos e outros seis (23,1%) estão localizados na faixa entre dez e trinta anos.

Observa-se uma distribuição desuniforme no tempo de existência desses estabelecimentos, o que indica a sobrevivência de alguns ao longo do tempo e o surgimento de outros nesse período, demonstrando o processo de renovação da rede comercial local.

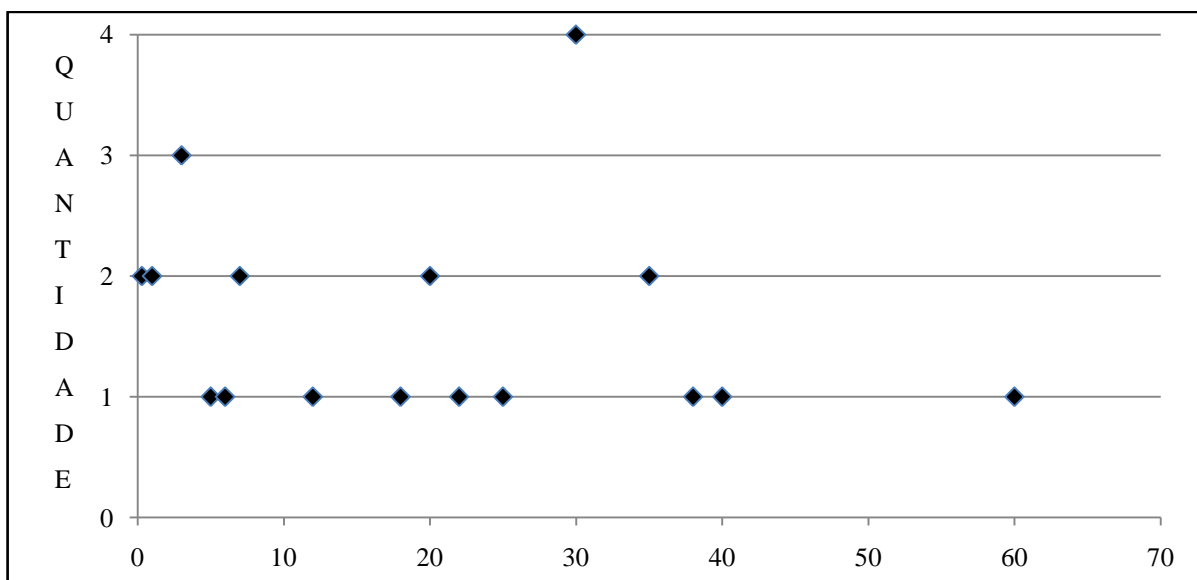


Figura 4.10 – Tempo de existência dos estabelecimentos comerciais pesquisados
Fonte: elaborada pelo autor.

4.3.2 Relações comerciais com fornecedores e os produtos comercializados

Inicia-se pela análise da participação do comércio formal como intermediário de produtos informais locais, determinando a origem dos produtos comercializados nesses estabelecimentos comerciais visitados. Com essa finalidade, a tabela 4.17 relaciona as frequências de produtos comercializados com origem formal, bem como de produtos com uma parte formal e outra informal, além dos que não são comercializados.

Cabe lembrar que o critério utilizado para estabelecer esse número de produtos é o mesmo que se utilizou nos domicílios, onde, em cada um dos 26 estabelecimentos entrevistados, utilizou-se a mesma lista de 61 produtos questionados. Destaca-se ainda que, à semelhança dos domicílios, a listagem dos produtos consistiu somente daqueles possíveis de serem produzidos e fornecidos pelos produtores familiares locais, conforme Anexos A e B.

Entre o total de 1.559 (100%) produtos consultados, 1.029 (66%) foram declarados pelos comerciantes como não integrantes da listagem de produtos comercializados. Assim sendo, de um total de 530 desses produtos que são efetivamente comercializados no comércio local entrevistado, 423 (79,8%) foram declarados como de origem 100% formal. Dessa forma, somente 107 (20,2%) produtos são adquiridos na informalidade local, dos quais 26 (4,9%) são adquiridos de forma parcial da origem informal local. Os demais 81 (15,3%) são adquiridos de forma integral de fornecedores informais. Esses números apontam para um comportamento discrepante ao dos consumidores domiciliares, em que a quantidade de aquisições desses

produtos contidos no formulário apresentava-se expressivamente diferente, com 22,4% de origem no comércio informal, ou 62,9%, se somados o que é fruto de doação e a produção própria.

Nesse contexto, percebe-se que a participação dos estabelecimentos comerciais urbanos na comercialização de produtos oriundos da produção informal familiar local é discreta. Entre os comerciantes entrevistados, 21 (80,8%) afirmaram que “sempre” compraram de fornecedores informais e outros cinco (19,2%) afirmaram que nem sempre compraram de fornecedores informais locais. Esses números demonstram uma realidade que, em princípio, é destoante das respostas sobre os produtos adquiridos. Por outro lado, identifica-se que a maioria dos comerciantes compra de fornecedores informais, apesar de o número de produtos por comerciante ser reduzido.

Tabela 4.17 – Frequência dos produtos comercializados com procedência formal e informal por nível proporcional

Fornecedor	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Formal (100%)	423	79,8	79,8
Até 10% inf.	4	0,8	80,6
Até 20% inf.	3	0,6	81,1
Até 30% inf.	1	0,2	81,3
Até 40% inf.	0	0,0	81,3
Até 50% inf.	17	3,2	84,5
Até 60% inf.	0	0,0	84,5
Até 70% inf.	0	0,0	84,5
Até 80% inf.	0	0,0	84,5
Até 90% inf.	1	0,2	84,7
Até 100% inf.	81	15,3	100,0
Total	5.30	100,0	
Não comercializa	1.029	66,0	
Total	1.559	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor.

Na figura 4.11, está representado o número de fornecedores informais nos estabelecimentos comerciais entrevistados. Observa-se que apenas quatro (15,4%) estabelecimentos declararam não possuir fornecedores informais, enquanto os restantes 22 (84,6%) declararam possuir esse tipo de fornecedores.

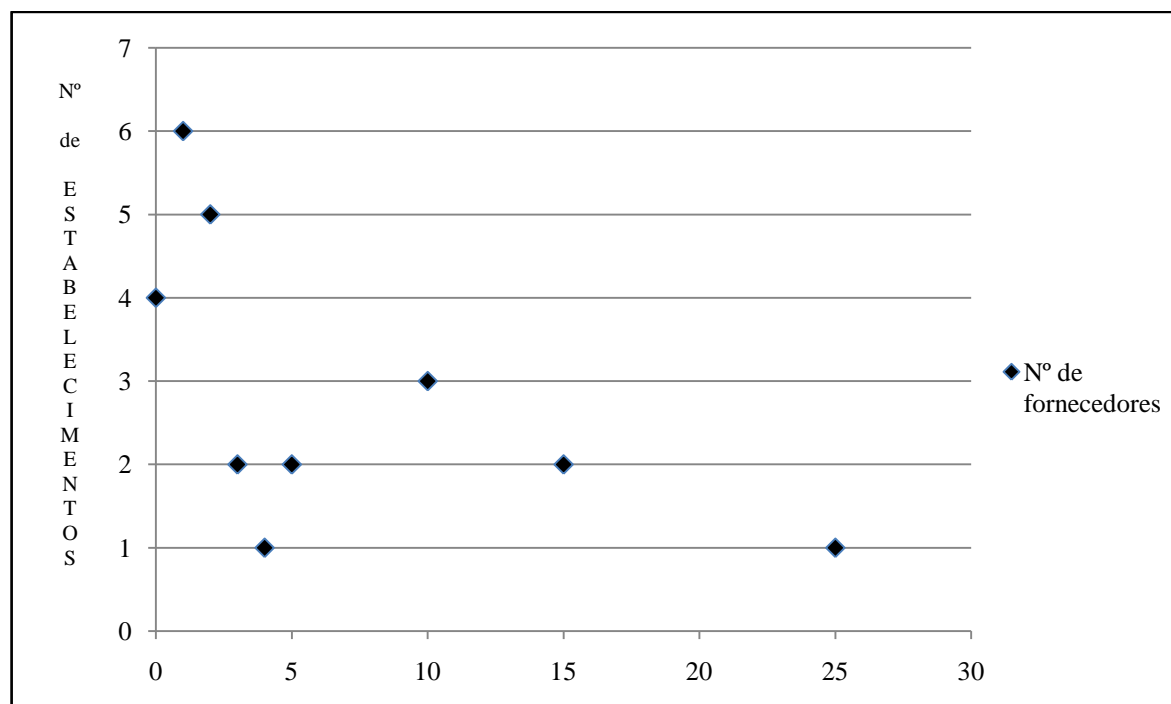


Figura 4.11 – Estabelecimentos comerciais e o número declarado de fornecedores informais
Fonte: elaborada pelo autor.

Entre os estabelecimentos que possuem fornecedores informais (produtores familiares), 16 (61,5%) possuem até no máximo cinco fornecedores. Por sua vez, os que possuem número superior a cinco fornecedores são apenas seis (23,1%). Esse resultado auxilia na explicação do porquê de um exíguo número de produtos informais serem comercializados no conjunto desses estabelecimentos comerciais (Figura 4.11).

O número de fornecedores (produtores) citados em cada um dos estabelecimentos comerciais é mostrado na tabela 4.18. Observa-se que fornecedores efetivos são em número menor. Evidencia-se esse resultado em função de que somente estes tenham sido lembrados, por conseguinte devem ser os que possuem maior regularidade no fornecimento desses produtos informais. Destaca-se ainda que nove (34,6%) comerciantes lembraram-se de apenas um fornecedor e apenas um (3,8%) comerciante lembrou-se de seis fornecedores (máximo lembrado).

Tabela 4.18 – Frequência dos estabelecimentos comerciais segundo a citação de produtores fornecedores

(continua)			
Citações	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
0	3	11,5	11,5
1	9	34,6	46,2
2	4	15,4	61,5

(conclusão)			
Citações	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
3	3	11,5	73,1
4	4	15,4	88,5
5	2	7,7	96,2
6	1	3,8	100,0
Total	26	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor.

Conforme a tabela 4.19, fica demonstrado que, de um total de 42 fornecedores citados pelos comerciantes, 35 (83,3%) produtores fornecedores tiveram seu nome citado apenas uma vez. Esse resultado evidencia a comercialização de excedente do autoconsumo em virtude do elevado número de produtores citados apenas uma vez. Por outro lado, apenas um (2,4%) produtor fornecedor foi citado nove vezes, fato que reporta a possibilidade de um nível de profissionalização, mesmo que informal. Os demais seis (14,3%) estão em situação intermediária.

Tabela 4.19 – Frequência de fornecedores no comércio segundo o número de citações

Citações	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
1	35	83,3	83,3
2	4	9,5	92,9
3	2	4,8	97,6
9	1	2,4	100,0
Total	42	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor.

Na tabela 4.20, é apresentado o quadro contendo os produtos citados no comércio que foram adquiridos de fornecedores informais locais, o número de vezes em que cada um deles foi citado e o número de possíveis fornecedores de cada um deles. Ressalta-se que, possivelmente, muitos deles são fornecedores de mais de um produto relacionado.

Observa-se como situação característica de evolução para a produção comercial, mesmo que seja informal em seu todo ou em parte, apenas o caso da cachaça, em que existem somente quatro produtores fornecedores e 12 citações de aquisição desse produto para revenda. Outro caso bastante peculiar é o do fornecimento de ovos, em que existe um número elevado de produtores fornecedores para um número relativamente semelhante de citações de aquisição para revenda. Quanto às demais situações observadas, não existem relações que se

destaquem, pois se trata de ocorrências que não se caracterizam de forma clara em nenhum dos casos em estudo.

Tabela 4.20 – Produtos informais comercializados, suas citações no comércio e o número produtores citados

Produtos	Citações	Fornecedores
Leite	1	1
Queijo	1	4
Banha	1	5
Feijão	1	4
Laranja	1	2
Açúcar mascavo	1	1
Limão Taiti	1	1
Morango	2	2
Suíno	2	4
Mandioca	2	3
Carne	2	2
Vinho	3	5
Tomate	6	4
Verduras	7	6
Cachaça	12	4
Ovos	14	18
Total	57	66

Fonte: elaborada pelo autor.

Em relação à forma com que esses produtos informais locais são adquiridos junto aos produtores familiares, a tabela 4.21 reporta as frequências com que cada uma das formas de aquisição é utilizada pelo comércio para comprá-los. Destaca-se que 13 (50%) das respostas colocam o valor monetário à disposição do agricultor familiar, sendo que o mesmo pode utilizá-lo de acordo com as suas necessidades, uma vez que, com o sistema de troca, ele não disporia dessa possibilidade. Identifica-se que oito (30,8%) dos comerciantes não responderam a esse questionamento, fato que não diminui a relevância das respostas dos demais.

Tabela 4.21 – Forma de aquisição dos produtos informais locais

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Não respondeu	8	30,8	30,8
Troca	3	11,5	42,3
Compra	13	50,0	92,3
Ambos	2	7,7	100,0

Fonte: elaborada pelo autor.

4.3.3 Posicionamento e relação com produtores fornecedores

Os comerciantes, quando questionados sobre sua opinião em relação aos produtos oriundos dos produtores familiares informais, responderam enfatizando seus posicionamentos sobre esses produtores com uma diversidade interessante de argumentos.

Entre os 26 entrevistados, 16 (61,5%) se posicionaram favoravelmente aos produtos informais e seus produtores e outros oito (30,8%) comerciantes tomaram uma postura crítica e desfavorável a esses produtos e produtores. Entre os demais, somente um não respondeu ao questionamento e um disse não poder opinar, uma vez que só compra cachaça e não consome este produto.

Quanto aos favoráveis, observaram-se três linhas de posicionamento, a saber: a primeira completamente favorável, composta por elogios e incentivos, compreende oito comerciantes, com opiniões como as seguintes: *“É muito bom e se Deus ajuda que chove bem pra gente compra deles e saber o que vai comer e vender, o que vem da cidade é envenenado.”* (C1), *“É ótimo, né, não se compara com os do mercado, no pegá a gente vê a diferença!”* (C22) e *“Sou a favor de comprar tudo que tiver dos colonos, mas saúde é contra, ovos de mercado não tem gosto e carne de porco também, os de colônia são muito melhores!”* (C8).

A segunda, considerando os produtos bons e sugerindo a flexibilização da legislação, com um grupo menor, com apenas dois comerciantes, teve declarações como: *“São de boa qualidade, acho que deveriam flexibilizar a fiscalização, as regras pros colonos. Deveria existir uma lei com tratamento diferenciado pra estes produtores.”* (C7).

A terceira favorável, apresentando como restrição a produção limitada e sem oferta permanente, com seis comerciantes, pode ser observada em: *“Antes tinha bem mais gente vendendo, hoje estão no fumo, a maioria. Todos são bons, principalmente os do Sbaert. Se organizar melhor acho que ia contribuir mais com eles e com a cidade.”* (C26) e *“São bons produtos, só que quase ninguém produz e vem nos vender!”* (C16).

Outro grupo de oito comerciantes possui sua opinião desfavorável, divididos em três perspectivas, uma alegando a comercialização antecipada de porta em porta: *“É difícil, porque eles vendem de porta em porta, só depois vendem pra gente, é difícil!”* (C4); outra alega produtos estragados e com embalagem inadequada: *“É difícil, os ovos geralmente têm um podre e também a embalagem difícil, por ex., o mel vem em vidro de Nescafé, se a fiscalização pega, multa!”* (C11); e, por fim, outro alega a proibição da venda pela

fiscalização: “*Sou credenciado no lucro real, não posso comprar, pois a fiscalização não permite. A fiscalização é rígida!*” (C6).

Os resultados mostram que existe uma diversidade de grupos de opiniões e, dentro destes, variados argumentos em sua defesa. Contudo, a maioria se posicionou de modo favorável, e muitos dos desfavoráveis continuam realizando essa intermediação.

Por fim, em relação à opinião de seus consumidores sobre esses produtos, a maioria dos comerciantes respondeu que o juízo destes é favorável. Os dados mostram que 16 dos 26 comerciantes afirmam que os consumidores, de forma geral, apreciam os produtos informais da agricultura familiar, com respostas como: “*É bem aceito, se não fosse a colônia, a cidade já tinha ido pro brejo, é a colônia que faz a diferença.*” (C2), “*Tem a preferência pelo sabor diferenciado. É bem melhor!*” (C7), “*Mas gostam sim, do pouco que se tem.*” (C16) e “*Todos gostam, os clientes passam procurando queijo, mas a função da prefeitura não dá pra vender mais.*” (C24).

Entre os demais, sete não responderam, um alegou não saber, outro se mostrou neutro – “*Os clientes procuram, mas não se tem fornecedores.*” (C26) – e o outro foi desfavorável – “*Não tem procura, eles vendem nas casas. Hoje só se planta fumo, soja e arroz e vem comprar comida na cidade.*” (C11). Como se pode observar, a ampla maioria dos posicionamentos de consumidores, na visão dos comerciantes sobre seus clientes, é favorável a esse tipo de produto pesquisado.

4.4 Etapa IV – Caracterização dos produtores familiares de Mata, RS

Neste subcapítulo, será desenvolvida a quarta e última etapa do método em desenvolvimento. Preconiza-se nela a análise dos produtores rurais familiares do local de estudo, os quais foram elencados durante as duas fases anteriores, nos domicílios e no comércio.

Dessa forma, foram realizadas 33 entrevistas, a serem analisadas conforme amostra aleatória obtida junto aos fornecedores dos domicílios e do comércio, descrita na metodologia.

4.4.1 Caracterização das famílias de agricultores familiares e seus estabelecimentos

Neste subtópico, caracterizam-se as famílias de agricultores familiares relacionados à comercialização informal de produtos oriundos de sua produção agrícola. Os resultados obtidos mostraram que existe relativa homogeneidade numérica quanto ao sexo (Figura 4.12), constatando-se que existem 51 (47%) membros do sexo feminino e 57 (53%) membros do sexo masculino. Esses números revelam que, de certa forma, o município de Mata apresenta relativo equilíbrio quanto ao sexo, ao se considerar o número total da população analisada, com leve tendência de masculinização, conforme relatado na literatura sobre o rural, não existindo, nesse caso, uma notória masculinização desse meio, confirmando o estudo de Rauber (2010), que atesta a heterogeneidade desse processo. Já para Froehlich et al. (2011), Sacco dos Anjos e Caldas (2005) e Camarano e Abramovay (1999)¹, existe a masculinização do meio rural, que se confirma, mesmo que de forma tênue, no caso de Mata.

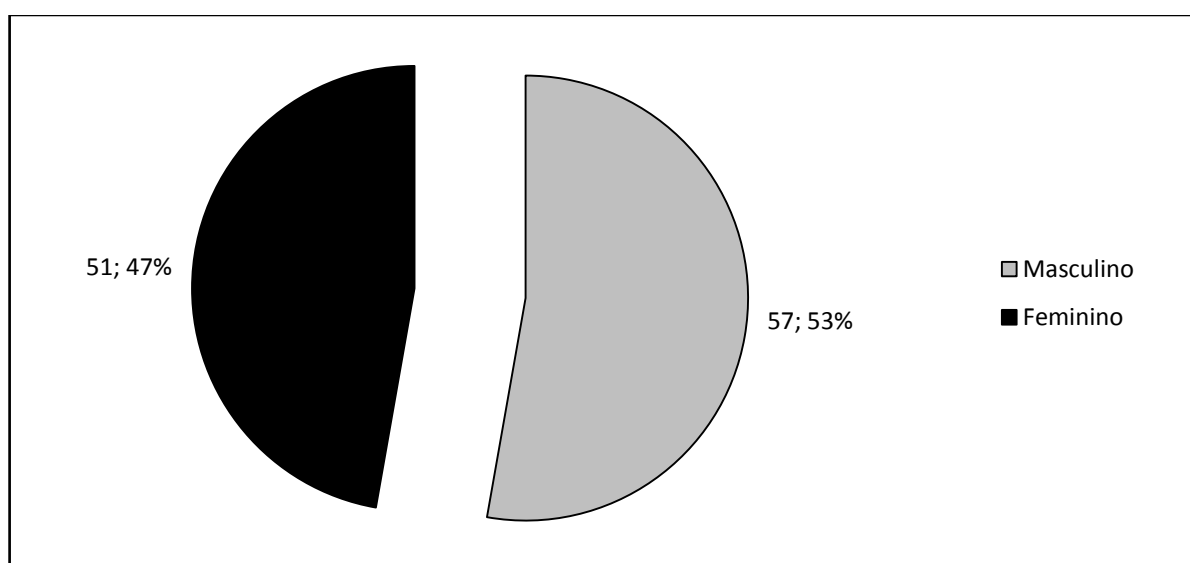


Figura 4.12 – População amostral segundo seu sexo

Fonte: elaborada pelo autor.

A tabela 4.22 mostra a frequência de membros dessas famílias por faixa etária e sexo. Observa-se que a faixa etária com maior número de pessoas é de sessenta a setenta anos, com 24 (22,2%) pessoas, o que demonstra uma leve tendência ao envelhecimento dessa população, com distribuição igual entre sexo. Ao se considerar uma faixa etária intermediária, acima de

¹ “Nos fluxos de origem rural predominaram as mulheres, com exceção dos anos 60. A magnitude da sobremigração feminina foi diferenciada temporal e regionalmente. Uma consequência do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão de sexos rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas, levando a uma crescente masculinização do meio rural brasileiro.” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

quarenta anos, os dados demonstram que 68 (63%) pessoas estão nesta faixa etária mais elevada, sendo que 38 (38,5%) são do sexo masculino e trinta (27,8%) do sexo feminino. Essas informações confirmam os estudos de Froehlich et al. (2011), Sacco dos Anjos e Caldas (2005) e Camarano e Abramovay (1999) sobre o envelhecimento da população rural, bem como demonstram que a população mais elevada quanto à faixa etária é mais masculinizada.

Complementarmente, as faixas etárias menores apresentam menos pessoas, com apenas quarenta (37%) do total, sendo 19 (17,6%) do sexo masculino e 21 (19,4%) do sexo feminino.

Tabela 4.22 – Idade e sexo dos membros da população amostral das famílias da agricultura familiar

Idade (anos)	Frequência	Masculino	Feminino
Até 10	6	2	4
Mais de 10 a 20	13	7	6
Mais de 20 a 30	12	6	6
Mais de 30 a 40	9	4	5
Mais de 40 a 50	19	12	7
Mais de 50 a 60	17	9	8
Mais de 60 a 70	24	12	12
Mais de 70 a 80	8	5	3
Total	108	57	51

Fonte: elaborada pelo autor.

O nível de escolaridade dessa população está representado na figura 4.13. Os dados revelam uma realidade de baixo grau de educação formal, em que 64 (59,8%) possuem apenas o ensino fundamental incompleto, ou seja, possuem, no máximo, sete anos de estudo. Segundo os dados levantados, a maioria dos entrevistados com ensino médio completo é de jovens e, entre os não alfabetizados, encontram-se dois adultos.

A figura 4.14 mostra as ocupações dos membros das famílias, os quais possuem relação socioeconômica com o estabelecimento familiar, conforme declarado pelos entrevistados. Os resultados revelam a predominância de duas categorias principais: a de agricultores, com 46 (44,2%) pessoas, e a de agricultores aposentados, com outras 37 (35,6%). Esses números evidenciam que a população agrícola familiar rural do município de Mata, em sua maioria, está ou esteve ligada à prática da agricultura. Quanto às demais categorias, somente a dos estudantes destaca-se, em que apenas 12 (11,5%) estão presentes. Esses dados demonstram a tendência dessas famílias em permanecer no meio rural, tendo-se

em vista o baixo nível educacional formal, pois apenas 11,5% da população atual está estudando.

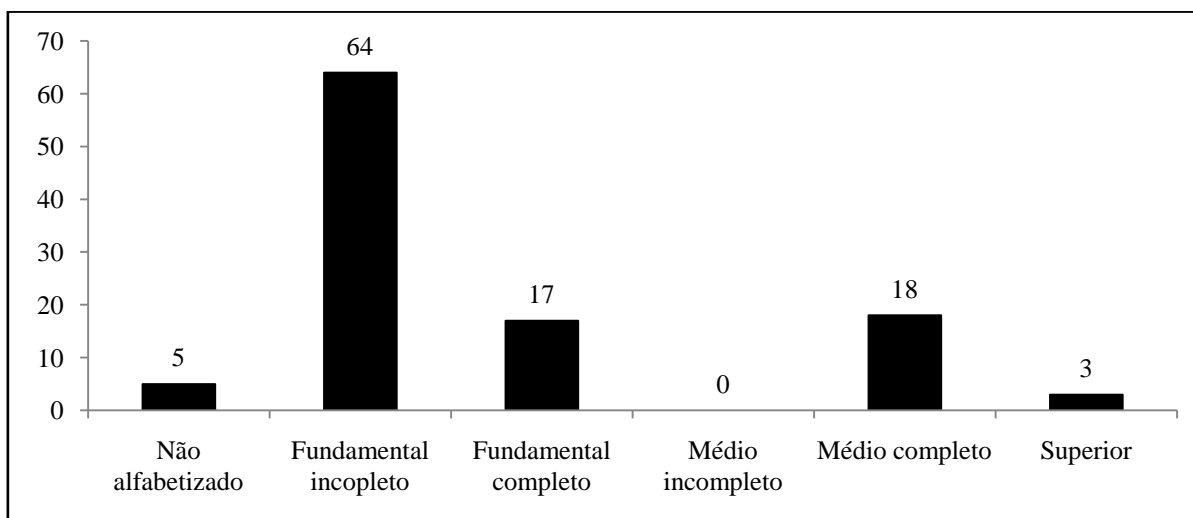


Figura 4.13 – Nível de escolaridade da população amostral agrícola familiar

Fonte: elaborada pelo autor.

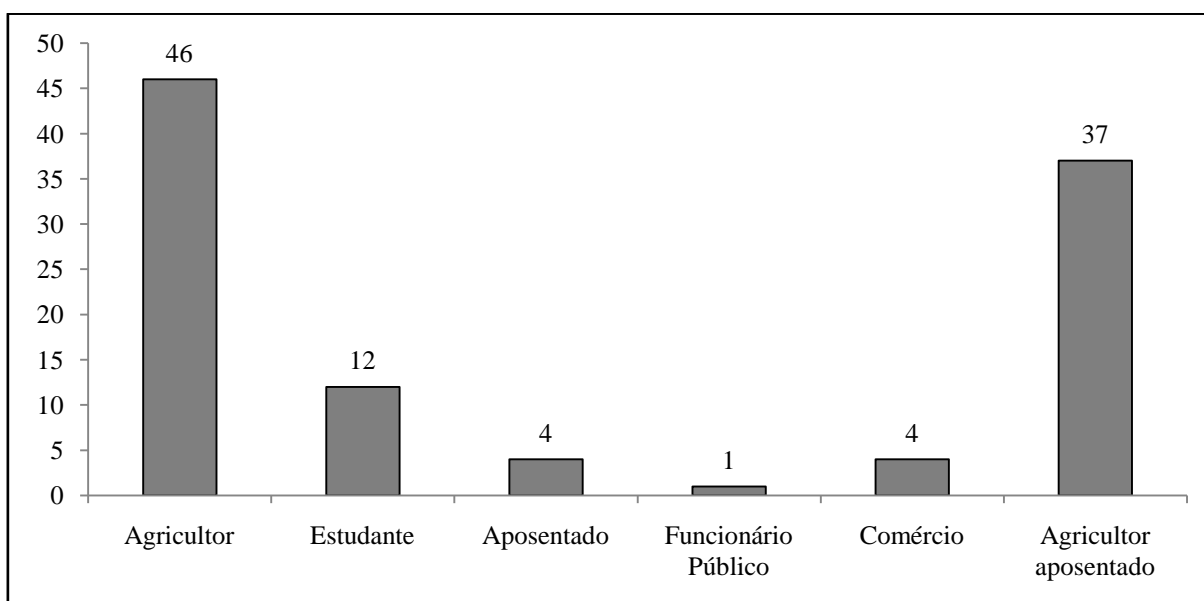


Figura 4.14 – Ocupação principal dos membros das famílias da amostra de estabelecimentos agrícolas familiares

Fonte: elaborada pelo autor.

Em contraponto ao que foi demonstrado na figura 4.14, em que os aposentados somam 41 (39,4%) pessoas, a tabela 4.23 mostra que somente 13 (12,1%) pessoas não dedicam tempo algum para práticas agrícolas e outras nove (8,4%) trabalham apenas eventualmente. Somando-se esses dois grupos, chega-se ao total de 22 (20,5%) pessoas. Esse resultado

demonstra, claramente, que a aposentadoria não interrompe a vida produtiva no meio rural do município de Mata, mas sim que os aposentados continuam trabalhando e essa aposentadoria apenas representa um valor monetário a mais para auxiliar na manutenção desses agricultores.

Outra discrepância se refere à dedicação em tempo integral à agricultura, declarada por cinquenta (46,7%) entrevistados, sendo que apenas 46 (44,2%) declararam ser agricultores como ocupação principal, situação esta em que há a provável presença de aposentados nesta condição. Quanto aos demais, destacam-se os que dedicam metade do tempo para agricultura, que somam 35 (32,7%) pessoas, cuja situação seria compatível com muitos segmentos estudados, principalmente, aposentados e estudantes.

Tabela 4.23 – Tempo dedicado para atividades agrícolas pela população amostral agrícola familiar

Tempo para agricultura	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Integral	50	46,7	46,7
Metade	35	32,7	79,4
Eventual	9	8,4	87,9
Nenhum	13	12,1	100,0
Total	107	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor.

4.4.2 A produção agrícola e seus propósitos

A tabela 4.24 arrola os produtos questionados junto aos produtores familiares, especificando o número de atividades produtivas, bem como o propósito da produção, quantificados da mesma forma que nas etapas anteriores (domicílios e comércio). Entre os possíveis propósitos, citam-se: finalidade exclusiva para autoconsumo; finalidade exclusiva comercial; finalidade principal para autoconsumo com comercialização de excedentes; e finalidade prioritária de comercialização com eventual utilização para autoconsumo.

Os presentes dados revelam que, de um número total de 2.343 produtos questionados sobre sua produção, 922 (39,4%) não são produzidos nos estabelecimentos investigados. Esse número se justifica, pois a lista é longa e, por mais que esses estabelecimentos sejam diversificados, a maioria deles não produz todos esses produtos.

Entre os 1.421 produtos produzidos, a maioria é destinada somente para o autoconsumo, atingindo-se uma quantidade significativa de 1.125 (79,2%). Esse dado demonstra que a produção agrícola nas unidades de produção abordadas é típica da agricultura familiar, visto que é uma característica básica desse tipo de estabelecimento ser voltada para a

produção de autoconsumo, conforme afirmam Grisa (2007b), Gazolla e Schneider (2007), Menasche, Marques e Zanetti (2008) e Grisa e Schneider (2008).

Os resultados ainda indicam que, entre a produção declarada com duplo propósito (prioritariamente comercial com autoconsumo ou de autoconsumo com comercialização de excedentes), a preponderante é a destinada, preferencialmente, ao autoconsumo com a comercialização do excedente (156 [11%]). Essa informação corrobora a afirmação sobre a identidade familiar desses estabelecimentos. Essas atividades podem ainda estar em um processo de transição de autoconsumo para comercial ou simplesmente representar uma fonte de renda extra, visto que, originalmente, destinam-se exclusivamente ao autoconsumo.

Uma pequena parcela, representada por 33 (2,3%) produtos produzidos nesses estabelecimentos, é destinada exclusivamente para comercialização. Quanto às atividades produtivas que desempenham duplo propósito, com o comércio como prioridade, os dados revelam que existem 107 (7,5%) produções. Esse resultado corrobora, mais uma vez, a essência familiar desses estabelecimentos, visto que, mesmo entre as atividades comerciais, a maioria também se destina ao autoconsumo. No conjunto de atividades produtivas dos estabelecimentos pesquisados, em 97,7% dos casos, pelo menos uma parte da produção é destinada ao autoconsumo, independentemente da escala dessas atividades.

Tabela 4.24 – Produtos possivelmente informais da agricultura familiar e seu propósito de produção

Propósito	Frequência	Percentual	Percentual acumulado	Percentual sem o não produz
Autoconsumo	1.125	48,0	48,0	79,2
Comercial	33	1,4	49,4	2,3
Autoconsumo + comercial	156	6,7	56,1	11,0
Comercial + autoconsumo	107	4,6	60,6	7,5
Não produz	922	39,4	100,0	
Total	2343	100,0		100,0

Fonte: elaborada pelo autor.

Continuando a análise sobre a lista de atividades típicas da produção para autoconsumo na agricultura familiar, os resultados indicam que 100% dos entrevistados, em sua primeira citação, afirmam que o destino dos produtos comercializados por esses estabelecimentos familiares é a opção “direta ao consumidor” (Tabela 4.25). A existência de uma segunda opção de comercialização não foi encontrada em 16 (48,5%) dos estabelecimentos. Entre as demais opções, houve uma citação de mercado e uma de açougue, seis apontaram armazéns como o local de comercialização e nove citaram outros intermediários que não constavam na lista oferecida como resposta.

Entre os que responderam ser “outra” como alternativa, destaca-se a comercialização de mel para a empresa Apicomel, que produz, beneficia, vende e revende mel para o mercado interno e também para exportação. A empresa está localizada no município vizinho de Jaguari, que também faz parte do CVJ. Torna-se ainda interessante mencionar que existe um produtor que comercializa junto a uma rede de supermercados regional, fato que expõe uma possibilidade de mercado para os demais produtores do município. Outro fato interessante é a existência, ainda nos tempos atuais, de um “quitandeiro”, nomeado assim pelo produtor, o comprador ambulante, o qual viaja pelo interior do município de Mata comprando produtos agrícolas (por exemplo, queijo), para revender em um centro de consumo maior (por exemplo, Santa Maria).

Tabela 4.25 – Opções de comercialização dos produtores agrícolas familiares

Resposta	Primeira opção de comercialização		Segunda opção de comercialização	
	Frequência 1	Percentual 1	Frequência 2	Percentual 2
Não citou	0	0,0	16	48,5
Mercado	0	0,0	1	3,0
Armazém	0	0,0	6	18,2
Açougue	0	0,0	1	3,0
Direto consumidor	33	100,0	0	0,0
Outra	0	0,0	9	27,3
Total	33	100,0	33	100,0

Fonte: elaborada pelo autor.

Existe uma série de atividades que normalmente são consideradas como típicas da agricultura patronal, que são realizadas de forma preferencial com práticas extensivas, bem como algumas típicas da agricultura familiar que não são apropriadas ao autoconsumo (Tabela 4.26).

Tabela 4.26 – Atividades agrícolas comerciais nos estabelecimentos familiares

Comercial	Fumo	%	Arroz	%	Soja	%	Milho	%
Não produz	19	57,6	28	84,8	27	81,8	11	33,3
Produz	14	42,4	5	15,2	6	18,2	22	66,7
Total	33	100,0	33	100,0	33	100,0	33	100,0

Fonte: elaborada pelo autor.

Ambas as formas, quando presentes em estabelecimentos familiares, surgem como atividades normalmente comerciais. A tabela 4.26 relaciona dados sobre a presença dessas atividades nesses estabelecimentos do município de Mata, os quais revelam que as culturas do

fumo e do milho estão presentes em um grande número de estabelecimentos. Essas duas atividades, conforme relatado pelos produtores, podem coexistir em uma forma de rotação de culturas para melhor aproveitamento dos recursos utilizados na primeira (fumo) com o plantio da segunda (milho) em sua resteva².

De forma similar, na pecuária, existem algumas atividades que são normalmente típicas de estabelecimentos patronais, como, por exemplo, a criação de bovinos de corte e ovinos. Entretanto, essas atividades também estão presentes em escala menor nos estabelecimentos familiares, no caso do município de Mata, onde se destacam os bovinos de corte presentes em 23 (69,7%) dos estabelecimentos, fato que aparece como uma possível adaptação dessa forma de agricultura familiar presente em Mata ao formato estudado por Ribeiro (2009) sobre os pecuaristas familiares, em uma adaptação às condições vivenciadas, principalmente no que se refere ao volume disponível de mão de obra, e, como frisa o autor, também à condição de aposentados rurais. As atividades, como a criação de suínos e extração do mel, são típicas da agricultura familiar (Tabela 4.27) e possivelmente são utilizadas como atividades comerciais em alguns dos estabelecimentos analisados.

Tabela 4.27 – Atividades pecuárias comerciais nos estabelecimentos familiares

Comercial	Bovinos	%	Suínos	%	Ovinos	%	Mel	%
Não produz	10	30,3	25	75,8	27	81,8	30	90,9
Produz	23	69,7	8	24,2	6	18,2	3	9,1
Total	33	100,0	33	100,0	33	100,0	33	100,0

Fonte: elaborada pelo autor.

4.4.3 Trajetória e relações nos estabelecimentos familiares

4.4.3.1 A sucessão no estabelecimento

Os dados analisados sobre a relação rural/urbano mostram uma inversão demográfica, em que o urbano cresceu e o rural reduziu, provocando mudanças ocorridas na balança demográfica no Brasil no intervalo entre os censos de 1960 e 1970 (IBGE, 2010c). Dessa forma, foi inquirido junto aos produtores rurais entrevistados sobre a tendência de seus filhos ou sucessores permanecerem nos estabelecimentos rurais para dar sequência às atividades produtivas no estabelecimento.

² Terra onde se fez a colheita recentemente e na qual ainda se encontram restos (restevas) das plantas retiradas. Diz-se, por exemplo, que na resteva de trigo ainda se planta milho, isto é, a terra recentemente desocupada pelo trigo pode ser cultivada pelo milho (DICIONÁRIO BABYLON, 2013).

Conforme as respostas dos agricultores entrevistados, pode-se categorizá-las em três grupos. O primeiro grupo representa a tendência comum apresentada pelos levantamentos censitários realizados pelo IBGE, em que se evidencia a saída ou a pretensão dos filhos em sair do estabelecimento rural de seus pais em direção à cidade em busca de oportunidades diferentes das existentes no seu local de origem. Nesta pesquisa, encontraram-se 12 (36,4%) declarações nesse sentido.

O segundo grupo enquadra os casos em que não se tem certeza sobre a decisão dos filhos, uma vez que eles são ainda jovens ou adolescentes. Nessa situação, encontraram-se seis (18,2%) dos estabelecimentos entrevistados.

Por fim, no terceiro grupo se enquadram os estabelecimentos em que pelo menos um dos filhos já permanece ou pretende permanecer no estabelecimento. Em alguns casos, cita-se a presença de mais de um e em outros os filhos já trabalham com os pais ou próximos a eles. A pesquisa revela que uma parte significativa, com 15 (45,5%) estabelecimentos, encontra-se nesse grupo.

Esses resultados indicam, que o município ainda possui uma população rural maior que a urbana, mas com a escassa possibilidade de manutenção desse contexto demográfico atual presente no município de Mata permanecer no longo prazo, levando-se em conta a pretensão demonstrada de permanecer no rural.

Complementando-se a análise anterior, destaca-se que um dos estabelecimentos informou que um ou mais filhos pretendem ficar no estabelecimento pelo fato de não apresentarem interesse em dar continuidade aos estudos. Essa afirmação é considerada bastante depreciativa, uma vez que se pode deduzir que o meio rural, na opinião dos agricultores familiares de Mata, é mais apropriado para pessoas menos escolarizadas.

De outra forma, para os entrevistados em geral, observa-se que a perspectiva é de que as pessoas que possuem um nível de escolaridade mais elevado não permaneçam no meio rural. Assim sendo, o nível de escolaridade é considerado como uma ponte que, naturalmente, influencia o jovem a abandonar o rural na busca de oportunidades, como de um trabalho assalariado e com menor esforço físico, bem como acesso a melhores condições de bem-estar encontradas no urbano.

4.4.3.2 As mudanças na produção agrícola

Verificar eventuais mudanças na estrutura produtiva pode tornar-se importante para se identificar tendências de manutenção e reprodução social das famílias rurais. Ao se questionar mudança de finalidade da atividade produtiva de autoconsumo para comercial, obteve-se que em 12 (36,4%) dos estabelecimentos não ocorreram mudanças nesse sentido. A maioria das respostas nesse sentido se resumia a um “não” sem esclarecimentos. Alguns outros forneciam explicações, como, por exemplo, “*Sempre se produziu para o consumo e se vende o que sobra, agora se produz menos pela nossa idade!*” (P57) ou “*Sempre foi assim, vende o que sobra!*” (P170).

Em todos os demais 21 (63,6%) estabelecimentos, existiu pelo menos uma mudança de autoconsumo para comercial. Os dados mostram um total de 18 produtos ou grupo de produtos citados entre os entrevistados. Entre os mais citados, está o leite como o produto que mais sofreu esse tipo de mudança (cinco estabelecimentos), seguido pelo conjunto de produtos horta, produção de suínos e produção de mel, ambos com quatro citações, e a criação de ovelhas com três citações.

Algumas narrativas ajudam a ilustrar o modo com que essas mudanças ocorreram, em que entrevistados trazem realidades vividas em seu cotidiano, entre elas a idade avançada e a consequente mudança das atividades desenvolvidas. Nesses casos, existe a coincidência entre a saída dos jovens para a cidade e a permanência do casal de idosos no estabelecimento rural, conforme a seguinte declaração: “*Queijo se aumentou há 15 anos. Gado se aumentou com redução de lavouras, e pela idade.*” (P104).

A existência de projetos governamentais de incentivo à produção foi encontrada na amostra investigada. Como exemplo, um produtor citou o fomento à implantação de pomares de citros, sendo que, segundo ele, foi o único que continuou na atividade. Justificou-se esse fato devido às dificuldades enfrentadas na comercialização do produto, que é o provável motivo da desistência dos demais. No caso desse produtor em específico, ele reside com a esposa, pois os filhos já saíram e não retornarão. Quanto às mudanças na produção, ele declarou: “*Laranja foi aumentada para comercial, foi um projeto do governo, antes era só pra consumo.*” (P3).

Entre os produtores entrevistados, o produtor P2 foi um dos mais empreendedores, de modo que é visível sua vocação na busca de inovações. Outro motivo para a prosperidade de seu estabelecimento foi a permanência de seus filhos no estabelecimento, pois ambos já estão

trabalhando com o pai. Quando questionado sobre mudanças de autoconsumo para comercial, foi o estabelecimento que mais falou:

Ovelha era só consumo, agora é pra venda também. Abelha aumentou pra venda. Peixe passou pra venda, começou com um tanque e agora são seis. Maristão aumentou também. Leite e queijo sempre foi aumentando. Melão para comércio começou ano passado. Todos eram pra consumo antes. (P2).

Na área de produção de suínos, existiram alguns projetos desenvolvidos no município, mas que não sobreviveram por muito tempo. Dessa forma, o que se encontrou foi um estabelecimento que permaneceu com a atividade, utilizando parte das instalações existentes. Nesse sentido, no estabelecimento visitado, a atividade suína já divide o espaço com a produção de leite, como declarou o entrevistado: *“Suínos eram só para consumo, passaram para comercial há mais ou menos dez anos atrás. Leite era só para consumo, há cinco anos que aumentou e é mais para comércio.”* (P40).

A produção de mel é a atividade em ascensão no município, tendo-se em vista que já existe uma associação. A ideia principal do projeto é processar e comercializar o mel de forma conjunta. Um dos produtores declarou: *“Mel começou em torno de três caixas, era só para consumo desde uns trinta anos atrás, de dez anos pra cá que ficou comercial, com trinta caixas.”* (P118). Assim, são várias as atividades típicas da agricultura familiar com possibilidade de crescimento e de se tornarem atividades comerciais que venham a contribuir na geração de trabalho e, principalmente, de renda, para que esses “colonos”³, denominação que identifica o trabalhador dos núcleos coloniais, estabelecimentos criados pelo governo para introdução de imigrantes, como foi o caso de Mata, possam ter o direito de escolha em permanecer em sua condição de produtores agrícolas familiares.

Em relação às outras atividades agrícolas e pecuárias voltadas para a comercialização, questionaram-se as mudanças ocorridas e seus motivos. A tabela 4.28 mostra as mudanças ocorridas no quadro geral de atividades voltadas para a comercialização, conforme declarado pelos entrevistados nos estabelecimentos familiares.

Os dados mostram que a maioria das mudanças declaradas foi de abandono de atividades comerciais, com 58 (69%) ocorrências do total de mudanças; na sequência, aparece o número de atividades, reduzidas em 12 (14,3%) estabelecimentos. Por outro lado, em sentido contrário, o número de ampliações de produção é de oito (9,5%) e o de início de

³ Aquele que é inserido em uma juntamente com outros com a finalidade de povoar e explorar, assim como conviver e ser membro da colônia (DICIONÁRIO INFORMAL, 2013).

atividades é de apenas seis (7,1%). Esses números podem ser preocupantes, pois revelam a maior redução do número de atividades em relação ao crescimento e acréscimo de novas atividades.

No que se refere às motivações para o abandono de atividades, observam-se alguns motivos comuns em diversos estabelecimentos, entre eles: a alegação da idade avançada, como, por exemplo, *“Soja parou há 15 anos e o fumo há dez anos. Aumentou o gado. Estamos mais velhos, tem que aliviá!”* (P145) e *“Soja, trigo e aveia se parou. Feijão reduziu bastante, logo que casamos se colhia mais de cem sacas. Fumo começou há 15 anos, agora reduzimos bastante pela idade. Os filhos seguem plantando.”* (P170). Essas declarações ilustram, de forma clara, o abandono motivado pela idade e também demonstram o conseqüente aumento na criação de bovinos de corte, essencialmente ligado ao menor volume de trabalho da criação extensiva.

Entre os fatores que contribuíram para o abandono das atividades soja e arroz, estão as dificuldades em acompanhar o avanço tecnológico, que se torna inviável em se tratando de lavouras pequenas, como é o caso da maioria desses produtores. No caso do trigo, estão as dificuldades de produção na região, onde a relação custo-benefício obriga esses produtores a abandonar a cultura.

A cultura do fumo destaca-se também como uma das que mais foram abandonadas e uma das mais antigas. A explicação está diretamente ligada ao período de implantação, pois, apesar de ser uma atividade típica da agricultura familiar que apresenta maior segurança e lucratividade por unidade de área (REDIN, 2010), ainda assim foi uma das mais abandonadas. Esse fato pode estar relacionado ao que estudaram Vargas e Oliveira (2010) quanto à diversificação como alternativa à fumicultura. Em relação ao seu abandono, foram alegados, nas declarações, a maior necessidade de mão de obra e também os problemas de saúde, provavelmente pelo uso de agrotóxicos, como se pode observar: *“Fumo parou pela saúde. Derivados de suínos parou devido à fiscalização sanitária.”* (P138) e *“Fumo parei porque faz mal pra saúde (foram 12 anos de lavoura), faz dez anos que parei. Trigo já faz tempo que paramos.”* (P126).

Entre as culturas em que a escala de produção foi reduzida, o feijão foi o que mais apareceu, com seis (50%) citações. Na maioria dos casos, a cultura cedeu espaço à outra cultura, mais segura e lucrativa, como é o caso deste produtor: *“Soja e feijão primeiro se reduziu para plantar fumo, depois se para com a soja e em seguida com o fumo. O feijão seguiu para o gasto.”* (P3). Ressalta-se que o município de Mata detinha a cultura do feijão

como uma das maiores atividades, a qual foi reduzindo-se gradativamente, sendo substituída por outras culturas e criações, como também declarou o produtor P170: “*Soja, trigo e aveia se parou. Feijão reduziu bastante, logo que casamos se colhia mais de cem sacas. Fumo começou há 15 anos, agora reduzimos bastante pela idade. Os filhos seguem plantando.*”

Entre as atividades que aumentaram sua escala, a criação de bovinos de corte foi a mais citada (Tabela 4.28). Essa atividade demanda menos mão de obra, por ser considerada extensiva. Dessa forma, é adotada em muitos estabelecimentos onde os produtores atingem uma idade em que não têm mais condições de manter outras atividades tradicionais para a região, como as típicas da agricultura familiar. Outro fator importante é que esses agricultores passam a contar com a aposentadoria, o que facilita a opção por uma atividade menos intensiva.

Tabela 4.28 – Atividades comerciais e as mudanças ocorridas nos estabelecimentos

Atividade	Parou	Reduziu	Aumentou	Iniciou
Soja	16	-	2	-
Arroz	10	-	-	-
Trigo	9	-	-	-
Fumo	8	1	1	4
Milho	4	3	-	-
Amendoim	3	-	-	-
Alfafa	2	-	-	-
Feijão	2	6	-	-
Suínos	2	2	-	-
Aveia	1	-	-	-
Ovelha	1	-	-	-
Mel	-	-	1	-
Cachaça	-	-	-	1
Bovinos de corte	-	-	4	-
Horta	-	-	-	1
Total	58	12	8	6

Fonte: elaborada pelo autor.

4.4.3.3 Relação e regularidade com consumidores

Pelo fato de o município de Mata ser considerado de pequeno porte, praticamente todos os habitantes se conhecem, sejam estes produtores ou/ou consumidores. Dessa forma, tem-se a formação de uma rede de produção e consumo peculiar. Nessas condições, torna-se fácil a formação de relações comerciais informais duradouras, uma vez que se constatou que a maioria dos produtores familiares que comercializam informalmente sua produção na zona

urbana do município possui clientela fixa e fiel (21 [63,6%] estabelecimentos). Apenas se verifica nas declarações proferidas alguma diferença entre a relação formada entre cada um desses produtores e suas respectivas clientelas, como neste caso: “*São os mesmos sempre, a procura é grande, buscam aqui ou encomendam quando se vai na Mata.*” (P11), em que, aparentemente, não realiza suas vendas de porta em porta, atendendo sob encomenda ou em seu próprio domicílio.

Existe um grande número de produtores que realiza sua comercialização com regularidade, possuindo dia e hora determinada, como, por exemplo: “*É muito boa, vários são por mês, outros por semana, tanto de leite como de carne. A freguesia começou com o leite e se alastrou para carne.*” (P40), “*Estão chorando por conta do nosso abandono da atividade, eram clientes fiéis, certos.*” (P67) e “*Tem gente até de caderno, e bastante, já faz mais de 18 anos.*” (P25).

Em alguns casos, nota-se a fidelidade dos produtores com consumidores, como é o caso em “*Vendo bem, a freguesia é certa. Quando diminui o pessoal reclama, tem que se repartir e vender pra quem compra sempre.*” (P6) e “*São poucos e certos, é só entregar! Na época que aumenta a produção, vende pra outros também.*” (P133). Essa fidelidade bilateral, praticamente uma cumplicidade entre comerciante e seu consumidor, reporta, inegavelmente, a uma relação de confiança mútua, em que nenhuma formalização ou fiscalização pode superar e/ou substituir essa relação recíproca. Para Luhmann (1979), a base das relações de confiança em pequenas sociedades em sua maioria ocorre apoiada na confiança interpessoal, enquanto o crescimento da sociedade implica a mudança desse predomínio das relações para uma base da confiança no sistema, com confiança no poder público, no sistema legal, na burocracia etc.

Existe um grande número de produtores que não possuem uma clientela fixa. Todavia, eles costumam efetuar a comercialização de sua produção sem maiores dificuldades, como referido por um deles: “*Não tem cliente certo, mas sempre vendo tudo.*” (P161). Essa declaração demonstra a amplitude do mercado, uma vez que ainda existem consumidores não contemplados pela entrada regular dos produtores citados anteriormente.

Outra parcela de produtores costuma fazer sua comercialização diretamente para os consumidores somente em segundo plano, pois o público preferencial são os intermediários que revendem essas mercadorias para os consumidores. Esses intermediários são varejistas fixados na zona urbana do município de Mata, tais como padarias, açougues, lancheria, hotel,

entre outros, conforme declarou um deles: “*Quase sempre para os mesmos, padaria, lancheria, hotel e domicílios.*” (P62).

Por fim, existe um grupo de produtores que vende uma parte de sua produção para consumidores locais (domicílios) e outra parte para empresas localizadas fora do município. Alguns declararam como sendo esta a forma de sua comercialização: “*A Apicomel é só entregar o que tiver. Os domicílios é eventual, só quando vem pegar aqui. Em breve vai passar a vender pela nova associação de apicultores aqui para a Mata.*” (P15) e “*São sempre os mesmos. Quitandeiro é o principal.*” (P104). Nessas declarações, percebe-se a presença de uma empresa de processamento e exportação de mel e outra peculiar, em que um quitandeiro, como nomeado pela produtora, compra regularmente sua produção de queijo para revender em Santa Maria. Destaca-se que dificilmente se encontra nos dias atuais esse tipo de comerciante, que, pela descrição, deve ser informal.

Os resultados da pesquisa revelam que os produtores entrevistados utilizam um leque variado de possibilidades que proporcionam uma razoável segurança na efetiva comercialização desses produtos. Ressalta-se que existe uma relação de confiança e fidelidade entre uma parcela significativa de produtores e seus consumidores, de modo que este pode ser o maior elo que mantém esse tipo de comércio informal de produtos agrícolas familiares.

4.4.3.4 Regularizar é viável?

Os produtores rurais familiares tiveram reações diversas quando questionados sobre a possibilidade de regularização dessa produção comercializada atualmente de maneira informal, com o consequente pagamento de todos os impostos e taxas necessárias para regularizar, efetivamente, a produção e comercialização.

Um grupo maior de produtores (23 [69,7%]) não tem dúvidas de que abandonaria essa forma de comércio imediatamente, sob alegações diversas, como segue: “*Aí tinha que só plantá pra comê e nada mais.*” (P56), “*Se é pra vendê uma quitandinha e ainda pagá imposto, o que nós não come damos pros vizinhos, se deixarem.*” (P145) ou “*Ah não dá, a gente já não paga quando compra insumo!*” (P31), “*Não! A gente vende só porque tem sobrando, pra não estragar e se perder.*” (P141). Dessa forma, os resultados indicam que as alegações são pontuais, sendo bem provável que esses produtores rurais, como referido anteriormente, sairiam da informalidade para adentrar na ilegalidade.

Uma parcela menor (quatro [12,1%]) alegou que já está em parte regularizada e que continuaria na atividade, precisando somente efetivar o restante da formalização: “*O comercial é com bloco. Os outros é pouco.*” (P21), “*Ele está com uma parte regularizado, inclusive com selo orgânico.*” (P15), “*Eu sigo, já tiro alguma nota, pra tê crédito no Pronaf.*” (P25) e “*A cachaça vai ser regularizada quase toda, com a criação da associação. O fumo já é. Os outros não vão.*” (P169). Como se pode perceber, as motivações são diversas, movidas por interesses diferentes. Assim, verifica-se que um quer ampliar o acesso ao crédito com juros diferenciados, outro quer participar de uma associação, outro tem atividade que exige a comercialização com bloco modelo 15 e outro já tem parte da produção de mel com selo orgânico.

Outra parcela tem dúvida sobre o assunto – “*Não sei! Será que valia a pena daí?*” (P48) ou “*Tem que ver, mas se é pra pagá tudo que é imposto, não dá pra aguentá.*” (P158) – e não fica bem situada no questionamento. Contudo, considerando-se esta última declaração, a tendência é de que esses produtores também venham a abandonar a atividade ou a sair da informalidade para adentrar na ilegalidade.

4.4.3.5 Comércio informal e a permanência do produtor no rural

A opinião dos produtores sobre a importância desse comércio informal de produtos agrícolas para sua manutenção e permanência no estabelecimento rural foi questionada ao final de cada uma das entrevistas. Uma pequena parte alegou ser menor o volume de vendas desses produtos e, como consequência, para eles não teria maior importância.

A grande maioria das opiniões coletadas foi favorável à manutenção da maneira informal utilizada. Segundo eles, esse tipo de comércio é muito importante para manter suas famílias e as de seus semelhantes no seu local. Entre os depoimentos, citam-se: “*Há ajuda sim, agora não é tanto, mas quando tinha as criança pequena nós sustentava tudo com queijo, ovo e feijão.*” (P170), “*Ajuda, mas é, ajuda né, quebra muito galho! A gente faz porque gosta, tem outros que não tiram nem leite pro gasto, é uma vergonha! Vão compra de saquinho na cidade.*” (P11), “*A quitanda ajuda, é um dinheirinho a mais que entra, compra arroz, compra açúcar, e outras coisas.*” (P145), “*Acho que é, é um dinheiro que entra, defende bem, a gente paga luz e outras coisas. Mesmo o aposentado tem que pagar médico, remédio, e outras coisas.*” (P31) e “*Tem gente que deixa a mandioca no brejo e limpa só o*

fumo. É importante sim, só que se tocá de paga imposto por estas coisinhas, aí não dá.” (P56).

Um deles se apresentou como sendo produtor e intermediário e reconheceu a importância desse tipo de comércio, tanto para eles como para seus clientes produtores: *“Ajuda a mim e aos que eu compro para revender.”* (P138).

Assim, são vários os enfoques adotados para defender o mesmo posicionamento: o sustento dos filhos oriundo, basicamente, dos rendimentos auferidos com esse comércio informal; a crítica aos outros produtores, que não produzem nem para o seu consumo; a manutenção das compras do que não se pode produzir no estabelecimento com o dinheiro da “quitanda”; ou, até mesmo, a aquisição de remédios e pagamento de consultas, no caso de pessoas idosas.

Por fim, os resultados das entrevistas indicam que a maioria dos produtores se posiciona favoravelmente à proposição de que esse tipo de comércio informal é importante para eles e suas famílias. Pode-se alegar que sua importância econômica não seja tão significativa como uma renda direta, todavia é importante de forma indireta, pela ausência da necessidade de adquirir esses produtos fora, bem como na manutenção de sua identidade de produtor familiar.

8 CONCLUSÕES

Em relação ao método proposto, após a realização do teste piloto no pequeno aglomerado urbano com características de distribuição demográfica homogênea na relação rural/urbano e presença marcante da agricultura familiar com atividades produtivas predominantemente voltadas para o autoconsumo, chegou-se à conclusão de que o método proposto apresentou aplicabilidade e seus resultados atenderam aos objetivos para os quais foi desenvolvido. Portanto, pode-se considerá-lo como adequado para seus propósitos e somente com novos estudos poder-se-á ratificar sua validação para outros contextos compatíveis com os propósitos de sua aplicação.

A referida conclusão está embasada nos resultados encontrados, que refletem a informalidade local na realidade local do pequeno aglomerado urbano estudado. Ao final, os resultados exteriorizaram as informações buscadas na sua aplicação, em que se pôde constatar e apresentar as conclusões e considerações específicas sobre o método proposto. Tais conclusões foram fundamentadas pelos dados coletados, com sua posterior sistematização e análise, as quais geraram as informações adequadas para se diagnosticar a realidade estudada. Inicialmente, pôde-se caracterizar a realidade formal da região estudada em seus aspectos socioeconômico, produtivo e demográfico, possibilitando o agrupamento tipológico dos municípios segundo as características buscadas para a escolha de um dos municípios mais apropriados para o teste.

Posteriormente, foi possível avaliar a realidade socioeconômica dos domicílios do município e comprovar a existência do consumo de produtos originários da agricultura familiar local e a forma como ocorreu o acesso a esses produtos, através do comércio informal realizado de forma, predominantemente, direta pelos produtores familiares. Constatou-se também a existência da produção e do consumo informal desses produtos pelos próprios moradores dos domicílios urbanos, evidenciando mais um viés da informalidade. Em um terceiro momento, pôde-se constatar a presença pouco significativa do comércio local como intermediário nessa comercialização informal. Como maior empecilho, foi lembrada a legislação sanitária e fiscal vigente.

Na última fase do método, pôde-se averiguar a origem quase que exclusiva do excedente do autoconsumo familiar dessa produção comercializada de maneira informal. Da mesma forma, pôde-se avaliar a realidade atual desses agricultores familiares e descrever cenários sobre o seu futuro quanto a aspectos como a sua possibilidade de opção pela

permanência ou não em seu local de origem, bem como a avaliação da importância dessas atividades estudadas para o desenvolvimento local integrado (rural/urbano).

Os resultados apurados pelo método também possibilitaram a avaliação das relações existentes entre os produtores e os consumidores domiciliares. No caso específico, constatou-se que a relação de confiança é preponderante.

Quanto à sua aplicabilidade, o método se mostrou de fácil e prática aplicação, satisfazendo a proposição em ser um instrumento que reunisse características de facilidade de entendimento, praticidade e rapidez de aplicação e que alcançasse apurar as informações buscadas. Essas características de sua aplicabilidade se devem à eficiência dos formulários desenvolvidos, que se mostraram sintéticos e objetivos, satisfazendo a busca dos dados necessários.

Dessa forma, com relação à hipótese 1, conclui-se que ela não foi rejeitada, pois foi possível desenvolver um método que servisse como base para a realização de estudos e análises sobre a presença e importância da comercialização informal de produtos oriundos do excedente do autoconsumo, bem como da pequena produção diversificada comercial da agricultura familiar, e que fosse aplicável em diferentes contextos locais de pequenos aglomerados urbanos.

Conclui-se que existem semelhanças e discrepâncias entre os municípios pertencentes ao Corede Vale do Jaguari no que se refere às suas características demográficas, econômicas, sociais e produtivas, o que permitiu a classificação desses municípios segundo diferentes tipologias.

Um formato tipológico a que se denominou agricultura familiar foi identificado no grupo de municípios composto por Mata, Jaguari e Nova Esperança do Sul. Esses municípios apresentaram uma série de características peculiares a esse formato de agricultura, onde o número de estabelecimentos assim classificados, bem como a área total ocupada por eles, é superior ao dos demais. Possuem matrizes produtivas diversificadas e compostas por produtos que demandam uso intensivo dos recursos disponíveis, com destaque para a mão de obra. Outra característica é sua população rural superior ou equivalente à urbana, com densidade demográfica superior aos demais em seu meio rural.

O segundo formato tipológico encontrado foi denominado agricultura não familiar, composto pelos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Nesses municípios, o número de estabelecimentos da agricultura familiar é maior, todavia a área ocupada por estabelecimentos do tipo não familiar

é bem maior que a utilizada pelo tipo familiar. As matrizes produtivas são compostas por atividades produtivas principais com características extensivas cuja exigência de mão de obra é menor. Esses municípios são caracterizados por possuírem população urbana maior em relação à rural e baixa densidade demográfica em seu meio rural.

Na matriz produtiva, constatou-se ainda que o grupo familiar possui, em dois de seus três municípios, a cultura do fumo, tipicamente familiar, como sua principal atividade. Nesses três municípios, existe também diversificação das demais atividades, visto que não há atividades produtivas que se destaquem individualmente na relação com as demais, ou seja, as atividades agropecuárias desenvolvidas nesses municípios são importantes em seu conjunto.

Nos municípios da tipologia não familiar, constatou-se uma situação adversa à familiar em relação às suas matrizes produtivas. Detectou-se a predominância de um grupo de atividades principais recorrentes, em sua maioria formadas pela tríade “soja-arroz-bovino”. Essas atividades produtivas apresentam predominância de área ocupada e de receita auferida, levando à dependência econômica dessas atividades. Existe a presença de outras atividades, também com características extensivas, semelhantes às principais presentes em praticamente todos os municípios, todavia sua importância econômica é expressiva somente em casos isolados.

Com relação ao fator distribuição demográfica, constatou-se a existência de pequenas discrepâncias quanto à classificação adotada para a tipologia proposta, entretanto características intrínsecas peculiares aos municípios possuem explicações pontuais aceitáveis, como é o caso de Nova Esperança do Sul. Sendo assim, constatou-se que, no grupo familiar, predomina o equilíbrio na distribuição demográfica rural/urbana. Com referência ao tipo não familiar, verificou-se a predominância da população urbana em relação à rural, as exceções são os jovens municípios de Capão do Cipó e Unistalda. Os demais possuem população preponderantemente urbana, sendo o município de Cacequi o que possui a maior proporção de população urbana.

A condição socioeconômica baseada nos indicadores utilizados levou à conclusão de que os domicílios na zona urbana de Mata possuem um padrão acima do médio, o que indica a existência de boas condições socioeconômicas. Constatou-se também a existência de um fluxo de pessoas do meio rural para o urbano. Com uma renda média de quatro salários-mínimos e uma renda *per capita* de 1,38 salários-mínimos, leva a se concluir que as famílias de Mata se localizam na faixa da classe média alta brasileira, conforme Cruz (2012), que descreve esta categoria como com renda superior a R\$ 641,00 e inferior a R\$ 1.019,00.

Os domicílios de Mata são consumidores de produtos informais oriundos do comércio de alimentos e bebidas da agricultura familiar local, destinando uma parte significativa de seus rendimentos à aquisição desses produtos. Dessa forma, confirma-se a existência desse tipo de comércio informal formado pelo excedente do autoconsumo da agricultura familiar nesse pequeno aglomerado urbano.

A comercialização informal de produtos familiares foi evidenciada como eminentemente de origem no excedente do autoconsumo e não de atividades comerciais. Constatou-se que esses produtores não apresentam uma frequência expressiva na comercialização, evidenciando que são oriundos do excedente do autoconsumo.

Concluiu-se que, entre os produtos pesquisados, a expressiva maioria possui origem informal. Dos produtos consumidos, 22,4% eram comprados na informalidade e outros 39,6% não faziam parte de nenhuma forma de comercialização, pois eram recebidos em doação ou oriundos de produção própria, não possuindo nenhuma forma de registro, sendo também considerados como informais, mesmo sem o envolvimento de comercialização.

Existem também alguns produtos produzidos com finalidade comercial que são comercializados na informalidade. A evidência da produção comercial está na relação entre menção do produto/produtor citado, como é o caso do leite, das verduras, do morango e da cachaça, em que o número de produtores é reduzido em relação ao número de citações destes produtos. Quanto aos principais produtos excedentes do autoconsumo, observaram-se os ovos, o queijo, o mel, a banha, o feijão, a galinha, o vinho, a mandioca e a ovelha, com um número maior de produtores citados.

Na comparação com produtos formais, os informais foram considerados mais saudáveis, mais seguros e mais duráveis. Conclui-se, então, que os produtos informais locais apresentam grande aceitação pelos aspectos apontados nos domicílios urbanos.

A comercialização informal dos produtos é vista com naturalidade pelos entrevistados, em todos os segmentos. Mesmo que alguns considerem errado, ponderam que os benefícios sociais para a comunidade são maiores. Sendo assim, concluiu-se que a presença desse tipo de comercialização contribui em alguma medida para o desenvolvimento local integrado desse pequeno aglomerado urbano, pois auxilia e evita a evasão de recursos financeiros, além de propiciar pequena renda adicional para uma parcela da comunidade. Esse desenvolvimento ocorre de forma integrada entre os habitantes urbanos e rurais, em vista das trocas e benefícios para ambos os setores.

A participação do comércio local como intermediário é discreta, realidade destoante do que acontece nos domicílios, onde a maior parte é de origem informal. Quanto à produção destinada à intermediação comercial, à semelhança dos domicílios, o excedente do autoconsumo foi predominante. A produção com finalidade comercial foi evidenciada apenas no produto cachaça. Observou-se também que a maioria dos comerciantes é favorável à participação de fornecedores informais no comércio local.

A hipótese II não foi rejeitada, pois a forma de produção diversificada peculiar à agricultura familiar voltada para o autoconsumo e/ou pequena produção comercial mostrou-se presente no abastecimento alimentar local, auxiliando na manutenção do desenvolvimento socioeconômico integrado rural/urbano de Mata, via comercialização informal de seus excedentes gerados, principalmente, de forma direta, produtor/consumidor.

Constatou-se um relativo equilíbrio na distribuição por sexo entre os membros dos grupos familiares da agricultura familiar local, com pequena maioria de homens, fato que não contraria a maior parte da literatura corrente, que difunde a masculinização do meio rural, e confirma o achado de Rauber (2010) com relação aos diferentes graus desses achados. Foi confirmada a tendência de envelhecimento da população rural, corroborando a literatura corrente (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; FROEHLICH et al., 2011).

A principal ocupação observada foi a de agricultor, sendo que a maioria expressiva dos membros das famílias é ligada diretamente à agricultura. Corroborando o relatado sobre a tendência de envelhecimento, existe uma significativa parcela dessa população acumulando a condição de aposentado.

Constatou-se que o autoconsumo é o principal objetivo produtivo entre os agricultores familiares, ou seja, a maioria das produções é destinada somente para o autoconsumo. Em 97,7% das atividades produtivas questionadas, pelo menos uma parte é destinada ao autoconsumo, comprovando a vocação desses estabelecimentos para a produção de autoconsumo cujo excedente é destinado ao comércio informal.

Pode-se concluir, então, que esses estabelecimentos são característicos da agricultura familiar por possuírem suas atividades eminentemente voltadas para o autoconsumo, conforme afirmam vários autores (GRISA, 2007b; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008; GRISA; SCHNEIDER, 2008).

A comercialização informal e direta ao consumidor é a forma adotada pelos produtores familiares estudados em Mata para comercializar seus produtos, que são expressivamente

predominantes do excedente do autoconsumo. A preferência pela comercialização informal foi dominante entre os entrevistados, mesmo entre fornecedores para o comércio. Constatou-se que, entre atividades agrícolas que, normalmente, são comerciais, destacam-se o fumo e o milho, que em Mata são plantados em sequência, sendo o milho cultivado na “resteva” do fumo.

Foi caracterizada uma espécie de transição para a pecuária, mais especificamente, para os bovinos de corte, configurando a adaptação dessa forma de agricultura familiar mais tradicional (colonial e agrícola) presente em Mata ao formato estudado por Ribeiro (2009) dos pecuaristas familiares. Esse evento se dá em uma adaptação às condições vivenciadas, principalmente no que se refere ao montante disponível de mão de obra e à condição de aposentados rurais presentes nesses estabelecimentos familiares.

Evidenciou-se a possibilidade da manutenção do quadro atual de distribuição demográfica no município, pelo menos no curto prazo, em virtude de 45,5% dos estabelecimentos já possuírem filhos que permanecem e/ou que têm a intenção de permanecer no local de origem.

Constatou-se a existência da alternância de atividades produtivas, principalmente em relação ao abandono de atividades que demandam maior quantidade de mão de obra e maior tecnologia. Destacaram-se as culturas da soja, do arroz, do trigo e do fumo como as mais abandonadas. Entre elas, a mais típica da agricultura familiar é o fumo, que, apesar de ser uma das culturas mais rentáveis (REDIN, 2010), apresenta como principal restrição os males causados à saúde dos agricultores.

Concluiu-se que as atividades leite e seus derivados, horta, suínos, mel e ovelhas foram as atividades que eram destinadas ao autoconsumo e que, em maior quantidade, passaram a ser produzidas comercialmente, apesar de continuarem na informalidade. Comprovou-se também que, entre os produtores familiares, existem alguns com atividades semiformalizadas ou formalizadas, ocorrendo a comercialização fora do município de excedentes não absorvidos localmente.

Ficou comprovado que eventuais tentativas de formalizar a comercialização de produtos excedentes do autoconsumo levariam ao término da atividade ou à permanência na informalidade, adentrando na ilegalidade. Atualmente, pode-se afirmar que a comercialização informal de produtos excedentes da agricultura familiar se enquadra no segmento da informalidade “legal” ou socialmente aceita (RIBEIRO, 2000).

Tendo-se em vista a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), especialmente em seu artigo 25, ela não é cumprida em sua íntegra, o que muitas vezes obriga as famílias rurais de pequenos aglomerados urbanos a se deslocarem de seu local de origem na busca de tais condições de sobrevivência e de qualidade de vida. Essa migração, além de não solucionar o problema, acarreta a ampliação de outros já existentes nos grandes aglomerados urbanos. Dessa forma, concluiu-se que, no caso estudado, as atividades de autoconsumo e a comercialização de seu excedente contribuem significativamente para mudar essa situação, contribuindo para a renda indireta e direta e, principalmente, para elevar a autoestima desses agricultores familiares e promover da integração com a sociedade urbana.

Existem vínculos diferenciados na relação produtor/fornecedor com seus clientes preferenciais (domicílios), os quais são caracterizados como duradouros e dotados de fidelidade de ambas as partes. Essa fidelidade bilateral, praticamente uma cumplicidade entre produtor e consumidor, reporta, inegavelmente, a uma relação de confiança mútua, em que nenhuma formalização ou fiscalização pode superar e/ou substituir essa afinidade observada.

Por fim, conclui-se pela não rejeição da terceira hipótese, pois a comercialização informal de excedentes do autoconsumo da agricultura familiar em pequenos aglomerados urbanos se mostrou uma importante fonte complementar de renda que auxilia as famílias de agricultores familiares no direito de escolha em permanecer ou não em seu local de origem, elevando sua autoestima em se reconhecer na condição de agricultores familiares.

Como este método testado se trata de um instrumento de estudo e análise, ele contemplou as expectativas de se compreender esse fenômeno, que é anterior à formalização. Essa prática já existia anteriormente ao advento do capitalismo, período em que nem se pensava em regras e leis de comércio e em que já se realizava essa forma hoje dita “informal” de comercialização dos produtos excedentes do autoconsumo agrícola familiar.

Não existe neste método uma proposta de medir a informalidade, mas sim de entendê-la e analisá-la. Como foi referido na literatura estudada, medir a informalidade com um nível elevado de exatidão é um evento praticamente impossível. Dessa forma, procurou-se apenas comprovar sua existência e analisar seus benefícios sociais (individuais e coletivos).

Pelo fato de este ser um método recém elaborado, ainda precisa passar por muitos testes e aperfeiçoamentos. No que se refere à forma de análise dos dados, neste teste se optou por uma análise praticamente descritiva, sem um maior uso de ferramentas estatísticas mais sofisticadas. Sugere-se que futuras utilizações façam uso de ferramentas e *softwares* de

programas estatísticos, com o intuito de explorar, de forma mais aprofundada, os dados apurados.

A escolha do município a se realizar o teste foi baseada em critérios específicos, na busca de informações mais rebuscadas quanto à situação de municípios identificados com uma forma de produção preponderantemente familiar. Entretanto, este instrumento pode ser útil para se buscar essas informações em realidades distintas da buscada neste primeiro momento. Ele também pode ser aplicado a municípios típicos da agricultura não familiar, o que servirá também como forma de comparação entre as realidades encontradas.

Em relação ao tamanho do aglomerado urbano, apesar de o método ter sido criado especificamente para ser aplicado em pequenos aglomerados urbanos, nada impede que seja testado em aglomerados maiores. Neste caso, deve-se fazer uso maior de análises estatísticas, para obter-se uma maior segurança quanto à acurácia dos dados apurados e sua interpretação. Assim, quanto maior o universo pesquisado, mais importante será o critério amostral a ser utilizado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28 e 29, n. 1, 2 e 3, p. 49-67, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999. Disponível em: <<http://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, ano 20, n. 2, p. 80-88, 2011. Disponível em: <<http://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/61/50>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

ANJOS, L. A.; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 19-22, 2010.

ANJOS F. S. dos; CALDAS, N. V.; HIRAI W. G. Agricultura familiar, desenvolvimento territorial e segurança alimentar: estudo de caso no estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ANJOS, F. S. dos; DEL GROSSI, M. E.; CALDAS, N. V. Um outro enfoque para a segurança alimentar: evolução recente da população brasileira ocupada em atividades de autoconsumo. **Sociedade e Desenvolvimento Rural online**, v. 4, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/100/91>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

ARBACHE, J. S. Informalidade, encargos trabalhistas e a previdência social. In: **Base de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas**. Brasília: MPS, 2003. p. 89-106. (Coleção Previdência Social, v. 19). Disponível em: <<http://www1.previdencia.gov.br/docs/pdf/volume19.pdf#page=90>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

BAJADA, C. Estimates of the underground economy in Australia. **The Economic Record**, v. 75, n. 231, p. 369-384, 1999. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-4932.1999.tb02573.x/pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2011.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BARRETO, P. Perfil: John Maynard Keynes. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, ano 10, n. 76, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2267:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 2 fev. 2013.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. de; PINHEIRO, S. S. **População rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 759).

BERTRAND, A. L. et al. **Sociologia rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1973.

BLAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. p. 132-150. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.

BIOGRAFIAS e vidas online. **Biografia de Betinho**. Atualizada em 6 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.e-biografias.net/betinho/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.655, de 23 de dezembro de 2011. Salário Mínimo Brasileiro 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 247, Seção I, p. 5, 26 dez. 2011. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo_2012.htm>. Acesso em: 29 jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 2 fev. 2012.

BRITO, P. **Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas**. São Paulo: Atlas, 2004.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 621). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n. 17, 2007. Disponível em: <<http://cadernosmetropole.net/index.php>>. Acesso em: 22 maio 2012.

CARTES, O. **História do trabalho**. 2006. Disponível em: <http://www.guatimozin.org.br/artigos/hist_trabalho.htm>. Acesso em: 2 nov. 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1983.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. Disponível em: <http://www.centroprofissionaispecial.com.br/site/wp-content/uploads/2011/11/introd_tga_chiov.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013.

CONSULTÓRIO etimológico. **Origem da palavra – site de etimologia**. 2012. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/?s=confian%C3%A7a>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CRUZ, E. P. **Nova classe média brasileira tem renda entre R\$ 291 e R\$ 1.019 familiar per capita, define governo**. Agência Brasil, 29 maio 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-29/nova-classe-media-brasileira-tem-renda-entre-r-291-e-r-1019-familiar-capita-define-governo>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

DE SOTO, H. **The other path**. New York: Harper and Row, 1989.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, v. 27, p. 65-84, 1997.

DEDECCA, C. S. **Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil: anos 90**. Ensaio realizado para a sessão de trabalho LAB19 Brazil's New Unionism Meets Global Economic and Technological Change: Shopfloor, Sectoral, and Peak-Organizational Responses do XXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Chicago, 23 a 25 set. 1998.

DELGADO, G. **Diagnóstico do mercado de trabalho para a Previdência Social: 1980-2006**. Brasília: Ipea, 2007. (Nota Técnica). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/NT_DiagnosticodoMercadodeTrabalho.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2012.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: ORNAS – OCUPAÇÕES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS: OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA, Londrina, 2000. **Anais...** Londrina: Iapar, 2000. p. 35-54.

DICIONÁRIO Aurélio. 2013. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Confianca.html>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

DICIONÁRIO Babylon. 2013. Disponível em: <<http://dicionario.babylon.com/resteva/>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

DICIONÁRIO Etimológico. 2013. Disponível em: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br/searchController.do?hidArtigo=2FAA916C238A606E578641582902665F/>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

DICIONÁRIO Informal. 2013. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/colono/>> Acesso em: 10 jun. 2013.

DOMBEK L. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Segurança alimentar e autoconsumo em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2003.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1, p. 1-38, Oct. 1998.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paula: Saraiva, 2006.

FIGUEIREDO, R.; LAMOUNIER, B. (Org.). **A era FHC**. São Paulo: Cultura, 2002.

FLIGENSPAN, F. B. Ganhos e perdas no mercado de trabalho no real: uma revisão por posição na ocupação. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 9, n. 1, p. 187-210, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/ganhos_e_perdas_no_mercado_de_trabalho_no_real.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2012.

FONSECA, A. C. da; RIBEIRO, C. J.; COIMBRA, F. H. A autogestão como resistência molecular: da comercialização do excedente à produção do autoconsumo. In: JORNADA UNIVERSITARIA SOBRE COOPERATIVISMO, ECONOMÍA SOLIDARIA Y PROCESOS ASOCIATIVOS, 2., 2005, Montevideú. **Anais...** Montevideú, 2005. p. 89-92. Disponível em: <http://www.universidadur.edu.uy/bibliotecas/trabajos_rectorado/Publicacion_II_JUCoop.pdf#page=89>. Acesso em: 12 out. 2012.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

FREY, B. S. **Not just for money: an economic theory of personal motivation**. Cheltenham: Elgar Publications, 1997.

FRIEDMAN, E. et al. Dodging the grabbing hand: the determinants of unofficial activity in 69 countries. **Journal of Public Economics**, v. 76, n. 3, p. 459-493, 2000. Disponível em: <<http://www.econ.washington.edu/user/thornj/FriedmanJohnsonDodging.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2011.

FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1.674-1.680, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n9/a10411cr3002.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. Estado do Rio Grande do Sul. **Coredes**. 2011. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php>. Acesso em: 14 abr. 2012.

FURTADO, A. **Economia informal e trabalho informal: duas faces da mesma moeda?** Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/pdf/2004_6501.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, ano 15, v. 1, p. 89-122, abr. 2007. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=273&vT=da&vA=40>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em: <<http://glennschool.osu.edu/faculty/brown/home/Org%20Theory/Readings/Granovetter1985.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp/IE, 1999. (Coleção Pesquisas).

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Gestão das políticas na agricultura brasileira moderna**. In: A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005>. Acesso em: 14 jan. 2013.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 nov. 2012.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007a.

GRISA, C. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**: apontamentos e questões para o debate. Rio de Janeiro: OPPA/UFRRJ/Action Aid, 2009.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Extensão Rural**, Santa Maria, Deaer/CPGExR, ano 14, p. 5-35, jan./dez. 2007b.

HALLAK, J.; NAMIR, K.; KOZOVITS, L. **Setor e emprego informal no Brasil**: análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais - 2000/2006. 2009. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1310.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

HIRATA, G.; MACHADO, A. F. Conceito de informalidade e formalidade e uma proposta de tipologia. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 123-143, jun. 2008. Disponível em: <http://www.propri.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.10_N.1_Guilherme_Issamu_Hirata__Ana_Flavia_Machado.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2012.

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. Escolha ocupacional e transição no Brasil Metropolitano: uma análise com ênfase no setor informal. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502010000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1466>. Acesso em: 6 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766>. Acesso em: 3 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. 2010b. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados_divulgados/index.php?uf=43>. Acesso em: 24 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Guia do Censo 2010 para jornalista**. 2013a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_glossario.php>. Acesso em: 15 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **IBGE Cidades@**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Noções básicas de cartografia**. 2013b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/elementos_representacao.html>. Acesso em: 15 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **POF 2008/09 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. 2010c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>. Acesso em: 28 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Produção da pecuária municipal**. Rio de Janeiro, v. 36, p. 1-55, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2008/ppm2008.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. 2010d. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **SIS 2012: acesso de jovens pretos e pardos à universidade triplicou em dez anos**. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2268>. Acesso em: 22 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Tendências demográficas**: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_resultados/sinopse_censo2000.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília: FAO, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

IRIA, K. K. **Caracterização e implicações do comércio informal de alimentos para o ecossistema familiar – Viçosa-MG**. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)–Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

JOLIVET, R. **Curso de filosofia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de Trabalho, 4). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

LAURENTI, A. C. Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural”. In: ORNAS Ocupações Rurais Não Agrícolas: Oficina de Atualização Temática, Londrina, 2000, **Anais...** Londrina: Iapar, 2000. p. 1-34.

LEWIS, D.; WEIGERT A. Trust as a social reality. **Social Forces**, v. 4, n. 63, p. 967-985, 1985. Disponível em: <<http://sf.oxfordjournals.org/content/63/4/967.full.pdf+html>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 1, p. 217-272, 1980. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/497/439>>. Acesso em: jan. 2013.

LIMA, J. R. V. Impacto de alterações no mercado de trabalho sobre a relação entre contribuintes e beneficiários do regime geral de previdência social. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/AMSA-P3H3B/1/juliana_rodrigues_veira_lima_2011.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2012.

LINDNER, M.; ALVES, F. A.; FERREIRA, E. R. Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. p. 1-15. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Lindner_M.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011.

LUHMANN, N. **Trust and power**. New York: Wiley, 1979.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre o setor formal e informal no Brasil: o papel das características não

observadas. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 355-388, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/07.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

MALUF, R. S. **Alimentação, escola e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Oppa/UFRRJ, 2009a. (Boletim 26). Disponível em: <<http://www.ufrj.br/cpda/oppa>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

MALUF, R. S. **Compras governamentais para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Oppa/UFRRJ, 2009b. (Boletim 27). Disponível em: <<http://www.ufrj.br/cpda/oppa>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299, 322, abril 2004.

MARCÍLIO, M. L. Crescimento histórico da população brasileira até 1872. **Cadernos Cebrap**, n. 16, p. 2-26, 1973. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/crescimento_historico_da_populacao.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2013.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. CNPq, 2000. p. 1-22. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2012.

MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM**, v. 7, p. 33-44, 2007.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Europa Ocidental. In: MIGUEL, L. de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 105-132. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/SistemasAgrarios.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MEDINA FILHO, A. L. de. **Representação social da confiança**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/74695944/tese-confianza-medina>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, jul./ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732008000700013&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 mar. 2013.

MIRUS, R.; SMITH, R. S. Canada's underground economy: measurement and implications. In: LIPPERT, O.; WALKER, M. (Ed.). **The underground economy: global evidence of its**

size and impact. Vancouver: Fraser Institute, 1997. Disponível em: <http://oldfraser.lexi.net/publications/books/underground/section_1.html>. Acesso em: 7 dez. 2011.

MOCHEL, J. S. de A.; NASCIMENTO, T. de S.; LIMA V. F. S. de A. A informalidade das relações de trabalho no Brasil: determinações e novas configurações. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, 2009. p. 1-9. Disponível em: <http://www.gaepf.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=190>. Acesso em: 28 fev. 2012.

MULS, L. M. A teoria do capital humano, as teorias da segmentação e a literatura institucionalista: proposições de políticas públicas e implicações sobre a distribuição de renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 4., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1999.

O'HIGGINS, M. The relationship between the formal and hidden economies: an exploratory analysis for four countries. **Papers in Political Economy**, University of Bath, n. 25, 1985.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 dez. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. **Employment, incomes and equality**: a strategy for increasing production employment in Kenya, "Rapport Kenya". Genève: BIT, 1972.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: tendências da última década e implicações para a Previdência Social. **Informes de Previdência Social**, Brasília, v. 16, n. 9, set. 2004. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_081014-104628-487.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2012.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 45-67, 2005.

PEREIRA, J.; ARROCHELLAS, M. H. (Org.). **Desenvolvimento subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, A. J. O comportamento da ocupação no Brasil: algumas evidências da informalização do formal. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n. 15, p. 1-15, 2004.

PONTES, B. M. S. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, p. 35-47, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/07/Pontes.PDF>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-242. (O Brasil Republicano, 4).

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/11647/8056>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

RAMOS, L. **A informalidade das relações de trabalho**: 1991-2001. IETS, maio 2002. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_informalidade_das_relacoes_de_trabalho.PDF>. Acesso em: 28 fev. 2012.

RAMOS, L.; FERREIRA V. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil**: 1991-2003. Brasília: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, 1.099). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1099.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

RAUBER, C. da C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul**: análise a partir dos sistemas agrários. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2010-08-11T135633Z-2787/Publico/RAUBER,%20CASSIANE%20DA%20COSTA.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

REDIN, E. A fumicultura e agricultura familiar: o caso de Jaguari/RS. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 23, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/1242/1760>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

REIS, D. S. O rural e urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Abep, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf>. Acesso em: 28 maio 2012.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17261/000697068.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

RIBEIRO, R. N. **Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil**. 2000. 58 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público)–Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/TrabAcademicos/Textos/RobertoCausasEfeitosComportamentodaEconomiaInformalnoBrasil.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2097/2479>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Revista de Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a08.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

SALAS, C. **Trayectorias laborales en México**: empleo, desempleo y circunidades. Tese 2003. (Doutorado em Economia)–Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2003.

SANTOS, D. M. M. Revolução verde. In: DISCIPLINA de Fisiologia Vegetal. Jaboticabal, SP: Unesp, 2006. Disponível em: <<http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXT0-86.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2011.

SANTOS, J. O. dos; SANTOS, R. M. de S. A economia brasileira: do plano cruzado aos dias atuais. **Espaço Acadêmico e Cultural**, 21 abr. 2011. Disponível em: <<http://espacoacademicocultural.blogspot.com.br/2011/04/economia-brasileira-do-plano-cruzado.html>>. Acesso em: 26 jan. 2013.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 405 f. Tese (Doutorado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572010000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 jan. 2013.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SCHNEIDER, F.; ENSTE, D. Shadow economies: sizes, causes, and consequences. **Journal of Economic Literature**, v. 38, p. 77-114, 2000. Disponível em: <[http://darplse.ac.uk/papersdb/Schneider-Enste_\(JEL00\).pdf](http://darplse.ac.uk/papersdb/Schneider-Enste_(JEL00).pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2011.

SELIGSON, M. A.; RENNÓ, L. R. Mensurando confiança interpessoal: notas acerca de um conceito multidimensional. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000400007>. Acesso em: 12 fev. 2013.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. SEPLAG. **Regionalização do PPA**. 2008. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?cod_menu_pai=&cod_tipo_conteudo=&cod_conteudo=475>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE. **Economia informal urbana**. Observatório Sebrae 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E46F1ED009B/economia_iInformal_urbana.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2013.

SILVA NETO, B.; FIGUEIREDO, J. W. Agricultura, população e dinâmica macroeconômica de municípios rurais: um estudo em Lagoa dos Três Cantos (RS). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000400003&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 11 mar. 2011.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. **O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro**. 2001. Disponível em: <http://www.iets.inf.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF>. Acesso em: 9 nov. 2011.

SILVA, T. C. e. A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua ação na promoção de melhores condições de vida e de trabalho: o papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal - ASSOTSI. **Bureau Internacional do Trabalho**. Genebra, 2005. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/assotsi.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2011.

SILVEIRA, L. B. da. **A influência da pluriatividade na formação da renda dos estabelecimentos familiares rurais em São Vicente do Sul - RS**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

SILVEIRA, L. B. da; SILVEIRA, V. C. P. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) do Rio Grande do Sul: caracterizando o COREDE Vale do Jaguari segundo sua matriz produtiva. In: CONGRESSO DA SOBER, 50., 22 a 25 jul. 2012, Vitória, ES. **Anais...** Vitória, ES, 2012. 1 CD-ROM.

SINGER, P. Trabalho informal: origens e evolução. In: JAKOBSEN, K. et al. (Org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. (Coleção Brasil Urgente). p. 11-13. Disponível em: <http://fpa.org.br/uploads/mapa_do_trabalho_informal.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

SMITH, P. Assessing the size of the underground economy: the Canadian statistical perspectives. **Canadian Economic Observer**, n. 28, May 1994. Disponível em: <<http://dsp-psd.pwgsc.gc.ca/Collection/Statcan/13-604-M/13-604-MIB1994028.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2011.

SOUZA M. S. de; ALMEIDA, J. P.; SOUZA, R. S. de. Redes no pequeno varejo: sua gênese e participação na construção dos mercados de FLV. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/11_8_2009_18_5_7.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011.

SOUZA, R. F. de. **Teoria dos custos de transação: o impacto do tipo de investimentos sobre a seleção de canais de marketing**. São Paulo: FGV-EAESP, 2001 (Relatório de Pesquisa, 46/2001). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3168/Rel%2046-2001.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

TEDDS, L. The underground economy in Canada. In: BAJADA, C.; SCHNEIDER, F. (Ed.). **Size, causes and consequences of the underground economy**. Londres: Ashgate Publishing,

2005. Disponível em: <http://mpr.ub.uni-muenchen.de/4229/1/MPRA_paper_4229.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2013.

TEIXEIRA, Francisco J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UEC, 1996. p. 195-252.

THEODORO, M. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Brasília: Ipea, set. 2000. (Texto para Discussão, 762). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_762.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2013.

THEODORO, M. **O estado e os diferentes enfoques sobre o informal**. Brasília: Ipea, nov. 2002. (Texto para Discussão, 919). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0919.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2011.

UZZI, B. Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**, Cornell University, ABI/Inform Global, v. 42, p. 35-67, 1997. Disponível em: <http://www.kellogg.northwestern.edu/faculty/uzzi/ftp/social_structure.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. de. Agricultura familiar e estratégias de diversificação: análise comparativa da viabilidade econômica de culturas alternativas ao fumo na Região do Vale do Rio Pardo – RS, Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA ANPEC SUL 2010, 8., Porto Alegre, 2010. **Anais...** Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/10.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anpec 2001**. 2001. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

VEIGA, J. E. da. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200016&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 14 mar. 2011.

VEIGA, J. E. da. O que é este espaço? **Entre o Urbano e o Rural**, p. 31-35, 2006. (Caderno SBPC, 24). Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/site/arquivos/arquivo_186.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2013.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976.

ANEXOS

Anexo A – Formulário 1 - Domicílios

Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural



Domicílio: _____

PARTE I – Características do domicílio:

1 - Este domicílio é: (1) próprio; (2) alugado; (3) cedido.

2 - Estado da moradia: (1) bom; (2) médio; (3) ruim.

3 - Condição de bem-estar no domicílio?

(1) Ruim (Rádio e fogão);

(2) Básica (Mais: TV, geladeira);

(3) Média (Mais: freezer, forno elétrico, forno de micro-ondas, telefone/celular);

(4) Boa (Mais: computador, TV LCD);

(5) Alta (Mais: internet, revista, jornal).

4 - Você viveu a maior parte de sua vida? (1) na cidade; (2) no meio rural.

5 - Lista de moradores:

Nome	Sexo	Idade	Estuda	Educação	Profissão	Renda
Total						

Sexo: (1) Masculino; (2) Feminino.

Estuda: (1) Sim; (2) Não.

Educação: (1) F I; (2) FC; (3) MI; (4) MC; (5) SI; (6) SC; (7) PG; (8) Analfabeto; (9) Alfabetizado.

Profissão: (1) Do lar; (2) Estudante; (3) Empregado c/carteira; (4) Empregado s/carteira; (5) Desempregado; (6) Autônomo; (7) Empresário; (8) Aposentado e/ou pensionista; (9) Doméstica; (10) Diarista; (11) Agricultor; (12) Funcionário Público Municipal; (13) Funcionário Público Estadual; (14) Funcionário Público Federal.

PARTE II - Quanto aos hábitos de consumo deste domicílio:

6 - Qual é gasto mensalmente com compras de manutenção do domicílio? R\$_____,00.

7 - Quanto em alimentos? R\$_____,00.

8 - Você costuma consumir algum produto (alimento ou bebida) no mercado informal local?
sim; (2) não.

Caso NÃO:

9 - Por quê?

10 - O que seria necessário para que você passasse a consumir produtos locais informais?

Caso SIM:

11 - Qual a origem destes produtos quando consumidos?

(1) Informal; (2) Ganha; (3) Próprio; (4) Formal; (5) Não consome.

Aves		Sucos		Conservas		Tomate	
Bovinos		Cachaça		Mel		Cebola	
Ovinos		Pão		Morango		Feijão	
Peixes		Bolacha		Laranja		Mandioca	
Suínos		Massas		Pêssego		Beterraba	
Bacon		Leite		Limão		Cenoura	
Charque		Queijo		Bergamota		Pepino	
Linguiça		Requeijão		Mamão		Milho-verde	
Morcele		Nata		Banana		Moranga	
Patê		Manteiga		Alho		Melão	
Q. porco		Ricota		Alface		Melancia	
Salame		Doce leite		Rúcula		Schimia	
Torresmo		Compotas		Radite		Batata-doce	
Banha		Ambrosia		Couve-flor			
Ovo		Melado		Couve			
Vinho		Rapadura		Tempero-verde			

12 - Onde você costuma adquirir os produtos informais locais que consome?

(1) mercados; (2) armazém; (3) fruteiras; (4) feiras livres; (5) açougue; (6) lojas especializadas; (7) direto do produtor; (8) outra.

13 - Dentre estes, procure relacionar especificamente onde os produtos informais locais são comprados?

14 - Qual a sua despesa mensal com produtos locais informais? R\$: _____,00.

15 - Quanto à compra de alimentos e bebidas informais, você costuma dar preferência a produtos que sejam produzidos neste município? (1) Sim; (2) Não; (3) Depende.

15a - Por que: _____.

16 - Quanto aos produtos informais locais, qual o principal aspecto que lhe vem em mente?

(1) Segurança; (2) Qualidade; (3) Preço; (4) Saúde; (5) Confiança; (6) Nada.

17 - Em relação aos produtos informais locais como os avalia em relação aos produtos industrializados, quanto a:

a) Saúde (1) mais saudáveis (2) menos saudáveis (3) equivalentes

b) Segurança (1) mais seguros (2) menos seguros (3) equivalentes

c) Aparência (1) melhor aparência (2) pior aparência (3) equivalentes

d) Durabilidade (1) mais duráveis (2) menos duráveis (3) equivalentes

18 - Numere de 1 a 3, de acordo com o grau de **importância** que você atribui aos seguintes itens no momento da escolha dos produtos informais locais que você consome:

() Preço; () Qualidade; () Origem/procedência.

19 - Você tem conhecimento que estes produtos informais locais não pagam impostos?

(1) Sim; (2) Não.

20 - Você acha que este fato é prejudicial para sociedade em que vive?

(1) Sim, eles devem ser formalizados;

(2) Sim, mas os benefícios sociais são maiores;

(3) Não, já existe muita gente pagando impostos;

(4) Não, não faz diferença para mim.

Perguntas abertas:

21 - Já teve algum problema de saúde relacionado à estes alimentos adquiridos na informais?

(1) sim; (2) não.

21a - Relate:

22 - O comércio informal de produtos da agricultura familiar auxilia no desenvolvimento socioeconômico do município e ajuda a evitar a saída destas famílias do campo!

a - Qual a sua opinião a este respeito?

b - Você acha este tipo de atividade realmente importante para o desenvolvimento local?

Obrigado pela colaboração!

Anexo B – Formulário 2 – Comércio local



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural



1 - Identificação do estabelecimento comercial

Local (nome): _____ . GPS: _____

Localização: (1) Urbana; (2) Rural. Natureza jurídica: (1) Registrado; (2) Informal.

Tipo: (1) Mercado; (2) Armazém; (3) Fruteira; (4) Feira; (5) Açougue; (6) Ponto fixo sem endereço; (7) Ambulante; (8) Venda em casa; (9) Bar; (10) Padaria; (11) Lancheria.

Tempo nesta atividade: _____ anos.

2- Produtos possivelmente locais vendidos:

Produto	Vende	% local	Produto	Vende	% local	Produto	Vende	% local
Aves			Bolacha			Bergamota		
Bovinos			Massas			Mamão		
Ovinos			Leite			Banana		
Peixes			Queijo			Alho		
Suínos			Requeijão			Alface		
Bacon			Nata			Rúcula		
Charque			Manteiga			Radite		
Linguiça			Ricota			Couve-flor		
Morcelela			Doce leite			Couve		
Patê			Compotas			Tempero-verde		
Q. porco			Ambrosia			Tomate		
Salame			Melado			Cebola		
Torresmo			Rapadura			Feijão		
Banha			Conservas			Mandioca		
Ovo			Mel			Beterraba		
Vinho			Morango			Cenoura		
Sucos			Laranja			Pepino		
Cachaça			Pêssego					
Pão			Limão					

Vende: 0 = Não; 1 = Sim.

% local: 1= 10%; 2= 20%;

3 – Questões abertas relacionadas aos produtores informais locais:

- Você sempre comprou a produção agrícola familiar informal do município?

(1) Sim; (2) Não.

- Em torno de quantos fornecedores familiares informais você possui atualmente? _____.

- Pode citar mais alguns de seus fornecedores atuais?

- Como ocorre a aquisição destes produtos? (1) Troca; (2) Compra; (3) Ambos.

- Qual sua opinião sobre os produtos comprados informalmente no município?

- Como é o comportamento de seus consumidores com relação a estes produtos?

Obrigado por colaboração!

Anexo C – Formulário 3 – Agricultores Familiares



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural



Localidade: _____ . Localização GPS: _____ .

A - Identificação:

1 - Núcleo Familiar (moradores)

Nome	Sexo	Idade	Estudo	Ocupação	Tempo Ativ. Agric. UPA	Renda fora

Escolaridade: 1- Analfabeto; 2- EFI; 3. EFC; 4- EMI; 5- EMC; 6- Superior; 7- Pós-Graduação.

Ocupação: 1- Agricultor; 2- Assalariado Agrícola Permanente; 3- Assalariado Agrícola Temporário; 4- Do Lar; 5- Estudante; 6- Aposentado; 7- Pensionista; 8- Emprego Doméstico; 9- Construção Civil; 10- Funcionário Público; 11- Comércio; 12- Outro.

Tempo: 1- Tempo Integral; 2- Metade do tempo; 3- Eventual; 4- Nenhum.

2 – Benefícios sociais: Bolsa Família: R\$ _____ ; Outro: _____ .

3 - Tamanho do estabelecimento: _____ ha.

4– Distância da sede do município: _____ Km.

5 - Assistência Técnica: (1) Sim; (2) Não. Responsável: _____ .

B- Identifique os produtos produzidos e sua finalidade:

Produto	Finalidade	Produto	Finalidade	Produto	Finalidade	Produto	Finalidade
Aves		Bolacha		Bergamota		Melão	
Bovinos		Massas		Mamão		Melancia	
Ovinos		Leite		Banana		Schimia	
Peixes		Queijo		Alho		Batata-doce	
Suínos		Requeijão		Alface		Amendoim	
Bacon		Nata		Rúcula		Aç. Mascavo	
Charque		Manteiga		Radite		Abobora	
Linguiça		Ricota		Couve-flor		Moranga	
Morceia		Doce leite		Couve		Uva	
Patê		Compotas		T. verde		Maristão	
Q. Suíno		Ambrosia		Tomate		Amendoim	
Salame		Melado		Cebola		Pipoca	
Torresmo		Rapadura		Feijão		Cuca	
Banha		Conservas		Mandioca		Repolho	
Ovo		Mel		Beterraba			
Vinho		Morango		Cenoura			
Sucos		Laranja		Pepino			
Cachaça		Pêssego		Milho-verde			
Pão		Limão		Moranga			

(1) Autoconsumo; (2) Comercial; (3) Autoconsumo com vendas; (4) Comercial com autoconsumo; (5) Não produz.

6 - Onde você costuma comercializar os produtos informais?

(1) mercados; (2) armazém; (3) fruteiras; (4) feiras livres; (5) açougue; (6) lojas especializadas; (7) direto ao consumidor; (8) outra.

7 – Detalhamento de produções comerciais:

	Kg. /Sc./Pés/Cab.	Área utilizada	Produção
Fumo estufa			
Fumo burley			
Arroz			
Soja			
Milho			
Feijão			
Bovinos			
Suínos			
Ovinos			

C - Trajetória do estabelecimento, objetivos e percepções do agricultor:

8 – Ocorreram mudanças na produção de autoconsumo para comercial? Quais e quando?

9 - Perspectivas em relação à família: Os filhos pretendem continuar na atividade e na propriedade e/ou no estabelecimento?

10 - Quais os produtos produzidos no estabelecimento ao longo de sua história e os planos futuros?

(início e fim das atividades, e os motivos de sua introdução ou abandono)

11 – Como é sua relação e regularidade com seus clientes informais e formais?

12 – Caso tenha que regulamentar sua produção e comercialização e pagar todos os impostos, você permanecerá na atividade?

13 – Qual a importância deste comércio informal de produtos agrícolas para sua manutenção e permanência no estabelecimento rural?

Obrigado pela colaboração!